UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO

**Enfrentamento à violência contra as mulheres e à
domesticação da Lei Maria da Penha: elementos do projeto
jurídico feminista no Brasil**

Fabiana Cristina Severi

RIBEIRÃO PRETO – SP

2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO

**Enfrentamento à violência contra as mulheres e à
domesticação da Lei Maria da Penha: elementos do projeto
jurídico feminista no Brasil**

Tese apresentada à Faculdade de Direito
de Ribeirão Preto da Universidade de
São Paulo, como parte das exigências
para o concurso de Livre-Docência do
Departamento de Direito Público – Área
de Direitos Humanos, Edital n. 42/16.

RIBEIRÃO PRETO – SP

2017

Autorizo a reprodução e a divulgação parcial ou total desse trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e de pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

SEVERI, Fabiana Cristina.

Enfrentamento à violência contra as mulheres e à domesticação da Lei Maria da Penha: elementos do projeto jurídico feminista no Brasil. Ribeirão Preto – SP, 2017.

240 p.; 30 cm

Tese de Livre docência apresentada à Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

1. Violência contra a mulher. 2. Feminismo. 3. Interseccionalidade.
4. Direitos Humanos das Mulheres. 5. Lei Maria da Penha.

SEVERI, F. C. **Enfrentamento à violência contra as mulheres e à domesticação da Lei Maria da Penha: elementos do projeto jurídico feminista no Brasil.** Tese apresentada à Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo como parte das exigências para o concurso de Livre-Docência do Departamento de Direito Público – Área de Direitos Humanos, Edital n. 42/16.

*À minha mãe,
ao meu companheiro Fernando e
à minha filha, Olívia.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas que integraram os seminários e encontros do Fórum Justiça, da Themis, do Instituto Geledés, da RENAP, do coletivo Marietas, da Rede de Pesquisa Empírica em Direito e do Instituto de Pesquisa em Direito e Movimentos Sociais (IPDMS) em que pude partilhar saberes e fazer amizades. A maioria das reflexões aqui apresentadas é resultante de diálogos produzidos nesses contextos. Muitas das pessoas que neles encontrei tornaram-se fonte de inspiração para minhas práticas acadêmicas e militantes.

Agradeço ao Núcleo de Assessoria Jurídica Popular da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, o querido NAJURP, e ao Grupo de Estudos em Direito, Democracia e Desigualdades, apelidado carinhosamente de Desorientad@s. Não há nenhuma linha aqui que não seja expressão de um trabalho de militância e reflexão partilhado com vocês, em nossos esforços coletivos de investigação e de extensão popular. Obrigada pela confiança e por aceitarem a parceria no trabalho e nas utopias! Ademilton Palha, Alexandre Dias, Alice Moras, Amanda Iseri, Ana Calegari, Ana Carolina de Araújo, Ana Carolina de Azevedo, Ana Carolina Silveira, Ana Luísa Campos, Ana Luiza Silva, André Antonietto, Ana Cláudia dos Santos, Barbara Marcondes, Beatriz Nogueira, Bernardo Ferigolo Silva, Bianca Batazza, Bruna Chaves, Bruna Sillos, Carolina Crunivel, Caroline Fornarolli, Cesar Andre de Moraes, Cinthia Catoia, Clara Papiskys, Cláudia Valente, Danielle Rosim, Debora Nakamura, Daíse de Felipe, Deíse Maito, Eller Aguiar, Felipe Muzel, Flavia Passeri, Flora Hasse, Gabriela Leal, Graziela Viol, Gubran Arroyo, Heloísa Pinheiro, Inara Firmino, Isabela Cantarelli, João Eduardo Fiacadori, João Pedro Toríbio, João Pedro Fazoli, Julia Cunha, Júlia Leite, Juliana Moyses, Laís Oliveira, Laysi Silva, Lia Freitas Lima, Luisa Carneiro, Luisa Lacava, Luisa Piasentini, Mariana Belinoti, Mariana Zan, Marina Prado, Marcos Sá, Mauricio Lemes, Myllena Sampaio, Natália Góis, Nickole Frizzarim, Paula Pedroso, Paulo Boldrin, Pietra Quinelato, Poliana Kamalu, Raquel Altoé, Rebeka Cavalcanti, Ricardo Salles, Saulo Simon Borges, Stephanie Druzian, Raysa Masson Benatti Taísa Pinheiro, Tharuell Kahwage, Thainara Sayane, Thais Zampieri, Sthéfani Luane, Thiago Coelho, Vinícius Batelli de Souza Balestra, Yan Bogado Funck.

À Fabiane Simioni, Rosane Lavigne, Denise Dora, Sueli Carneiro, Myllena Calazans, Élide Lauris, Suelaine Carneiro, Teresa Cabral, Ana Rita Prata, Ana Simone

Cota, Ana Paula Lewin, Angélica Almeida e Lúcia Xavier pelo apoio, pelo diálogo e pela confiança. À Gladys Acosta Vargas e Liliana Tojo pelo diálogo estimulante em torno da litigância feminista na América Latina e pelos livros doados. Acredito que a obra de Flora Tristán seja, hoje, mais conhecida na região de Ribeirão Preto-SP do que em todo o restante do Brasil. Os manuais sobre capacitação em justiça e gênero também já renderam muitos debates por aqui. Esse trabalho é, de alguma forma, uma retribuição a todas aqui por tudo o que tenho aprendido com vocês. E espero que este trabalho possa contribuir de alguma forma em suas lutas, que não são poucas.

Às amigas e amigos da assessoria universitária popular, que aceitaram vários convites formais e informais para o diálogo com nossos trabalhos e muitas parcerias: Jose Geraldo de Sousa Júnior, Benedito Barbosa, Ana Lia de Almeida, Renata Versiani, Ricardo Prestes Pazello, Luis Otávio Ribas, Diana Melo, Antônio Sérgio Escrivão Filho, Roberto Efrem, Carolina Vestena, Assis Oliveira, Isis Taboas, Talita Rampin e Diego Diehl.

Aos amigas e amigos, integrantes de movimentos sociais e de organizações populares que contribuíram, fundamentalmente, para a realização das atividades de pesquisa, ensino e extensão do NAJURP ao longo desses 5 anos. Ana Paula Brancaleone, Eliana Camolese, Daniela Sudan, Perla Rebehy, Valquíria Padilha, Elisabete Meloni, Rafael Aroni, Bruno Silva, Ana Simone Cota Lima, Silvia Diogo, Joyce Oliveira, Raquel Monteiro, Gláucia Berenice, Iole Moraes, Simone Kandravicius, Adria Ferreira, Regina Brito, Thiago Scatena, Dario Schezzi, Paulo Franco, Márcia Silva, Paulo Honório, Heloísa Salgado, Mariana Hasse, Pedro Carneiro, Ana Carolina Franzon, Fernanda Bergamini e Marcos Valério.

Aos integrantes do Conselho Regional da ADUSP, por serem inspirações na defesa da universidade pública verdadeiramente democrática e de qualidade: José Marcelino Pinto, Bianca Correia, Elisabeth Spinelli, Vera Navarro, Annie Schmaltz Hsiou, Patrícia Monticelli, Plauto Watanabe, Teise Garcia e André Oliveira.

Às integrantes da CAV-Mulheres do Campus da USP-RP, que, no enfrentamento à violência contra as mulheres no âmbito universitário, construímos um espaço de ajuda mútua, amizade e acolhimento coletivo. Muito obrigada! Maria Paula Panúncio Pinto, Juliana Cristina dos Santos Monteiro, Roseli da Silva, Cláudia Ortiz Regula, Daniela Veríssimo Gomes, Dulce Helena de Brito, Ida Mara Brunelli, Bruna Carolina Garcia, Florença Freitas Silvério, Scarlet Feitosa Santos Cleide Isabel Gonzalez Balbo e Ana Carolina Cabral Roque.

Às integrantes da Comissão sobre Violência de Gênero da FDRP/RP, pela coragem. Tem sido possível, com vocês, acreditar nos processos de transformação das relações autoritárias, sexistas e racistas que permeiam nossa cultura jurídica, humanizando-as: Cynthia Soares Carneiro, Iara Ribeiro, Emanuelle Urbano Maffioletti, Daniela Veríssimo Gomes, Ariadne Pereira Gonçalves, Isabelle Lucena Paiva, Juliana Amoedo Plácido, Camila Maria de Lima Villarroel, Bruna Santiago Franchini, Bárbara Marcondes, Inara Firminno, Deise Camargo Maito e Tharuell Lima Kahwage.

Às pessoas queridas que, gentilmente, fizeram a leitura e revisão deste trabalho, Maria Paula Panúncio, José Rodrigo Rodriguez, Inara Firmino, Mauricio Buosi Lemes, Cinthia de Cássia Catoia, Amanda Barbosa, Marcela Dias Barbosa, Caio Gracco Pinheiro Dias, Bárbara Marcondes, Flávia Passeri Nascimento, Danieli Chiuzele e Fabiane Simioni.

Às pessoas que contribuíram com a construção do meu memorial: André Luis Gomes Antonietto, Maurício Buosi Lemes, Deise de Camargo Maito. Escrever um memorial envolve um ato de excluir, selecionar e ordenar os acontecimentos pessoais e históricos, de acordo com o sentido que se lhes quer conferir e que se quer conferir à própria história. É reunir acontecimentos, sonhos, paisagens, datas, tradições e sentimentos, organizando-os a partir do presente. São fragmentos da nossa subjetividade que estão ali. Mais do que me ajudar na construção de um documento burocrático, vocês, como parte também da minha história e da construção da minha subjetividade, ajudaram-me a recontar o passado com novas cores. Muito obrigada!

Ao grupo que contribuiu mais diretamente com a coleta e a organização dos dados, a elaboração das tabelas e as traduções que compõem esse trabalho: André Antonietto, Ana Cláudia Mauer dos Santos, Barbara Marcondes, Beatriz Carvalho Nogueira, Cláudia Valente, Cinthia de Cássia Catoia, Danielle Zoega Rosim, Deise Maito, Eller Aguiar, Flavia Passeri, Júlia Leite, Luisa Piasentini, Mariana Zan, Marina Prado, Mauricio Lemes, Poliana Kamalu e Tharuell Kahwage.

A todas as funcionárias e funcionários da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, pelo apoio e carinho. Em especial, quero agradecer Ariadne Pereira, Daniela Veríssimo, Josiane Caetano e Claudia Sarkis pelo incentivo diário para que esse trabalho fosse finalizado.

Aos professores e às professoras da FDRP, por todos os projetos compartilhados, apoio e amizade. Um agradecimento muito especial aos amigos e amigas que, além da partilha no trabalho, foram apoio emocional durante a escrita deste trabalho e

companheiros de disputas em muitos projetos pessoais, acadêmicos e políticos: Márcio Ponzilacqua, Caio Gracco Pinheiro Dias, Thiago Marrara, Emanuelle Urbano Maffioletti, Camilo Zufelato, Flávia Trentini, Paulo Eduardo Alves da Silva e Maria Hemília da Fonseca.

Por fim, ao Programa de Educação Tutorial do Ministério da Educação (PET/MEC), ao Fundo Brasil de Direitos Humanos, ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) por todo apoio recebido.

Há existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá... isto é mentira!

Mas, as misérias são reais.

Carolina de Jesus

Existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente.

Walter Benjamim

RESUMO

SEVERI, F. C. **Enfrentamento à violência contra as mulheres e à domesticação da Lei Maria da Penha: elementos do projeto jurídico feminista no Brasil.** 2017. Tese de Livre Docência. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Os desafios para a efetivação da Lei Maria da Penha, promulgada em 2006 em razão de uma exitosa mobilização político social dos movimentos feministas brasileiros, têm ensejado o debate crítico sobre o uso do direito para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres, em razão dos efeitos indesejáveis que o direito, quase invariavelmente produz, ou pela eventual incapacidade do direito em modificar os padrões de subordinação de gênero, étnico-racial e de classe social das mulheres. O objetivo do presente trabalho é analisar a Lei Maria da Penha à luz das teorias feministas dedicadas a problematizar a relação entre direito e mulheres, tentando entender o lugar da Lei Maria da Penha no projeto jurídico feminista, em construção no Brasil desde o período de redemocratização pelos movimentos de mulheres brasileiros, em alianças transnacionais com outros sujeitos sociais. Nossa hipótese é a de que, sem necessariamente resolver os paradoxos do feminismo em sua relação com o direito, a Lei Maria da Penha tem sido um suporte normativo a partir do qual novos campos para a disputa no direito têm sido construídos, especialmente no que se refere aos modelos de resposta a problemas relativos à efetivação dos direitos humanos das mulheres, aos desenhos institucionais das instituições formais e ao uso social que os movimentos sociais fazem do direito. Com apoio em tal argumento, pretendo reunir e analisar um repertório de práticas e de teorias críticas desenvolvidas no campo feminista para tentar compreender como a Lei Maria da Penha e seus significados têm sido reconstruídos recentemente em meio às tensões entre práticas que buscam efetivar a Lei, ampliando o poder do campo feminista em desafiar o poder do direito, e as dinâmicas tendentes à domesticação da Lei presentes no âmbito das práticas jurídicas, judiciais e extrajudiciais. Em termos metodológicos, a presente pesquisa tem caráter predominantemente qualitativo, com a utilização de dados diretos e indiretos que foram organizados e interpretados com apoio em ferramentas comuns às abordagens da Análise de Conteúdo. Como resultado, busco apresentar as características do projeto

jurídico feminista assumidas em razão das disputas feministas realizadas no campo do direito para a implementação da Lei Maria da Penha que, de modo geral, estão organizadas em torno de um projeto jurídico de paridade total.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Feminismo. Efetividade. Direitos Humanos das Mulheres. Lei Maria da Penha.

ABSTRACT

SEVERI, F. C. **Confrontating violence against women and the domestication of the Maria da Penha Law: elements of the feminist legality project in Brazil.** 2017. Habilitation Thesis. Law School of Ribeirão Preto, University of São Paulo.

Challenges to the implementation of the Maria da Penha Law, officially published in 2006 as the result of a successful sociopolitical mobilization by Brazilian feminist movements, have led to a critical debate about the use of the legal system to confront domestic violence against women, by reason of the undesirable effects that laws almost invariably produce, or the eventual inability of the legal system to modify patterns of subordination of women by gender, ethnicity, race, and social class. The aim of the present work is to analyze the Maria da Penha Law in light of feminist theories dedicated to defining the nature of the relationship between women and legislation, to understand the place of the Maria da Penha Law in the feminist legal agenda, which has been under construction by Brazilian feminist movements, in trans-national alliances with other social groups, since the re-establishment of democracy in Brazil. Our hypothesis is that, without necessarily solving the paradox of feminism and its relation to legislation, the Maria da Penha Law has established a model on which new fields of activity for arguing the role of legislation have been constructed, particularly regarding models for responding to problems related to the realization of women's human rights, to the design of formal institutions and the public use that social movements make of the legislation. In support of this argument, I intend to collect and analyze an index of practices and critical theories developed within the feminist field to try to understand how the Maria da Penha Law and its meanings have recently been reconstructed amidst the tensions between practices that seek to realize the intent of the Law by augmenting the power of the feminist field to challenge the power of the legal system, and the dynamics tending to the domestication of the legislation present in the scope of legal, judicial and extrajudicial practices. In methodological terms, the present research is predominantly qualitative, using both direct and indirect data and interpreted by means of tools normally used in content analysis. Thus, I seek to present the characteristics of the feminist legal agenda adopted as a basis for feminist arguments for the

implementation of the Maria da Penha Law, which, in general, are organized around an agenda of total legal equality.

Key words: 1. Violence against women. 2. Feminism. 3. Intersectionality. 4. Human Rights of Women. 5. Maria da Penha Law.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

CEDAW – Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação
Contra as Mulheres

CEJIL - Centro por la Justicia y el Derecho Internacional

CLADEM - Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da
Mulher

CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CNDM – Conselho Nacional de Direitos da Mulher

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

DEAM ou **DDM** – Delegacias Especializadas em Atendimento às Mulheres

FMB – Federação das Mulheres do Brasil

JECrim – Juizados Especiais Criminais

LMP – Lei Maria da Penha

MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PLP – Promotoras Legais Populares

PRG – Procuradoria Geral da República

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres

TCO – Termo Circunstanciado de Ocorrência

TJMG – Tribunal de Justiça de Minas Gerais

TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	17
2	CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS À ANÁLISE DO DIREITO: ENTRE O PODER DO DIREITO E A SUBVERSÃO DO FEMINISMO	27
2.1	Feminismos, patriarcado, gênero e colonialidade: conceitos e abordagens teóricas	27
2.2	Críticas feministas ao direito e teorias jurídicas feministas	45
2.3	Direito e feminismo no Brasil: análise da produção bibliográfica no campo do direito.....	60
2.4	Feminismo e o poder do direito	72
2.5	O privado, o público e o caráter subversivo do feminismo	83
3	DESNATURALIZANDO A (HISTORIA DA) LEI MARIA DA PENHA E DOS MOVIMENTOS DE MULHERES NO BRASIL EM SUA LUTA POR DIREITOS	89
3.1	A Lei Maria da Penha como uma estratégia política de mobilização legal	92
3.2	Movimento de mulheres no Brasil e a construção do projeto jurídico feminista	96
4	O PROJETO JURÍDICO E O PODER DO CAMPO FEMINISTAS	127
4.1	Direitos humanos das mulheres e dogmática jurídica feminista	128
4.2	A democratização do sistema de justiça.....	144
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
	REFERÊNCIAS.....	166
	ANEXOS	175

1 APRESENTAÇÃO

Este trabalho é resultante das minhas experiências de pesquisa (individuais e em projetos coletivos), ensino, extensão universitária popular e orientação acadêmica, realizadas entre 2011 e 2016, favorecidas pelo vínculo docente com a Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP e do diálogo com os grupos e redes de assessoria jurídica popular e de feministas.

Ele organiza parte das discussões de uma trajetória de reflexões que venho realizando, desde o início da minha vida acadêmica, sobre a relação entre direitos humanos e movimentos sociais. Nos últimos cinco anos, busquei privilegiar a análise da relação entre movimentos de mulheres¹ e sistema de justiça, considerando as mudanças recentes no Brasil em termos de marcos regulatórios sobre violência contra as mulheres e os esforços, feitos pelos movimentos feministas das últimas décadas, em provocar transformações democratizantes nas instituições jurídicas e políticas brasileiras.

Considero como ponto de partida o fenômeno da violência contra as mulheres no âmbito doméstico e familiar, um dos tipos de violação de direitos humanos das mulheres mais frequentes em todo o mundo, e os desafios para seu enfrentamento a partir do direito e das instituições públicas.

No Brasil, estima-se que 40% das mulheres já sofreram algum tipo de violência, sendo o parceiro íntimo (namorado, cônjuge, companheiro ou ex) responsável por mais de 80% dos casos reportados (FPA/Sesc, 2010). A violência doméstica é fenômeno de extrema gravidade que traz danos variados à saúde das mulheres que a vivenciam e coloca em risco mais da metade da população brasileira e mundial. A maioria dos atendimentos feitos pelo Sistema Único de Saúde brasileiro (2/3 deles) são casos de mulheres vítimas de violência doméstica ou sexual. Em 2011, quase 72% dos casos de violência atendidos envolviam violência ocorrida no ambiente doméstico (WAISELFISZ, 2015). Na maioria dos casos, também os agressores eram homens com quem as vítimas mantinham algum vínculo afetivo (SPM-PR, 2015).

A violência doméstica é considerada um fator de risco para todas as mulheres. Todavia, fatores como raça, etnia, orientação sexual, gênero, classe social, deficiência,

¹ No capítulo 1 farei as discussões conceituais sobre as expressões utilizadas. Mas já enfatizo que usarei os termos movimentos de mulheres, ações coletivas de mulheres, feminismos e feminismos de modo combinado neste trabalho, não apenas para tentar nomear os fenômenos observados de modo o mais próximo possível daquela feita pelas pessoas nele envolvidas, mas também como meio de problematizar as compreensões que procuram entender o campo feminista como um todo homogêneo.

idade, religião, escolaridade, origem territorial e nacionalidade conjugam-se de forma a agravar as condições de risco de determinados grupos. A articulação entre racismo e sexismo, por exemplo, resulta no percentual mais elevado de violência doméstica e familiar contra mulheres negras² (quase 60% dos casos). Considerando o fator geracional, são as mulheres em idade reprodutiva as vítimas mais frequentes (entre 20 e 59 anos), embora as meninas e as idosas sejam também vítimas de vários tipos de violência, inclusive sexual, em outras relações familiares e de convivência.

Com a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW – ONU, 1979; 1981) e seu Protocolo Facultativo e com a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1993, a violência doméstica e familiar passou a ser uma preocupação central das políticas públicas e dos direitos humanos da comunidade internacional em geral. Com a Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, OEA, 1994), os países signatários assumiram a obrigação de criar mecanismos legais internos para a efetivação dos direitos humanos das mulheres e para a implementação de serviços que garantam o acesso à justiça e a atenção integral das mulheres em situação de violência.

Nesse quadro é que se processaram as práticas e as lutas sociais que culminaram na criação da Lei Federal nº 11.340, promulgada em 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha ou LMP³). A lei é expressão do compromisso assumido pelo Brasil em tratados internacionais de reconhecer a violência de gênero como uma violação de direitos humanos. Contudo, mais do que um desdobramento das obrigações internacionais assumidas pelo país, ela é resultado de uma ampla articulação estratégica de movimentos de mulheres, brasileiros e latino-americanos, para que a violência doméstica e familiar ganhasse visibilidade na esfera pública e seu enfrentamento se tornasse uma das prioridades da intervenção do Estado brasileiro em face de sua responsabilidade pela efetivação dos direitos humanos das mulheres.

Com a aprovação da Lei Maria da Penha, o direito assumiu centralidade nas reivindicações ou expectativas das vítimas e nos discursos dos movimentos feministas.

² O movimento negro tem usado um sistema político de classificação racial baseado em dois termos: negro e branco. Esse sistema é diferente do adotado pelo IBGE que, desde os anos 1950, aplica as categorias branco, pardo, preto e amarelo e, a partir de 1991, incluiu a categoria indígena (TELLES, 2003).

³ Utilizarei as duas formas ao longo do texto, Lei Maria da Penha e LMP, alternadamente.

A Lei buscou dar realidade jurídica à concepção de que a violência doméstica e familiar contra as mulheres é uma violação de direitos humanos. As instituições do sistema de justiça foram implicadas no atendimento integral das mulheres em situação de violência e na construção das políticas, em rede com outros setores (saúde, segurança pública, educação e assistência social), no enfrentamento da violência contra as mulheres em todas as suas expressões.

A Lei foi comemorada por muitos segmentos sociais. Contudo, os obstáculos para a sua efetivação são inúmeros. Muitas análises produzidas nesses dez anos de vigência da Lei têm enfatizado que, com ela, houve um amplo processo de judicialização da violência de gênero. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (2013), desde 2006 até o final de 2012, foram criadas aproximadamente 66 varas de justiça especial para o processamento de ações que se referem à Lei Maria da Penha. Nesse período, foram instruídos 677.087 procedimentos em tais varas. Todavia, persistem múltiplas dimensões de problemas e limites no sistema de justiça para o enfrentamento de uma temática tão complexa quanto a violência de gênero⁴ e para a construção de respostas jurídicas compatíveis com os marcos normativos e conceituais trazidos por tal Lei.

Em regra, os agentes do sistema de justiça estão pouco familiarizados com protocolos e mecanismos que possam garantir a sua devida atuação e o atendimento integral às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Ainda persistem, mesmo nos órgãos ou serviços especializados do sistema de justiça, procedimentos processuais que desqualificam as vítimas e seus relatos, como também apresentam a ênfase nas provas físicas e testemunhais e a falta de proteção adequada às mulheres e seus familiares em risco por colaborarem com as investigações. Esses elementos tendem a perpetuar os padrões e percentuais de prevalência da violência doméstica, bem como a sensação de insegurança e desconfiança das mulheres em relação ao sistema de justiça (PASINATO, et al., 2013). Conforme abordarei ao longo do trabalho, esses problemas assumem uma complexidade ainda maior, interagindo com diversas formas de violência estatal e social, quando consideramos outros eixos de desigualdade, como: raça, etnia, orientação sexual, idade, classe social ou origem territorial das mulheres.

Para Roxana Arroyo Vargas (2011), as mulheres em situação de violência que buscam o sistema de justiça lidam não apenas com a violência já sofrida, mas também

⁴ Ver, por exemplo, os estudos de: Wânia Pasinato (2013), Maria Filomena Gregori e Guita Debert (2008), Cecília Macdowell Santos (2015) e Cristiane Brandão Augusto (2015).

enfrentam o que ela nomeia de “labirinto androcêntrico do Direito”. Problemas como a demora na resposta, a ausência de pessoal capacitado e de protocolos de intervenção, o descrédito com relação à palavra das mulheres, a suposição de neutralidade das normas, são fatores que favorecem a construção de um subtexto de gênero que aprofunda os traços sexistas, já presentes no Direito. Há uma dificuldade em perceber que a melhoria do acesso à justiça passa pelo reconhecimento de que a violência e a discriminação contra as mulheres não são fenômenos isolados, mas sim produtos de uma violência estrutural imbricada em todo o tecido social (VARGAS, 2011).

Cristiane Augusto (2015) categorizou os obstáculos que as mulheres em situação de violência enfrentam para que possam buscar as garantias de seus direitos em: a) *aspectos físico-estruturais* (como o grande número de processos, poucos Juizados, escassa infraestrutura, número reduzido de profissionais, atmosfera inóspita); b) *características histórico-culturais* (como a diferença entre cultura jurídica oficial e cultura jurídica popular, a permanência de um padrão patriarcal de interpretação dos conflitos, os casos de culpabilização da própria vítima, a tendência ao discurso de proteção da família em detrimento da própria mulher, linguajar tecnicista); e c) *problemas político-legais* (como a escassez do trabalho em Rede, a falta de visão da atividade judicante como integrada a um projeto maior de Política Pública, a ausência de capacitação qualitativamente condizente com este mesmo projeto, a legislação antiga e contraditória, a falta de implementação de condições para o cumprimento integral da Lei Maria da Penha).

De acordo com Wânia Pasinato (2015), as pesquisas sobre a implementação da Lei Maria da Penha têm constatado uma significativa resistência das/dos agentes do sistema de justiça em incorporar um conhecimento teórico que embase as práticas profissionais exigidas pela lei, sob a alegação de que o aprendizado “na prática” tem mais valor. Em conformidade com a autora, essa visão expressa um descaso com a gravidade da violência contra as mulheres e uma severa resistência a novos paradigmas de enfrentamento desse tipo de violência.

Assim, o acesso à justiça das mulheres e a garantia do devido processo em casos de violência doméstica, compatíveis com os marcos dos direitos humanos das mulheres, constituem campos de problemáticas complexas, uma vez que envolvem modificações profundas nos desenhos institucionais e nos modelos jurídicos de resposta, com dimensões linguísticas, culturais, simbólicas, psicológicas, econômicas, políticas, entre outras.

Além das dificuldades enfrentadas pelas mulheres que buscam o sistema de justiça, outros trabalhos também apontam que só uma pequena parcela das mulheres em situação de violência tem se beneficiado dos serviços criados a partir da lei. As mulheres de zonas urbanas periféricas ou de zonas rurais, as mulheres indígenas e pertencentes aos povos e comunidades tradicionais, por exemplo, não chegam a procurar o sistema de justiça, seja pela distância física das delegacias e juizados, seja pelo receio com relação aos efeitos penais sobre os agressores (ALEIXO & BELTRÃO, 2015).

Essas problemáticas parecem dialogar com as hipóteses de um vasto campo de discussões teóricas feministas que questionam o uso em si das instituições jurídicas e políticas estatais para o enfrentamento da violência contra a mulher ou para a busca de transformações nas relações de subordinação entre os gêneros. Diversas propostas analíticas no âmbito do pensamento feminista reforçam a hipótese geral de que o aparato de poder estatal tende, na maioria das vezes, a fracassar nas suas tentativas de concretização das reivindicações feministas. Quando consideramos grupos e categorias de mulheres como migrantes, campesinas, prostitutas, profissionais do sexo, sem terra, sem teto, lésbicas, travestis, transexuais e pertencentes às camadas populares, as problemáticas ligadas ao processo crescente de institucionalização estatal das políticas para o enfrentamento da violência de gênero ganham ainda maior complexidade e se imbricam com outras questões como colonialismo, racismo e heteronormativismo.

Por um lado, as apostas feitas pelos movimentos feministas no Estado e na lei como mecanismos de defesa e de promoção dos direitos humanos das mulheres e, de outro lado, as críticas que apontam para a tendência predominante do direito e de todo o aparato estatal em fracassar nas suas tentativas de concretização das reivindicações feministas têm conduzido os debates feministas sobre o direito a enfrentarem uma série de dilemas, comumente formulados, analiticamente, em termos de paradoxos.

Considerando as reflexões sobre tais paradoxos da relação entre direito e feminismo e sobre os desafios para a efetividade da Lei Maria da Penha, meu propósito com esse trabalho é reunir elementos teóricos e normativos que permitam entender a Lei Maria da Penha como um eixo importante do que chamarei de *projeto jurídico feminista*, que tem operado amplas mudanças nas práticas e nas instituições jurídicas brasileiras. Procuro compreender e explicitar os processos de disputa que o campo

político e teórico feminista brasileiro (ou apenas *campo feminista*⁵), em aliança transnacional, tem realizado com relação aos sentidos de direito e de justiça, tomando como referencial a gramática presente na Lei Maria da Penha e as institucionalidades por ela criadas.

Compreender o projeto político e jurídico feminista do qual a LMP é uma resultante pode ajudar a entender as tensões acima abordadas entre direito e feminismo, não mais em termos de antagonismos - ou paradoxos a serem, necessariamente, resolvidos em favor de um ou de outro polo da equação -, mas como dimensões de uma dinâmica de disputas que nem sempre se resolvem em favor da ampliação e da realização desse projeto. Por (muitas) vezes, as políticas em defesa dos direitos humanos das mulheres produzem efeitos de colonização e racialização.

Conforme Rita Laura Segato (2012) pontua em relação às intervenções das instituições políticas em comunidades indígenas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, “com uma mão se introduz o mal e com a outra a vacina”. Todavia, em algumas dimensões, esse projeto tem conseguido desafiar o poder do direito em definir as mulheres e desqualificar suas experiências.

Assim, a tese que procuro defender neste trabalho é que essas disputas têm resultado em uma ampliação da capacidade do campo feminista brasileiro em *desafiar o poder do direito*. Das minhas experiências acadêmicas e militantes, tenho tentado reunir um conjunto de elementos empíricos voltados a entender como esse projeto tem sido autenticado e, simultaneamente, rejeitado pelo sistema de justiça. Parte desses dados já foi discutida em produções de menor fôlego⁶.

Outro objetivo é reunir algumas das formas como a Lei Maria da Penha e seus significados vão sendo reconstruídos pelos *campos feministas*⁷ a partir dos processos sociais de ampliação do próprio campo de sujeitos do feminismo e de suas demandas, bem como em face das dinâmicas e das tensões entre a efetividade e o que nomearei de *domesticação da Lei* (explicarei mais adiante) presentes no âmbito das práticas jurídicas, judiciais e extrajudiciais. Neste caso, meu interesse assume pretensões dogmáticas e de interlocução preferencial com estudantes e profissionais do direito.

⁵ Conforme discutirei mais abaixo, uso a expressão no sentido proposto por Sonia Alvarez (2014).

⁶ Ver, por exemplo, os trabalhos recentes, publicados em formato de artigos científicos: O gênero da Justiça e a problemática da efetivação dos direitos das mulheres (SEVERI, 2016) e Justiça em uma perspectiva de gênero: elementos teóricos, normativos e metodológicos (SEVERI, 2016).

⁷ Ver Sonia E. Alvarez (ALVAREZ, Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista, 2014).

Além das funções pedagógicas e expositivas, a pretensão mais usual de um trabalho dogmático é sistematizar e descrever o conteúdo do direito positivo, produzindo aportes e critérios para a solução de casos, ou para a crítica ao direito positivo, considerando algum grau de insatisfação em relação ao modelo geral de interpretação, ou regulação jurídica predominante.

Para Alberto Bovino e Christian Courtis (2001), um trabalho dogmático, quando autoconsciente de suas funções políticas, apresenta três características. A primeira é a sua função prática, que pode ser: gerar uma determinada regulação jurídica, sugerir soluções para questões problemáticas, guiar o processo de tomada de decisões, criar teorias jurídicas ou elaborar categorias conceituais que tentam justificar ou explicar o sentido de uma determinada regulação jurídica, seja ela vigente, histórica ou hipotética.

A segunda característica é sua dependência contextual. Todo estudo depende de um marco de determinação pragmático, que pode ser a situação conjuntural do tema no marco de várias comunidades relevantes (dogmática, meio judicial ou poderes legislativos). A proposta de resolução de casos, de crítica jurisprudencial ou legislativa deve levar em consideração o grau de consenso sobre o significado de expressões normativas por parte de certas comunidades (dogmática ou jurisprudencial). Isto obriga a entender a dogmática em um marco coletivo, no contexto de relações estratégicas e de poder (poder de imposição de certos significados).

A terceira e última é seu caráter de discurso polêmico. Um dos objetos privilegiados da dogmática é sugerir soluções para resolver casos problemáticos. Tal característica impõe à investigação dogmática certa estrutura: determinar um problema que seja relevante e demonstrar por que a alternativa proposta é melhor que qualquer outra. O discurso dogmático se constrói contra alternativas possíveis, formuladas por outro polemista ou imaginadas pela pessoa que está realizando a investigação. A tarefa da dogmática, portanto, é oferecer uma solução ao problema a partir do que se defende ser a melhor reconstrução possível que é permitida pelo material jurídico que se tem à disposição.

Para José Rodrigo Rodriguez (2012), a dogmática jurídica está tanto a serviço da eficácia, quanto da legitimidade do direito, ao organizar o material jurídico e propor soluções adequadas aos problemas sociais. Ele considera como uma das tarefas do trabalho dogmático a desnaturalização das categorias e instituições jurídicas, de certas soluções dogmáticas ou de determinados modelos de Estado. Esse trabalho é realizado tanto para aumentar a eficiência do direito na solução dos problemas sociais, quanto

para aumentar a participação de todos os concernidos na tomada de decisões relevantes ao destino da sociedade. O trabalho dogmático envolve a tarefa de pensar alternativas capazes de resolver, de forma mais eficiente e legítima, os problemas sociais aos quais as instituições respondem, além de imaginar possibilidades institucionais a partir do direito posto. É, portanto, uma atividade especulativa, determinada por objetivos práticos.

Nesse sentido, tenho expectativa de que esse trabalho possa fornecer subsídios para: a) que agentes do sistema de justiça possam aprimorar suas práticas jurídicas de modo a garantir a melhoria das condições de acesso das mulheres à justiça, sobretudo aquelas em situação de violência doméstica e familiar; e b) a melhoria da qualidade dos serviços do sistema de justiça, ajustando-se aos marcos internacionais de competência, eficiência, independência e imparcialidade, bem como à jurisprudência internacional ligada aos direitos humanos das mulheres.

Enquanto metodologia de investigação, a presente pesquisa tem caráter predominantemente qualitativo, com a utilização de dados diretos e indiretos que foram organizados e interpretados com apoio em ferramentas comuns às abordagens da Análise de Conteúdo.

Para Triviños (1987), a análise de conteúdo consiste num conjunto de técnicas de análise das comunicações que utilizam procedimentos sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens para obtenção de indicadores qualitativos ou quantitativos. Sob uma perspectiva dialética, ela objetiva identificar o conteúdo manifesto e o conteúdo latente das mensagens e dos documentos.

A análise de conteúdo utiliza-se comumente de material textual escrito, produzido no desenvolvimento da pesquisa (entrevistas e diários de campo, por exemplo), ou que já foram criados para outras finalidades (documentos, jornais, entre outros). Considera-se que o texto é uma forma de expressão de sujeitos sociais. Por isso, tal análise tem como ponto inicial a mensagem, mas não só ela: o fundamental são as considerações sobre as condições contextuais dos seus produtores, os sentidos e as expressões sociopolíticas mais amplas que podem ser dela extraídos, pautando-se em uma concepção crítica de linguagem (TRIVIÑOS, 1987).

De acordo com Bardin (2004), a utilização da análise de conteúdo envolve diferentes fases, organizadas em três momentos distintos: a pré-análise (envolvendo, sobretudo, a escolha e a organização do material a ser analisado), a exploração do

material (ligada à construção das categorias analíticas) e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação (análise propriamente dita).

Nessa perspectiva, para a análise dos dados, privilegiarei a busca pelos significados e sentidos que permeiam o material reunido, de modo a enfatizar a diferença, o contraste, o dissenso e a ruptura do sentido, tendo-se em vista que as palavras, os valores e os juízos feitos por nós sobre esse material ou que estão nele reproduzidos de alguma forma provêm de uma diversidade de visões de mundo e experiências sociais existentes na realidade (MINAYO, 1994).

Os dados indiretos da pesquisa associam-se às referências bibliográficas sobre teoria feminista e direito, sobre epistemologia feminista e história dos feminismos, sobre o fenômeno da violência contra as mulheres e sobre vários aspectos da abordagem jurídico-social da Lei Maria da Penha e de outras estratégias jurídicas para o enfrentamento da violência contra a mulher. Esse material será importante para a construção dos marcos teóricos que subsidiará a análise aqui proposta.

Os dados diretos correspondem a documentos (legislação, relatórios produzidos por órgãos públicos e por organizações não governamentais, livros sobre teoria e dogmática jurídicas e jurisprudência) e três entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres profissionais do direito. Neste caso, a proposta é organizar e analisar esse material buscando produzir inferências relativas ao nosso objetivo principal. As técnicas específicas utilizadas para coleta e organização desse material serão discutidas nos momentos em que tais dados forem apresentados ao longo do trabalho.

No primeiro capítulo, buscarei apresentar as linhas teóricas e os conceitos que subsidiam o entendimento dos argumentos desse trabalho. Ao fazê-lo, quero também favorecer a apresentação às leitoras e aos leitores de alguns referenciais do debate feminista sobre o direito produzido nas últimas três décadas? entre feminismos do Norte e latino-americanos, incentivando uma compreensão sobre questões comuns colocadas neste domínio e mapeando a produção acadêmica jurídica recente dessa área no Brasil.

No segundo capítulo, apresento aspectos da trajetória de luta dos movimentos feministas e de mulheres que possam auxiliar na compreensão do processo de criação da Lei Maria da Penha e de construção do *projeto jurídico feminista* da qual ela é parte importante. O propósito aqui é explicitar como a luta que culminou na aprovação da Lei Maria da Penha está associada, em termos de estratégias político-jurídicas, a uma significativa ampliação da capacidade do movimento feminista brasileiro em desafiar o poder do direito.

Por fim, no terceiro e último capítulo, apresento os elementos do projeto jurídico feminista brasileiro, os contornos desse projeto e sua interação com o sistema de justiça brasileiro, a partir dos desafios para a implementação da Lei Maria da Penha. Além de me dedicar aqui a sistematizar a fundamentação para o argumento principal do trabalho - a Lei Maria da Penha como eixo articulador da crítica feminista ao direito brasileiro - busco apresentar como as disputas feministas produzidas por quase três décadas no campo do direito, pela criação de instituições públicas para o enfrentamento da violência e de todas as formas de discriminação contra a mulher, têm desafiado o poder direito em razão de uma utopia radical de democracia, expressa na aspiração à paridade total.

Há algumas desobediências intencionadas ao padrão de normalização previsto na ABNT. A principal delas que eu acho importante explicitar aqui diz respeito ao uso do nome completo das autoras e autores, ao menos na primeira vez em que me refiro aos seus textos. Isso porque esse trabalho também tem como proposta não colaborar com a sonegação da produção acadêmica de mulheres, já pouco conhecidas no campo do direito, com o uso do patronímico.

2 CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS À ANÁLISE DO DIREITO: ENTRE O PODER DO DIREITO E A SUBVERSÃO DO FEMINISMO

Esse primeiro capítulo tem como objetivo apresentar as linhas teóricas e os conceitos que subsidiam o entendimento dos argumentos deste trabalho. Também pretendo aqui organizar alguns referenciais do debate feminista sobre o direito produzidos nas últimas décadas de modo a dar visibilidade às interlocuções feitas entre feminismos do Norte e latino-americanos, no intuito de favorecer uma compreensão sobre questões comuns colocadas neste domínio e explicitar parte da complexidade que tem estimulado a produção acadêmica recente nessa área no Brasil.

2.1 Feminismos, patriarcado, gênero e colonialidade: conceitos e abordagens teóricas

O termo feminismo é utilizado em duas acepções: como ação política (movimentos sociais feministas) e como perspectiva teórica (teorias feministas). O uso no plural – feminismos - procura reforçar a existência de um campo de práticas políticas e teóricas muito variadas, com distintas tendências e compreensões sobre os modos de entender a sujeição das mulheres nas sociedades contemporâneas e sobre as propostas teóricas ou estratégias políticas de transformação dessa realidade.

As combinações entre feminismo e outras linhas ideológicas ou outros sistemas de opressão têm dado origem a feminismos muito variados, como: liberais, socialistas, radicais, culturais, pós-modernos, negros, decoloniais, populares, ecológicos, indígenas, camponeses. Entre esses vários feminismos, há divergências, tensões e hierarquias. É difícil sustentar que exista um único modelo feminista de análise teórica ou de ação política. O elemento em comum frequentemente encontrado diz respeito ao questionamento realizado acerca das posições de subordinação que as mulheres têm vivido nas diversas sociedades, pautado no interesse de transformar a realidade analisada.

Conforme apontado por Heleieth Saffioti (2001), apesar de o sexismo ser uma preocupação central do feminismo, os modelos de análise e as respostas à dominação sexista não guardam uma mesma matriz, tampouco se referem, exclusiva ou necessariamente, ao conceito de sexo ou de sexo/gênero. Como partem de realidades e

experiências distintas vividas pelas mulheres, os variados feminismos oferecem respostas distintas à estrutura de dominação sexista, a depender, por exemplo, da forma como articulam as categorias sexo e gênero com outras categorias de análise como raça, etnia e classe social.

A própria Saffioti (2001) buscou compreender o sistema de exploração-dominação ou dominação-exploração baseado no sexo/gênero como algo que permeia todos os níveis institucionais, seja na esfera privada ou na pública, de modo imbricado com outros sistemas, como o capitalismo e o racismo, fundindo-se em um único sistema de dominação-exploração (nó de opressões). É impossível isolar a responsabilidade de cada um desses três sistemas (patriarcado-racismo-capitalismo) pelas discriminações e violências praticadas contra mulheres. Isso não significa que a simbiose entre eles seja harmônica ou pacífica, mas sim uma unidade contraditória. A depender das circunstâncias históricas, cada uma das contradições que integram o “nó” frouxo e móvel formado entre as estruturas de gênero, de raça/etnia e de classe social adquirem relevos distintos e resultarão em formas específicas de opressão vividas por cada mulher ou grupos relativamente homogêneos de mulheres (SAFFIOTI, 2001).

Da mesma forma, tomando como ponto de partida o racismo atuante no Brasil, de natureza sistêmica e institucional, o feminismo negro brasileiro tem utilizado o conceito de *racismo patriarcal e heteronormativo* para se referir aos sistemas de hierarquização de gênero formados a partir da raça. De acordo com Jurema Werneck e Nilza Iraci, (2016, p. 11), a expressão:

É um modo de definir o racismo atuante no Brasil e seus modos de atuação diferenciada a partir do sexismo e das fobias LGBT. O conceito permite chamar atenção para os diferentes processos que atuam na produção da subordinação de indivíduos e grupos, jogando luz ao fenômeno denominado de interseccionalidade. Sob o racismo patriarcal heteronormativo, processos de subordinação, violência e inferiorização das pessoas negras adquirem ferramentas que atingem de forma específica todas as que se situam em posições femininas dentro do espectro das identidades de gênero.

O conceito *racismo patriarcal e heteronormativo* permite entender, por exemplo, como qualquer dinâmica na pirâmide social tende a favorecer a maior mobilidade social às mulheres brancas, sobretudo as heterossexuais, situando-as em uma posição de superioridade em relação aos homens negros e às mulheres negras e, em muitas situações, às lésbicas, gays, travestis e transexuais dos distintos grupos raciais (WERNECK; IRACI, 2016). Da mesma forma, conseguimos entender por que, embora com as conquistas em termos de direitos das mulheres, essas conquistas acabam por

produzir efeitos, primeiramente ou apenas, às mulheres brancas, de classes médias e altas e heterossexuais.

Com a extensão dos direitos políticos às mulheres que ocorreu no início do século XX, por exemplo, as analfabetas e maiores de idade que não eram casadas ou tinham renda própria continuaram fora da vida pública (a maioria mulheres trabalhadoras rurais e negras). As conquistas relativas aos direitos sociais ligados ao trabalho não beneficiaram todas as mulheres de modo homogêneo: as trabalhadoras rurais e trabalhadoras domésticas, por exemplo, tiveram seus direitos reconhecidos em momento muito posterior ao que se deu o reconhecimento dos direitos das trabalhadoras urbanas de camadas médias e altas.

Podemos, também, exemplificar com a própria Lei Maria da Penha. Mesmo considerando-a como um marco jurídico inovador, muitas feministas negras têm alertado para o fato de que tal dispositivo legal não tem conseguido realizar um enfrentamento à violência doméstica de modo interseccional, combinando raça e gênero, além de estar produzindo efeitos indesejáveis que recaem, com maior frequência e intensidade, sobre as populações negras. Todavia, são as mulheres negras as que mais sofrem agressões físicas e são as mais expostas à violência no âmbito doméstico em relação às mulheres brancas⁸. Nos últimos anos (2003-2013), houve aumento de 54.2% dos assassinatos de mulheres negras⁹. É a população negra que enfrenta os maiores obstáculos para o acesso à justiça e para a garantia de direitos. É ela, também, a mais afetada pelas perspectivas punitivistas ligadas à lei. Quando o foco da aplicação da lei é a punição dos agressores, o sistema de justiça acaba por produzir consequências indesejáveis em termos de racismo. De acordo com Ana Luiza Pinheiro Flauzina (2015, p. 129):

A vulnerabilização dos direitos se dá tanto na defesa dos réus, no contexto de uma justiça criminal que tem como seu mantra principal o encarceramento massivo de homens e mulheres negras no Brasil, quanto da perspectiva das vítimas de violência doméstica e familiar, que também tem as mulheres negras como parte substantiva de sua clientela.

Quando a compreensão da violência doméstica contra as mulheres é feita de modo a considerar a combinação entre raça, fica difícil sustentar qualquer tipo de separação entre as esferas do público e do privado. De acordo com os dados apresentados no Dossiê Mulheres Negras (ROMIO, 2013), o controle sobre a imagem

⁸ Os dados completos estão disponíveis no *Dossiê Mulheres Negras retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* (ROMIO, 2013).

⁹ Ver, nesse sentido, o *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil* (WASELISZ, 2015).

da mulher negra e sua exposição à violência e violação de direitos na mídia e na vida pública estão associados à maior prevalência da violência contra as mulheres negras praticadas por seus companheiros ou ex-companheiros. Isso porque, as mulheres negras vítimas de violência doméstica, quando o agressor é seu companheiro ou ex-companheiro, sofrem as agressões tanto no espaço público, quanto na esfera privada (sua residência ou casa de familiares e amigos) em maior proporção do que as mulheres brancas. Isso pode estar associado ao cuidado da imagem da mulher branca no espaço público e suas respectivas proteções neste espaço, algo que ocorre com menor frequência para a mulher negra.

Rita Laura Segato (2012) tem buscado explicitar a continuidade da dominação colonial na relação entre o Estado e as mulheres indígenas, expressa na violência direta (genocídio dos povos indígenas), no terror e na expropriação territorial. Para ela, a crueldade e o desamparo das mulheres aumentam na medida em que a modernidade e o mercado (*frente colonial/estatal-empresarial-midiático-cristão*) se expandem e anexam novas regiões¹⁰. Por isso, mesmo com todo o aparato jurídico de direitos das mulheres construído desde a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de 1993, persiste uma escala crescente de “genocídio de gênero”, especialmente, sobre povos tradicionais e indígenas:

O Estado entrega aqui com uma mão aquilo que já retirou com a outra: cria uma lei que defende as mulheres da violência à qual estão expostas porque esse mesmo Estado já destruiu as instituições e o tecido comunitário que as protegia. O advento moderno tenta desenvolver e introduzir seu próprio antídoto para o veneno que inocula. O polo modernizador da República, herdeira direta da administração ultramarina, permanentemente colonizador e intervencionista, debilita autonomias, irrompe na vida institucional, rasga o tecido comunitário, gera dependência e oferece com uma mão a modernidade do discurso crítico igualitário, enquanto com a outra introduz os princípios do individualismo e a modernidade instrumental da razão liberal e capitalista, conjuntamente com o racismo que submete os homens não brancos ao estresse e à emasculação (SEGATO, 2012, p. 110).

Por meio das políticas de enfrentamento à violência doméstica entre comunidades indígenas, o Estado realiza uma espécie de “intrusão molecular”: apodera-se das estruturas que ordenam a vida nesses contextos, capturando as instituições do mundo da aldeia. As hierarquias de gênero próprias da vida em comunidade, definidas pela autora como patriarcado de baixo impacto, convertem-se em patriarcado moderno

¹⁰ A autora apresenta a expressão no texto: *La norma y el sexo: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonialidad* (SEGATO, *La norma y el sexo. Frente estatal, patriarcado, desposesión, colonialidad*, 2016).

de alto impacto e com maior capacidade de dano, mudando, assim, o padrão da vitimização das mulheres indígenas.

As autoras citadas (Rita Laura Segato, Jurema Werneck, Nilza Iraci e Ana Luiza Pinheiro Flauzina) e várias vertentes feministas têm acionado o conceito de colonialidade, como estrutura de dominação e de exploração das mulheres, em suas formulações analíticas e em suas práticas políticas a partir do chamado *Sul global*, questionando as heranças de dominação e de subalternidade, inclusive do feminismo *mainstream* – feminismo hegemônico, feminismo branco ou feminismo do Norte global. Essa categoria, colonialidade (e decolonial), não emerge do próprio campo de estudos feminista, mas das teorias pós-coloniais, dos estudos da subalternidade e, um pouco antes, das teorias da dependência na América Latina e dos projetos de libertação independentistas que surgem em diversas regiões colonizadas do mundo.

De acordo com Yuderkys Espinosa Miñoso e Rosario Castelli (2011), a aproximação entre feminismo e colonialidade foi ensejada por, ao menos, duas tradições críticas que compõem um programa amplo de denúncia e de desconstrução do saber pretensamente universalista das ciências sociais e humanas e também do feminismo branco ocidental: a) o repertório de epistemologias feministas que tem questionado, desde os anos 1970, os critérios de exclusão das experiências de mulheres e de outras comunidades marginalizadas na produção do conhecimento. Essas perspectivas têm proposto a desconstrução do saber clássico moderno, de seus relatos hegemônicos, da sua produção de conhecimento sobre “o outro” e de sua promessa de produção de uma verdade objetiva, neutra e de caráter universal que oculta seu caráter burguês, branco, euro e androcêntrico¹¹; e b) as reflexões das feministas contra-hegemônicas, lésbicas, autônomas e antirracistas que denunciam a colonização discursiva das mulheres do terceiro mundo por parte da produção do feminismo do Norte global¹², criticando a categoria mulher formulada pelos feminismos branco hegemônico, universalista, essencialista e homogeneizante¹³.

Dessa associação entre feminismo e o campo de estudos sobre a dominação colonial e os grupos subalternos na América Latina, o feminismo latino americano tem

¹¹ Nesse sentido, podemos destacar autoras como Donna Haraway, Sandra Harding e Diana Maffía.

¹² Ver, por exemplo, as críticas à academia norte-americana formuladas por Gayatri Chakravorty Spivak e por Chandra Mohanty.

¹³ Nesse sentido, são fundamentais os aportes de feministas como: Gloria Anzaldúa, Ana Castillo, Norma Alarcón, Bell Hooks, Audre Lorde, Patricia Hill Collins, Barbara Smith, Cheryl Clarke e Angela Davis.

construído suas próprias referências críticas¹⁴, pautadas na compreensão de uma matriz de dominação em que as categorias “raça”, “classe”, “gênero” e “sexualidade” são vistas como variáveis imbricadas umas nas outras, e dedicadas a recuperar o legado de mulheres indígenas e negras a partir da América, problematizando sua invisibilidade no interior dos feminismos hegemônicos (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014).

De acordo com Karina Bidaseca (2012), com o uso da categoria colonialidade, os feminismos latino-americanos propõem a elaboração de um conhecimento (epistemologia) situado, que tome como ponto de partida a vida das “Outras” do feminismo hegemônico: indígenas, camponesas, afrodescendentes, diaspóricas, migrantes, lésbicas, trabalhadoras operárias, trabalhadoras do sexo, trans, dentre outras. Esses feminismos latino-americanos estão pautados no compromisso ético-político de reverter as condições históricas que produzem o lugar de subalternidade e de violência contra essas mulheres. Da mesma forma, eles criticam a colonialidade discursiva dos feminismos hegemônicos, buscando observar os mecanismos de fixação das identidades, a colonização autoimposta nos estudos feministas latinos e a relação de ambivalência entre colonizador/colonizada.

Com relação à subalternidade, Karina Bidaseca, a partir de um diálogo crítico com as formulações de Guatari Spivak Homi Bhabha e Franz Fanon, sugere uma abordagem que acentua a situação de hibridismo, ambivalência, mimese e estereotipia dos sujeitos relacionados a tal conceito:

Subalterno no es simplemente sinónimo de “oprimido”, sino de aquella persona que no puede ser representada, que no habla ni por la cual podemos hablar. El subalterno es un sujeto sin voz: es el proletariado, las mujeres, los campesinos, las minorías, etc. que no pueden hablar porque, si lo hicieran, dejarían de ser subalternos. (...) (E)l subalterno no necesariamente es un sujeto colonizado, excepto cuando es silenciado. El silenciamiento del subalterno es, según mi tesis, otras de las formas que adoptaron el colonialismo y, contemporáneamente, la colonialidad. (...) El colonizado se encuentra cercado en la situación colonial; inmovilizado. Pero su identidad se constituye en un espacio híbrido, ambivalente, estereotipado, mimetizado(...). La relación colonial entraña la disolución del discurso occidental mediante su continua e inevitable interpretación en un medio social, religioso y cultural diverso. No sólo, pues, el colonizador construye discursivamente al colonizado -como habría dicho Fanon- sino que también el colonizado construye al colonizador, o éste se construye a sí mismo asumiendo la imagen de sí que procura la adopción del punto de vista del colonizado (BIDASECA, 2010, pp. 35-37).

¹⁴ A maior parte dessas críticas foi formulada por autoras como: Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Lélia Gonzáles, Julieta Paredes, Breny Mendoza, Ochy Curiel, Rita Segato, Francesca Gargallo, Ana Reis e Karina Bidaseca.

Nesse quadro reflexivo, não apenas as dicotomias sexuais/de gênero (homem/mulher, feminino/masculino) e étnico-raciais-culturais (negro/branco, indígena/civilizado, elite/povo) são problematizadas, mas também dicotomias territoriais (campo/cidade, urbano/rural, centro/periferia, norte/sul, aldeia/Estado etc.) e de conhecimento (moderno/tradicional, desenvolvido/atrasado etc.). O diálogo com as diversas tradições feministas acadêmicas hegemônicas pela produção teórica dos Estados Unidos e da Europa não é algo negado por tais vertentes, mas questionado em seu caráter quando tais tradições feministas acadêmicas não consideram a articulação entre gênero e raça, entre identidades culturais e identidades de gênero, ou o estreito vínculo entre racismo, imperialismo e práticas e ideologias patriarcais. A incorporação das críticas dos feminismos populares (indígenas, camponeses, terceiro-mundistas, periféricos e outros) aos debates feministas acadêmicos se torna condição fundamental para a construção de alianças feministas estratégicas mais horizontalizadas.

Desses estudos, surge uma nova maneira de se interpretar a categoria mulheres na frase “violência contra as mulheres” e as formas de discriminação e violência contra elas. Ao invés de assumir o termo “mulher” como um conceito homogêneo, é necessário considerar as assimetrias de poder no interior do conceito mulher ou mulheres, pois analisar essas assimetrias é central para entender a construção social envolvendo a suposta inferioridade de algumas mulheres e a suposta superioridade de outras. Além disso, passa a ser importante compreender o legado colonial na construção do lugar social e de trabalho das mulheres subalternas e na manifestação das múltiplas formas de violência e de discriminação que as atinge e as vulnerabiliza.

A feminista negra brasileira Lélia Gonzalez, nos anos 1980, refletindo sobre a realidade de exclusão vivida pelas mulheres brasileiras negras e indígenas, fez importantes críticas ao feminismo hegemônico e lançou bases importantes para a descolonização do saber e da produção do conhecimento nas ciências sociais. A categoria criada por ela, *amefricanidade*, refere-se às experiências comuns de mulheres e homens negras na diáspora e às experiências de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial. Com essa categoria, ela pretende dar visibilidade às dimensões de discriminação, violência e exclusão que estão invisíveis nas abordagens de gênero que se constroem desvinculadas de raça/etnia.

Nas abordagens, portanto, que trabalham com a categoria de colonialidade, *raça* se configura como um eixo prioritário para a elaboração do *ponto de vista feminista* e

como categoria analítica para se compreender o racismo e a discriminação racial no Brasil, problematizando a violência e a discriminação contra as mulheres. De acordo com Sueli Carneiro (2005), raça é uma construção discursiva com poder efetivo de ditar o destino social das mulheres e homens negros, por meio dos limites impostos pela prática do racismo, corporificando a realidade social. Quando centramos a categoria *mulheres negras* para problematizar os tipos de violência contra as mulheres, por exemplo, várias outras dimensões de violência são realçadas. Para a autora (CARNEIRO, 2003, p. 122):

Tem-se reiterado que, para além da problemática da violência doméstica e sexual que atingem as mulheres de todos os grupos raciais e classes sociais, há uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a autoestima. Esses são os efeitos da hegemonia da “branquitude” no imaginário social e nas relações sociais concretas. É uma violência invisível que contrai saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras, resvalando na afetividade e sexualidade destas. Tal dimensão da violência racial e as particularidades que ela assume em relação às mulheres dos grupos raciais não-hegemônicos vem despertando análises cuidadosas e recriação de práticas que se mostram capazes de construir outros referenciais.

Patricia Collins¹⁵, nos anos 90, ao conceituar o feminismo, consegue expressar de forma bastante radical o necessário compromisso de toda práxis feminista com as classes e grupos subalternos:

O feminismo é uma teoria política e uma prática que luta por libertar todas as mulheres negras, mulheres trabalhadoras, mulheres pobres, mulheres deficientes, mulheres lésbicas, mulheres de terceira idade - bem como mulheres brancas economicamente privilegiadas e heterossexuais. Qualquer visão diferente desta de total liberdade não é feminismo. Apenas um auto engradecimento feminino (SILVA J. d., 2014, p. 15)

A expressão cunhada por Sueli Carneiro (2003, p. 118), *enegrecendo o feminismo*, referente à história das mulheres negras no interior do movimento feminista negro, também revela esse mesmo compromisso:

Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídas em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher,

¹⁵ Tomo aqui na tradução feita por Joselina da Silva.

negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil.

Outra categoria utilizada por muitas vertentes do feminismo, não sem controvérsias sobre o seu significado¹⁶, é *Patriarcado*, em geral para nomear os sistemas ou relações de subordinação das mulheres e, por meio dele, elaborar críticas severas, sobretudo, aos principais fundamentos organizadores da concepção liberal e contratualista de Estado Moderno. Na sociologia clássica, o termo foi frequentemente usado para se referir a uma estrutura pré-moderna ou a uma força tradicional do passado de organização da opressão das mulheres (e seus descendentes e escravos) pelos homens. Todavia, teóricas como Carole Pateman (1996) têm buscado compreendê-lo como sistema constitutivo da modernidade e da forma como, ainda hoje, os Estados estão estruturados.

De acordo com Pateman (1996), o liberalismo (doutrina individualista, igualitária e convencionalista) e o patriarcalismo (doutrina que sustenta as relações hierárquicas de subordinação entre homens e mulheres, pautadas nas diferenciações tidas por naturais entre os sexos), apesar de se originarem historicamente como antagônicos, chegaram a uma espécie de “conciliação” por meio da resposta que os contratualistas do século XVII deram à questão sobre quem deveria ser considerado como indivíduos livres e iguais. As mulheres foram excluídas do argumento individualista da perspectiva liberal, por consistirem em seres que, naturalmente, encontram-se subordinadas ao poder marital ou do chefe familiar. O poder político, por ser convencional e resultante de uma vontade livre e racional, só poderia ser exercido por indivíduos adultos, livres e iguais. Assim é que o poder político será relacionado ao poder dos indivíduos livres e iguais que o exercem na esfera pública, em contraposição ao poder paternal (do chefe da família), mais especificamente, o poder dos homens (maridos e pais) sobre as mulheres (esposas) e filhos ou filhas, exercido na esfera privada ou doméstica, tendo seu fundamento não em uma convenção social, mas na própria lei da natureza (o mais forte deve governar o mais fraco).

Sylvia Walby (1990) também é outra referência importante que procura compreender o patriarcado como constitutivo da forma de poder como os Estados, ainda hoje, estão estruturados e de modo articulado com o capitalismo e com o racismo. Para

¹⁶ Além disso, os feminismos têm buscado entendê-lo como “um conceito historicamente referido”. e passou a ser utilizado para explicar a condição feminina na sociedade e as bases da “dominação-exploração” (SAFFIOTI, 2001).

a autora, o conceito de patriarcado é fundamental para qualquer análise sobre a desigualdade entre os gêneros, significando "um sistema de estruturas sociais inter-relacionadas através das quais os homens exploram as mulheres" (1990, p. 20). Ele não é uma estrutura estática, ganhando contornos específicos a depender do tempo histórico e das múltiplas formas de interação entre capitalismo e racismo.

A autora identifica seis estruturas pelas quais o patriarcado opera: as *relações de produção na esfera doméstica*¹⁷, as *relações patriarcais no trabalho assalariado*¹⁸, as *relações patriarcais no Estado*¹⁹, a *violência masculina*²⁰, as *relações patriarcais na sexualidade*²¹ e as *instituições culturais patriarcais*²². São estruturas reais e profundas e, a partir da análise sobre cada uma delas, é que podemos capturar as variações nas relações de gênero nas sociedades ocidentalizadas. Em cada uma delas, é possível identificar conjuntos de práticas patriarcais mais ou menos sedimentadas. Apesar do relativo grau de autonomia entre cada uma, elas interagem entre si, atualizando o patriarcado que produzirá efeitos a serem incorporados em qualquer instância empírica específica (relações culturais, políticas e econômicas).

Ela também distingue duas formas diferentes de patriarcado: o patriarcado privado - exercido pelo chefe de família dentro do núcleo familiar - e o patriarcado público - mais coletivo na forma, pois mulheres são envolvidas em domínios públicos (como a política e o mercado de trabalho), mas permanecem segregadas do poder e do *status*. O Estado, para Walby (1990), não apenas tem a função de modelar as relações de gênero por meio das regulamentações relativas, por exemplo, ao divórcio, ao casamento, ao aborto, à anticoncepção, à discriminação salarial, à sexualidade, à prostituição, à pornografia, ao estupro e à violência contra a mulher, mas também de neutralizar as exigências feministas através de várias concessões que, embora melhorem

¹⁷ É através dessa estrutura que o trabalho doméstico das mulheres é expropriado por seus maridos ou pessoas que com ela coabitam.

¹⁸ O mundo do trabalho assalariado exclui as mulheres das melhores formas de trabalho e as segrega nos piores empregos considerados menos qualificados ou com as piores remunerações e garantias.

¹⁹ Embora o Estado seja um local de lutas e não uma entidade monolítica, ele tem um viés sistemático em relação aos interesses patriarcais em suas políticas e ações.

²⁰ A violência masculina constitui uma estrutura adicional, apesar de ser composta por atos individuais e formas variadas. É comportamento rotineiramente experimentado pelas mulheres, com efeitos devastadores sobre a maioria delas. A violência masculina é sistematicamente tolerada e legitimada pela recusa do Estado em intervir contra ela, exceto em casos excepcionais.

²¹ A heterossexualidade compulsória e o duplo padrão sexual (formas diferentes de se vivenciar a sexualidade a depender do gênero) são duas das principais formas dessa estrutura.

²² Esta estrutura é composta por um conjunto de instituições que criam a representação sobre as mulheres a partir de um olhar patriarcal em uma variedade de arenas, como religiões, educação e mídia. Tais representações influenciam os processos de construção identitária e subjetiva das mulheres, propondo normas de comportamento e atuação aceitáveis a elas.

a situação, não eliminam os obstáculos fundamentais para a igualdade feminina. Nesse sentido, ela destaca que, embora tenha havido, nas últimas décadas, mudanças importantes que têm facilitado a entrada das mulheres na esfera pública, não há tantas que melhorem a posição das mulheres nela. São também as mulheres que têm sofrido desproporcionalmente mais os efeitos perversos das políticas neoliberais que diminuem direitos sociais.

Uma variante do conceito de patriarcado (despatriarcalização) tem sido utilizada por movimentos feministas de países latinos que passaram, recentemente, por processos constituintes²³. A reivindicação por despatriarcalização nomeia as demandas endereçadas aos Estados para que, nos marcos de suas novas Constituições políticas, concentrem suas energias em combater o racismo e o patriarcado, sustento da colonialidade. De acordo com Maria de Lourdes Zabala (ZABALA, 2012, p. 173), a despatriarcalização do Estado diz respeito ao processo amplo de transformação do Estado por meio de reformas políticas promovidas em seu interior e por mudanças sociais mais amplas, visando-se combater a lógica “androcêntrica, autoritária e hierárquica” das instituições públicas.

Da mesma forma, Marlise Matos e Clarisse Goulart Paradis (2014) têm chamado de esforços de despatriarcalização do Estado brasileiro as recentes articulações, orquestradas e reflexivas, do movimento feminista local para a criação de políticas públicas e de mecanismos institucionais no âmbito dos poderes públicos voltados para as mulheres. As autoras partem de uma concepção de Estado como sendo “um recurso de poder em si mesmo, na medida em que é capaz de mobilizar outros recursos (sejam materiais, sejam simbólico-culturais e, claro, políticos) de poder”. Também consideram as mudanças recentes nas estratégias de ação política das feministas que, passaram a ocupar cada vez mais espaços dentro de dois poderes centrais (Legislativo e Executivo), para que pudessem promover ações descolonizadoras. Propõem, a partir daí, entender como despatriarcalização “qualquer tipo de esforço no sentido de desconstruir, desestabilizar, combater e remediar as práticas, noções, valores e fundamentações patriarcais presentes no âmbito dos Estados e sociedades latino-americanas” (PARADIS, 2013, p. 22).

Nos anos 1970, em meio ao vigor da chamada segunda onda dos movimentos feministas, multiplicaram-se rapidamente nas universidades norte-americanas e

²³ O termo foi utilizado inicialmente pelos movimentos feministas bolivianos no contexto do processo constituinte vivido recentemente.

européias os cursos e os centros de estudos sobre a mulher, dedicados a constituírem correntes próprias e abordagens teóricas e metodológicas que privilegiassem paradigmas interdisciplinares e a experiência das mulheres como fonte de conhecimento. Uma das inovações com grande repercussão nas ciências sociais e humanas dessa época foi a elevação do termo *gênero* à categoria de análise.

O uso de gênero nos estudos feministas popularizou-se rapidamente, pois oferecia condições para o rechaço das explicações deterministas e biológicas que usavam os termos “sexo” e “diferença sexual” para construir um rol de atributos naturais do homem e da mulher e, daí, justificar diversas formas de subordinação feminina. Ele também favoreceu que as discussões dessem ênfase ao papel das relações sociais na construção das características atribuídas aos sexos e, desse modo, apreendessem que os significados do que é ser mulher e ser homem, ou do que são consideradas características humanas “femininas” e “masculinas”, não são decorrências “naturais” do sexo, mas sim construídos socialmente (KOHEN, 2000, p. 75).

Um dos efeitos que o uso do termo gênero provocou nos estudos feministas foi o crescente questionamento sobre o caráter reducionista e excludente da identidade mulher, ainda que no plural (mulheres)²⁴. Além disso, por ser uma categoria relacional, as discussões sobre masculinidades e outras identidades (gays, lésbicas, transexuais e travestis) passaram a ser frequentes nos estudos de gênero. Outros marcos teóricos como as teorias da performatividade, a teoria *queer* e questionamentos sobre as sexualidades, identidades e subjetividades dissidentes irão incidir fortemente nos estudos de gênero.

O aumento expressivo dos questionamentos sobre gênero, em detrimento dos estudos feministas baseados na categoria mulher ou mulheres²⁵, foi tão significativo²⁶ que, somado às críticas dos feminismos negros, decoloniais e das teorias *queer*, tem provocado um movimento de ampliação dos “sujeitos do feminismo” e de crítica a todo

²⁴ Muitas teóricas, nos anos 1990, questionaram a possibilidade de se haver ou não possibilidades de haver “um sujeito” do feminismo. Uma das autoras mais conhecidas nesse sentido é Judith Butler (2003).

²⁵ A crítica com relação à categoria mulher, em geral, diz respeito ao caráter essencialista do termo, pois ele pressupõe que haja uma homogeneidade entre as mulheres. Todavia, sem desconsiderar tais efeitos, algumas teóricas sustentam a necessidade, em termos políticos, do uso da categoria mulher em relação a gênero, cujos usos por vezes tem se convertido em masculinidade. Nesse sentido, Chantal Mouffe (1993) sugere que a política feminista não seria dedicada a defender interesses das mulheres enquanto tais, mas em transformar os discursos, as práticas e as relações sociais em que mulher significa subordinação.

²⁶ Para entender alguns dos termos dessa discussão, sugiro o artigo de Claudia Bacci, Laura Fernández, Alejandra Oberti (2005) que apresenta o debate feito por J. Butler e N. Fraser sobre o papel do feminismo na esquerda e no contexto do capitalismo contemporâneo.

tipo de binarismo ou pensamento dicotômico constitutivo de várias vertentes do feminismo hegemônico.

Apesar de gênero e de patriarcado não se situarem em um mesmo campo de referências, o uso de um conceito não tem resultado, necessariamente, na exclusão de outro. Muitas análises têm feito o uso simultâneo dos termos “patriarcado” e “gênero”. No entanto, a categoria gênero abriu a possibilidade de realização de novos questionamentos, uma vez que a categoria patriarcado parecia dar conta de explicar todo um conjunto de relações sociais produtoras de desigualdade entre os gêneros. Por outro lado, os estudos de gênero não garantem respostas completas sobre uma forma histórica de dominação ou de exploração (MACHADO, 2000). As abordagens de Saffioti e de Werneck & Iraci acima apontadas são exemplos de propostas analíticas que associam gênero e patriarcado, de modo articulado também com outras categorias como raça e classe social.

O conceito de *interseccionalidade* também ganha espaço nos estudos, nas ações políticas feministas e de gênero e nas agendas públicas e documentos oficiais, de órgãos nacionais e internacionais, ligados a direitos humanos das mulheres. A metáfora da intersecção foi utilizada inicialmente por Kimberle Crenshaw (2002) com o propósito de enfatizar a existência de vários eixos de poder (raça, etnia, gênero, classe social etc.) que se entrelaçam tais como avenidas em uma grande cidade que transcorrem de forma independente, mas com várias intersecções entre si. Nesses vários eixos de poder, as dinâmicas do desempoderamento se transformam.

Com o uso do termo intersecção, a autora quer afirmar a coexistência de diversos fatores ou eixos de poder (racismo, patriarcado e a opressão de classe, por exemplo) que se sobrepõem na vida de uma pessoa de um modo único e qualitativamente diferente e produzem dimensões diferentes de subordinação que não podem ser analisadas como simples somatória de fatores. É por essa categoria que a autora propõe analisar a situação de grupos marcados por múltiplas opressões, como é o caso das mulheres racializadas:

As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o ‘tráfego’ que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações os danos resultam de colisões simultâneas.

Esses são os contextos em que os danos interseccionais ocorrem - as desvantagens interagem com vulnerabilidades preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A análise interseccional suscita a reflexão sobre as dinâmicas de privilégios e exclusões que emergem quando não prestamos suficientemente atenção às pessoas que se encontram no ponto de intersecção entre distintas desigualdades. No caso da violência de gênero, o conceito de interseccionalidade nos permite entendê-la não como um fenômeno monolítico, mas multifacetado e marcado por dimensões de diferenciação social baseadas em gênero e, também, em raça, classe social, orientação sexual, nacionalidade, idade, religiosidade etc. Consequentemente, é possível rechaçarmos abordagens que consideram que um tipo de política ou estratégia vale para todas as mulheres, em favor de medidas que valorizem uma análise que caminhe no sentido “de baixo para cima”, ou dos dados mais contextuais sobre determinada situação de violência aos fatos “que modelam as vidas e as oportunidades das mulheres marginalizadas” (CRENSHAW, 2002, p. 184).

Crenshaw (2002) diferencia *interseccionalidade estrutural*, relativa às consequências da intersecção de várias desigualdades na vida das pessoas, da *interseccionalidade política*, que afeta a forma como essas desigualdades são contempladas e como são abordadas. Assim, a interseccionalidade opera tanto como categoria analítica, como também serve para colocar em evidência a necessidade de que políticas públicas tomem em consideração essa perspectiva para desenhar respostas institucionais mais adequadas em termos de eficácia e efetividade.

Tendo como sua matriz o feminismo negro, o uso de tal conceito não pode ser realizado sem que se dê relevo à compreensão sobre as relações de violência e discriminação que afetam, sobretudo, as mulheres negras. Nos estudos sobre violência doméstica, ele nos possibilita dar relevo à subalternização histórica das mulheres negras, ampliar nossa compreensão sobre as formas de violência e discriminação que afetam tal grupo de mulheres e buscar o fortalecimento de mecanismos para o reconhecimento de suas demandas.

Neste trabalho, utilizarei formas combinadas dessas definições apresentadas. Ao dizer, por exemplo, feminismo, movimento de mulheres ou movimentos feministas, considerarei o que Marlise Matos (2010) tem chamado de “campo feminista e de gênero” ou, conforme Sonia Alvarez (2014), “campo feminista”, abarcando com o termo a pluralidade de atores e atrizes concernentes às lutas ligadas à redefinição do

status das mulheres, construídas a partir de uma perspectiva crítica e (auto)reflexiva, situada no diálogo fronteiriço entre saberes e demandas de grupos subalternizados, com propósitos emancipatórios. Isso porque, para nós, importa menos a adoção de um quadro teórico único para analisar a Lei Maria da Penha e mais a análise de como o campo feminista tem construído o que estou chamando de *projeto jurídico feminista* a partir de tal Lei.

Partirei do conceito normativo de violência contra as mulheres, tal qual previsto na Convenção de Belém do Pará (e reproduzido quase literalmente na Lei Maria da Penha) e dos usos (políticos e teóricos) que o campo feminista tem feito dele. Assim, de acordo com o artigo 1º da Convenção, violência contra as mulheres é: “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”. Essa definição contempla diferentes formas de violência contra as mulheres que, pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (2011, pp. 21-23), são assim elencadas:

- 1) A violência doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outras, as violências física, psicológica, sexual, moral e patrimonial (Lei 11.340/2006);
- 2) A violência ocorrida na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar;
- 3) A violência perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (violência institucional).

A violência contra as mulheres será compreendida como um tipo de violação dos direitos humanos das mulheres, baseada em relações desiguais entre os gêneros que estão imbricadas com outras relações de desigualdade ou eixos de poder, como raça/etnia, geração e classe, produzindo diferenciadas formas de desigualdade em diferentes espaços – no âmbito doméstico, no trabalho, nas religiões, nas profissões etc. Por isso, toda política pública voltada para o enfrentamento da violência contra as mulheres deve ser estruturada de modo a garantir uma resposta integral capaz de incidir nas relações de opressão em que elas se encontram. De acordo com a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher:

O conceito de violência contra as mulheres, que tem por base a questão de gênero, remete a um fenômeno multifacetado, com raízes histórico-culturais, que é permeado por questões étnico-raciais, de classe e de geração. Falar em gênero, em construção social requer do Estado e demais agentes uma

abordagem intersetorial e multidimensional na qual as dimensões acima mencionadas sejam reconhecidas e enfrentadas. Além do mais, uma política na área de violência contra as mulheres requer uma atuação conjunta para o enfrentamento (prevenção, combate, assistência e garantia de direitos) do problema pelas diversos setores envolvidos, tais como: a saúde, a educação, a assistência social, a segurança pública, a cultura, a justiça, entre outros; no sentido de dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e de garantir a integralidade do atendimento à mulher.

A Lei Maria da Penha entende por violência doméstica e familiar qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause à mulher morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Os termos da Convenção de Belém do Pará enumeram os seguintes tipos de violência doméstica ou familiar: a) a violência física (qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal); b) a violência psicológica (qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação), c) a violência sexual (qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos); d) a violência patrimonial (qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades) e e) a violência moral (qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria).

Outros dois conceitos importantes para esse trabalho são o de violência institucional²⁷ e o de racismo institucional. Para Stella Taquetti (2007), a violência

²⁷ Nos trabalhos de iniciação científica de Julia Campos Leite (2016) e Beatriz Nascimento Nogueira (2015) fizemos a discussão de um tipo de violência institucional contra as mulheres que tem sido bastante tematizada nos últimos anos pelos movimentos feministas brasileiros em razão de sua alta prevalência e

institucional é aquela praticada, seja na modalidade de ação ou de omissão, nas instituições públicas, pelos agentes responsáveis em garantir o acesso das mulheres aos serviços públicos, aos direitos e à justiça.

Já racismo institucional, que também pode ser denominado racismo sistêmico, para Jurema Werneck (2013, p. 18), é um “mecanismo estrutural que garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados”, que pode ser percebido tanto na sua relação direta com os serviços e as instituições que deveriam garantir os direitos da população negra no Brasil, quanto no cotidiano de suas vidas. Conforme a autora, o racismo institucional é:

um modo de subordinar o direito e a democracia às necessidades do racismo, fazendo com que os primeiros inexistam ou existam de forma precária, diante de barreiras interpostas na vivência dos grupos e indivíduos aprisionados pelos esquemas de subordinação desse último (WERNECK, 2013, p. 18).

Os conceitos de *vida precária* e *vulnerabilidade* propostos por Judith Butler para a compreensão da violência também serão relevantes neste trabalho. De acordo com a autora, a violência expõe da forma mais brutal possível a maneira como estamos vulneráveis nas relações humanas e como nosso corpo está aberto à vontade descontrolada do Outro e à sua ação deliberada. O Outro pode me causar sofrimento físico e até a erradicação do meu ser: toda vida é uma vida precária desde o começo, já que a vulnerabilidade do corpo antecede a formação do sujeito. Como seres “encarnados”, estamos sempre funcionando através dessa vulnerabilidade primordial. Sob certas condições simbólicas e materiais, essa vulnerabilidade politicamente se exacerba, o que determina a condição de maior precariedade de algumas vidas: “*Ciertas vidas están altamente protegidas, y el atentado contra su santidad basta para movilizar las fuerzas de la guerra. Otras vidas no gozan de un apoyo tan inmediato y furioso, y no se calificarán incluso como vidas que ‘valgan la pena’*” (BUTLER J. , Vida precaria: el poder de la violencia y el duelo, 2006, p. 58).

Desde o início, portanto, nossa existência e nossa autonomia estão condicionadas a existência de outros indivíduos que nos precedem e estão ao nosso redor. Quando cada um de nós fala sobre a própria sexualidade, seu corpo, seu gênero ou sua posição como sujeito de direitos individuais está se referindo a modos de se

gravidade dos dados. Também temos buscado trabalhar outro tipo de violência institucional nas investigações realizadas por Deíse Camargo Maito e Eller Aguiar: a violência no âmbito universitário contra jovens estudantes, sobretudo negras e LGBTTT.

relacionar marcadas por subordinações e regulações sociais que nos antecedem. Falar sobre si é dar-se conta de uma exterioridade. Ou seja, os termos em que é possível o reconhecimento são articulados socialmente e variáveis. Além disso, os mesmos termos que concedem a condição de humano a certos indivíduos privam outros dessa prerrogativa.

As regulações sociais e as normas (de gênero e raça) têm um caráter dual: elas são desfeitas (ou reforçadas), de forma positiva, para certas pessoas, assegurando a elas o reconhecimento em relação às demais e se desfazem (ou são reforçadas), negativamente, em relação a outras vidas “menos humanas”, quando as privam do reconhecimento necessário. O humano é produzido de forma diferencial por meio do reconhecimento como fonte de poder. Precariedade, para a autora, é a condição *“políticamente inducida en la que ciertas poblaciones adolecen de falta de redes de apoyo sociales e económicas y están diferentemente más expuestas a los daños, la violencia y la muerte”* (BUTLER, 2010, p. 46).

Essa perspectiva explicita a importância em pensarmos a produção diferencial da precariedade, reconhecendo os efeitos ilegítimos e arbitrários da violência estatal que priva certos grupos dos recursos básicos necessários para minimizá-la. Qualquer política progressista ou com finalidades emancipatórias deve insistir menos em reivindicações identitárias que impõem uma “ontologia individualista” – própria do liberalismo – para reconstruir e expandir a crítica política sobre a violência estatal, a partir de uma ontologia que considere sua interdependência com o social que organiza a topografia do que será considerado humano e não humano (MATTIO, 2010).

Há uma ênfase, nas discussões propostas nos próximos capítulos, na prática do Poder Judiciário. Uma das razões refere-se até ao recorte que os diversos trabalhos sobre violência contra a mulher têm realizado historicamente, problematizando as resistências desse Poder à realização dos direitos humanos das mulheres. Outra é que o Judiciário, em sua definição e em sua realização prática, é o principal agente responsável pela administração da justiça brasileira. Ainda, é o Judiciário, em relação aos demais entes ou agentes do sistema de justiça brasileiro, aquele que tem oferecido maior resistência para a sua democratização, tanto em termos de estrutura formal, quanto em relação aos modelos de resposta judicial aos conflitos sociais.

Todavia, neste estudo, quero utilizar também o conceito de sistema de justiça (ou práticas do sistema de justiça) para discutir a efetividade da LMP. Como propus em estudos anteriores (SEVERI, 2016), o conceito de sistema de justiça permite enfatizar

que o fazer jurisdicional, apesar de estar centrado na responsabilidade do Poder Judiciário, é resultante da atuação de outros agentes (Defensoria Pública, Ministério Público, Polícia etc.) ao longo de todo o processo judicial. A sentença judicial, apesar de ser um ato do Judiciário, é construída em meio a uma dinâmica em que partes processuais e as várias autoridades públicas estão, o tempo todo, disputando a prevalência de determinados sentidos sobre o direito ou os modelos de respostas a serem dadas pelo Judiciário à demanda. São dinâmicas marcadas por movimentos contraditórios, heterogêneos, permeados por ambiguidades e contradições.

O termo sistema formal de justiça é comumente empregado para se referir a um conjunto amplo de instituições, agências, textos legais, atores e práticas responsáveis pela administração dos conflitos e pela efetivação de direitos formalmente reconhecidos via Estado.

A Constituição Federal de 1988 garantiu contornos mais democráticos às instituições que compõem o sistema de justiça, um alto nível de independência ao Judiciário, uma reestruturação do Ministério Público, a criação da Defensoria Pública e uma ampliação do sistema de controle de constitucionalidade das leis e de revisão judicial. Ela também organizou um novo padrão de relação entre os Poderes da República e de relação entre Estado e sociedade civil.

O que tem sido problematizado, desde sua promulgação, por muitos estudos no quadro conceitual do acesso à justiça, diz respeito ao questionamento se essa nova organização dos serviços e dos órgãos do sistema de justiça ampliou ou não o acesso à justiça de grupos subalternos, ou se ainda “assistimos à manutenção da exclusão significativa de um conjunto alargado de litígio e de sujeitos de direitos do sistema de justiça” (MARONE, 2013, p. 55).

2.2 Críticas feministas ao direito e teorias jurídicas feministas

As vertentes do pensamento feminista dedicadas a problematizarem o direito têm se consolidado nas últimas décadas em várias regiões do mundo, mas seguindo diferentes ritmos e contornos e dependendo de vários fatores, dentre os quais, a própria interação dos feminismos acadêmicos com os políticos. Mas, como apontarei, a relação entre feminismo e direito é marcada por desconfianças recíprocas, na maioria das vezes formuladas pelas acadêmicas em termos de dilemas e paradoxos.

Os primeiros estudos feministas sobre o direito feitos nos Estados Unidos, lugar em que a interação entre pensamento feminista e o direito ganhou maior proeminência, surgem nos anos 1970 e, no âmbito da academia jurídica norte-americana, tinham como objetivo subsidiar os debates sobre reformas legais e se concentravam em domínios jurídicos específicos (família, divórcio, casamento). Em uma variedade de contextos, as teóricas feministas dissecaram doutrinas jurídicas e os discursos produzidos pelos tribunais para explicitar os mecanismos de discriminação baseados em sexo-gênero e apontar as hierarquias implícitas nos textos legais (BARTLETT, 2012).

Também nesse período e até os anos 1990, era bastante visível a interação dialética entre os estudos produzidos na academia e as práticas políticas feministas voltadas para a conquista de direitos. Alguns desses primeiros trabalhos, por exemplo, foram produzidos com o objetivo de influenciar a Suprema Corte norte-americana e de produzir impactos em mudanças legislativas tendentes a garantir maior igualdade entre homens e mulheres em vários temas. Muitas teóricas feministas norte-americanas estavam, simultaneamente, à frente das principais campanhas por reforma legal (BARTLETT, 2012).

Nos anos 1990, as análises feministas e de gênero multiplicaram-se em praticamente todos os principais ramos do direito e novos métodos e perspectivas analíticas, de caráter interdisciplinar, foram elaborados, de modo a lastrear a afirmação de campos de estudos próprios ou de disciplinas autônomas nos cursos jurídicos de inúmeras instituições acadêmicas. Nomeados como "Teoria Jurídica Feminista", "Jurisprudência Feminista", ou "Estudos de Gênero e Direito", esses cursos geralmente se propuseram a investigar as doutrinas, os discursos, as instituições e a cultura jurídicas por meio de "lentes feministas e de gênero" (CHAMALLAS, 2013).

O tema da mudança social sempre ocupou um lugar proeminente nas teorias jurídicas feministas, ainda que isso fosse um tema gerador de bastante controvérsia. Algumas perspectivas, por exemplo, tendem a argumentar pela possibilidade de transformações no sistema jurídico moderno de matriz liberal em defesa da realização da igualdade e da não-discriminação. Outras teóricas dedicam-se, sobretudo, a demonstrar como as hierarquias básicas de gênero acabam por sobreviver às tentativas de reforma legal e como os padrões de desigualdade são reproduzidos, permanentemente, em formatos novos e atualizados. Todavia, ainda que apostando em formas de enfrentamento ao direito, as teorias feministas sempre nutriram algum grau de desconfiança quanto à capacidade do direito (das reformas legais) em produzir as

mudanças propostas pelas agendas feministas, buscando explicitar as consequências não intencionais que o direito tende a produzir em termos de capacidade de cooptação das agendas progressistas por parte das instituições políticas e jurídicas (CHAMALLAS, 2013).

Não há espaço aqui, neste trabalho, para detalharmos as principais críticas feministas ao direito, seus pressupostos gerais e seus métodos de análise do fenômeno jurídico²⁸. Há numerosos trabalhos nesse sentido que apresentam a riqueza e a complexidade das várias perspectivas, a partir de modelos classificatórios e de categorias também diversificadas. Tomarei como referência a proposta de sistematização de Katharine T. Bartlett (2012) e a forma como ela compreende as variadas perspectivas: não como abordagens distintas e mutuamente excludentes, ou sucessivas historicamente e superadas umas pelas outras, mas como um campo acadêmico próprio de estudo e de modos de análise do direito, composto por várias vertentes que, apesar dos tensionamentos, apresentam contornos permeáveis entre si e um amplo repertório de propostas e *insights* tendentes a desafiar o direito convencional.

Os pressupostos gerais que atravessam as distintas propostas de argumentação feminista sobre o direito seriam: a) a relação indissolúvel entre teoria e prática (conhecimento como práxis), que se diferencia do objetivismo da ciência jurídica liberal predominante; b) a crítica ao caráter androcêntrico do direito e à desvalorização das mulheres e do feminino produzida em todos os âmbitos jurídicos; e c) a interdisciplinaridade, como postulado para a necessária articulação entre saberes jurídicos, conhecimentos empíricos, práticas militantes, formulações sobre ética e justiça.

Em termos de vertentes de abordagens feministas sobre o direito, para Bartlett (2012), há um conjunto amplo de estudos que procuram oferecer instrumental metodológico útil para que juristas possam desnaturalizar conceitos jurídicos, de modo a evitar as leituras de senso comum sobre as relações sociais entre os sexos que legitimam a ordem sexual dominante (análise do fenômeno legal em uma perspectiva de gênero). Tais enfoques também centram seus esforços em enfrentar toda prática jurídica androcêntrica que se plasma nos textos legais ou nas sentenças judiciais e que afeta as mulheres em todos os âmbitos da vida (trabalhista, civil e penal).

²⁸ Há trabalhos importantes que realizam um mapeamento das principais vertentes dos feminismos jurídicos produzidos em língua inglesa, tornando esse campo de estudos mais compreensível e acessível, entre os quais, sugiro as referências que estou utilizando aqui: Bartlett (2012) e Chamallas (2013).

Outras vertentes, com enfoque na prática profissional, dedicam-se a reunir doutrinas legais e análises jurídicas que possam ter especial relevância para as mulheres, de modo a se produzir, como desdobramento, dogmáticas feministas (ou jurisprudência feminista) nas várias áreas tradicionais do direito (Direito do Trabalho, Direito Constitucional, Direito de Família etc.).

Por fim, há perspectivas que cruzam as fronteiras jurídicas acima delineadas e procuram problematizar as relações entre direito e gênero ou entre direito e feminismo. Apesar dos múltiplos temas e modelos de análise existentes, essas propostas se caracterizam pelo esforço epistemológico em produzir conceitos que possam contribuir com o entendimento crítico dos postulados científicos do direito e para modelar relações alternativas entre direito e gênero.

Essas várias vertentes, a depender de suas articulações com linhas teórico-filosóficas também variadas (liberalismo, igualitarismo, socialismo, pós-modernismo etc.), dão origem a feminismos jurídicos muito distintos, os quais Bartlett (2012) sistematiza a partir das seguintes categorias: *igualdade formal*, *igualdade substantiva*, *teorias da não-subordinação*, *teoria da voz diferente* e *feminismo pós-moderno*.

A formulação da relação entre direito e feminismo em termos de paradoxos é bastante recorrente no campo de estudos feministas sobre o direito. Uma das maneiras mais recorrentes de apresentação de tal paradoxo z respeito ao conflito entre igualdade e diferença, que alimentou várias linhas teóricas sobre justiça e direito antidiscriminatório da segunda metade do século XX e também serve de eixo sistematizador dos vários feminismos jurídicos: feminismo da igualdade, feminismo da diferença e os feminismos relacionais, ou pós-modernos.

Os chamados feminismos da igualdade irão reivindicar a ampliação dos direitos civis e políticos às mulheres, com apoio no princípio da igualdade entre homens e mulheres. Isso porque, a diferença sexual foi o ponto de partida para a negação da condição de cidadã ou sujeito de direitos às mulheres na maioria dos sistemas jurídicos liberais. Sob o pressuposto da abstração e imparcialidade, o direito liberal tomou o homem e as características atribuídas ao masculino (branco e heterossexual) como ponto de referência para a sua construção, transformando as mulheres (ou outros grupos subordinados) em diferentes ou invisíveis, ainda que elas sejam a metade da população mundial.

Todavia, argumentam os feminismos da diferença, qual o sentido de igualdade que buscamos construir ao defender o reconhecimento, o exercício e o gozo de direitos

às mulheres? As críticas aos feminismos da igualdade sustentam que a busca pela igualdade jurídico-formal, entendendo-a como o tratamento semelhante ou idêntico às mulheres em relação aos homens por parte de um direito de matriz androcêntrica, pode servir para acirrar, ainda mais, as desigualdades entre os sexos e/ou gêneros, pois se desconsideram experiências específicas das mulheres, tentando igualá-las a um padrão já previamente delimitado a partir do masculino.

Os feminismos relacionais ou pós-modernos tentam lidar com a polarização igualdade versus diferença sem resolvê-la em favor de um ou outro polo, sustentando que a tensão entre as estratégias de busca por direitos iguais aos dos homens (princípio da igualdade) ou de reivindicação de um tratamento jurídico que explore as diferenças entre homens e mulheres, ou entre o masculino e o feminino (tensão ou paradoxos entre igualdade e diferença) é constitutiva da própria história do feminismo.

De acordo com Joan Scott (2005), por exemplo, essa tensão tem garantido historicamente às mulheres a condição de cidadãs paradoxais: no contexto dos regimes políticos democráticos modernos, as mulheres nunca puderam negar “sua diferença” e nem renunciar à igualdade, porque a opção pela igualdade envolve a negação da identidade de grupo sobre a qual a discriminação está amparada. Já a escolha pela diferença parece admitir que a igualdade seja algo inalcançável. Esse paradoxo sempre foi o material a partir do qual a política e a história do feminismo foram feitas. A proposta da autora, então, é pensarmos a igualdade a partir da diferença, sem negar a existência de relações de poder entre homens e mulheres, bem como analisar criticamente como os “processos de diferenciação social operam e desenvolvem análises de igualdade e discriminação que tratem as identidades não como entidades eternas, mas como efeitos de processos políticos e sociais” (SCOTT, O enigma da igualdade, 2005, p. 29).

No mesmo sentido, Martha Minow (1990) entende que, apesar de parecer contraditório, os movimentos políticos feministas mantêm sua vitalidade crítica exatamente pelo uso que têm feito dessa dupla estratégia: a defesa do direito das mulheres de serem incluídas na lei para serem tratadas como os homens e a exigência pelo direito a um tratamento legal especial que valoriza as diferenças das mulheres. A inconsistência de tal estratégia, na realidade, seria do próprio conjunto de construções simbólicas que tem utilizado, simultaneamente, os homens como a norma (não explicitada) e desacreditado qualquer desvio referente a tal norma. A autora, então,

tomando como ponto de partida o que ela nomeia de *dilema da diferença*²⁹, propõe uma abordagem relacional da diferença que auxilie no tratamento jurídico de casos envolvendo grupos identitários (não só sexo/gênero), a partir do reconhecimento da necessária tensão entre diferença e igualdade.

Um dos principais esforços de Minow (1990) nesse sentido é explicitar como um sentido opressivo e hierarquizante sobre a diferença é reproduzido, mesmo em propostas que buscam transformações favoráveis a grupos oprimidos (propostas reformistas). A partir daí é que ela constrói uma concepção relacional e, por meio dela, tenta oferecer algumas ferramentas metodológicas para que, nos processos de tomada de decisões envolvendo pessoas em situação de discriminação, injustiça ou desigualdade, seja possível construir outro tipo de respostas ao dilema da diferença.

A autora propõe o deslocamento do debate que enfatiza as diferenças (e pessoas ou grupos diferentes) para um campo de análise mais complexa voltada para a compreensão de como o direito, ao lidar com as diferenças, acaba por criar mais desigualdades e exclusão. Um dos seus exemplos, nesse sentido, envolve as tentativas de respostas do Judiciário norte-americano para a garantia de direitos a mulheres trabalhadoras grávidas: a gravidez é percebida como um atributo da mulher - uma diferença em relação ao padrão para o qual o ambiente de trabalho foi projetado (homem) - que quebra a expectativa não declarada, na qual as pessoas precisam se encaixar. Da mesma forma, a capacidade de ver ou de ouvir, a brancura, a heterossexualidade e a masculinidade: todas as diferenças são definidas em relação aos padrões de normalidade geralmente aceitos. Com isso, as diferenças se tornam inteiramente incompatíveis com a suposta semelhança exigida por uma análise baseada na igualdade.

Como proceder, então, de outra forma para tratar juridicamente a diferença? O elemento central em todas essas pressuposições exploradas por Minow (1990) é a relação entre conhecimento e poder. Quando nos dedicamos a problematizar essa relação, sustenta a autora, é possível analisarmos, nas situações em que o dilema parece se instaurar, se a diferença foi atribuída como uma expressão de dominação ou como

²⁹ O dilema da diferença é apresentado pela autora nos seguintes termos: a luta pela igualdade, em seu sentido formal, carrega o risco de criarmos ou reproduzirmos mais desvantagens para as mulheres ou para qualquer outro grupo em situação de subordinação. Isso porque, quando se tenta eliminar a discriminação minimizando a importância da diferença (tratando as pessoas como iguais), as diferenças que realmente importam são ignoradas. Todavia, ao se destacar a diferença e garantir aos membros do grupo um "tratamento especial", os riscos consistem na reprodução de estereótipos associados à diferença e, àqueles que são identificados como diferentes e na internalização da mensagem de sua diferença como inferioridade e desigualdade.

um remédio para a dominação do passado. Ao fazermos isso, podemos identificar os riscos de criação de um novo padrão de dominação e buscar modificar determinadas relações desiguais de poder³⁰.

Outra maneira em que os paradoxos da relação entre feminismo e direito são formulados teoricamente diz respeito às ambiguidades e contradições relativas ao uso do direito nas lutas feministas. Nos anos 1980, enquanto os movimentos feministas do Norte voltavam suas estratégias ao direito, lutando por reformas legais e mudanças nos padrões decisórios das cortes em favor dos direitos das mulheres, muitas teóricas irão construir argumentos relativos à incapacidade do direito em ensejar transformações de caráter emancipatório. A desconfiança é reforçada pelas variadas experiências, em diversas regiões do mundo, que apontam para mudanças muito reduzidas nas formas de pressão e subordinação das mulheres e de outros grupos subalternizados em razão das inúmeras reformas legislativas em nome da igualdade e não-discriminação.

Uma das autoras que, desde os anos 1970, tem se dedicado a examinar o papel da lei na conquista da libertação das mulheres é Carol Smart³¹. De acordo com ela, o ingresso das feministas no campo do direito tem servido para desenvolver um conjunto muito amplo (e, felizmente, polêmico) de teorias sociojurídicas e para ampliar o número de advogadas e profissionais na área, convertendo o direito em “lugar de luta, ao invés de um instrumento de luta”. Todavia, há algumas consequências contraditórias nesse processo. Ao mesmo tempo em que tem havido um refinamento da crítica jurídica por meio dos aportes teóricos feministas, o crescente intento de se usar o direito para “causas da mulher” é preocupante, sobretudo porque desconsidera (ou considera muito pouco) o direito enquanto tecnologia ou estratégia de criação de gênero³² (SMART, 1992, p. 30).

³⁰ A proposta de Martha Minow de abordagem relacional das diferenças é discutida em maior profundidade em um artigo publicado esse ano (SEVERI, 2016). No trabalho de iniciação científica de Bárbara O. Marcondes, utilizamos a autora como principal marco teórico para analisar o conceito jurídico de pessoa com deficiência previsto Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2016).

³¹ Desde os seus primeiros trabalhos, (*Mulheres, Crime e Criminologia*, de 1976, e *Mulheres, Sexualidade e Controle Social*, publicado em 1978, com Barry Smart) ela tem produzido um grande impacto nas disciplinas de criminologia e em estudos sóciojurídicos, até então dominados pela presença masculina e influenciado vários debates sobre direito e gênero, inclusive na América Latina.

³² A autora propõe uma forma de mapeamento das teorias feministas sociojurídicas categorizando as etapas a partir de quatro abreviações: *o direito é sexista*, *o direito é masculino*, *o direito tem gênero* e, afirmação na qual se insere sua proposta analítica, *o direito é uma estratégia (tecnologia) criadora de gênero*. Esses níveis de argumentação se encontram, por vezes, simultaneamente em uma mesma obra feminista. Mas a diferenciação é proposta pela autora a fim de que seja possível problematizar o tipo de estratégia que cada um dos enfoques pode oferecer.

As afirmações de Smart que tiveram maior ressonância, inclusive na América Latina, foram relativas às indicações para que as feministas apostassem mais no uso de estratégias não legais (descentramento do direito), ao invés de centrarem seus esforços em buscar reformas legislativas ou mudanças jurisprudenciais em nome dos direitos das mulheres. Isso porque o direito, enquanto estratégia criadora de gênero, pode ser, ao invés de instrumento de reforma social, uma força que contribui para a manutenção das mulheres em seu lugar de subalternidade. Isso não é resultado só da lei, pois ela não vive de seu próprio texto ou retórica, nem cumpre com suas próprias exigências de consistência e racionalidade. Há um campo amplo de valores, ideologias e práticas profissionais que atualizam, cotidianamente, o lugar social da mulher e que, assim, impedem os avanços previstos na lei.

Irei explorar melhor os argumentos da autora no item seguinte deste trabalho. Mas, por hora, os argumentos da autora são trazidos aqui para que possamos perceber como houve uma afinidade entre essa dimensão da argumentação da autora e a formulação dos dilemas e paradoxos do feminismo propostos por teóricas de em outras regiões do mundo, entre elas, a América Latina.

Como contribuições críticas ao direito que tem sido produzida pelas várias vertentes teóricas, é possível apontar: o questionamento acerca da ideia de neutralidade, do princípio da igualdade perante a lei e dos binarismos legais (público-privado, sujeito-objeto etc.), o esforço em desnaturalizar as categorias legais e o questionamento sobre a categoria homogeneizante sujeito de direito. De acordo com Bartlett (2012), os estudos sobre direito e gênero tem contribuído com a desconstrução das perspectivas positivistas do direito e a elaboração de métodos de análise, críticos e, principalmente, autocríticos.

Na América Latina, as produções feministas sobre o direito irão compor um conjunto de textos e de intervenções sobre o conhecimento jurídico que não coincidem com uma institucionalização de uma área ou espaço feminista na academia. Malena Costa (2014), ao analisar a produção bibliográfica feminista da latino-americana sobre o direito, argumenta que a relação entre os movimentos feministas e o direito assumiu, na região, uma “força singular”: origina-se no fim dos anos 1990 em meio a uma trama complexa (e, por vezes, contraditória) entre democratização, neoliberalismo e fortalecimento dos movimentos sociais e ONGs de direitos humanos.

Os primeiros trabalhos sobre direito e feminismo (ou gênero) aparecem em formato de livros organizados com produções de advogadas feministas (chilenas, costarriquenhas, argentinas e peruanas) que não estavam, necessariamente, vinculadas a

universidades ou na docência em cursos de direito. A participação de algumas delas na academia se dava por meio da participação em programas de capacitações profissionais de curta duração ou de pós-graduação, organizados por universidades latino-americanas com apoio de organizações internacionais, voltados para agentes públicos da justiça (magistratura, defensorias etc.) e sobre temas como perspectiva de gênero no direito e direitos humanos das mulheres. Muitas delas também pertenciam a centros de direitos das mulheres e desenvolviam atividades pioneiras de educação popular em direito junto a mulheres pobres, camponesas, moradoras de zonas periféricas, indígenas etc.³³.

Nesse sentido, Malena Costa (2014) cita autoras como Alda Facio, Lorena Fries, Ana Elena Obando, Luz Riosco Ortega, Marcela Rodriguez e Gladys Acosta Vargas. São alguns dos nomes proeminentes na região pelo seu trabalho como ativistas pelos direitos humanos das mulheres. Algumas das problemáticas recorrentes em seus trabalhos são: acesso à justiça, administração da justiça, direitos humanos das mulheres, violência contra as mulheres, métodos de interpretação da lei, igualdade e não discriminação.

Os esforços principais dessas autoras centraram-se em apresentar à comunidade jurídica da região um repertório de abordagens feministas sobre o direito de origem europeia e anglo-saxônica, construir desenhos metodológicos de análise do direito e de interpretação legal em uma perspectiva de gênero ou feminista; defender a conformação de campo próprio no direito (jurisprudência feminista ou direito das mulheres); aprofundar os esforços para a construção do feminismo jurídico como uma Teoria Crítica do Direito. Sob este último aspecto, muitas abordagens irão reforçar, à luz do feminismo, as críticas ao positivismo jurídico, ao direito liberal e às análises sobre a relação entre direito e linguagem.

Uma proposta bastante difundida na região de abordagem metodológica para análise feminista do direito é de Alda Facio (2000). A autora toma como parâmetro inicial a definição de discriminação contida na Convenção Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) e a afirmação do (F)eminismo como horizonte de compreensão obrigatório para qualquer investigação jurídica sobre a igualdade. A autora também é conhecida pela compreensão que faz do Feminismo com parte da Teoria Crítica do Direito, por adotar uma compreensão ampla do direito. Detalharei essa compreensão mais adiante. Apesar de

³³ A propositura dos Cursos de Promotoras Legais Populares é frequente em muitas organizações feministas brasileiras e latino-americanas, desde os anos 1990. Falarei sobre o assunto no Capítulo 4.

ressaltar, em todas as discussões que propõe, o caráter androcêntrico do direito, ela defende a possibilidade de construção de um direito igualitário e não patriarcal.

As abordagens sobre direito penal tendem a analisar os mecanismos de subordinação das mulheres aos códigos penais na região. A criminalização das mulheres a partir do controle da autonomia dos corpos (penalização do aborto) e os padrões discriminatórios de leis e argumentos judiciais que sustentam imagens ou estereótipos de mulher funcionam para descaracterizar a gravidade dos crimes em que ela é vítima ou para que se perpetue a tolerância dos Estados em relação às múltiplas formas de violência e discriminação contra ela.

Na década seguinte, outros grupos de feministas também ganham visibilidade na região, agora também acadêmicas vinculadas a cursos de direito, filósofas, sociólogas e juristas (juízas, defensoras etc.), que passam a produzir, sobretudo, trabalhos coletivos de pesquisa e reflexão sobre direito, gênero e feminismo. Em 2005, é criada uma rede de professoras de direito com perspectiva feminista (a *Red Alas*). As produções resultantes desses esforços também se dedicam a problematizar o Judiciário, o acesso à justiça, a violência contra as mulheres, os direitos sexuais e reprodutivos e o sistema prisional. Também irão se aproximar de outros referenciais teóricos e epistemológicos (estudos *queer*, estudos sobre sexualidades, da subalternidade etc.), em meio a um duplo movimento de recepção (diálogo) e de diferenciação (formulações próprias)³⁴.

Nos diversos tipos de trabalhos produzidos (teoria do direito, jurisprudência feminista ou nas propostas de reformas legislativas), é recorrente a tônica sobre os paradoxos (ou encruzilhadas) da relação entre direito e feminismo, seguindo um duplo movimento: o de crítica ao direito e o de uso do direito como ferramenta para transformação. Ao mesmo tempo, as reformas legais antidiscriminatórias e em defesa dos direitos das mulheres se expandem, seja pela adesão dos países aos tratados internacionais ou pela criação de novas leis. Essa expansão, apesar de apresentar ganhos significativos, tem convivido com a continuidade da penalização do aborto, com a feminização da pobreza, com a crescente expropriação dos territórios de comunidades indígenas e campesinas, com o acréscimo significativo da população carcerária feminina, com o aumento da violência policial-estatal sobre as populações trans e negra e com a confirmada incapacidade do direito para enfrentar a violência doméstica. De acordo com Costa (2014, p. 27),

³⁴ Alguns trabalhos de juristas anglo-saxônicas são traduzidos para o castelhano, entre as quais Carol Smart e Catherine Mackinnon.

La paradoxa se presenta como el marco de inteligibilidad más productivo para comprender la distancia entre un vigoroso cuerpo de derechos específicos y las situaciones de desamparo, violencia, pobreza y desigualdades varias que afectan a la mayoría de las mujeres latinoamericanas.

A agenda de pesquisa regional ligada ao tema da violência e da discriminação contra as mulheres ainda assume lugar central. Mas, o esforço maior parece estar na problematização da responsabilidade estatal pela violência praticada ou tolerada, sobretudo, a violência sistemática e estrutural contra grupos subalternizados.

A violência contra as mulheres no âmbito doméstico em percentuais epidêmicos, a recorrência dos assassinatos e crimes contra mulheres em massa (como o caso da cidade de Juarez) e o aumento do encarceramento feminino na região conduzem as investigações a refletirem sobre as propostas punitivistas (ainda que nos marcos de um direito penal mínimo) e de adequação das normas penais nacionais aos *estandartes* internacionais de direitos humanos. Por outro lado, muitas vertentes abolicionistas irão reforçar as análises que explicitam a incapacidade de se usar o direito penal, um recurso discriminatório (racista, patriarcal e colonial) por natureza, para se alcançar qualquer tipo de mudança antidiscriminatória.

De modo amplo, algumas das principais críticas feitas por vertentes da criminologia ao uso do sistema punitivo por projetos feministas de reformas legais, em alguma medida, acusam as feministas de: a) partirem da (falsa) suposição de que tal aparato constitui um meio de resolução de conflitos; b) subestimarem o caráter fundamentalmente androcêntrico (e racista) das agências estatais e a capacidade do direito penal em contaminar outros discursos com as perspectivas fortemente discriminatórias nas quais este se funda, já que o sistema penal é um instrumento de controle social discriminatório por definição; c) desconsiderarem a função tradicional do direito penal em lidar com o comportamento (sujeito) desviante-desviado e não com a reparação da vítima; e d) desconsiderarem o fato de que reivindicar a ampliação da esfera de extensão do direito penal traz efeitos diretos sobre o modelo de sociedade que se deseja construir (BIRGIN, 2000).

Com relação ao debate sobre acesso à justiça, as discussões buscam compreender, de forma complexa, os diversos condicionantes que afetam as mulheres no acesso à justiça, os efeitos das reformas do judiciário, o papel do ativismo judicial, a atuação de outros agentes do sistema de justiça e segurança (defensorias, delegacias especializadas, ministério público) e as garantias jurídico-processuais de mulheres

encarceradas. As discussões sobre acesso à justiça com foco em compreender as demandas de grupos e de comunidades específicas de mulheres também têm sido cada vez mais recorrentes e têm fornecido subsídios para recomendações produzidas pelos órgãos internacional e interamericano de direitos humanos das mulheres.

A crítica ao caráter androcêntrico do direito assume dimensões bastante complexas a partir dos feminismos do Sul (indígenas, negras, decoloniais, ecológicos, populares dentre outros), problematizando a categoria jurídica mulher (ou mulheres) dos textos legais e tratados internacionais. A ampliação dos direitos humanos das mulheres e, com isso, a afirmação dessa ficção jurídica que pretende dar conta das experiências e das necessidades das mulheres em seu conjunto traz como efeito inevitável e indesejado a subalternização e invisibilização dos grupos de mulheres mais vulneráveis, e o reforço daqueles estereótipos que os feminismos têm buscado desconstruir.

Dessa forma, o debate sobre os paradoxos do feminismo em relação ao direito estrutura boa parte da discussão dos feminismos do Norte, todavia ele ganha outros contornos quando é considerado a partir da América Latina, já que o discurso que sustenta os universais do direito, bem como a crítica a eles, em geral, negligenciam as hierarquias coloniais. Nos termos de Costa (2014, p. 30), os feminismos latino-americanos têm buscado conjugar a crítica a essas heranças com uma reflexão que atenda aos questionamentos dos grupos subalternizados não só pelo direito, mas também pelos feminismos legitimados.

Outra tentativa de sistematização e análise da produção teórica feminista latino-americana que aborda o direito foi feita por Helena Alviar García e Isabel C. Jaramillo Sierra (2012), a partir da identificação de dois eixos de conflito sobre a relação entre direito e gênero presentes em tal bibliografia. O primeiro refere-se à possibilidade ou não de se insistir nas diferenças no interior dos femininos quando a proposta é a análise do direito. O segundo se refere à maneira como cada um se refere ao direito e propõe reformas a ele.

Com base nesses eixos de conflito, as autoras propõem a categorização dos feminismos jurídicos latino-americanos em três posições argumentativas: o feminismo inclusivo, o responsivo e o político. O primeiro está explicitado nas discussões de Alda Facio sobre a necessidade de que as críticas feministas ao direito, mesmo considerando a ampla gama de posições, siga tentando reunir distintos feminismos em torno da etiqueta “Feminismo com F maiúscula para que se já possível chegarmos a uma visão mais total de justiça”. A partir daí, ela propõe pensarmos o feminismo como uma teoria

crítica do direito, pautada no objetivo principal de explicitar o papel que o direito desempenha na produção e manutenção do patriarcado.

O feminismo responsivo, compartilhado de forma difusa por várias teóricas latinas, tem como pressupostos: a) o reconhecimento de diferenças (ao menos sociais) entre homens e mulheres; b) a necessidade do direito em responder e refletir sobre tais diferenças, na medida em que elas se traduzem em necessidades diferenciadas; e c) a possibilidade de se conhecer os significados dos direitos humanos, sem equívocos, quando se realizam as operações previstas nos pressupostos *a* e *b*. A fórmula mais recorrente na qual o feminismo responsivo se apresenta seria a do dever do direito em reconhecer as desigualdades existentes entre os gêneros e buscar aplicar uma igualdade substantiva que não implique em discriminação nos resultados.

A terceira posição, o feminismo político, segundo as autoras, reconhece as tensões entre as diferentes posturas e agendas que se constroem como feministas (entre elas e entre outras posições emancipatórias) e enfatiza o caráter político dessas tensões, sem acreditar que os direitos humanos ou a realidade social possa resolver tais tensões.

A principal crítica que as autoras fazem ao feminismo inclusivo é, exatamente, o fato de ele, quando chama tudo de feminismo e relaciona todas as opressões com a injustiça social, ocultar, no diagnóstico que faz, determinada preferência por algum dos grupos envolvidos na situação. Lutar pelas mulheres pobres, por exemplo, é lutar pela justiça social, ocultando com isso a preferência pelo vetor de classe em relação à raça ou ao gênero-sexo. Em lugar de lutar contra a opressão, acaba se lutando contra a pobreza. Ou, então, quando se associa feminismo à luta por justiça social, corre-se o risco de sobrepor sexo-gênero a todos os demais fatores de exclusão, até em situações em que não pareça que as mulheres tenham sofrido ou padecido mais do que os homens, considerando outros fatores como a raça.

O problema principal do feminismo responsivo, para as autoras, seria subestimar as respostas que podem ser dadas na prática às mulheres e a capacidade do direito para mudar a realidade. É como se a questão sobre a relação entre direito e mulheres se reduzisse à melhoria da capacidade do direito em ouvir e compreender melhor as demandas direcionadas a ele, como se realidade pudesse contar ao direito quem e o que as mulheres necessitam e que ao direito coubesse responder a essa realidade para tudo fosse melhor. Nesse processo, confundem-se a capacidade de agência das feministas ou das mulheres na identificação, transformação e reivindicação de algumas necessidades e não outras, assim como o tipo de aproximação que é feita com relação às instituições de

justiça, como se fosse um tipo de aproximação para se pedir algum tipo de ajuda. As feministas negam, assim, “*sus propias críticas sobre el derecho como lenguaje capturado, irreal y metafísico para darle la fuerza extraordinaria de cambiar el mundo*” (GARCÍA & SIERRA, 2012, p. 56).

O *feminismo político* guarda poucas esperanças na justiça ou nos direitos. Todavia, a atitude de se entenderem como “seres puramente políticos” permite situarem-se no debate feminista e no campo teórico “*más allá de la histeria y el pánico de resultar derrotadas, porque resulta que no estamos de acuerdo o no tenemos la receta para la justicia total*” (GARCÍA & SIERRA, 2012, p. 56). Os esforços políticos estão centrados em mostrar as diferenças tanto em relação ao debate sobre o direito enquanto categoria abstrata e geral, como com o eterno debate feminista entre o formalismo (temos muitas leis que não são cumpridas) ou o antiformalismo (temos cumprido leis que não correspondem com nossa realidade social). Nesse sentido, o *feminismo político* oferece uma proposta de análise distributiva do direito. Trarei mais elementos para a compreensão dessa vertente, pois considero que ela traz importantes subsídios para as análises que proponho neste trabalho.

O *feminismo político* propõe um modo alternativo de aproximação ao direito, em relação às perspectivas presentes no liberalismo clássico ou no liberalismo social. Nesse sentido, Helena e Isabel constroem uma proposta de *análise distributiva do direito* fundamentada em argumentos presentes em vários enfoques feministas que, de acordo com as autoras, compõem um repertório crítico que pode ser apresentado a partir dos seguintes eixos:

a) a *crítica aos binários*: tem sido utilizada para revelar a forma como operam para simplificar a realidade, já que ela apresenta mais casos do que dois ou porque os extremos não necessariamente são opostos; privilegiar um dos seus extremos, mesmo que sustentado em uma ideia de complementaridade; e excluir incoerências e ambiguidades que são próprias da tarefa de construir e reconstruir categorias. Por exemplo, as dicotomias binárias homem-mulher, normal-deficiente e público-privado são construídas de modo a hierarquizar os termos e, por conseguinte, inferiorizar um deles. São as características atribuídas aos termos binários (as diferenças) que justificam as desigualdades;

b) a *desnaturalização das categorias legais* (sujeito de direito, cidadão, público, privado etc.), questionando suas pretensões de universalidade e imutabilidade. As categorias legais são naturalizadas quando são entendidas como sendo indispensáveis,

universalmente evidentes e imutáveis. Essas percepções estáticas acabam por ocultar as condições históricas, econômicas e sociais por meio das quais elas foram criadas;

c) a *politização dos espaços que se assumem como privados ou não políticos*, bem como o questionamento das usuais classificações do privado e público que tem servido para ocultar os interesses das mulheres e legitimar o poder e a violência que os homens exercem sobre as mulheres e filhos ou filhas. A politização do privado coloca em evidência as relações de poder presentes no âmbito científico e afetivo, permite entender o privado e o individual como público e coletivo e mostrar as transformações que o direito sofre no tempo para revelar que, em todos os contextos, há quem perde e quem ganha e que, portanto, é necessário posicionar-se; e

d) a *exceção como mecanismo de domesticação da crítica*: converter a crítica em uma exceção à regra geral é uma das maneiras pela qual se impede que transformações estruturais que os distintos projetos feministas têm perseguido ocorram. Distintos processos do campo jurídico têm sido criticados pelas feministas por serem uma forma de se impedir que impactos sobre a regra possam ser produzidos. O termo feminização, por exemplo, tem sido utilizado para descrever o cenário de acréscimo na participação de mulheres em determinados setores (economia, política etc.). Mas esse incremento não é suficiente se ele não implica em acréscimo de poder ou recursos para as mulheres, mas sim em perda de prestígio e poder que eram, tradicionalmente, vinculados ao setor em questão.

Em termos metodológicos, essa forma de análise parte das seguintes premissas sobre o direito:

a) ele está em constante criação, no qual interveem diversos atores e instituições a todo momento, mas que, apesar de reformas legais e sentenças progressistas acontecerem em determinado campo, ele é capaz de manter certa estabilidade, renovando as estratégias garantidoras de uma dada forma de distribuição de recursos que favorece determinados grupos ou sujeitos sociais;

b) ele é composto por um conjunto amplo de normas (legais, judiciais e administrativas, por exemplo) que regulam os recursos que estão em jogo em determinada situação, quais os intercâmbios e demandas possíveis e quais as ferramentas que estão disponíveis a cada uma das partes e agentes;

c) para entender como funciona o direito em determinada situação específica, é preciso comparar as respostas que ele tem dado a situações similares em outros contextos ou também imaginar determinadas regras alternativas;

d) ele é um fator importante que intervêm na distribuição de recursos e de poder, ao mesmo tempo em que ele impede, substancialmente, a modificação dessa distribuição.

Com base nesse entendimento, ao invés de continuarmos perguntando, por exemplo, a *análise distributiva do direito* se propõe a responder questões como:

¿Qué es lo que está en juego? ¿Quiénes son los actores involucrados? ¿Cuáles son los recursos o las habilidades que permiten a unos imponerse sobre los otros? ¿Qué manifestaciones tiene el conflicto? ¿Cuáles son las reglas jurídicas que se relacionan directamente con la situación de distribución en cuestión? ¿Qué otras reglas inciden sobre la distribución de recursos? ¿En qué sentido los recursos o las habilidades de las partes en el conflicto pueden ser el resultado de privilegios legales o de derechos? ¿Cuáles son los elementos del marco teórico con el que usualmente se interpreta una situación, que se constituyen en obstáculo para entender el papel del derecho en la distribución? ¿Cuáles cambios en las reglas llevarían a equilibrios incremental o significativamente distintos?

Há, com tal proposta, uma mudança de foco quanto ao problema da efetividade de uma lei com relação às demandas a ela direcionadas. Ao invés de seguirmos perguntando sobre as razões pelas quais uma norma não tem cumprido seus objetivos ou por que os indivíduos não adaptam seu comportamento a ela (debate sobre eficácia/ineficácia ou efetividade/inefetividade), as autoras sugerem que passemos a buscar, por meio de tal método acima exposto, “rastrear o funcionamento” de uma norma jurídica levando em consideração, também, as normas processuais, administrativas, entre outras, que também são responsáveis pelo constrangimento dos efeitos da norma, em termos de acréscimo de poder ou recursos às mulheres ou outra categoria subalternizada.

2.3 Direito e feminismo no Brasil: análise da produção bibliográfica no campo do direito

Ainda conhecemos pouco, no Brasil, sobre a história das lutas dos movimentos de mulheres brasileiros por direitos, sobre o uso do direito pelas feministas brasileiras como estratégia de transformação social e sobre a crítica feminista ao direito produzida pelas feministas brasileiras. Neste trabalho, tento abordar alguns desses vazios a partir da análise da produção bibliográfica de livros³⁵ que foram publicados no campo do

³⁵ Os dados aqui apresentados foram coletados e organizados a partir de um levantamento feito no banco de dados bibliográficos da USP (Dedalus), adotando o filtro “livros” e nas páginas eletrônicas de

direito brasileiro, tematizando a relação entre direito e feminismo, direito e mulheres, direito e gênero e direito, feminismo e racismo.

Os dados da figura abaixo correspondem a uma amostra composta de 226 ocorrências de livros publicados com títulos que podem estar relacionados a debates feitos sobre direito e gênero (e racismo), direito e feminismo (e racismo), direito e mulheres (e racismo), direito e violência doméstica (e racismo), direito e Lei Maria da Penha (e racismo), organizadas por biênio (Figura 1):

Fonte: Autora (2017)

Com o interesse em sistematizar a produção bibliográfica sobre direito e feminismo no Brasil por período, bem como analisar o impacto da Lei Maria da Penha sobre tal produção, organizei a amostra em quatro grupos ou categorias: a) **até anos 80**: questionamento do status civil da mulher na sociedade brasileira; b) **anos 80 e 90**: ampliação dos direitos políticos das mulheres e aproximação do feminismo ao

empresas de vendas de livros novos (Cultura e Saraiva) e usados (Estante Virtual), nos campos de busca livre. Utilizamos, para a busca, combinações variadas entre os termos de cada um dos seguintes grupos: a) direito, justiça, lei, legislação, penal, civil, violência, constitucional, igualdade, trabalho, crime ou constituição; b) feminismo, gênero, violência, mulher ou mulheres; e c) raça, racismo, interseccional, negra, negro, discriminação, preconceito ou racial. Selecionamos as ocorrências que, pela descrição contida na capa ou na página virtual, pareciam tratar de temática de gênero, mulheres e feminismo. As ocorrências foram registradas em tabela formato Excel, organizando-as informações sobre: título, ano de publicação, editora e autoria (nome e sexo/gênero das autorias). Além das ocorrências encontradas dessa forma, também foram inseridas na tabela outros títulos que foram identificados a partir da revisão bibliográfica deste trabalho e da análise das páginas eletrônicas das ONGs feministas: Themis, Cfema, Cladem e Cepia. Na composição da amostra, não realizamos nenhum recorte temporal: todas as ocorrências encontradas foram inseridas em nosso banco. No caso de reedição, consideramos apenas a ocorrência da primeira edição da obra. A construção do banco de dados foi realizado por mim e por estudantes de graduação e pós-graduação integrantes do grupo de pesquisa sob minha coordenação (Eller Aguiar, Tharuell Lima Kahwage, André Luís Gomes Antonietto e Deíse Camargo Maito), com apoio da FAPESP.

Congresso e à Justiça; c) **2000 a 2006**: Escovando a lei e a justiça a contrapelo e enfrentando a violência doméstica e institucional contra as mulheres; e d) **2007 em diante**: ampliação dos direitos humanos das mulheres e a chegada das feministas na academia. Também categorizamos a autoria dos livros por sexo/gênero³⁶ em quatro grupos: a) Homem (H), b) Mulher (M), c) Ambos (A) e d) Trabalho organizado por entidade governamental ou ONGs (O). A figura abaixo representa a produção bibliográfica por biênio e por sexo/gênero da autoria:

Fonte: Autora (2017)

Ainda que essa amostra deixe de lado uma parcela importante de estudos feministas sobre o direito veiculada em outros formatos (artigos científicos, jornais, trabalhos acadêmicos etc.), considere a hipótese de que a análise da produção em livros pode avaliar a interação do feminismo brasileiro com o campo jurídico profissional e acadêmico de modo amplo, já que os livros, sobretudo aqueles veiculados por editoras jurídicas comerciais (Saraiva, Revista dos Tribunais, Forense, Lumen Juris etc.) são, tradicionalmente, as principais fontes bibliográficas utilizadas por acadêmicos (ao menos na formação inicial de graduação) e por profissionais do direito.

Com relação ao primeiro grupo (até 1980), a maioria da produção (67%) é composta por livros publicados por autores do gênero masculino e se utilizam da categoria “mulher” na análise ou abordagem proposta. São obras que tratam, em geral, de assuntos relativos ao status civil e à condição política da mulher na sociedade

³⁶ Tomamos como parâmetro os nomes das pessoas autoras e dados sobre elas em seus currículos na Plataforma Lattes (CNPq) ou em páginas virtuais das organizações em que atuam.

brasileira. Conjugalidade, divórcio e direitos da mulher casada são os temas mais recorrentes. A maioria das obras desse período, apesar de trazer em seu título a categoria mulher, não necessariamente aborda a temática proposta sob uma perspectiva feminista. Uma exceção interessante diz respeito à obra do jurista Vicente Sabino Junior, *A emancipação sócio-jurídica da mulher*, publicada em 1972, que aborda diversos temas de direitos das mulheres, em geral, sob uma perspectiva feminista e progressista bastante incomum para a época.

Algumas das obras de juristas brasileiras desse período que assumirão, em sua abordagem ou temática, uma perspectiva feminista, aparecem no final dos anos 70 e início dos anos 80, abordando temas, por exemplo, como aborto e voto. Nesse sentido, destacamos as obras de Silvia Pimentel, *Evolução dos direitos da mulher: norma, fato, valor*, publicada em 1978, e de Branca Moreira Alves, *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*, publicada em 1980. Antes disso, há também algumas produções de livros que buscam realizar registros históricos ou autobiográficos de lutas do movimento feminista brasileiro por direitos. É o caso, por exemplo, do livro de Diva Nolf Nazário, *Voto Feminino e Feminismo, um ano de feminismo entre nós*, publicado em 1923.

Entre os anos 1980 até o fim dos anos 1990, a bibliografia encontrada é produzida, em sua maioria, por profissionais de outras áreas do conhecimento (sociologia, antropologia, ciência política, entre outros) ou por profissionais militantes (advogadas populares, ativistas em direitos humanos) vinculadas a organizações de ativismo com atuação em redes regional e internacional. Ou seja, são autoras que estabelecem alianças e realizam seus trabalhos, em geral, às margens dos espaços de formação jurídica acadêmica e profissional (faculdades de direito, centros de formação ou capacitação de profissionais do setor público ou privado).

Isso pode explicar, ainda que parcialmente, por que, ainda hoje, são bastante reduzidos os cursos jurídicos no Brasil que apresentam conteúdos curriculares relativos a argumentos feministas sobre o direito ou a razão dos debates críticos sobre o direito, presentes no Brasil desde os anos 1970, pouco ou nada dialogarem com referenciais críticos do feminismo. Os esforços analíticos abordando a relação entre direito, mulheres e feminismo no Brasil foram construídos em meio às estratégias feministas de mobilização político-legal para subsidiar os debates e as campanhas de mudanças legais em favor da realização do direito à igualdade e não-discriminação. A maioria dos estudos feministas sobre o direito feitos nos anos 1990 foram organizados por ONGs de

direitos humanos ou de *advocacy* feminista, com financiamento de agências nacionais e internacionais de pesquisa e defesa de direitos humanos, e por grupos de pesquisadoras não vinculados a cursos de direito³⁷.

Nos cursos de direito, essa literatura nacional (e mesmo a estrangeira) produziu pouco impacto no período. Até nomes bastante difundidos de juristas e teóricas feministas norte-americanas ou europeias³⁸ continuam desconhecidas pela maioria de profissionais do direito e pouco ou nada referenciadas pela produção acadêmica e pelos tribunais de justiça brasileiros, mesmo considerando que a cultura jurídica brasileira guarda um apreço, muitas vezes excessivo, pelo uso de referenciais teóricos dessas regiões do mundo³⁹.

No final dos anos 1980, com a crescente afirmação dos direitos das mulheres nos sistemas de proteção internacional dos direitos humanos, sobretudo o direito à igualdade e não discriminação, e com as conquistas derivadas da participação das mulheres na Constituinte e o fortalecimento estratégias das ONGs feministas brasileiras ligadas às mobilizações/campanhas por reformas legais, surgem os primeiros trabalhos acadêmicos produzidos por feministas no direito dedicados a problematizar a relação entre direito e mulheres (ver anexos).

Há uma espécie de “virada no gênero” das autorias dos textos dessa época. Da amostra acima, 75% dos textos são de autoria de mulheres, produzidos de forma individual ou em parceria homens ou outras mulheres. A categoria mulher (ou mulheres) é acionada com maior recorrência, ainda que, em outras áreas, os estudos acadêmicos estivessem começando a privilegiar o termo gênero. A categoria raça (e correlatos como racial, racismo) não aparece nos títulos e, também, na maioria das abordagens realizadas⁴⁰. A maior parte das autoras, além de acadêmicas, são ativistas que estiveram à frente de mobilizações para a produção de mudanças legais e da própria Constituição. Muitas tinham ou tiveram participação em organizações de direitos humanos ou

³⁷ Nesse sentido, por exemplo, destaca-se o Núcleo de estudos de gênero Pagu, vinculado à Unicamp (Campinas-SP).

³⁸ Apenas para exemplificar, podemos citar autoras como: Catharine MacKinnon, Patricia Williams, Kimberle Crenshaw, Martha Minow, Carol Smart, Nancy Fraser e Carole Pateman.

³⁹ Nomes de representantes de variadas correntes do pensamento jurídico norteamericano e europeu, mesmo daqueles que realizaram interlocução com o feminismo jurídico, como Ronald Dworkin, John Rawls, Hebert Hart, Junger Habermas, Robert Alexy, Jeremy Waldron, Peter Harbele, Friedrich Muller, Duncan Kennedy são amplamente conhecidos e referenciados no meio jurídico brasileiro.

⁴⁰ O grupo de pesquisa sob minha coordenação tem revisitado as obras de toda essa amostra. Assim, fizemos a leitura de, aproximadamente, a metade dessa produção. Em nenhuma delas a temática raça aparece articulada com gênero. Há uma recorrência, no entanto, na associação entre gênero (ou mulher) e classe social.

atuaram em alguma demanda estratégica em direitos humanos das mulheres, em aliança com organizações internacionais de direitos humanos. Além dessa produção em editoras da área do direito, são mais recorrentes os estudos feitos por elas publicados em formato de relatórios, diagnósticos, cartilhas educativas e artigos em revistas. O público alvo dos trabalhos não era necessariamente a academia jurídica, mas as esferas do Legislativo e do Executivo (o propósito, neste caso, era construir fundamentação para argumentos de mudança legislativa ou criação de políticas públicas), a opinião pública e as pessoas envolvidas em atividade de formação e capacitação de mulheres em direitos. As teóricas estrangeiras que mais aparecem como referência bibliográfica são: Alda Facio, Lorena Fries, Haidée Birgin, Carole Pateman, Frances Olsen e Carl Smart.

Há propostas com intenções dogmáticas que tomam como foco a discussão sobre direitos humanos das mulheres, discriminação e violência contra as mulheres. Um eixo em comum com os estudos latino-americanos é a análise dos estereótipos de gênero tanto em processos judiciais, quanto na legislação, especialmente a legislação penal e civil, buscando problematizar seus efeitos discriminatórios. Mais do que tematizar a violência no âmbito das relações domésticas e privadas, o que essas autoras estão problematizando e buscando compreender é a violência simbólica, institucional, praticada pelo Estado.

Outra questão também recorrente é a análise do sistema de justiça à luz do debate sobre acesso à justiça para mulheres. Os trabalhos enfatizam a reprodução de práticas discriminatórias no âmbito da administração da justiça, mesmo após as mudanças legais que buscaram afirmar a igualdade entre os gêneros. O Judiciário é considerado o principal locus de resistência às transformações propostas pelas tais leis, especialmente nos casos de crimes contra os costumes, de violência doméstica e nas questões de família. Isso porque, vão embora as leis discriminatórias, mas as crenças, os mitos e as ficções jurídicas continuam a operar no imaginário social que permeia as práticas jurídicas.

Teses como a da legítima defesa da honra, do estupro *light* ou por cortesia⁴¹ são exemplos de formulações utilizadas em processos judiciais nos anos 1980 e 1990 envolvendo mulheres que sofreram violência sexual ou foram assassinadas, com o objetivo de descriminalizar o agressor e punir a própria vítima. A relação entre esses estudos e a prática militante é quase evidente: eles problematizam temáticas que, no fim

⁴¹ O estudo feito por Silvia Pimentel, Ana Lucia Schritzmeyer e Valéria Pandjarian, do fim dos anos 90 intitulado *Estupro: crime ou cortesia?* é uma referência importante no âmbito de tais estudos.

dos anos 1970 e anos 1980, a militância feminista está discutindo, como políticas públicas de combate a violência contra as mulheres e de mudança das práticas judiciárias. A crítica ao uso do argumento da legítima defesa da honra feita pelas mobilizações feministas nos anos 1980 nos casos de assassinatos de mulheres cometidos pelos maridos para fundamentar a absolvição do réu aparece, por exemplo, nos trabalhos realizados por Mariza Corrêa (1981; 1983) na mesma época em que as militantes denunciam a violência doméstica e violência estatal, em especial praticada pelo Judiciário, e exigem a criação de expedientes jurídicos mais adequados. Nesse sentido, os estudos feministas estão discutindo o uso dos estereótipos discriminatórios por parte do Judiciário nos julgamentos de casos de violência contra as mulheres.

O enfoque na saúde em muitas produções pode ser resultado não apenas da abordagem dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, mas também expressão da interação das feministas com os movimentos sociais de luta pelo sistema público de saúde brasileiro e com várias teóricas e militantes da área de saúde pública nesse período. É possível dizer que, no Brasil, os problemas relativos à violação dos direitos das mulheres foram considerados como problemas de saúde pública, em razão dos danos à saúde das mulheres e do sofrimento físico e emocional. Nesse sentido, por exemplo, é possível citar produções como: *Direitos humanos, ética e direitos reprodutivos*, organizado por Denise Dora e Domingos da Silveira (1998); *Mulher, Saúde e Cidadania: cuide da sua saúde e conheça seus direitos*, organizado por Leila Linhares Barsted, Jaqueline Hermann e Ruth Mesquisa (1997) e *Cairo-Brasil: 5 anos de experiências relevantes em saúde, direitos reprodutivos e sexuais*, organizado pela Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (SOS –CORPO, 1999).

As pesquisas produzidas nesse período trouxeram subsídios para o debate sobre mudanças legais e institucionais na esfera da segurança pública e do Judiciário. As análises das decisões judiciais encorpam o espectro de críticas que outras vertentes do pensamento jurídico brasileiro também direcionavam as concepções de neutralidade e imparcialidade do direito. Também fortaleceram os argumentos sobre a explicitação da violência estatal sobre grupos subalternos e sobre as necessidades em se melhorar o acesso à justiça das mulheres.

O tema da violência estatal (institucional) foi tônica recorrente em pesquisa nas ciências sociais e humanas brasileiras, com o foco em violência, ocupando um lugar relevante no campo sociológico desde os anos 1970 e se articulando aos estudos sobre teoria do Estado. Mas a correlação entre violência e condição de gênero originou-se nos

estudos feministas, cuja configuração que ficou mais conhecida foi violência contra a mulher, questão central no movimento feminista nacional desde os anos 1990 (BANDEIRA, 2014).

No período entre 2000 a 2006, há uma significativa mudança no perfil da produção de livros que buscam relacionar direito e gênero (ou mulheres). O primeiro livro a trazer o termo no título é de Mariza Corrêa⁴², *Gênero e cidadania*, publicado em 2001. Mesmo assim, o uso da categoria “mulher” ou “mulheres” nas abordagens continua mais prevalente até o fim deste período. No caso das expressões raça, racismo e racial em correlação com direito e feminismo, essas articulações começam a aparecer em produções organizadas por autoras integrantes das ONGs feministas que realizam ações de *advocacy* feminista, no início dos anos 2000. É o caso da obra organizada por Leila Linhares Barsted, Jacqueline Hermann e Maria Elvira Vieira de Mello, com o título: *As Mulheres e a Legislação Contra o Racismo*, publicada em 2001 pela CEPIA.

A maioria das obras são coordenadas e produzidas por mulheres e pelas ONGs feministas que estiveram mobilizadas em favor da aprovação da Lei Maria da Penha: 14% da produção desse período é feita por ONGs feministas e em apenas 4% das obras aparecem autorias de pessoas do gênero masculino. A temática da violência contra a mulher permeia a produção de toda a primeira década do século XXI, sendo que a produção na primeira metade parece expressar um esforço das autoras em dar visibilidade aos problemas do tratamento jurídico-legal da abordagem dada ao tema até antes da LMP e a compreensão da violência como uma forma de violação dos direitos humanos das mulheres. Na segunda metade da década, com a aprovação da Lei, serão recorrentes os trabalhos de comentários a ela ou a aspectos de sua efetividade.

Esse período (2000 a 2006) também é marcado pelo esforço das feministas brasileiras em conhecer algumas abordagens teóricas feministas de outras regiões do mundo. Nesse sentido, há algumas traduções de obras clássicas ou contemporâneas, bem como a reimpressão de livros de feministas brasileiras do século passado. A articulação entre direito e saúde pública para problematizar a violência contra a mulher e outros temas (em especial, direitos sexuais e reprodutivos) também é bastante recorrente.

A produção reunida neste grupo está fortemente associada às dinâmicas de litigância estratégica das feministas brasileiras voltadas para a aprovação da LMP e para

⁴² Antropóloga, vinculada ao Núcleo de estudos em gênero e feminismo - PAGU, da UNICAMP.

a promoção de mudanças legais e institucionais que pudessem ampliar o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. Temas como direitos humanos das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, direito à saúde e violência são bastante frequentes. Várias das produções aqui são de autoras feministas que não têm sua formação acadêmico-profissional ligada ao direito, mas que elaboram abordagens teóricas críticas sobre o direito e as instituições do sistema de justiça sob enfoques teóricos feministas variados, em diálogo com acadêmicas ou profissionais do direito, especialmente aquelas ligadas às ONGs feministas. Outros títulos exemplificativos desse período são: a) *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*, de Carmen Diana Deere; Magdalena León (2002); b) *Cadernos Themis - Direitos Sexuais* (2002); c) *Justiça e Violência contra a Mulher: o papel do Sistema Judiciário na Solução dos Conflitos de Gênero*, de Wania Pasinato Izumino (2004); d) *Os cursos de direito e a perspectiva de gênero*, de Maria Amélia de Almeida Teles (2006); e e) *Vida Em Família: Uma Perspectiva Comparativa Sobre "Crimes de Honra"*, de Mariza Correa e Érica Renata de Souza.

Apesar de um aumento muito significativo da produção bibliográfica abordando a relação entre direito e feminismo no Brasil no início do século XXI, essa produção teve pouca circulação nos espaços acadêmicos e profissionais do direito. Quando a Lei Maria da Penha é aprovada, era quase inexistente, nos cursos jurídicos ou programas de pós-graduação em direito, áreas ou núcleos de estudos em gênero, feminismo e direito que pudessem lançar luz às suas análises e construções dogmáticas exigidas pela Lei.

Mesmo assim, o mercado editorial jurídico, rapidamente, lançou diversas obras de comentários à Lei, sendo a maioria escrita por penalistas e processualistas penais ou por promotores de justiça da área criminal. A tônica nos dispositivos penais previstos em tal Lei foi frequente e tem sido predominante até hoje em muitos debates sobre a Lei. A produção bibliográfica sobre a LMP gerou um aumento expressivo de obras sobre direito e mulheres/gênero publicadas por pessoas do gênero masculino, sem que, com isso, houvesse um fortalecimento das abordagens teóricas feministas, de gênero ou antidiscriminatórias em tais estudos. Quando o termo feminismo aparece nessas obras, em geral, é para atribuir às feministas a responsabilidade sobre o caráter punitivista adotado pela LMP. A própria história do processo de luta do movimento feminista brasileiro pela aprovação da LMPA não será, necessariamente, objeto de discussão em tais obras, ou subsídio para as tentativas de análise e interpretação dos dispositivos da Lei.

De acordo, por exemplo, com Pedro Rui de Fontoura Porto⁴³, uma das razões que mais inspiraram a Lei Maria da Penha foi dar efetividade à função protetiva de bens jurídicos próprios do Direito Penal. Embora considere que a lei interfira em múltiplas esferas jurídicas (penal, civil, administrativa, relações internacionais), o autor argumenta que o foco primordial de tal Lei foi a repressão penal. Segue um dos trechos da obra:

*(A) Lei 11.340/06 não é exclusivamente uma lei penal; em seu bojo também se podem contemplar disposições administrativas, processuais, princípios gerais; é forçoso convir, **entretanto, trata-se de uma lei predominantemente penal, restando indiscutível que seu grande impacto se dará nesta esfera jurisdicional.** Além disso, vale repetir, cuida-se, notoriamente, **de uma forma que incrementa o poder punitivo do Estado e, conseqüentemente, diminui o status libertatis do indivíduo, gerando protestos de setores minimalistas e/ou garantistas que a apontaram como uma lei alinhada ao movimento de “Lei e Ordem”.** Sua legitimidade social advém, contudo, de uma realidade cruel de violência preconceituosa e histórica do homem contra a mulher, que se impõe sobre todas as críticas abolicionistas ou minimalistas, **o que não significa que esteja o hermeneuta dispensando de abrandar-lhe os excessivos rigores, harmonizando-a ao ordenamento jurídico preexistente, de molde a não se engendrar um microssistema penal desconexo e isolado, opção que o encaminhará ao definhamento.** E nesse sentido, de início, convém deixar claro que a Lei 11.340/06 não cria novos tipos penais, mas traz em si dispositivos complementares de tipos pré-estabelecidos, como caráter especializante, em referência aos quais exclui benefícios despenalizadores, altera penas, estabelece nova majorante, engendra inédita possibilidade de prisão preventiva etc. A partir de sua vigência, haverá, por exemplo, versões especiais de lesões corporais leves praticadas em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher, do mesmo modo, ameaças, constrangimento ilegal, crime de periclitção da vida e da saúde, exercício arbitrário das próprias razões, dano, crimes contra a honra, posse sexual mediante fraude, assédio sexual, desobediência à ordem judicial, etc., todos em situações específicas que, como se sabe, prevalecem sobre as formas gerais, consoante determina o princípio da especialidade, esculpido no art. 12 do Código Penal (PORTO, 2007, p. 23).*

Sobre a discussão envolvendo o afastamento da competência dos Juizados Especiais Criminais dos casos de violência doméstica e familiar - algo que foi bastante comemorado pelos movimentos de mulheres brasileiros - o autor aponta que:

Trata-se de uma opção do legislador que, sem dúvida, constitui desprestígio à Lei 9.099/95 e aos Juizados Especiais Criminais, instalados que foram na esperança de agilização e facilitação do acesso à justiça e agora todos como insuficientes à repressão dos delitos praticados em situação de violência contra a mulher. Esta solução do legislador merece crítica, pois o fato de os juizados colimarem o consenso e aplicarem normalmente penas

⁴³ De acordo com informações disponibilizadas no seu currículo Lattes (CNPq), o autor é professor e Promotor de Justiça. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional e Penal. Como ele, outros promotores de justiça, atuantes em processo penal e direito penal, também produziram obras sobre a Lei Maria da Penha logo após a sua promulgação.

alternativas não significa serem eles tribunais tolerantes ou ineptos, bastaria estabelecer regras aplicáveis em seu âmbito, impondo, por exemplo, determinadas penas mais severas em caso de violência doméstica contra a mulher e se alcançaria suficiente aumento da repressão penal sem o risco de desmontar um sistema recém criado cujo aperfeiçoamento pleno ainda sequer havia sido alcançado, renunciando agora outras novidades, como os juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher, cuja instalação somente se afigura viável em grandes centros, onde a demanda justifique tais unidades judiciárias especializadas (PORTO, 2007, p. 42).

Com relação às medidas protetivas e de urgência trazidas pela Lei, Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto (2008) destacam, em seu livro de comentários à Lei, a natureza cautelar delas e reforçam a necessidade que seu deferimento seja analisado com cuidado, devendo ser observado os requisitos do *periculum in mora* e *fumus boni iuris*, já que são medidas que restringem direitos fundamentais (do agressor).

A materialização prática dessa cautela, com frequência, resulta em prejuízos à efetivação dos direitos das mulheres. Em experiências de estágio supervisionado e de extensão universitária que realizei com graduandas em direito⁴⁴ junto ao sistema de justiça no estado de São Paulo, identificamos que uma das medidas negada com maior frequência, dentre os tipos solicitados pelas mulheres em situação de violência, é o afastamento do agressor do lar em que convive com ela (art. 22, II da LMP), sob o argumento de que os prejuízos de tal medida (ao agressor e aos filhos ou filhas) são, em geral, muito grandes, quando se considera o tipo de violência que se quer fazer cessar (violência psicológica, em alguns casos, configurada em ameaça de morte).

Além da quase inexistência de trabalhos de comentário à lei que guardasse relação com os aportes teóricos feministas, de acordo com Wânia Pasinato (2015), as pesquisas sobre a implementação da Lei Maria da Penha têm constatado uma significativa resistência das/dos agentes do sistema de justiça em incorporar um conhecimento teórico que embase suas decisões, sob a alegação de que o aprendizado “na prática” tem mais valor.

É no final década de 2010, portanto, um pouco após à promulgação da LMP, que a discussão sobre direito e gênero ou direito e feminismo tomará visibilidade no campo jurídico, na maioria das vezes, ensejada pela análise da Lei Maria da Penha. O primeiro

⁴⁴ Os trabalhos foram desenvolvidos com apoio formal do Tribunal de Justiça de São Paulo, da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto-SP e da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, entre 2015 e 2016, com as discentes Mariana Zan, Luisa Piasentini, Marina Prado, Cláudia Valente e Poliana Kamalu. Atuei como supervisora do estágio e das atividades de extensão, juntamente com a Profa. Elisabete Meloni (FMRP-USP). Os dados ainda estão sendo organizados e analisados. Parte deles serão disponibilizados nos trabalhos de conclusão de curso de discentes que estiveram envolvidas nas atividades.

livro, no Brasil, que se propõe, explicitamente, a realizar uma abordagem teórico feminista de um texto legal foi organizado por Carmen Heim Campos (2011), *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. O livro foi publicado em editora comercial e reuniu artigos de militantes e acadêmicas feministas, tendo a maioria delas participado do processo de *advocacy* que ensejou a criação da lei.

Assim, se os primeiros títulos das obras produzidas no período entre 2007 e 2017 pouco dialogam com abordagens teóricas feministas mesmo quando buscam discutir direitos humanos das mulheres (é o caso, sobretudo, das obras que tratam da LMP), é possível perceber um acréscimo muito significativo de produção bibliográfica abordando a relação entre direito e feminismo, ou direito e gênero, não só promovido pelas autoras vinculadas às ONGs feministas, mas também por uma significativa parcela de autoras que estão no campo acadêmico e profissional do Direito. As análises relativas à LMP ou à violência doméstica são bastante recorrentes, mas há uma multiplicação de temas, abordagens e vozes nessa produção, apontando para um aumento para o fortalecimento do diálogo das feministas brasileiras com o campo jurídico e de um campo de crítica jurídica feminista e antidiscriminatória.

Nesse sentido, podemos citar alguns títulos como: a) Feminismo e política, organizado por Luis Felipe Miguel e Flavia Biroli (2014); b) Discursos Negros: legislação penal, política criminal e racismo, organizado por Ana Flauzina, Felipe Freitas, Hector Vieira, Thula Pires (2015), c) Olhares Feministas sobre o Direito das Famílias Contemporâneo, de Lígia Ziggotti de Oliveira (2016); d) Da expectativa à realidade: a aplicação das sanções na Lei Maria da penha, de Luanna Thomaz de Souza (2016); e) A situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil: violências e violações, organizado por Jurema Werneck e Nilza Iraci (2016); e f) Femicídio - uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil, de Adriana Ramos de Mello (2016).

Esses dados organizados sugerem, então, que as feministas brasileiras não necessariamente tiveram o campo profissional e acadêmico do direito como foco em suas estratégias de mobilização. Todavia, com o processo de mobilização social em torno da LPM e os debates decorrentes de sua aprovação, o meio acadêmico-profissional do direito passou a ser um foco mais recorrente de intervenção. Além disso, os desafios para conhecer e implementar a LMP acabaram por ensejar, no meio acadêmico e profissional do direito, vários debates e estudos sobre gênero, feminismo, direitos humanos das mulheres, temas que ainda eram muito desconhecidos para o

direito brasileiro. O inicial “enquadramento” da LMP nos debates ligados, quase que exclusivamente às áreas do direito penal, criminologia e processo penal tem perdido vigor, em face de múltiplas leituras da Lei produzidas a partir de diversas áreas como: direitos humanos, direito antidiscriminatório, direito civil, direito constitucional, direito internacional, direito migratório, direito do trabalho e direito previdenciário.

2.4 Feminismo e o poder do direito

A obra *Feminist and the power of Law* (1989), da socióloga britânica Carol Smart registra aspectos importantes do debate feito no contexto dos anos 1980, sobre a relação entre direito e feminismo, bem sobre como o conflito entre afastar-se do direito (descentramento) ou apostar nas estratégias de legais de ampliação dos direitos das mulheres. Essa é uma permanente tensão do feminismo e que tem demandado críticas e reformulações teóricas e políticas, a partir das múltiplas vozes que vêm ganhando ascendência nas interações com o direito e modificando seu sentido.

Um argumento da autora bastante recorrente nos estudos teóricas feministas de várias regiões do mundo é o de que as reivindicações das mulheres não podem ser simplesmente encaixadas nas construções jurídicas, pois as chances do direito produzir resultados nulos, ou até prejudiciais a tais demandas, são bem maiores do que as de promoção de mudanças benéficas às mulheres. Smart cria o termo *juridogenic* para conceituar o mal que o direito é capaz de gerar em consequência de suas operações (SMART, *Feminism and the power of law*, 1989).

O direito, como discurso jurídico com pretensões de verdade, tem a capacidade de fazer afirmações persuasivas sobre a experiência social e de (des)qualificar qualquer conhecimento alternativo ou concorrente. Dessa forma, ele não apenas reproduz as diferenças de gênero, mas também é uma estratégia de produção de gênero e do senso comum sobre as diferenças de sexo/gênero que constrói e reconstrói as relações patriarcais, sobretudo, em razão de seu poder em definir as mulheres e de (des)qualificar os discursos feministas.

Um dos fatores que garantem validade às reivindicações de verdade do direito e com tal grau de poder é o próprio método que juízes e juízas usam para decidir os casos que chegam aos tribunais. Há uma presunção, ainda aceita amplamente, de que o método de interpretação e aplicação da lei é neutro, objetivo e imparcial e, por isso, sempre capaz de produzir uma decisão correta. Esse método legal seria um dos

principais obstáculos para as intervenções feministas na lei, pois ele está estruturado de forma a ser impermeável a uma perspectiva feminista. Pensar, portanto, que o direito pode fornecer solução para a opressão que ele celebra e sustenta seria um erro muito grande.

O capítulo da obra em que Smart aborda os limites do discurso do direito é bastante convincente se compararmos os exemplos que ela traz às análises feitas pesquisadoras brasileiras sobre a efetividade da Lei Maria da Penha. Ela sugere três problemas principais com o uso de direitos como parte de uma estratégia feminista.

O primeiro argumento da autora é a tendência do direito em simplificar as complexas relações de poder, ignorando a existência de outros elementos nas relações entre os gêneros e, com isso, criar uma falsa impressão de que, com a obtenção de direitos pelas mulheres, as diferenças (e as desigualdades) estão resolvidas. Além de não alterar as relações de poder, as soluções baseadas no direito podem criar consequências indesejáveis e, muitas vezes, desastrosas às mulheres, não contribuindo de forma alguma para seu empoderamento. No caso da violência doméstica, por exemplo, as mulheres podem usar o direito de solicitar aos tribunais liminares para o afastamento do agressor da casa, mas isso não elimina o problema da violência doméstica. Isso acontece, porque o direito só pode tratar as partes envolvidas como adversárias e, também, desconsidera a existência de outros elementos presentes na situação (dependência econômica, preocupação com o bem-estar das crianças etc.). Assim, exercer os direitos nessa área traz, na maioria das circunstâncias, consequências indesejáveis.

O segundo argumento se relaciona com fato de que os direitos das mulheres têm, invariavelmente, que competir com os direitos dos homens e, embora os direitos deles possam ser removidos em situações extremas, há uma relutância em fazê-lo, significando dizer que, por conseguinte, o recurso aos direitos das minorias será efetivo somente em oposição ao recurso dos direitos que com eles competem. Por exemplo, há uma relutância em se remover, ainda que temporariamente e em casos extremos, o direito dos homens de viverem em suas casas ou de verem seus filhos. Consequentemente, o recurso a direitos pode ser eficazmente combatido pelo recurso a direitos concorrentes.

O terceiro argumento corresponde ao fato dos direitos serem formulados para lidar com falhas sociais. O problema aí reside no fato (contraditório) de que as mulheres tenham que provar que seus direitos foram violados para serem beneficiadas com a lei.

Dessa forma, enquanto algumas mulheres se beneficiam de determinada legislação, porque conseguem, de alguma forma, provar a violência ou a violação de seu direito, a grande maioria não se beneficiará com a lei.

O último, e, segundo a autora, o mais importante argumento, diz respeito à forma como os direitos são formulados: eles são direcionados a proteger o indivíduo contra o Estado ou o mais fraco contra o mais forte. Ocorre que a legislação permite que esses direitos sejam apropriados e utilizados pela parte mais forte e, portanto, podem ser usados contra as próprias mulheres.

Apesar dos problemas com o uso do direito, a autora considera que esse debate, no feminismo, não está resolvido, sobretudo porque existe alguma base em comum no entendimento de que é necessário proteger os direitos existentes, ainda que haja desacordo entre as vertentes em se buscar ou não novas reivindicações de direitos. O que ela enfatiza, no entanto, é que o conceito de direito traz sérias limitações e pode até ser prejudicial ao movimento feminista, ainda que, em alguns temas, o uso do direito possa trazer algum potencial de mudança e fortalecimento da autonomia das mulheres. Mesmo sendo difícil abandonar o discurso dos direitos, ela reforça a aposta por parte dos movimentos de mulheres nas ações políticas diretas junto às mulheres ou no que ela chama de descentramento do direito.

Os resultados dos estudos sobre os resultados obtidos sobre o enfrentamento da violência doméstica com leis especiais sobre as temáticas, nas últimas décadas e em quase todo o mundo, parecem confirmar a hipótese de Carol Smart (1995) sobre a tendência predominante do direito - aparato de poder estatal - em fracassar nas suas tentativas de legitimação das reivindicações feministas. Não é à toa que a proposta da autora de descentramento da lei é, até hoje, bastante discutida por vários movimentos feministas em seus propósitos de transformação das relações de subordinação entre os gêneros.

O livro de Smart foi escrito no contexto do feminismo dos anos 80, em debate com as vozes feministas daquela época. Seu propósito foi oferecer um relato teórico sobre o funcionamento da lei, que incorporaria as contribuições feministas sobre o anti-essencialismo e sobre o funcionamento do poder. Além disso, naquela época, os cursos feministas estavam causando um impacto significativo na academia, tanto na sociologia quanto no direito, e as campanhas por reformas legais entre as feministas era uma tônica crescente. Os fracassos das mudanças legais feitas em nome dos direitos das mulheres eram interpretados como um apelo para um esforço renovado de mais leis. Por isso a

ênfase de Smart no potencial muito mais *juridogenic* (das reformas) do direito e sua proposta, direcionada às feministas da época, de descentramento das leis. Desde então, a abordagem de Smart tem sido frequentemente utilizada em pesquisas que buscam analisar criticamente as estratégias políticas dos movimentos feministas em relação ao direito (CASALEIRO, 2014).

Em 2012 foi publicado um número especial da revista *Feminist Legal Studies*, dedicado a revisitar os argumentos do livro de Smart. Em prefácio à edição, a autora argumenta que sua proposta de descentramento da lei não significou que as feministas deveriam ignorar o direito e a lei por completo, pois ela é uma agência cheia de contradições e, em grande parte, imprevisível em seus resultados, uma vez que responde a diferentes pressões em momentos diversos. A lei fornece um lugar vital para a contestação de ideias e valores, bem como uma oportunidade para expressar valores e preocupações feministas e, até mesmo, alternativas possíveis. Todavia a ênfase ou o entusiasmo com as reformas legais prejudicam a capacidade de compreensão acerca dos efeitos prejudiciais do direito sobre as mulheres ou qualquer outro grupo ou categoria em situação de subordinação-exploração-opressão. Sua preocupação estava direcionada aos dilemas envolvidos no uso do direito em face de outras estratégias políticas dos movimentos de mulheres. Como também, de as mulheres não reconhecerem o direito como uma tecnologia criadora de gênero.

A formulação que, para Smart, ainda parece ser bastante atual e oportuna para os debates sobre a relação entre direito, feminismo e mulheres diz respeito ao poder do feminismo em desafiar a lei e o direito. Uma das importâncias de se associar as teorias feministas ao direito é, exatamente, problematizar o direito como forma de ação política, como local de conflito e disputa e não um lugar de refúgio ou de resolução. Nesse sentido, a autora entende ser necessário debatermos como o feminismo, ao invés de servir-se da lei com um ponto de vista fixo, pode garantir um engajamento questionador da lei e, por sua vez, ampliar as formas de intervir discursivamente no direito, produzir ‘deslizamentos’ conceituais no raciocínio jurídico e fazer com que as instituições políticas ligadas à Justiça se responsabilizem por suas práticas. É exatamente essa proposta teórico-política de Smart que me interessa aqui: analisar a capacidade dos feminismos em *desafiar, permanentemente, o poder do direito*.

Rosemary Hunter (2012) reúne vários resultados de pesquisas empíricas que sugerem um uso, feito por juristas feministas, da porosidade da lei para reivindicar a legitimidade de uma abordagem feminista da análise jurídica, ainda que haja riscos aí

imbricados. Um dos riscos é o de que argumentos feministas ou em defesa dos direitos das mulheres podem falhar como argumentos legais, deixando de persuadir e, com isso, serem excluídos do “círculo encantado da autoridade legal”. Todavia, há diversas experiências de juristas feministas e julgamentos feitos com base em argumentos feministas sugerindo que o fracasso não é, de forma alguma, um resultado inevitável. Além disso, como é possível medir o “êxito” de uma decisão? Em muitos casos, a questão principal em um conflito judicializado não é a obtenção do resultado (favorável ou desfavorável ao pedido), mas a disputa pelos argumentos que o fundamentam ou por inserir a experiência das mulheres no discurso jurídico.

Se nos anos 1980, os repertórios críticos aos métodos tradicionais de interpretação e aplicação da lei eram ainda escassos e não tinham produzido significativa crise aos sentidos de lei e direito liberais hegemônicos, hoje são amplas as vertentes teóricas do direito e da justiça críticas aos modelos e sentidos tradicionais de lei, direito, justiça e interpretação (ou método) legal responsáveis por fragilizar o poder (da teoria) do direito em definir, fixar ou reduzir os sentidos da lei. As ficções hermenêuticas (da *vontade do legislador* e da *vontade da lei*, por exemplo), fundada na premissa da coerência e plenitude a-histórica do sentido objetivo da lei, perdem cada vez mais espaço em favor de compreensões que reconhecem haver um campo de disputas entre *projetos de legalidade* distintos.

De acordo com José Rodriguez⁴⁵ (2016), distintas abordagens teóricas, nas últimas décadas, permitem-nos reconhecer uma diversidade de intérpretes dos textos legais, em permanente conflito e tensão, que tanto disputam um sentido e um *uso oficial do direito*⁴⁶, quanto constroem, o tempo todo, sentidos e *usos sociais do direito*⁴⁷. Nesse cenário, discutir/pesquisar o direito deixa de ser, apenas, a análise da lei ou a busca pelo sentido das normas e passa a envolver a análise do *estado de conflito aberto* entre

⁴⁵ Uso aqui as categorias propostas, mais recentemente, por José Rodriguez para a análise das relações contemporâneas entre direito, democracia e conflito social, formuladas a partir de referências como Judith Butler e Robert Cover. Apesar do artigo citado aqui ainda estar no prelo, é possível acompanhar suas propostas a partir de produções anteriores já publicadas (RODRIGUEZ, Perversão do direito (e da democracia): seis casos, 2016); (RODRIGUEZ, Luta por direitos, rebeliões e democracia no século XXI: algumas tarefas para a pesquisa em direito, 2015).

⁴⁶ O uso oficial do direito seria “o uso direcionado aos organismos responsáveis por solucionar casos concretos com a utilização do material jurídico, mediado necessariamente por profissionais do direito”. p. 11.

⁴⁷ O uso social do direito, segundo o José Rodriguez (2016), envolve a mobilização de argumentos jurídicos por agentes sociais, com motivações diversas, para atingir resultados também diversos. Nem sempre o uso social do direito visa obter uma autenticação pelos órgãos oficiais do Estado, pois os agentes sociais podem mobilizar o direito em seus discursos sem ter como o objetivo prévio a propositura de um projeto de lei ou de uma ação judicial, mas apenas delimitar e articular sua relação com seus pares.

diversos *projetos de legalidades* alternativos, os quais desenham constantemente as fronteiras entre sociedade e Estado, entre direito e política, das formas mais variadas.

Um *projeto de legalidade* não decorre, apenas, da simples promulgação de uma lei. Isso porque, uma lei pode não ganhar ressonância na esfera pública, a despeito de conter o germe de uma legalidade em potencial. De acordo com Rodriguez (RODRIGUEZ, *Direito contra Direito: direito, democracia e conflito social no mundo contemporâneo*, 2016, p. 15):

Um projeto de legalidade surge quando a afirmação desta(s) norma(s) demanda respeito universal, ou seja, quando ela pretende se impor à toda a sociedade, inclusive com a utilização da forma de algum órgão dotado de poder coercitivo sobre todos e todas. Tal reivindicação faz com esta norma não queira ceder diante de nenhuma outra, mesmo que seja com ela incompatível, independentemente de sua origem. Um projeto de legalidade, portanto, põe as normas sociais em estado bélico, reivindicando para elas várias delas o *status* de direito ao mesmo tempo, em um gesto que não depende, para se formar, de nenhuma instância soberana, mas pode vir a reivindicar sua autenticação.

Cada um dos *projetos de legalidade* apresenta pretensões de moralidade e coercibilidade próprias e disputam, entre si, propostas ora de afastar o Estado da regulação direta sobre determinado âmbito social, ora exigir sua intervenção direta sobre as relações sociais. Em tais disputas, o que comumente nomeamos de “lei” e “contra-lei”, encontra-se fundido e enredado tanto por parte do Estado quanto por parte dos grupos e movimentos sociais.

A partir dessa compreensão sobre a forma de se entender o processo de interpretação do texto legal e de criação da norma jurídica, Rodriguez propõe uma agenda de questões indispensáveis à pesquisa jurídica hoje em dia e que tomei como referencial para a formulação dos objetivos a que me proponho neste trabalho: a) analisar as variadas apropriações dos textos legais e os vários sentidos do direito aí produzidos; b) compreender os projetos de legalidade que circulam nas instituições formais e na sociedade e disputam a adesão da esfera pública; c) entender como os agentes sociais usam textos legais e normas jurídicas para disputar o sentido do direito; e d) compreender quais projetos de legalidade estão sendo autenticados ou rejeitados pelos agentes do sistema de justiça.

Considerando as reflexões acima delineadas e os desafios para a efetividade da Lei Maria da Penha, passo a argumentar em favor da compreensão da Lei Maria da Penha como um eixo importante do que chamarei de *projeto jurídico feminista*, sob o qual tem operado amplas mudanças (ainda que difusas) nas práticas e instituições

jurídicas brasileiras. Sem, necessariamente, resolver os paradoxos do feminismo em sua relação com o direito, essa lei tem sido um suporte normativo a partir do qual se abrem novos campos para a disputa no direito, no que se refere aos modelos de resposta a problemas relativos à efetivação dos direitos humanos das mulheres, aos desenhos institucionais das instituições formais e ao uso social que os movimentos sociais fazem do direito.

O *projeto jurídico feminista* é, também, um projeto ético e político que não desconsidera a importância da lei e de reformas legais, mas não se reduz a ela e se sustenta no repertório de práticas e teorias críticas desenvolvidas no campo feminista aos poderes violentos da lei. Nos termos de Carol Smart (1989), é um projeto político que se propõe a *desafiar o poder* do direito ou, nos termos de Judith Butler (2006), desafiar a cumplicidade da lei e das instituições jurídicas com os genocídios (os feminicídios e também os assassinatos da população negra, trans, indígena) e com a violência estatal que tem conduzido à produção e reprodução de *vidas precárias*. Por isso, considero, além de ser condição para a produção de uma gramática no campo jurídico feminista, a Lei Maria da Penha guarda o que Eleni Varikas (1996) entende por “força subversiva” do feminismo, algo que tem sido cada vez mais explicitado pelas interpelações que os feminismos e movimentos de mulheres têm direcionado à LMP e às instituições jurídicas e às políticas dedicadas à sua aplicação e efetivação, bem como tem sido um eixo importante para a produção de uma crítica feminista ao direito. Por isso é que, apesar de ter como referência a abordagem feita por José Rodriguez, ao invés de *projeto de legalidade feminista*, utilizarei a expressão *projeto jurídico feminista*.

As dificuldades para a efetivação da Lei Maria da Penha têm reforçado a constatação, recorrente em vários estudos feministas, de que o direito (de caráter patriarcal, racista, colonial e heteronormativo) parece ser sempre mais forte do que a crítica feminista que é feita acerca dele, até mesmo, porque ele dispõe de variados recursos para, recorrentemente, legitimar os mecanismos de que se utiliza para a reprodução da violência estatal/institucional sobre grupos e categorias subalternizadas. Ainda assim, minha proposta é tentar compreender os processos de disputa que o campo político e teórico feminista brasileiro (ou apenas *campo feminista*⁴⁸), em alianças com os movimentos sociais locais e transnacionais, tem realizado com relação aos sentidos de direito e justiça tomando como referencial a gramática presente na Lei Maria da

⁴⁸ Conforme discutirei mais abaixo, uso a expressão no sentido proposto por Sonia Alvarez (2014).

Penha e as institucionalidades por ela criadas. Essa disputa tem resultado em uma ampliação da capacidade do campo feminista brasileiro em *desafiar o poder do direito*.

O projeto jurídico feminista não se inicia ou se realiza plenamente com a aprovação da Lei Maria da Penha, mas tem nela um eixo importante de conformação de novas condicionantes para a relação entre feminismo e direito. Há uma série de mudanças legais, nas últimas décadas, decorrentes de uma militância feminista que foram fundamentais para a inserção das mulheres na vida pública, para a garantia de vários direitos, dentre os quais o direito à igualdade e não discriminação. Mas, a Lei Maria da Penha, ainda que se proponha a garantir, fundamentalmente, o direito humano das mulheres a uma vida livre de violências, trouxe mecanismos que tem favorecido o aprofundamento da crítica ao direito e às instituições políticas, ancorada no caráter subversivo do feminismo.

Ao enfatizar a leitura da LMP a partir de um campo feminista, não quero sustentar que haja uma interpretação autêntica da lei ou de acordo com a “vontade das legisladoras”. A abordagem que proponho aqui busca trazer subsídios uma “fusão de horizontes”, ou para traçarmos “afinidades eletivas” entre os campos discursivos de ação feminista e o campo discursivo e de ação das institucionalidades ligadas ao sistema de justiça brasileiro. Da mesma forma, não pretendo reforçar as imagens do feminismo como um lobby que busca direitos, negligenciando as consequências dessa ação para determinadas categorias ou grupos sociais⁴⁹. O que pretendo é confrontar as barreiras do quadro conceptual que tem sido utilizado, com maior frequência, para a análise e implementação da LMP e de outras “leis de (ou para) mulheres”, como a Lei do Feminicídio, ao menos para que, a partir disso, possamos nos permitir realizar perguntas de pesquisa que não dependam da oferta de resposta ao paradoxo legal das feministas.

Nossa proposta também não pretende ser entusiasta ingênua das lutas feministas, tampouco apontar para um futuro de sucesso. O que busco é compartilhar algumas conclusões e referências que considero significativas para militantes, acadêmicas e juristas em seu fazer cotidiano de escovar a história e o direito a contrapelo. Da mesma forma que o feminismo jurídico tem buscado transformar a perspectiva do método legal tradicional, ele deve se permitir uma nova maneira de ver a realidade do presente.

⁴⁹ De acordo com Carol Smart (1989), em razão do crescente protagonismo ligado às propostas de reforma legal, o feminismo como um todo tem sido representado cada vez mais como um lobby que busca direitos sem pensar nas responsabilidades. Aqui no Brasil, essa mesma representa e, por vezes, tangencia os debates críticos ao feminismo, pela desconsideração sobre os efeitos de suas propostas punitivas sobre determinadas categorias que são historicamente selecionadas pelo direito penal.

Durante os dez anos de vigência da LMP, o próprio reconhecimento dos seus limites tem sido um terreno fértil para que o campo feminista busque reelaborar novos significados para os termos da lei e redesenhar as prioridades no conjunto das estratégias políticas junto aos poderes públicos para o enfrentamento da violência contra as mulheres⁵⁰. Nesse sentido, busco explicitar algumas das formas como a Lei Maria da Penha e seus significados vão sendo reconstruídos pelos *campos feministas*⁵¹ a partir dos processos sociais de ampliação do próprio campo de sujeitos do feminismo e suas demandas, bem como em face das dinâmicas e tensões entre a *efetividade* e a *domesticação da Lei* presentes no âmbito das práticas jurídicas, judiciais e extrajudiciais.

Nomeio de *domesticação da LMP* todos os enquadramentos dos sentidos da lei que tem resultado, por exemplo, a) na redução da efetivação dos direitos humanos das mulheres; b) no constrangimento dos efeitos democratizantes da LMP sobre a sociedade e sobre as instituições políticas e jurídicas; e c) na subalternização do papel do campo feminista no processo de criação e implementação da LMP.

Sigo as compreensões sobre efetividade da lei que se preocupam com a reflexão sobre a dinâmica ou a interação entre a lei (ou dos institutos jurídicos, sociais e políticos) e as demandas de determinados grupos ou categorias sociais (no caso aqui, as mulheres em situação de violência e os movimentos feministas)⁵². Miracy Gustin (2008, p. 383), por exemplo, entende por efetividade “a correlação entre o cumprimento de objetivos pré-determinados – políticos ou jurídicos - com as demandas e necessidades de determinados grupos sociais ou comunidades⁵³ em situação de exclusão ou de risco”. Interesse-me, portanto, pela análise desse campo de disputa (atravessado por relações de poder) entre a lei e demandas direcionadas ao direito.

⁵⁰ Alguns termos, presentes na LMP ou derivados dos esforços para sua efetivação, como atenção integral, rede de enfrentamento e educação com perspectiva de gênero tem ganhado maior destaque nos estudos mais recentes. Outras categorias como racismo, colonialidade, heteronormatividade tem ocupado as reflexões sobre violência doméstica, de modo ensejar novas problemáticas e, simultaneamente, novas “utopias institucionais” (RODRIGUEZ, 2015, p. 297)

⁵¹ Ver Sonia E. Alvarez (ALVAREZ, Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista, 2014).

⁵² A formulação de Felipe Silva, Marta Machado e Rúrion Melo (SILVA, MACHADO, & MELO, 2010) também segue a mesma perspectiva. Os autores, ao buscarem analisar a efetividade da legislação brasileira antirracismo preocupam-se com os processos de criação e aplicação do direito, a interação dialética entre igualdade formal e desigualdade real, ou as relações políticas e sociais entre sociedade civil e esfera pública estatal.

⁵³ Por comunidade a autor entende “grupos sociais que se estruturaram em torno de certos interesses recíprocos e que promovem um sentimento de solidariedade capaz de permitir o surgimento de uma coesão interna com um potencial transformador em determinados momentos” (GUSTIN, 2008, p. 384).

Como já delineado acima, considero lei como uma prática social, sendo seu processo de criação algo que não acontece de modo dissociado do seu processo de aplicação: a criação e a aplicação da lei são duas atividades sociais bastante similares e as práticas profissionais no direito podem ser entendidas como compromissos entre normas de campos em disputa. Isso significa dizer que não estou interessada em entender os motivos para o cumprimento ou não da LMP por parte dos diversos agentes encarregados de implementá-la, como se estivesse me referindo a um texto autoevidente em seus propósitos e termos. Minha proposta é tentar explicitar as produções de sentidos sobre a lei que estão em disputa nas instâncias jurídicas e administrativas tendentes a impedir ou acentuar as condições para transformações de caráter democratizante e antidiscriminatório no direito e nas instituições públicas.

O conceito de direito formulado por Alda Facio será bastante útil para este trabalho. Para ela, o direito é um fenômeno legal está constituído por três componentes, dialeticamente relacionados entre si: 1) o componente formal normativo (diz respeito à lei formalmente promulgada, como a Constituição, lei ordinária, tratado internacional, decreto legislativo etc.); 2) o componente estrutural (formado pelas decisões que os tribunais de justiça ou as agências públicas do sistema de justiça, da segurança pública, entre outros, dão às regras e princípios previstos no componente formal normativo, ao selecionar, interpretar ou aplicá-los); e 3) o componente político-cultural (composto pelo conteúdo que as pessoas vão atribuindo à lei, seja por meio do discurso acadêmico - doutrinas, teses jurídicas etc. -, ou por meio de costumes, atitudes, tradições e de usos que são feitos da lei pelas pessoas e grupos na vida diária, combinando-se ou não com outras leis, em vigor ou já derogadas e que são obedecidas pelas pessoas mais do que aquelas que compõem o componente formal normativo).

Essa compreensão ampla do Direito permitirá dar relevância, por exemplo, às regras sociais, fundadas em crenças, mitos e ficções em ação no imaginário social que disputam com as regras jurídicas o poder de modelação das relações de gênero não apenas fora das instâncias jurídicas, mas, sobretudo, dentro delas. Ou seja, o que comumente chamamos de legalidade e de ilegalidade (por exemplo, uma lei revogada em razão de seu conteúdo expressamente discriminatório) não são polos em oposição, mas fazem parte de um mesmo jogo cotidiano de produção e reprodução de saberes, técnicas e decisões jurídicas, bem como das possibilidades de agência dos sujeitos sociais. Um texto de lei pode ser revogado formalmente, mas é possível que determinados grupos ou sujeitos sociais ainda permaneçam fazendo uso do sentido nele

presente no processo de interpretação ou aplicação da nova lei. Também, é possível, com essa concepção ampla de direito, entender que as disputas dos agentes não se dão apenas com relação à *norma agendi* ou ao texto da lei, mas, ao falarmos em projeto jurídico, ou em projeto de legalidade, estamos dizendo que as disputas se fazem na esfera desses três componentes.

Helena García & Isabel Sierra (2012) também partem de uma concepção ampliada de direito para entender como ele constrói os problemas sociais, os recursos em disputa e as identidades que estão em jogo em determinado conflito social e contribui para distribuir e estabilizar os recursos nas mãos de certos atores. Assim, é preciso entender o direito não apenas como um conjunto formado por poucas normas que diretamente se referem a um dado problema, mas também pelas normas administrativas que organizam, por exemplo, o acesso aos cargos dos poderes públicos, os salários no mercado laboral, as atividades da assistência social e de saúde, bem como as decisões judiciais e as administrativas que colocam em movimento a Constituição e a legislação infraconstitucional. Essas outras normas não só fazem parte do direito, como também acabam por revelar os argumentos e as razões que fundamentam certa maneira de se pensar e fazer as coisas, sobretudo, as formas mais naturalizadas ou normalizadas que produzem distribuições desiguais que são difíceis de serem alteradas

As dificuldades para a efetivação da Lei Maria da Penha tem reforçado a constatação de que o direito (de caráter patriarcal, racista, colonial e heteronormativo) parece ser sempre mais forte do que a crítica feminista que é feita acerca dele, até mesmo porque ele dispõe de variados recursos para, recorrentemente, legitimar os mecanismos de que se utiliza para a reprodução da violência estatal/institucional sobre grupos e categorias subalternizadas.

Com a ideia de *projeto jurídico feminista* não quero sustentar que haja uma interpretação autêntica da LMP ou de acordo com a “vontade das legisladoras”, tampouco que ele se reduza a discussão desse texto de lei. A abordagem que proponho aqui busca trazer subsídios uma “fusão de horizontes”, ou para traçarmos “afinidades eletivas” entre os campos discursivos de ação feminista e o campo discursivo de ação das institucionalidades ligadas ao sistema de justiça brasileiro. Para isso, tentarei explicitar as disputas que os movimentos de mulheres têm realizado, nos últimos anos, voltadas às transformações democratizantes e distributivas em todos os componentes do direito.

Da mesma forma, não pretendo reforçar as imagens do feminismo como um *lobby* que busca direitos, negligenciando as consequências dessa ação para determinadas categorias ou grupos sociais⁵⁴. O que pretendo é confrontar as barreiras do quadro conceptual que tem sido utilizado, com maior frequência, para a análise e implementação da lei Maria da Penha e de qualquer outra lei de mulheres (feminicídio), ao menos para que, a partir disso, possamos nos permitir realizar perguntas de pesquisa que não dependam da oferta de resposta ao paradoxo legal das feministas.

2.5 O privado, o público e o carácter subversivo do feminismo

Sob o epíteto “o pessoal é político”, o feminismo vem tematizando, especialmente a partir dos anos 1960, a violência contra a mulher que ocorre no âmbito familiar, entendendo-a não mais como uma questão estritamente privada, mas como produto de uma violência estrutural que impregna todo o tecido social. Ele também tem buscado explicitar, a partir de perspectivas analíticas variadas, o carácter político da opressão contra as mulheres, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo privado e identificada como pessoais exclusivamente.

Contudo um desdobramento dessa afirmação, por vezes pouco explorada no debate público, é que ela revela um esforço teórico e político, por parte de diversos feminismos, mesmo dentre as sufragistas do século XVIII e XIX, em romper com a dicotomia público-privado, base de sustentação de todo o pensamento político e jurídico liberais. Há, na afirmação, um questionamento profundo dos parâmetros conceituais sobre o político que, nas teorias modernas, tem sido identificado com a esfera pública e com as relações sociais que nela acontecem.

Ou seja, a luta das feministas não tem se resumido à busca pela integração ou incorporação das mulheres a uma esfera pública como cidadãs iguais aos homens, já que tal esfera era marcada presença exclusiva dos homens, mas, também, de acordo Eleni Varikas (1996) tem sido uma luta para que as mulheres possam definir a vida comum, seu conteúdo e suas regras. É uma luta pela construção de uma nova definição de liberdade política, decorrente da crítica à dicotomia público-privado. Sem uma nova concepção de liberdade privada, a liberdade política, tal qual entendida até então no

⁵⁴ O feminismo como um todo é mais representado, frequentemente, como um *lobby* que busca direitos sem pensar nas responsabilidades sobre determinadas categorias que são historicamente selecionadas pelo direito penal, movido por uma espécie de “pulsão de castigo” (RIPOLL, 2009).

pensamento liberal moderno, é palavra em vão. A crítica do doméstico está articulada à crítica da democracia real, em nome de uma utopia democrática. Nos termos da autora:

A força desta afirmação, e do movimento que a sustentava, residiu e ainda reside certamente em sua capacidade de evidenciar a dominação oculta em relações consideradas como parte da natureza humana, na suspeição que levantou sobre domínios e instituições notoriamente considerados ao abrigo do político, e em seu espírito de utopia. Mas a crítica geral do que é deixa um vazio no que diz respeito às alternativas - no que diz respeito ao que pode ser mas que ainda não é - este horizonte dos possíveis no qual a utopia busca sua força. Um vazio que não se saberia preencher sem estabelecer laços duráveis entre o político e a política. Na ausência destes laços, é o princípio de realidade e a onipotência dos fatos positivos que tendem a preencher o vazio, como sugerem as metamorfoses atuais e surpreendentes dessa afirmação. (VARIKAS, 1996, p. 68)

O lugar do privado e, mais precisamente, do doméstico é, desde o início das lutas das mulheres, estratégico para a emancipação das mulheres, pois é um lugar que carrega um duplo sentido de político, conforme expressa a palavra no grego (*Oikos*):

o de produto da *ação humana* e o de produto de uma *relação de força*. Mas ao mesmo tempo situa a luta das mulheres nos antípodas do político, já que *oikos* é ao mesmo tempo a condição e o oposto do político, é o local onde se domesticam as paixões e suas instigadoras principais, a serviço da comunidade. Produto desta domesticação, a feminilidade me geral, a castidade e a devoção materna tornam-se os meios de aprendizagem da lealdade, da reciprocidade, os instrumentos de regulação da paixão dos homens, a serviço da comunidade. O amor de seus próximos será o 'princípio daquele devido ao Estado' (VARIKAS, 1996, p. 63).

As lutas contra as hierarquias tidas por naturais no interior da família burguesa, contra a tirania do espaço privado, contra a privação dos direitos na esfera pública de metade da humanidade, contra qualquer separação sexuada entre privado e público foram suscitando dúvidas profundas junto às feministas sobre os pressupostos da teoria política e jurídica liberais e, até mesmo, sobre algumas perspectivas teóricas socialistas ou de esquerda.

A tirania da vida privada está articulada à tirania da vida pública. E o que conota a afirmação dos anos 60, para Varikas, é o caráter politicamente inclassificável da liberdade que está na base das lutas emancipatórias das mulheres. Essa liberdade, politicamente inclassificável, tem sido construída pelos diversos feminismos, envolvendo a capacidade de criarem-se a si próprio, como sujeito político; de desafiar o encanto exercido pela onipotência e pelo brilho da ordem estabelecida; de questionarem as divisões fundadoras do político (público e privado, pessoal e político etc.); de se oporem a todas as (falsas) lealdades, até então, estabelecidas às mulheres

(escola, família, sexo) e que levam os indivíduos a obedecerem a uma ordem para além do justo e do injusto.

Como lutar contra essas tiranias e buscar a realização dessa liberdade? A autora retoma uma das advertências que Virgínia Wolf, em *Três Guinéus*, fez às sufragistas inglesas e que bem expressa algumas das reticências frequentes em várias vertentes feministas com relação à política e seus valores: servir-se das regras da política, ainda que para combatê-las, é tornar-se sua auxiliar. Se por um lado, a vida privada pede às mulheres a servilidade, afirma Wolf, a vida pública e o sistema profissional agridem as mulheres com sua passividade, inveja, agressividade e cobiça.

Por isso, a construção dessa liberdade depende da capacidade do feminismo de se manter, ao mesmo tempo, dentro e fora, das institucionalidades, mantendo “uma distância crítica, uma desconfiança sempre atenta frente ao poder e à sua capacidade de “cooptação”. Essa distância é fundamental para seja possível às feministas “repensar as regras do jogo, inventar novos valores e um sentido novo para as palavras” (VARIKAS, 1996, p. 65)

Alimentado pela experiência da poucas mudanças substanciais trazidas pelos direitos políticos às relações de força entre os sexos, os movimentos feministas têm compartilhado, juntamente com outros movimentos sociais, uma histórica reticente com relação à política dos moldes liberais que, em algumas de suas vertentes, estendeu-se à própria política de esquerda, sobretudo da esquerda parlamentar, às suas práticas de poder, às suas estruturas hierárquicas e à validade de seu projeto político:

Tal aspecto, porém, não impediu que o feminismo buscasse intervir no terreno do direito nas últimas décadas, já que as maiores mobilizações (violência sexual, aborto etc.) visavam imediatamente transformações legislativas. Isso porque, as leis não somente fornecem as bases materiais para a dominação entre os sexos-gêneros, mas porque assegura sua legitimidade, tornando-a possível. Por isso, mesmo quando as lutas visavam transformações legislativas (aborto, penalização do estupro etc.), tais mudanças visavam melhorar a relação de força entre os sexos/gêneros e mudar a realidade social.

O caráter subversivo da crítica feita pelas feministas à separação entre público e privado reside, portanto, na sua capacidade de, a partir das experiências das mulheres no espaço privado doméstico (experiência de dominação), não apenas gerar um ponto de vista político específico que reivindica representação na esfera pública, mas conduzir a uma ação política para a redefinição autônoma das necessidades e das vontades das

mulheres e dos homens. Por isso, a vida doméstica, pessoal, e a vida não doméstica, pública, não podem ser esferas interpretadas isoladamente:

afirmando que o pessoal é político, não subestimava as estruturas e as instituições em proveito de uma transformação da vida cotidiana, assim como não se mantinha fora do político, em um ‘alhures’ inocente, fantasmado. Esta afirmação insistia, ao contrário, sobre o caráter estrutural da dominação expresso nas relações da vida cotidiana, dominação cujo caráter sistemático tinha sido precisamente obscurecido, como se fosse o produto de situações pessoais. Não se tratava de escolher entre mudar as ‘mentalidades e mudar as ‘instituições’ pois esta ‘escolha’ implica numa concepção do privado e do público que as feministas denunciavam precisamente como uma mistificação. Tratava-se, sobretudo, de mostrar que a dominação era ao mesmo tempo oculta e assegurada através de poderosas instituições como a família, a heterossexualidade institucionalizada, a divisão e a estrutura sexuada do trabalho e do emprego (VARIKAS, 1996, p. 66).

Para Alba Carosio (2009, p. 243) a ideia de que o pessoal é político é um dos aportes mais importantes da teoria feminista para a construção do que ela nomeia de ética política libertadora: “*pensar y actuar en el espacio personal tiene implicaciones políticas a todos los niveles*”. As feministas latinas lutaram pela recuperação da democracia nos Estados e, também, pela sua ampliação no espaço privado. Essa luta não tem se reduzido à pretensão de reparar injustiças, mas apontado para uma reconsideração da convivência e da sociedade.

Nancy Fraser (2009, p. 18) destaca que os feminismos da chamada segunda onda produziram, com a afirmação de que o pessoal é político, uma crítica bastante forte ao “capitalismo androcêntrico organizado pelo Estado”. De acordo com a autora:

Politizando “o pessoal”, elas expandiram o significado de justiça, reinterpretando como injustiças desigualdades sociais que tinham sido negligenciadas, toleradas ou racionalizadas desde tempos imemoráveis. Rejeitando tanto o foco exclusivo do Marxismo na economia política quanto o foco exclusivo do liberalismo na lei, elas desvendaram injustiças localizadas em outros lugares – na família e em tradições culturais, na sociedade civil e na vida cotidiana. Ainda, as feministas da segunda onda ampliaram o número de eixos que poderiam abrigar a injustiça. Rejeitando a primazia das classes, as feministas socialistas, as feministas negras e as feministas anti-imperialistas também se opuseram aos esforços de feministas radicais em situar o gênero naquela mesma posição de privilégio categorial. Focando não apenas no gênero, mas também na classe, na raça, na sexualidade e na nacionalidade, elas foram precursoras de uma alternativa “interseccionista” que é amplamente aceita hoje. Finalmente, as feministas da segunda onda ampliaram o campo de ação da justiça para incluir assuntos anteriormente privados como sexualidade, serviço doméstico, reprodução e violência contra mulheres. Fazendo assim, elas ampliaram efetivamente o conceito de injustiça para abranger não apenas as desigualdades econômicas, mas também as hierarquias de status e assimetrias do poder político. Com o benefício da visão retrospectiva, podemos dizer que elas substituíram uma visão de justiça monista, economicista por uma compreensão tridimensional mais ampla, abrangendo economia, cultura e política.

O resultado dessa crítica era o fortalecimento da noção de que a subordinação das mulheres era sistêmica, fundamentada em estruturas profundas da sociedade. As formas de se caracterizar essa totalidade social variaram entre as feministas: se como um amálgama entre sistemas duais (capitalismo e patriarcado), como um sistema imperialista mundial, ou como autora mesmo formula; “forma historicamente específica, a sociedade capitalista organizada pelo Estado de forma androcêntrica, estruturada por três ordens inter-relacionadas de subordinação: (má) distribuição, (falta de) reconhecimento e (falta de) representação”. Mesmo com as divergências sobre os termos, as feministas da segunda onda concordaram que “superar a subordinação das mulheres requeria transformar radicalmente as estruturas profundas da totalidade social” (FRASER, O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história, 2009, p. 19).

A crítica feminista e suas promessas emancipatórias, fundadas na afirmação radical da articulação entre o social, o político e o econômico, nas décadas seguintes, marcadas por uma reconfiguração do capitalismo mundial (forma neoliberal) passaram por uma desintegração e um “recrutamento seletivo” de algumas de suas tendências que, contraditoriamente, passariam a legitimar o capitalismo. Na mudança do capitalismo organizado pelo Estado para o neoliberalismo, com os Estados de bem-estar social e desenvolvimentistas sob ataque do que Fraser chama de “marqueteiros do livre-mercado”, as críticas feministas assumiram uma nova valência a partir de uma dinâmica de “ressignificação” dos seus termos pelas políticas e propagandas neoliberais,

emancipatórias no período do capitalismo organizado pelo Estado, as críticas ao economicismo, ao androcentrismo, ao estatismo e ao Westfalianismo agora aparecem cheia de ambiguidades, suscetíveis a servir as necessidades de legitimação de uma nova forma de capitalismo. Afinal de contas, este capitalismo preferiria confrontar mais as reivindicações para o reconhecimento e não as reivindicações para a redistribuição, na medida em que constrói um novo regime de acumulação sobre a pedra angular do trabalho assalariado das mulheres, e busca separar os mercados de uma regulamentação social a fim de operar ainda mais livremente em uma escala global (FRASER, O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história, 2009, p. 29).

Com isso, Fraser não quer dizer que o feminismo tenha fracassado, que seus ideais eram problemáticos, ou que sejam condenados a serem ressignificados para os propósitos do capitalismo sempre. Pelo contrário, o que ela ressalta é que, sendo o feminismo um movimento social para a justiça de gênero, é preciso ampliar e manter a consciência histórica ampliada. Assim, o feminismo não é uma luta apenas contra formas tradicionais de subordinação de gênero (contra a autoridade de homens, sejam eles os pais, irmãos, companheiros etc.), mas contra formas pós-tradicionais que estão

relacionadas a processos estruturais ou a “sistemas nos quais as ações de muitas pessoas são mediadas de forma abstrata e impessoal” (FRASER, 2009, p. 30).

Um exemplo, nesse caso, pode ser o fenômeno da violência doméstica, alertando para a conexão deste fenômeno a múltiplas violências estruturais e aos processos de subordinação das mulheres mediados pelo mercado. O papel da mulher como cuidadora (da prole e de pessoas mais velhas ou enfermas) é construído no âmbito de relações que ocorrem na esfera privada ou doméstica. Mas eles irão definir o lugar das mulheres nas relações de produção e trabalho, resultando em poder desigual no mercado econômico que, por sua vez, reforça o seu papel desigual na família. Os processos de subordinação mediados pelo mercado são, segundo Fraser, a própria essência do capitalismo neoliberal. Por consequência, são eles que devem estar no foco principal das críticas feministas. Isso não significa abandonar a luta contra as formas tradicionais de subordinação, mas sim reconectar “as lutas contra a sujeição personalizada à crítica a um sistema capitalista, o qual, ainda que prometa liberação, de fato substitui um modo de dominação por outro” (FRASER, O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história, 2009, p. 30).

Nesse quadro referencial, um aspecto que quero ressaltar acerca da Lei Maria da Penha é que qualquer tentativa de análise do seu texto ou processo de criação que a reduza a uma espécie de resposta legal para o tratamento de uma demanda específica de mulheres (ou só de um conjunto de mulheres) extrai, com isso, todo o caráter subversivo da lei que, em termos mais palpáveis e compatível com o que apresentei de referências até o momento, podemos dizer que significa a democratização de todas as dimensões de relações da vida e das instituições políticas e jurídicas. Isso implica rejeitar todo tipo de valor androcêntrico, racista, capacitista e heteronormativo; recusar a supervalorização do trabalho assalariado e à subvalorização do cuidado (trabalho não assalariado); valorizar a solidariedade e a interdependência; colocar no centro das relações sociais a vida e os cuidados relativos a ela.

3 DESNATURALIZANDO A (HISTORIA DA) LEI MARIA DA PENHA E DOS MOVIMENTOS DE MULHERES NO BRASIL EM SUA LUTA POR DIREITOS

¿Qué es el feminismo? ¿Una teorización liberal sobre la abstracta igualdad de las mujeres y los hombres o la búsqueda concreta emprendida por las mujeres para el bienestar de las mujeres y en diálogo entre sí para destear los símbolos y prácticas sociales que las ubican en un lugar secundario, con menos derechos y una valoración menor que los hombres? Si la palabra feminismo traduce la segunda idea, entonces hay tantos feminismos cuantas formas de construcción política de mujeres existen. En cada pueblo, desde precisas prácticas del reconocimiento de los propios valores.

(Francesca Gargarella)

Entre nós, estudantes e profissionais do direito, a história oficial da Lei Maria da Penha foi reduzida a uma espécie de “mito de origem” reforçado cotidianamente por manuais, peças processuais, trabalhos acadêmicos e por discursos em sala de aula⁵⁵. A sequência é mais ou menos assim: começamos contando quem foi Maria da Penha e quais as violências sofridas por ela, as quais foram praticadas pelo seu marido (duas tentativas de homicídio que a deixaram paraplégica), e depois pelo Estado brasileiro (ineficácia legislativa e morosidade judicial). O caso teria tomado tamanha repercussão que entidades internacionais de defesa dos direitos humanos formalizaram uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) contra o Brasil. Com base nela, o Estado brasileiro foi responsabilizado por negligência e omissão em relação à violência doméstica. Em face, então, da pressão realizada pela OEA é que o Brasil, finalmente, cumpriu as convenções e tratados internacionais dos quais já era signatário e criou a Lei Federal n. 11340/2006, que passou a ser chamada popularmente como Lei Maria da Penha.

Não quero desqualificar a história da Maria da Penha ao reproduzi-la aqui de forma tão caricatural. Meu objetivo é questionar as funções que esse modelo de narrativa tem cumprido ao ser considerada da forma como é apresentada. Em geral, ela não conta com um repertório mínimo de referências teóricas que aborde o direito em

⁵⁵ Há outros registros sobre a Lei que oferecem subsídios históricos, normativos e teóricos bastante ricos para que possamos entender o processo de sua criação. Mas esse material tem produzido pouca repercussão nas campanhas públicas, nos cursos de direito ou nos vários órgãos do sistema de justiça. Nesse sentido, por exemplo, ver o livro organizado por Carmen Hein Campos (2011).

perspectiva de gênero ou que possa disponibilizar outras possibilidades de leituras da lei.

Roland Barthes (1989) entende como mito uma fala (sistema de comunicação historicamente determinado) que não se define pelo seu objeto, mas pela maneira como é proferida. Como os seus limites são formais, toda e qualquer substância pode se converter em mito. Como forma, ele reporta-se à origem de algo, que passou a existir graças às façanhas de um ente (elevado à condição de) sobrenatural. O papel do mito não é falsear a realidade, mas transformar um sentido em forma, ou seja, transformar a história em natureza por meio da narrativa de origem. Ele não esconde nada, “não é uma mentira nem uma confissão”, mas sim uma inflexão, uma deformação do sentido. Ele surge de um conceito histórico, mas não cobre a totalidade que o representa e, simultaneamente, impede o acesso às explicações por ser imperfeível e indiscutível: “o tempo e o saber nada lhe podem acrescentar e subtrair” (BARTHES, 1989, p. 151).

Entendo, assim, que uma das primeiras dimensões do poder do direito (*juridogenic*) é o poder de deformar a história das lutas sociais por direitos. A Lei Maria da Penha, ao ser constantemente reproduzida da forma como apresentamos acima, tende a mitificar os processos políticos e sociais que a engendraram, os agentes envolvidos em tais processos e os sujeitos destinatários da lei. Dessa forma, de agentes políticas ou sujeitas de direito, as mulheres são reposicionadas nos papéis de gênero de vítimas e estereótipos que o direito sempre se valeu para desqualificar as mulheres e suas demandas.

A Maria da Penha, mulher, passa a representar não uma agente que foi parte de um processo histórico de transformação, mas sim o estereótipo de destinatária da lei: a mulher branca, pertencente a camadas sociais médias, em uma relação afetiva conjugal com um homem, também classe média, que foi vítima de um tipo extremo de violência doméstica e, portanto, merecedora de proteção por parte do Estado. Uma parcela significativa dos debates sobre a Lei nos tribunais brasileiros, em seus dez anos de vigência, envolvem resistências de nossos juízes e juízas em aceitar como destinatária da lei categorias ou grupos de mulheres que fogem a esse estereótipo.

No trabalho de iniciação científica de Flávia P. Nascimento (2016), realizamos a análise dos principais argumentos de acórdãos de dois tribunais de justiça brasileiros (São Paulo e Minas Gerais) utilizados para aplicar ou afastar as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha – LMP – (Lei nº 11.340/2006). Embora, tenhamos encontrado casos pontuais de aplicação da Lei por analogia *in bonam partem*, a maioria

dos julgados da amostra (55%, no TJMG e 76%, no TJSP) negaram a aplicação da Lei à vítima “não mulher”⁵⁶, sob a justificativa que a LMP foi criada para proteger exclusivamente a mulher. Há casos em que os tribunais negaram a aplicação da Lei para mulheres em situação de violência que fugiam ao padrão “mulher adulta cujo agressor é o homem”, seja porque não se verificou a hipossuficiência ou vulnerabilidade da mulher agredida, seja porque não ficou comprovada que a agressão foi um tipo de violência de gênero.

Nesse capítulo, buscarei organizar, por meio de revisão bibliográfica, elementos da luta dos movimentos feministas e de mulheres que nos permitem compreender melhor o processo de criação da Lei Maria da Penha e de construção do *projeto jurídico feminista*, do qual ela é parte importante. Há muitos outros trabalhos recentes que apresentam o processo histórico de tal lei de forma mais complexa e rica do que a maneira como construirei aqui. Não pretendo reproduzi-los ou buscar registros que já foram apresentados por ele. O propósito é construir uma espécie de categorização dessa história, de modo a explicitar como a luta que culminou na aprovação da Lei Maria da Penha significou, em termos de estratégias político-jurídicas, uma significativa ampliação da capacidade do movimento feminista brasileiro em desafiar o poder do direito.

Assim, tomarei como ponto de partida o entendimento, compartilhado por autoras como Leila Linhares Barsted (2011), de que a aprovação da Lei Maria da Penha é resultado de uma litigância estratégica feminista, ou de *advocacy*⁵⁷ de movimentos de mulheres brasileiros e latino-americanos, voltada para a institucionalização do papel do Estado brasileiro no enfrentamento da violência contra a mulher e no reconhecimento dos seus direitos humanos, sobretudo, o direito a uma vida livre de violência.

Esse é um modo de se referir ao contexto que dá origem à lei que garante, só pela forma como é enunciado, mais subsídios para a sua leitura e favorece sua compreensão como resultante de um processo mais amplo historicamente: ela é deriva

⁵⁶ Consideramos como “não mulher” todas as pessoas que fugiam ao padrão: mulher heterossexual, cisgênero, adulta, cujo agressor é um homem, cisgênero e heterossexual.

⁵⁷ A expressão *advocacy* tem sido utilizada pelos movimentos feministas para se referir a um conjunto amplo e diversificado de ações políticas dos movimentos de mulheres com o objetivo de influenciar o debate público e incidir politicamente nos atores e instituições políticas, sociais e culturais de modo a gerar transformações políticas e institucionais na sociedade civil e no Estado, a partir de conteúdos e propostas específicas presentes nas agendas feministas (LIBARDONI, 2000). O artigo foi publicado em uma edição especial da Revista Estudos Feministas, dossiê *Advocacy Feminista* (volume 8, número 2, 2000), com outros artigos conceituais e de militância que discutem e apresentam as lutas políticas dos movimentos feministas para influenciar o debate político e realizar para ações estratégicas de intervenção social.

de, pelo menos, 30 anos de lutas sociais que tem convergido em torno da afirmação de um projeto feminista de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres, que articula as dimensões econômicas sociais e políticas da vida. Ela tem seus alicerces, portanto, na história do movimento de mulheres brasileiras em sua relação com o Estado e o direito.

3.1 A Lei Maria da Penha como uma estratégia política de mobilização legal

A mobilização política dos movimentos de mulheres brasileiras que deu ensejo à criação da Lei Maria da Penha tem algumas características que a diferem muito de outras situações em que os movimentos sociais brasileiros fizeram uso do direito e dos tribunais em suas estratégias de ação. Tais características são resultantes de oportunidades garantidas pelo contexto de redemocratização latino-americana

Para Débora Maciel & Paula Prata⁵⁸ (2011), a campanha pela lei teve seu êxito garantido, em grande medida, por dois conjuntos de mudanças: no contexto sociopolítico mais amplo e nos padrões do ativismo feminista brasileiro.

No primeiro conjunto (estrutura de oportunidades políticas⁵⁹), as autoras apontam como fatores que garantiram o êxito da Campanha pela lei: a) os processos de reorganização das formas de mobilização social (novo ciclo de protestos) e de maior permeabilidade das instituições políticas e administrativas às demandas sociais, ambos decorrentes da redemocratização do país do final dos anos 1970; e b) uma maior disponibilidade de aliados políticos e sociais em torno da agenda pela igualdade entre os homens e as mulheres que ganha força com a Constituição Federal de 1988.

Com relação às mudanças nas formas de compromisso feminista, ou de ativismo, as autoras destacam a significativa mudança no ativismo feminista brasileiro ocorrida

⁵⁸ As autoras utilizam-se o enfoque teórico da Teoria do Processo Político e alguns de seus conceitos (repertório de ação, estrutura de oportunidades, e frames), pois tal perspectiva, nas ciências políticas e sociais, trata mais diretamente sobre o uso do direito como recurso e estratégia de mobilização política pelos movimentos sociais, considerando, simultaneamente, as dimensões estratégicas e simbólicas da ação coletiva. Tal perspectiva permite entender a opção pelo uso do direito por parte dos movimentos sociais é algo contingente, condicionada pelo contexto sociopolítico no qual a ação coletiva emerge e se desenvolve. Também, que o uso das estratégias de mobilização legal (lobby legislativo, litigância, decisões de tribunais, produção e difusão de discursos jurídicos etc) é feito pelos movimentos sociais tanto para alcançar resultados instrumentais como para promover a disputa simbólica e política em torno da definição dos problemas públicos.

⁵⁹ Por estrutura de oportunidades políticas, as autoras entendem a disponibilidade, possível em determinada conjuntura histórica, de meios (formais e informais) por meio dos quais os grupos podem ser comprometer com ações coletivas de forma relativamente permanente ou estável e por meio dos quais os movimentos podem mobilizar seus repertórios de ação política.

em razão de fatores como: a) a criação de novos canais institucionais (internacionais e nacionais) e novos tipos de alianças para a mobilização em torno da questão da violência contra a mulher; b) o novo tipo de carreira de ativismo político e jurídico, expresso nos tipos de carreiras militante das feministas (ONGs feministas); c) a concepção de violência de gênero como violação de direitos humanos e como uma forma de discriminação contra as mulheres; d) o novo repertório de ação (estratégias de mobilização legal) para os movimentos feministas oportunizado pelas alianças com organizações e redes transnacionais de direitos humanos. Essas estratégias consistiram, por exemplo, no uso político dos tratados internacionais de direitos humanos, na elaboração e divulgação de informes de âmbito nacional e internacional sobre violações de direitos por parte do Estado brasileiro, no *lobby* junto ao Executivo e ao Legislativo, no uso dos tribunais de justiça e nas campanhas junto à opinião pública que procuravam fazer a violência doméstica transpor a esfera privada e ser considerada como um problema público. Pretendo explorar um pouco mais cada um desses elementos a partir dos registros bibliográficos sobre a história dos movimentos feministas brasileiros.

Há muita produção acadêmica sobre a história do feminismo no Brasil e até referências críticas à história oficial do feminismo (ALVAREZ, 2014). Vou utilizar algumas dessas fontes para reunir um conjunto de elementos da trajetória da organização coletiva de mulheres no Brasil em lutas por direitos e sua interação com as instituições públicas dedicadas a provocar transformações na situação de subordinação das mulheres em relação ao direito.

Apesar de haver uma tendência em classificar as feministas como se fossem um grupo homogêneo e de ideologias iguais, de acordo com Jovelina da Silva (2014), é importante considerarmos a existência de múltiplas visões no feminismo e tensões sobre olhares diferenciados a serem seguidos pelo movimento.

É comum, por exemplo, o uso da metáfora das ondas para se descrever a trajetória do feminismo no Brasil. A primeira das ondas se caracterizaria pela luta pelo voto decorrente do movimento sufragista (luta por direitos políticos), composto por mulheres das classes médias e altas da elite intelectual brasileira. Esse feminismo é também chamado de “feminismo bem-comportado” ou difuso, pois, argumentam as autoras que assim o intitulam, que os ideários que dão contorno a ele envolvem a reivindicação da inclusão das mulheres na ordem política estabelecida, sem que, com isso, houvesse, por parte das mulheres ali envolvidas, um questionamento mais amplo da estrutura social e do próprio Estado. Outra característica comumente atribuída a esse

movimento é o não questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero. Muitas das feministas dessa época, inclusive, reforçavam tais papéis em suas práticas ao evocarem as virtudes domésticas e maternas como justificativa para as demandas que direcionavam à esfera pública, aceitando, portanto, a diferença sexual, apesar de rechaçarem as discriminações que sofriam com base nessa mesma diferença.

A segunda onda seria correspondente à organização das mulheres durante o clima político do regime militar no início dos anos 1970 por organizações que se levantaram em oposição ao militarismo, caracterizando-se, por isso, pela resistência contra a ditadura militar e, por outro lado, pela luta contra a hegemonia masculina e a violência sexual, acrescida da reivindicação pelo direito ao exercício do prazer.

O terceiro momento ou onda, também chamado de “feminismo difuso”, surge no final dos anos 1980 em meio ao processo de redemocratização e é marcado pela forte institucionalização dos movimentos e pela ampliação da discussão sobre as diferenças intragêneros. A interação entre movimentos feministas e instituições públicas amplia-se em meio aos processos de democratização social e política vividos após a abertura democrática do país e da região.

Autoras como Marlise Matos (2010, p. 69) defendem a existência de um feminismo de quarta onda (ou feminismo *sidestreaming*) marcado pela radicalização dos circuitos de difusão feminista “operados a partir das mais distintas correntes horizontais de feminismos (acadêmico, negro, lésbico, masculino etc.)” que afirmam a “importância de se considerar as fronteiras interseccionais, transversais e transdisciplinares entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração” e, com isso, têm produzido consequências políticas e culturais, como o fortalecimento das políticas estatais anti-discriminatórias (propostas tendentes à despatriarcalização do Estado brasileiro), a ampliação das ações de cooperação internacional e as transformações culturais, identitárias e subjetivas.

Se essa forma de se categorizar (em ondas) a origem e desenvolvimento históricos do feminismo brasileiro traz vantagens, dentre as quais, alinhar os processos históricos de regiões distintas (países do Norte e da América Latina) e permitir algumas inteligibilidades, por outro lado, ela acaba por ocultar muitas dinâmicas e trajetórias paralelas dos vários feminismos brasileiros e latino-americanos, seja aquelas formas de organização que aconteceram em espaços autônomos, ou as organizações de mulheres em movimentos sociais mistos. Também, ela legitima algumas experiências de

organizações de mulheres e negligencia a existência de muitos feminismos em desenvolvimento em cada um desses períodos correspondentes.

Sonia Alvarez (2014, p. 17), ao problematizar o uso da metáfora das ondas propõe entendermos, analiticamente, os feminismos como “campos discursivos de ação” e sugere a leitura da trajetória dos feminismos no Sul das Américas com a consideração da existência de três fases: a primeira⁶⁰ é marcada por um *centramento* (momento do “feminismo no singular” que coincide historicamente com a “segunda onda”); a segunda é caracterizada por um descentramento (pluralização dos feminismos e dos estudos/debates de gênero, ou “terceira onda”) e a terceira (fase atual) seria de “*sidestreaming*”, ou de horizontalização dos “discursos e práticas de feminismos plurais para os mais diversos setores paralelos na sociedade civil, e resultante multiplicação de campos feministas”.

Diferentemente das teorizações sobre movimentos sociais que os situa como componentes mais ou menos centrais da sociedade civil, a autora considera que os movimentos feministas, como outros movimentos sociais, ancoram-se na sociedade civil, mas se ampliam para além dela, abarcando diversas de suas instâncias organizativas, além de se estender também em direção à sociedade política, ao Estado e a outros públicos dominantes, sejam eles nacionais, ou transnacionais.

Como campo discursivo de ação, Alvarez (2014) entende o conjunto amplo de agentes, individuais e coletivos, de diversos lugares sociais, políticos e culturais. Em diferentes momentos históricos, determinadas vertentes ou agentes ganham maior visibilidade, chegando a se estabelecer, por vezes, como hegemônicos ou servirem como nós articuladores desse campo. Eles estão articulados por meio de redes formadas por pessoas, práticas, ideias e discursos, com níveis variados de formalização, e por linguagens, sentidos, visões de mundo compartilhadas, formando uma espécie de gramática política.

É nesse sentido que a autora irá considerar o campo feminista, construído “por meio de um emaranhado de interlocuções”, constituídas por interações comunicativas, “norteando as estratégias e identidades” dos agentes que se coligam neste campo. Esses espaços “constituem formações nitidamente políticas nas quais a cidadania é

⁶⁰ A autora propõe o marco dos anos 1970 para entender trajetória do feminismo, considerando-o como um movimento social. Antes desse momento, tivemos algumas mulheres, organizadas (em associações, partidos e sindicatos) ou não, que foram influenciadas pelas ideias feministas que chegavam ao Brasil no final do século XIX.

construída e exercida, os direitos são imaginados, e não só demandados, as identidades e necessidades são forjadas e os poderes e os princípios são negociados e disputados”. Como toda formação política, o campo feminista está também marcado “por desigualdades e relações desiguais de poder”. Os fluxos com que essas iniquidades se erguem, estabilizam-se e se desconstroem resulta das “suas interações com os campos de poder nos quais ele se insere em uma determinada conjuntura histórica” e, também, por mudanças nas alianças e disputas internas (ALVAREZ, 2014, pp. 19-20).

Atentar-se para a existência de “múltiplas genealogias” dos feminismos latino-americanos, tal qual sugerido por Alvarez, é bastante relevante neste trabalho, porque um dos argumentos que pretendo explorar mais adiante é que o êxito da Campanha pela LMP deveu-se, em grande medida, à articulação das forças de várias vertentes feministas em torno da temática da violência contra a mulher e de suas estratégias políticas junto à opinião pública, às esferas de poder estatais e à sociedade civil. Mas, em cada uma das linhas genealógicas, esse tema é problematizado de distintas maneiras e de modo articulado (ou não) a múltiplas outras pautas.

É preciso, portanto, entender como a temática da violência doméstica e as políticas voltadas para a efetivação da Lei Maria da Penha têm sido problematizadas pelos vários feminismos (negro, popular, indígena, rural etc.) e como esses vários feminismos têm compreendido o papel do direito e das instituições do sistema de justiça no enfrentamento às múltiplas e interseccionais formas de violência e discriminação contra as mulheres. O projeto jurídico feminista, enquanto proposta subversiva, é resultante dessa trama de saberes e práticas.

3.2 Movimento de mulheres no Brasil e a construção do projeto jurídico feminista

Nos anos 1920, dentre as camadas populares, mulheres empregadas da indústria têxtil da época estiveram engajadas em lutas sindicais por melhores condições de trabalho, influenciadas, também, pelo pensamento socialista e anarquista de âmbito internacional. Algumas mulheres de camadas médias, na mesma época, organizaram-se em partidos políticos (Partido Republicano Feminino⁶¹), em associações, em jornais

⁶¹ Liderado pela educadora Leolinda de Figueiredo Daltro e composto por professoras, escritoras e donas de casa, com o objetivo integrá-las na sociedade política na defesa das causas relativas ao progresso do país e de sua cidadania. O programa do partido destacava a luta pelo sufrágio feminino como primeiro passo para a incorporação das mulheres à vida pública.

anarquistas, em manifestações operárias e em jornais, buscando discutir formas de ampliação da cidadania feminina, sobretudo no que diz respeito aos direitos políticos.

A luta pelo direito ao sufrágio, crescente na América Latina na década de 1920, fortaleceu-se, no Brasil, sobretudo entre as mulheres de camadas sociais médias e altas que buscavam seu reconhecimento como cidadãs e como participantes da vida pública. Em 1922, foi criada, por Bertha Lutz, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, com o objetivo conquistar o direito de voto das mulheres em igualdade de condições com o homem.

Apesar das referências recorrentes em relação ao caráter conservador do feminismo da primeira onda, gostaria de tentar explicitar uma dimensão da resistência a essas construções de gênero ou, ao menos, de negociação feita por feministas dessa época. Para isso, trarei o caso de uma disputa judicial de uma sufragista brasileira pelos sentidos e significados da lei junto às instituições políticas da Primeira República como estratégia para a garantia do direito ao voto.

Antes da mudança legislativa, ocorrida em 1934, que estendeu às mulheres o direito ao sufrágio, algumas mulheres tentaram realizar seu alistamento eleitoral, apoiadas no argumento de que o artigo 70 da Constituição Republicana de 1891⁶², ao referir-se a “todos os cidadãos”, estava empregando o gênero masculino como sinônimo do universal (homens e mulheres)⁶³.

Diva Nolf Nazário, nascida no interior paulista, narra em seu livro *Voto Feminino e Feminismo, um ano de feminismo entre nós*, publicado em 1923, a sua disputa judicial e extrajudicial para conseguir seu alistamento como eleitora em 1922, com base em tal estratégia argumentativa. À época, Diva era estudante de direito no Largo do São Francisco, em São Paulo, e buscou fazer seu alistamento. Ela mesma, por sua vez, teria elaborado os recursos judiciais em face da negativa do juiz da época em

⁶² O artigo 70 da Constituição brasileira de 1891 tem a seguinte redação: “Art 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei. § 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados: 1º) os mendigos; 2º) os analfabetos; 3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior; 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual”.

⁶³ O debate em torno do uso do gênero masculino, nos textos legais, para se referir apenas aos homens ou como sinônimo do universal alimenta disputas e tensões desde meados do século XVIII. Olympe de Gouges, em 1791, publica a Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, uma contraproposta à Declaração dos direitos do homem e do cidadão, na qual a palavra homem, na época, não foi usado como sinônimo de humanidade, mas como representante do sexo masculino. Mary Wollstonecraft, em defesa da igualdade entre os gêneros, publica em 1792, também em resposta à Constituição Francesa de 1791, a Reivindicação dos Direitos da mulher. No Brasil, em 1832, Nísia Floresta (apontada como uma das primeiras feministas brasileiras) publica *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (MORAES, 2016).

relação ao seu pedido. Segue o inteiro teor⁶⁴ do primeiro despacho judicial que nega seu pedido (NAZARIO, 2009, p. 22):

Não se reconhece ainda, no Brasil, a capacidade social da mulher para o exercício do voto. As restrições que se lhe impõe na ordem civil têm um reflexo na ordem política. **É certo que não existe em nossas leis uma exclusão expressa a esse respeito. Mas também o é que várias tentativas surgiram, na discussão do nosso pacto fundamental, para precisamente tornar expresso o direito do voto feminino sem que lograsse aprovação qualquer das emendas apresentadas.** Entendeu, por certo, a maioria de nossos representantes que, embora se deixasse aberta a porta a possíveis futuras inovações, não era ainda o momento de romper com as tradições do nosso direito segundo as quais as palavras “cidadão brasileiro”, empregadas nas leis eleitores, designam sempre o cidadão do sexo masculino, elegível para os cargos públicos, na plenitude de sua capacidade, idôneo para o trabalho, apto principalmente para defender a pátria, pegar em armas, bater-se por ela contra o inimigo exterior e pugnar pelos seus direitos na imprensa, na tribuna, na praça pública, com as energias e veemência próprias da organização viril. Ha, sem dúvidas, mulheres capazes de fazer tudo isso. Mas o legislador, quando estabelece as normas sobre capacidade, não se deixa influenciar de preferência pelo conhecimento dos casos de exceção. A verdade é que prevalecem ainda, entre nós, considerações tradicionais das quais se faz uso o Deputado Pedro Américo, ao lembrar que **a missão da mulher é mais doméstica do que publica, mais moral do que política** (Ver Diniz, Direito Público e Constitucional, n. 51). Os publicistas que, entre nós, propugnam ardorosamente, como o faz o Dr. Tito Fulgêncio, pela emancipação política da mulher, qualificando de arbitrária a exclusão que dela se fizer do direito de voto, esquecem por completo a concepção que sempre se há feito, em nossa vida social, da entidade feminina: concepção de uma criatura destinada a dividir harmonicamente com o homem as responsabilidades da vida em comum, ela, na tranquilidade do lar, cuidando da ordem doméstica, ele, no trabalho quotidiano auferindo os meios de prover a subsistência da família. **Pode ser que futuramente assista a humanidade á confusão dos papeis.** Mas por enquanto cumpre conservar o que até aqui se tem conservado no tocante á capacidade feminina, pois entre nós ainda impera, quanto ás mulheres, o preceito romano rude, mas sincero, revelado pelo jurisconsulto Ulpiano: ‘faeminae ab omnibus officiis vel publicis remotae sunt’. (Dig. De Reg. Jur. L. 17 pag. 2). Em vista do exposto, indefiro a petição de fls. 2. S. Paulo, 7 de Junho de 1922. (a) *Affonso José de Carvalho*. (grifos nossos)

O pedido foi negado, portanto, apoiando-se em argumentos de autoridade, entre os quais, o argumento sobre a *vontade do legislador constituinte*. Outra autoridade é o Direito Romano, sendo sua evocação uma estratégia secular dos juristas brasileiros para buscar legitimidade para várias questões caras ao liberalismo burguês. O que fica muito explícito, até em razão do momento em que a decisão foi escrita (época em que o direito não escamoteava o caráter androcêntrico), é o poder do direito em desqualificar e definir as mulheres.

⁶⁴ Na transcrição, fiz a adaptação do texto presente no livro às regras gramaticais atuais da língua portuguesa a fim de facilitar a leitura.

Diva então recorre da decisão, com um documento longo do qual extrai alguns trechos:

(...) A ninguém confiei este meu recurso, porque entendi dever fazê-lo com os meus próprios e poucos meios, e por não poder conformar-me com um final indeferimento, não firmado em artigo de lei.

O M. Juiz apoia-se em dois pontos principais: **1º tradições sentimentais, e 2º o não reconhecimento da mulher como ‘cidadão brasileiro’.**

(...) não me é possível aceitar que, ao meu pedido de alistamento, se apliquem concepções filosóficas ou sentimentais bem que constituindo toda a sinceridade de uma opinião pessoal muito acatada, pois não me parece ser esse o meio de resolver, com inteira justiça, questões de tanta importância. O próprio Congresso Constituinte não se apoiou nelas.

(...) **Para achar o porque de todas as discussões e de todas as votações, seria preciso escrutar até o próprio pensamento íntimo de cada membro que nelas tomou parte. Sabemos como, em toda a parte, se fazem leis. (...) Não poucas vezes, debates parlamentares são o resultado de meras conveniências políticas, e só podem ser tomadas em consideração si forem transformados em lei expressa.**

(...) tendo-se como base segura e insofismável o § 1º do art. 72 da Constituição, apreciações sentimentais, considerações filosóficas ou mesmo deduções lógicas não podem, portanto, servir de lei, ainda mais em contradicção flagrante com a Constituição.

(...) A mulher brasileira não será habitante de um Estado livre? Diz-se sempre: “Todo cidadão está sujeito às leis do seu país”. A mulher brasileira não estará, por acaso, sujeita às leis do Brasil? Ser-lhe-á, por ventura, permitido matar e roubar sem incorrer nas penas estabelecidas para os homens? Todos os editais, regulamentos e estatutos rezam invariavelmente: candidatos, matriculados, todos, etc., e sempre a mulher está compreendida nestes termos. Porque se há de fazer exceção única e injusta quando se trata de eleitores?

(...) a maior parte das mulheres, hoje, não vive só na tranquilidade do lar, cuidando da ordem doméstica, e nem por isso há uma confusão de papeis. E, nos países em que a mulher vota, não consta ter havido, até hoje, inversão de papeis; pelo contrario, a moralidade de sua presença muito tem contribuído para o bom resultado dos trabalhos da Nação. A mulher, só ou em companhia de seu esposo, inteligentemente e quando o pode, cuida em avolumar o pecúlio que há de servir para garantir uma velhice menos penosa. Assim pode ela também ajudar grandemente nos negócios públicos. A capacidade da mulher é muito grande e pode ser maior ainda si ela usar o voto a que tem direito. A mulher pode dar á Pátria muito mais do que o simples serviço doméstico; ela o tem provado. No terreno da política, não pode, portanto, ser menosprezado o seu valioso concurso moral. (...) A mulher brasileira tem direito de ser eleitora quando ela o quiser, sem lei especial, mas pela própria força da Constituição Federal. P. 44.

Diva, ainda que, em alguns momentos, pareça reforçar os estereótipos e papeis de gênero atribuídos às mulheres da sua época, subverte essas construções ao, por exemplo, considerar que os argumentos do juiz sobre as funções das mulheres (domésticas e não ligadas à vida pública) são fundadas em “tradições sentimentais”. O caráter pejorativo do qual o termo “sentimental” está imbuído por se referir, quase sempre, àquilo que é feminino, é devolvido por ela ao juiz, tentando desqualificar, assim, o raciocínio do adversário. É com apoio na interpretação literal da lei (a

Constituição de 1891), algo que em geral não beneficiava as mulheres da época, que Diva defende o seu direito ao alistamento eleitoral. A sufragista também faz uma crítica à abstração das categorias jurídicas, como *vontade do legislador*, ao interpretá-la à luz da facticidade histórica.

Seu recurso, no entanto, é negado, com os argumentos que seguem na íntegra (resposta às razões do recurso):

Egrégia Junta de Recursos.

Não vejo em meu despacho de fls. 8 a sentimentalidade descoberta pela recorrente. Penso, pelo contrário, que tudo ali é positivo, quer quando alludo ás fragilidades do sexo a que pertence a recorrente, e quer quando aponto o Direito Consuetudinário a repelir, no Brasil, a intervenção do elemento feminino na vida política. Os princípios que definem a capacidade em relação ao sexo possuem um cunho especial que não se confunde com o dos demais princípios reguladores da extensão da faculdade e exercício de direitos. A razão é que a natureza aí intervém de modo mais ostensivo marcando e delimitando os papeis na cena jurídica. No estabelecer as restrições da capacidade em relação ao sexo é que se percebe toda a dificuldade e se compreende todo o cuidado que deve ter o legislador para bem defini-la, tendo em atenção as variações que deve sofrer essa capacidade, conforme o gênero de atividade escolhida pelo individuo. Homens e mulheres são a seu turno capazes ou incapazes segundo a atividade que dele se exige nas relações da vida jurídica. **Ninguém nega, por exemplo, a incapacidade dos homens, geralmente falando, para pajear crianças, assim como ninguém nega a incapacidade da mulher, em geral, para servir em regimentos de artilharia e cavalaria. Não se pode julgar da capacidade feminina sem ter em atenção o gênero de atividade e sem abstrair dos casos de exceção.** Pretender, que a mulher, em geral, possui capacidade para a profissão ás armas, por exemplo, só porque algumas representantes do sexo tomaram parte na guerra, ou porque muitas outras sabem curar, advogar e estudar direito é cair nos vícios da *fallaria accidentis* e da *enumeratio imperfecta* condenados pelos lógicos de todos os tempos. A verdade é que restrições há que ressaltam com evidencia das condições inerentes á natureza feminina. E está neste caso a restrição relativa ao exercício político do direito do voto. Dariam para encher um volume as razões de ordem moral e social, (para não falar em outras) que confirmariam aquele asserto. Não cabem numa simples resposta, como esta, em processo rápido de recurso eleitoral, tanto mais que os ilustres membros da Junta certo bem as conhecem e as dispensariam. A recorrente argumentou ainda com o silencio da Constituição. Mas esse silencio, depois do esforço dos feministas para que ela não silenciasse e incluísse expressamente as mulheres entre os cidadãos capazes de voto, demonstra a tese contraria á da recorrente. E o Direito Consuetudinário se encarrega de provar que a expressão *cidadão brasileiro* quando empregada nas *leis eleitorais* (cumpre frisa-lo) – exprime sempre o cidadão do sexo masculino, conforme já disse na decisão recorrida, que ora confirmo. A E. Junta com seu alto saber, dirá se bem ou mal decidi. O escrivão faça seguir o recurso com a presteza necessária.

S. Paulo, 29 de Junho de 1922 . *Affonso J. de Carvalho*. (Nada mais)”.

Essa disputa aconteceu há quase um século. Contudo, ela coloca em evidência que, desde muito tempo, o direito não diz respeito à construção argumentativa pautada na objetividade e na imparcialidade, mas à institucionalização do que deve ser considerado como legítimo ou ilegítimo, aceitável ou inaceitável, natural ou não no

âmbito das relações de gênero. Seguindo as formulações de Carol Smart (1992, p. 40), parece que as feministas, desde muito cedo, descobriram que, por mais que pareça, “o direito não é sinceramente o direito”, ou que não é um conjunto de ferramentas ou regras que podemos modelar em uma forma mais favorável. Mesmo assim, temos confundido “o desejo de ser político com o desejo de ser prático”, desconsiderando que o poder do direito não está, apenas, na sanção negativa que oprime as mulheres, mas na produção das diferenças de gênero (também de raça, classe, entre outras) que ensejam ou sustentam múltiplas desigualdades, entre as quais, as desigualdades em termos de acesso aos direitos e à justiça⁶⁵.

Com o Código Eleitoral de 1932, o direito de voto foi garantido às mulheres brasileiras, mas com restrições que recaíam, especialmente, sobre as mulheres negras e de camadas mais pobres: apenas as mulheres casadas que obtivessem a autorização dos maridos ou as mulheres solteiras e viúvas que tivessem renda própria poderiam se alistar⁶⁶. O Código ainda manteve a restrição do direito de sufrágio às pessoas mendigas e analfabetas. Mesmo assim, houve, em 1934, a vitória eleitoral da primeira mulher negra como Deputada, Antonieta de Barros, para ocupar a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, pelo Partido Liberal Catarinense (BAIRROS, 2010).

Durante a Segunda República (1930-1964), a organização coletiva das mulheres, de acordo com Maria Amélia Teles (1999, p. 47), estava praticamente “fundida com a do povo”, que resistia à ditadura de Getúlio Vargas e defendia a democracia. As mulheres de camadas populares estavam organizadas, de modo autônomo ou não, nas lutas populares pela Anistia, contra os despejos de favelas, contra o alto custo de vida,

⁶⁵ As categorias de Carol Smart, poder do direito e direito como tecnologia de gênero, podem ajudar, também a problematizar outras realidades de subordinação, marcadas por outros “nós de opressão”. No trabalho de iniciação científica de Ana Cláudia M. Santos (2015), fizemos a análise de um processo judicial de reintegração de posse movido por particulares (empresas do setor imobiliário) da região de Ribeirão Preto, contra 150 núcleos familiares. No processo judicial também houve a intervenção do NAJURP, na defesa das famílias. O que pudemos perceber no caso é como diversos atores do sistema de justiça ali envolvidos insistiam em reforçar o enquadramento da parte ré na categoria “invasores” e, assim, mantê-la na condição de sujeitos sem voz no processo e, portanto, indefensáveis. Ocorre que, neste caso, os autores da ação não tinham apresentado no processo, em momento algum, comprovação de propriedade ou de posse. Eram terrenos que pertenciam a espólios que não estavam representados no processo. Por outro lado, havia provas no processo de que a área era ocupada por terceiros há, pelo menos, duas décadas. Houve uma concessão de liminar exigindo a desocupação do local, mas que, após intensa mobilização social realizada pelas pessoas ocupantes, em articulação com vários grupos e comunidades locais, contra tal medida.

⁶⁶ De acordo com o Código Eleitoral de 1932: “Art. 2 E' eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código. Art. 3 As condições da cidadania e os casos em que se suspendem ou perdem os direitos de cidadão, regulam-se pelas leis atualmente em vigor, nos termos do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930. Art. 4 Não podem alistar-se eleitores: a) os mendigos; b) os analfabetos; c) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior”.

pelos direitos sociais, por direitos das crianças (escola e creche), pela reforma agrária, pela defesa dos recursos naturais brasileiros (petróleo) e pela paz mundial. Existiram várias organizações de mulheres, mesmo com as ofensivas do Estado contra suas entidades e o enfrentamento de problemas e dificuldades variadas.

Para exemplificar as mobilizações nesse período, a autora destaca que, em 1947, foi criada a Federação das Mulheres do Brasil (FMB) que realizou o I Congresso da Federação das Mulheres do Brasil em 1951. Tal Congresso contou com a participação de 231 delegadas de todos os estados, entre donas-de-casa, operárias, funcionárias públicas, professoras, profissionais liberais, estudantes e camponesas. Alguns dos temas mais relacionados a direitos civis e sociais das mulheres ali discutidos eram a defesa do direito ao ensino e às creches. As trabalhadoras rurais estavam articuladas com os homens na luta pela reforma agrária e presentes nos conflitos com latifundiários e posseiros. Com o Golpe, as organizações de base criadas nesse período desapareceram, só retomando em 1975 com o Ano Internacional da mulher.

É possível dizer, então, que há feminismos de caráter popular no Brasil bastante ativos nessa época, que apontam para a interdependência entre direitos de liberdade e de igualdade, bem como exigindo o reconhecimento deles de modo integral. Nos termos de Maxine Molyneaux (1985), são lutas pautadas em interesses práticos das mulheres de classes populares e da classe média. Ainda que não estivessem voltadas, explicitamente, para questionamento das relações desiguais baseadas em gênero e raça, essas demandas são diretamente originadas delas, bem como suas estratégias políticas e sua forma de interação com o Estado.

A ênfase em tais questões, consideradas mais gerais em relação aos ideários feministas eurocêntricos, pelas mulheres de camadas populares não parece ser apenas decorrente da falta de conhecimento dos ideários feministas eurocêntricos. Na época, era usual, e acredito ser ainda hoje, um afastamento consciente por parte delas de tudo o que era qualificado como “feminista”⁶⁷. Muitos grupos de organização e educação

⁶⁷ Faço essa afirmação como herdeira de uma cultura popular e de origem rural e baseada em minhas experiências pessoais nas atividades de extensão, pesquisa e ensino com mulheres trabalhadoras rurais e de periferias pobres urbanas. São vários os relatos que acumulei de lideranças mulheres em assentamentos de reforma agrária, em ocupações rurais e urbanas, em grupos de mulheres moradoras de regiões pobres e periféricas urbanas que recusam o rótulo de “feminista” ou de “movimento” para se referirem às suas experiências de organização contra as situações de subordinação e violência baseadas em gênero. E os binarismos moderno-tradicional, progressista-conservadora, urbano-rural ou capital-interior que alguns feminismos acabam por utilizar para a estruturação de suas análises e visões sobre as “outras” (não brancas, tradicionais, conservadoras, rurais etc.) tem prejudicado a autocrítica dos feminismos hegemônicos. Nesse sentido, ver, por exemplo, a crítica de Nancy Fraser ao distanciamento entre as feministas norte-americanas e as mulheres trabalhadoras de classe baixa e religiosas, até mesmo como

populares de base ligadas à tradição marxista⁶⁸ também associavam o feminismo a uma ideologia de inspiração burguesa, levada à frente por mulheres brancas, privilegiadas economicamente e desvinculadas das lutas reais do povo brasileiro. Nesse sentido, muitas militantes e teóricas brasileiras buscaram o feminismo a partir do Sul e construíram novos referenciais, alinhando feminismo e marxismo, e compreendendo, assim, como sujeitas do feminismo brasileiro, as mulheres das classes trabalhadoras.

Os feminismos dos anos 1960 e 1970, no contexto do regime militar, organizaram múltiplas formas de resistência à ditadura e de lutas em defesa das liberdades democráticas. Há maior número de mulheres, nessa época, incorporadas ao mercado de trabalho e ao sistema educacional formal. As mulheres de centros urbanos pertencentes às camadas sociais médias e altas estão em maior interação com elementos da efervescência cultural vividos nos EUA e na Europa nos anos 1960. Muitas participavam de movimentos estudantis, organizações de base (entre as quais, as associações eclesiais articuladas à igreja católica), partidos políticos e nas lutas armadas contra a ditadura (TELES, 1999).

Sonia Alvarez (2014) nomeou esse momento do feminismo brasileiro como fase de *centramento*, referindo-se às rupturas que as mulheres dessa época realizaram no interior dos grupos de esquerda e ao esforço que realizaram para a construção de sua autonomia. Muitas que participaram das lutas contra a ditadura, entre 69 e 74, sentiam fortemente as discriminações por parte de seus companheiros. Nas mãos do Estado, elas enfrentaram a tortura e a violência sexual. Ao mesmo tempo em que lutam pela democratização do país, também discutem as discriminações sofridas nos contextos de militância, repensando suas relações com os partidos, com a igreja e com o Estado.

Nesse período, há várias vertentes de feminismo em curso. Há organizações de mulheres que lutaram contra ditadura e lideraram protestos contra violações de direitos humanos por parte do regime militar; há mulheres das periferias urbanas que se organizaram em torno de demandas por creche, por melhores condições de vida e

uma imagem reforçada pela direita do país. De acordo com ela “Muitos observadores notaram que a direita teve algum sucesso em mostrar as feministas dos Estados Unidos como profissionais de elite e humanistas seculares que desprezam as mulheres comuns, especialmente as trabalhadoras e religiosas. Até certo ponto essa visão do feminismo como elitista é patentemente falsa, claro, mas o fato é que o feminismo falhou ao tentar alcançar estratos das mulheres trabalhadoras e de classe baixa, atraídas na última década para a cristandade evangélica. Focadas apenas na política de reconhecimento, falhamos na tentativa de entender como a orientação religiosa delas responde às suas posições sociais” (FRASER, 2007, p. 301).

⁶⁸ A esquerda marxista e masculina das camadas médias também via no feminismo uma ameaça à luta do proletariado contra o capitalismo e ao poder que eles tinham nas organizações que faziam parte e em suas relações pessoais (PINTO, 2003).

trabalho⁶⁹, além de inventarem diversas alternativas comunitárias auto organizadas para enfrentarem a ausência de serviços públicos básicos. Muitas também se juntaram aos movimentos sindicais, aos movimentos rurais de luta pela terra e reforma agrária, aos movimentos negros e antirracistas, aos movimentos estudantis, às lutas contra a homofobia e, também, aos partidos políticos.

Cada uma dessas linhas foi elaborando sentidos variados, a depender de suas realidades sócio-históricas e das formas de interação delas com outros movimentos e grupos sociais, mas existiram algumas reivindicações em comum: a restauração do regime político democrático, a eliminação das desigualdades sociais e a conquista da cidadania. Outro elemento em comum à maioria delas e que, com frequência, é a característica mais associada ao feminismo dos anos 1970, foi a defesa da autonomia da organização de mulheres. Muitas mulheres, nessa época, romperam com organizações de esquerda em termos organizativos, apesar de manterem vínculos ideológicos com o pensamento socialista e anarquista e um compromisso com mudanças radicais das relações sociais de produção. A busca pela autonomia não significava isolamento, mas a construção de espaços autônomos de mulheres para articulação, troca, reflexão e definição de estratégias em comum.

A defesa da autonomia ganhou contornos ainda mais radicais entre as mulheres negras que, no fim dos anos 1970, reivindicariam autonomia em relação aos movimentos negros, aos movimentos de esquerda e ao feminismo branco. De acordo com Matilde Ribeiro (1995), nos anos 70, o movimento feminista traz para o campo político questões como sexualidade, livre orientação sexual, creche, relações familiares, igualdade salarial, acesso profissional, políticas públicas de gênero, representação política. O movimento negro reivindica melhores condições de vida, denuncia o racismo e protesta contra a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, o desemprego e a violência policial. Era preciso explicitar a situação da mulher negra, até então apenas implícita na suposta igualdade de gênero ou igualdade racial, e trilhar um caminho

⁶⁹ Muitas mulheres pobres das periferias de capitais brasileiras estavam organizadas, a partir de associações de bairro e com o apoio de setores progressistas da igreja católica e organizações de esquerda, desde os anos 1950, nos chamados Movimentos Contra a Carestia (ou Contra o Custo de Vida). Dom Frei Paulo Evaristo Arns, frade e cardeal brasileiro, foi o principal animador das comunidades eclesiais de base nas periferias de São Paulo que deu ensejo a tal movimento. Faço essa nota hoje, dia 14 de dezembro de 2016, dia de seu falecimento, aos 95 anos. A lembrança de seu nome é uma forma pequena de homenagear o maior símbolo da luta do povo pelos direitos humanos, pela democracia e pela justiça social do País. Sua trajetória é a expressão mais fiel de um dos versículos do Novo Evangelho que ele gostava de citar: “Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração; e encontrareis descanso para as vossas almas. Porque o meu jugo é suave e o meu fardo é leve” (Mateus 11:28-30).

próprio por meio da construção de um movimento autônomo de mulheres negras com a articulação de feminismo e antirracismo.

A construção de espaços autônomos de militância feminista aconteceu em relativa concomitância com a aproximação das brasileiras a movimentos feministas latino-americanos e a organismos internacionais, como a ONU⁷⁰. Em 1975 (declarado pela ONU como sendo o Ano Internacional da Mulher), por exemplo, foram realizadas atividades em capitais brasileiras que impulsionaram a luta por direitos específicos, ainda que articulados a questões consideradas mais gerais⁷¹.

Como resultado do processo de afirmação da autonomia, a partir do final do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, os movimentos de mulheres brasileiras começam a ganhar força, produzindo canais próprios para a divulgação de suas agendas e ideias, a organização em torno de entidades formalizadas (ONGs), a realização de encontros nacionais de mulheres e participação dos encontros latino-americanos e internacionais. Temas como saúde sexual e reprodutiva, creche, direitos sociais, trabalho doméstico, aborto, educação, lesbianismo, meios contraceptivos e violência doméstica compõem boa parte dos eixos de discussão nessa época. Nos encontros autônomos, demandas de camadas populares, dos movimentos negros e dos grupos LGBT foram ganhando relevância nas abordagens sobre os direitos das mulheres, não sem muitos tensionamentos. A categoria gênero, por exemplo, permeia cada vez mais os debates feministas, muito por influência dos movimentos estadunidenses e pelos núcleos de estudos de gênero em vários programas de universidades brasileiras, o que provoca uma aproximação dos feminismos a outros movimentos sociais (gays, lésbicas, trans). No entanto, a discussão voltada à questão racial e à interseccionalidade entre raça e gênero, apesar de aparecer nos encontros, ainda “ocupava um espaço ínfimo na agenda feminista” (SILVA, 2014, p. 18).

No processo de redemocratização do país, a questão dos direitos das mulheres passa a figurar nos discursos de diversos atores políticos (partidos, sindicatos, intelectuais etc.). O avanço do movimento feminista trouxe um interesse por esse

⁷⁰ Essa aproximação foi tema de muita controvérsia em toda a América Latina. Ver, nesse sentido, os registros sobre o debate entre as feministas autônomas e as institucionalizadas.

⁷¹ A I Conferência Mundial da Mulher aconteceu no México, em 1975. Foram identificadas na Conferência, três objetivos prioritários: 1. a igualdade plena de gênero e a eliminação da discriminação por motivos de gênero; 2. a plena participação das mulheres no desenvolvimento; e 3. A maior contribuição das mulheres no fortalecimento da mundial. As metas definidas centraram-se na garantia do acesso equitativo das mulheres à educação e ao emprego, da participação política, aos serviços de saúde, da habitação, da alimentação e do direito de planejamento familiar. Não houve referência explícita à violência contra as mulheres.

eleitorado aos partidos e seus candidatos. Demandas de mulheres passaram a ser incorporadas nos programas e plataformas eleitorais. As eleições de partidos de esquerda ensejaram discussões sobre qual a posição do feminismo diante do Estado, já que, teoricamente, com tais partidos no poder, haveria possibilidade de se avançar, pela via estatal, em políticas feministas. Apesar de inúmeras divergências e debates em toda a América Latina sobre qual o tipo possível de interação entre Estado e movimentos feministas, muitas percebiam nesse momento novas possibilidades de atuação.

Da mesma forma, enquanto as feministas no Norte mantinham fortes desconfianças com relação à ONU e teciam críticas às propostas de tratados internacionais de direitos humanos das mulheres, as brasileiras (e também as latino-americanas, em geral) que, até então não contavam com apoio dos partidos políticos ou de sindicatos para a militância feminista, viram no apoio da ONU um mecanismo importante para que suas organizações pudessem sair da clandestinidade, ganhar autonomia e, assim, buscar ressonância na esfera pública para questões ligadas à subordinação da mulher (TELES, 1999, p. 85).

Há um esforço grande, por parte das feministas da época, para a organização da participação nos ciclos de conferências internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas⁷² e intensificação da participação nos encontros feministas latino-americanos. A articulação das mulheres brasileiras para participarem na 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, representou uma das atividades que melhor garantiu visibilidade social às convenções internacionais de direitos humanos das mulheres no Brasil e à diversidade do feminismo local. Essa articulação, junto a um espaço internacional, também garantiu novas energias ao movimento brasileiro, estimulou fóruns locais, articulações novas entre entidades locais e globais e trouxe inovadoras possibilidades de articulação com o Estado. As feministas brasileiras conseguiram criar uma dinâmica de participação junto ao Ministério das Relações Exteriores para a elaboração dos Informes oficiais do Brasil aos organismos internacionais. Muitas das recomendações das feministas apareceram no documento oficial apresentado pelo Brasil em Beijing e essa articulação favoreceu a aprovação da Plataforma de Beijing pelo governo brasileiro. A Conferência também contribuiu para que as feministas brasileiras

⁷² O marco inicial desse ciclo foi a ECO 92, na cidade do Rio de Janeiro (nesse momento, foi elaborada a Agenda 21 das Mulheres). Depois, houve a Conferências sobre Direitos Humanos, em Viena no ano de 1993, seguida da Conferência sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994. As duas trataram de assuntos de interesses específicos das agendas feministas. A última e mais importante Conferência deste ciclo foi para o processo de integração internacional da luta das mulheres foi a IV Conferência Mundial da Mulher, em Beijing no ano de 1995.

intensificassem as ações de articulação com os feminismos latino-americanos que, desde o III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, ocorrido em 1985 no Brasil, estavam em andamento.

Nos anos 1980, com o apoio de organismos internacionais, são criadas diversas ONGs de mulheres e feministas que passaram a exercer, de forma especializada e profissionalizada, a pressão junto ao Estado⁷³. Nesse momento, também há uma ampliação ainda maior dos modelos de organizações, estratégias e ideologias no movimento, o que fortaleceu, especialmente, os feminismos populares (ALVAREZ, 2014).

Assim, se até o início dos anos 1980, o Estado era o principal inimigo a ser combatido, com a redemocratização, há uma incipiente interação dos movimentos feministas com os poderes públicos, buscando influenciá-los em favor de agendas feministas ensejadas pelos órgãos executivos voltados para a implementação de políticas para mulheres⁷⁴ e que, durante a Constituinte de 1988, foi intensificada.

Em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)⁷⁵, sendo o primeiro órgão governamental, cuja criação destinava-se a promover e estimular a participação do segmento feminino da sociedade civil junto ao governo federal. Sua elaboração também era uma espécie de resposta governamental às diretrizes previstas na III Conferência Internacional de Mulheres⁷⁶, realizada em Nairóbi, Quênia, em 1985, que propuseram aos governos criarem mecanismos governamentais que fossem claramente voltados para questões de direitos das mulheres (PIMENTA, 2010). Nesse contexto, foram também criadas as primeiras delegacias especializadas para as mulheres, sendo a primeira em São Paulo em 1985.

No mesmo ano, com o lema *Constituinte pra valer, tem que ter palavra de mulher*, esse Conselho lançou a Campanha *Mulher e Constituinte*, a qual mobilizou mulheres brasileiras de todas as regiões do país e diversos movimentos sociais. A

⁷³ A multiplicação das ONGs também trouxe várias preocupações e impôs novos desafios aos movimentos. A grande maioria das ONGs feministas no Brasil surgiu dos grupos autônomos locais e preocupa-se em manter o vínculo com o movimento não institucional. Nos anos 90, elas foram se profissionalizando e fortalecendo a articulação com entidades similares na América Latina.

⁷⁴ Em 1983, com a vitória do PMDB para o governo de SP, foi criada o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina. Depois disso, várias cidades criaram conselhos municipais de direitos das mulheres.

⁷⁵ O Conselho foi aprovado pela Lei nº. 7.353, de 29 de agosto de 1985, com a finalidade de “promover, em âmbito nacional, políticas públicas que visem assegurar a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País”.

⁷⁶ A I Conferência Mundial da Mulher ocorreu no México em 1975. A II foi celebrada em Copenhague em 1980 e a IV em Beijing, no ano de 1995.

campanha serviu para expressar o caráter propositivo das mulheres no processo constituinte. Como resultado dessa ampla mobilização, em 1987, foi entregue ao Congresso Nacional a *Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes*⁷⁷, exigindo um tratamento especial às causas por elas defendidas na elaboração da nova constituição. Considero ser esse documento uma espécie de gênese do projeto jurídico feminista brasileiro.

O documento é composto por um preâmbulo e um conjunto de propostas, que foram categorizadas a partir dos seguintes eixos: I- Princípios gerais e II - Reivindicações específicas, sendo esta subdividida nos eixos: *Família, Trabalho, Saúde, Educação e Cultura, Questões Nacionais e Internacionais e Violência*. Segue o inteiro teor do preâmbulo:

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em novembro de 1985, lançou a Campanha MULHER E CONSTITUINTE. Desde então, o CNDM percorreu o país, ouviu as mulheres brasileiras e ampliou os canais de comunicação entre o movimento social e os mecanismos de decisão política, buscando fontes de inspiração para a nova legalidade que se quer agora. Nessa campanha, uma certeza consolidou-se: CONSTITUINTE PRÁ VALER TEM QUE TER PALAVRA DE MULHER. Para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim, o direito à representação, à voz, e à vez na vida pública, mas implica ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar; o direito à educação, à saúde, à vivência familiar sem traumas. O voto das mulheres traz consigo essa dupla exigência: um sistema político igualitário e uma vida civil não-autoritária. Nós, mulheres, estamos conscientes que esse país só será verdadeiramente democrático e seus cidadãos e cidadãs verdadeiramente livres quando, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, orientação sexual, credo político ou religioso, condição física ou idade, for garantido igual tratamento e igual oportunidade de acesso às ruas, palanques, oficinas, fábricas, escritórios, assembleias e palácios. Nesse importante momento, em que toda a sociedade se mobiliza para uma reconstituição de seus ordenamentos, gostaríamos de lembrar, para que não se repita o que mulheres já disseram no passado: "Se não for dada a devida atenção às mulheres, estamos decididas a fomentar uma rebelião, e não nos sentiremos obrigadas a cumprir as leis para as quais não tivemos voz nem representação"(Abigail Adams, 1776). Hoje, dois séculos após estas palavras, no momento em que a sociedade brasileira se volta para a elaboração de uma nova Constituição, nós mulheres, maioria ainda discriminada, exigimos tratamento especial à causa que defendemos. Confiamos que os constituintes brasileiros, mulheres e homens, sobre os quais pesa a grande responsabilidade de refletir as aspirações de um povo sofrido e ansioso por melhores condições de vida, incorporem as propostas desta histórica campanha do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

⁷⁷ O teor do documento está neste trabalho, em seu inteiro teor, nos anexos que seguem ao final. A redação final do texto foi realizada pelas feministas: Jaqueline Pitanguy, Floriza Verucci, Branca Moreira Alves, Leila Linhares, Sílvia Pimentel, Comba Marques Porto, Nair Guedes e Ana Montenegro.

Nesse conteúdo ficam expressas duas dimensões da matriz subversiva que as feministas brasileiras empregam ao projeto jurídico em construção: a articulação entre o privado e o público (*sistema político e vida civil*) e a permanente tensão entre *lealdade* ao direito e a desobediência civil ou a *saída* do direito (RODRIGUEZ, 2016).

A aproximação das feministas, especialmente aquelas que estavam mobilizadas também em defesa de pautas do movimento negro, com o Legislativo, nesse período, não desprezou a memória de opressões, violências e discriminações sobre vários grupos subalternizados perpetradas ou toleradas pelo Estado brasileiro. Elas reivindicaram um projeto jurídico que fosse compatível com as lutas históricas, sobretudo, dos povos negros e indígenas contra a *desposseção racial*⁷⁸ que só teria se atualizado desde o encontro violento da modernidade ocidental (colonização) com outros regimes de poder do Brasil colônia. Nesse sentido, segue um trecho do discurso proferido pela feminista negra Lélia Gonzáles⁷⁹, durante o processo constituinte:

Desde as Constituições de 1934 e 1946, estão dizendo que todos somos iguais perante a lei. Nós queremos, sim, mecanismos de resgate que possam colocar o negro efetivamente numa situação de igualdade porque, até o presente momento, somos iguais perante a lei, mas quem somos nós? Somos as grandes populações dos presídios, da prostituição, da marginalização no mercado de trabalho. Nós queremos, sim, que a Constituição crie mecanismos que propiciem um efetivo “começar” em condições de igualdade da comunidade negra neste País. (...) Nós não estamos aqui brincando de fazer Constituição. Não queremos essa lei abstrata e geral que, de repente, reproduz aquela história de que no Brasil não existe racismo, porque o negro reconhece o seu lugar. Nós queremos, efetivamente, que a lei crie estímulos fiscais para que a sociedade civil e o Estado tomem medidas concretas de significação compensatória, a fim de implementar aos brasileiros de ascendência africana o direito à isonomia nos setores de trabalho, remuneração, educação, justiça, moradia, saúde, e vai por aí afora.

Nos *Princípios gerais*, a Carta reforça e traz dimensões importantes para a afirmação do princípio da igualdade e não-discriminação (com base em gênero, raça, classe social, deficiência, idade, entre outros) e da participação popular. Nas *Reivindicações específicas*, a temática da violência aparece articulada a outros eixos temáticos. São abordadas tanto a violência doméstica, quanto a violência estatal.

⁷⁸ A expressão é utilizada por Anne McClintock para se referir ao regime de poder racial que, em interação com outros regimes (de produção econômica e de produção de gênero) estruturando um conjunto de regras e restrições hierárquicas constitutivas do imperialismo europeu.

⁷⁹ Discurso proferido durante uma das reuniões da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias (pertencente à Comissão da Ordem Social), realizada em 28 de abril de 1987. O recorte dessa citação, bem como as análises das atas das reuniões dessa Subcomissão foram realizados por Maurício Buosi Lemes, em razão da sua Iniciação Científica, sob minha orientação e com financiamento da FAPESP.

Há demandas que expressam o compromisso com a melhoria das condições de vida e trabalho de categorias de mulheres mais subalternizadas historicamente (trabalhadoras rurais empregadas domésticas, mulheres negras e indígenas). Aparecem na Carta, de forma indivisível, temáticas como: reforma agrária, a criação do Sistema Único de Saúde, a educação pública e gratuita em todos os níveis como prioridade nacional e a garantia da independência entre os três poderes pautada em valores democráticos.

Isso foi feito de modo articulado com as reivindicações como: criação das delegacias especializadas no atendimento à mulher em todo o país, garantia da assistência médica e psicológica a todas as vítimas de violência, acesso da mulher rural à titularidade de terras nos planos de reforma agrária, direito de autonomia sobre seu próprio corpo, a extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários de forma plena às empregadas domésticas e às trabalhadoras rurais, direito de creche, direito de uma educação livre de qualquer conteúdo de caráter racista ou sexista e que valorize as características multiculturais e multirraciais do povo brasileiro, direito de atenção especial aos alunos portadores de deficiência física ou mental, combate ao analfabetismo e tratamento jurídico aos casos de crimes sexuais ou contra a pessoa compatível com os marcos dos tratados internacionais de direitos humanos.

De acordo com Silvia Pimentel (1987, p. 72), a Carta correspondeu a “mais ampla e profunda articulação reivindicatória feminista brasileira. Nada igual nem parecido. É marco histórico da práxis política da mulher, grandemente influenciada pela teoria e práxis feministas dos últimos 10 anos”. A Carta foi o principal documento balizador das atividades da Bancada feminina no Legislativo (o *Lobby* do batom) que buscou incorporar as reivindicações ao texto final da Constituição.

A maior parte das propostas foi traduzida em dispositivos hoje presentes na Constituição Federal de 1988. Isso a tornou um marco importante de ruptura do sistema legal fortemente discriminatório em relação às mulheres. Todavia, muitas propostas não se converteram em texto constitucional, foram contempladas com formatos muito distintos aos propostos⁸⁰ pelos movimentos sociais, ou demoraram muitos anos para serem implementadas.

⁸⁰ Na pesquisa de mestrado de André L. G. Antonietto, ainda em curso, estamos tentando analisar a relação entre as propostas de desenhos de instituições participativas feitos por alguns segmentos que participaram da Constituinte de 1988 e aqueles que foram aprovados como texto final. Em análise prévia aos dados já coletados, pudemos perceber substanciais assimetrias entre o ideário participativo construído durante a ANC e as garantias institucionais efetivamente incluídas na Constituição. Há, também, uma

Algumas propostas incorporadas foram: a) a igualdade entre homens e mulheres, especialmente no âmbito da família; b) a proibição da discriminação no mercado de trabalho, por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; c) a proteção especial da mulher do mercado de trabalho, mediante incentivos específicos; d) o direito das presidiárias de permanecerem com seus filhos durante o período de amamentação; e) a proteção da maternidade como direito social, garantindo-se licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, por 120 dias; f) o título de domínio e a concessão de uso de imóveis rurais, em virtude de reforma agrária, a homens ou mulheres, ou a ambos, independentemente do estado civil; g) o planejamento familiar como uma livre decisão do casal, devendo o Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito; e h) o dever do Estado de coibir a violência no âmbito das relações familiares.

Apesar dessas conquistas, por exemplo, no caso do tema da violência, e do parágrafo 8º no artigo 226⁸¹ terem significado um avanço no marco jurídico sobre violência doméstica, eles, na prática, acabaram reforçando a invisibilização das mulheres na abordagem da temática ao não tratarem explicitamente da violência contra elas (PANDJIARJIAN, 2006).

Da mesma forma, o artigo 189 da Constituição Federal que previu o direito das mulheres rurais à terra - mediante a titulação dessa em nome do homem e da mulher ou de ambos - independente do estado civil só foi regulamentado em 2003, mediante a Portaria do Incra nº 981/2003, por meio da qual se tornou obrigatória a titulação conjunta da terra para lotes de assentamentos constituídos por um casal em situação de casamento ou de união estável. Tal regulamentação adveio somente após a mobilização das trabalhadoras rurais (LOPES & ZARZAR, 2008). A extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários às empregadas domésticas apenas se deu com a recém aprovada Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015.

Ainda, muitas das reivindicações ligadas ao acesso à educação pública e de qualidade, compartilhadas por outros grupos que também estavam organizados no processo constituinte, também foram frustradas e só puderam avançar um pouco mais,

ausência de marcos para a definição do modelo de participação em decisões de governo e, nesse sentido, alguns grupos ou setores conseguiram avanços maiores do que outros, como é o caso da Saúde e da Assistência Social. Estamos tentando defender a necessidade de que tais discrepâncias devam ser consideradas nas análises sobre a efetividade de tais instituições. Parcela dos dados, especialmente relativos aos conselhos municipais de políticas públicas, já foi publicada em formato de artigo (ANTONIETTO & SEVERI, 2016).

⁸¹ A redação do artigo 226, parágrafo 8º é: “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”.

em termos legislativos, na década seguinte, como é o caso das demandas por cotas raciais nas universidades públicas⁸².

A pauta da violência também aparece com maior destaque no movimento feminista brasileiro em 1980. Datam desse período as mobilizações sociais contra a violência praticada pelos homens contra suas companheiras ou familiares próximas e as primeiras organizações feministas criadas para receber as denúncias e realizar atendimento especializado. O principal exemplo nesse sentido foi o SOS Mulher, criado inicialmente em São Paulo e logo multiplicada no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

De acordo com Maria Filomena Gregori (1993), essas entidades eram todas autônomas⁸³ e tinham como objetivo atender a mulher vítima de violência com serviços voluntários de psicólogas e advogadas. Elas buscavam elaborar um tipo de prática inédita para o movimento de mulheres, seja em relação à temática que a mobilizava (violência contra a mulher) ou pelo tipo de atuação desenvolvida. Além do atendimento, elas realizavam grupos de reflexão sobre temáticas de violência e buscavam elaborar estratégias e campanhas para promover o debate sobre o tema na esfera pública.

Tanto as organizações autônomas, quanto os conselhos e órgãos de governo na temática da mulher organizaram várias campanhas para dar visibilidade aos assassinatos de mulheres e a impunidade dos assassinos⁸⁴, com slogans como: *O Silêncio é cúmplice da violência* e *Quem ama não mata*. Por meio disso, ampliaram o debate público sobre questões como a sexualidade, os direitos sexuais e reprodutivos, aborto e violência contra as mulheres, os quais eram quase tabus, à época, da cultura brasileira.

⁸² Na pesquisa de iniciação científica de Maurício B. Lemes (2016), pudemos perceber que, no processo de disputa pela configuração do atual texto constitucional, o movimento social negro foi um ator fundamental, apresentando diversas reivindicações, dentre as quais as ações afirmativas na educação. Entretanto, ao longo do processo constituinte, vários direitos reivindicados pelo movimento negro não foram incorporados ao texto final da Constituição. Na Comissão de Sistematização, ocorreram várias mudanças na temática negra, a exemplo da exclusão da previsão de políticas afirmativas e compensatórias defendidas pelo movimento. Essa luta seguiu após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, ancorada em outros de seus dispositivos, conquistou recentemente a legislação sobre cotas raciais no ensino superior. A pesquisa teve, como objetivo geral, analisar alguns dos processos histórico-sociais recentes de democratização do Estado e da sociedade brasileira, com foco na ação política do movimento negro e suas demandas por políticas afirmativas de cotas nas instituições públicas de educação superior.

⁸³ Isso significava uma atuação com características de militância, ou seja, que os atendimentos oferecidos às mulheres em situação de violência (jurídico e psicológico) eram de natureza voluntária. Havia uma expectativa de que, por meio desse trabalho, as mulheres atendidas, em uma abordagem feminista, pudessem ter elementos que permitissem a elas se libertarem da opressão masculina. As divergências entre o modo como as feministas entendiam a problemática da violência e o que as mulheres em situação de violência tinham como expectativa com relação ao serviço oferecido foi um dos fatores que levaram ao fim algumas dessas experiências (GREGORI, 1993).

⁸⁴ O acolhimento, por parte do sistema de justiça brasileiro, do argumento da legítima defesa da honra para absolver o réu ou reduzir sua pena, era uma das principais críticas realizadas da época em tais casos.

O movimento de mulheres negras⁸⁵ contribuiu com o debate ao introduzir a dimensão da violência racial na luta pelo fim da violência, explicitando as dimensões sociais e culturais, nas quais são inscritas as múltiplas formas de violências praticadas contra as mulheres negras e as indígenas. Em meados da década de 80, elas organizaram campanhas contra a esterilização em massa das mulheres negras, sobre as implicações combinadas do racismo e do sexismo no cotidiano das trabalhadoras domésticas e sobre o assédio sexual e moral presente em várias esferas da vida dessas mulheres negras. Elas também criaram SOS Racismo, com o objetivo de oferecer assessoria jurídica e psicossocial às vítimas, combatendo assim a impunidade a esse tipo de crime (BRAZÃO & OLIVEIRA, 2010).

Ainda no início dos anos oitenta, foram criadas as Delegacias Especializadas e Atendimento à Mulher (DEAMs ou DDMs) para serem um espaço institucional de combate e prevenção da violência contra a mulher, composta por quadros próprios com apenas policiais mulheres (delegadas, escrivãs, investigadoras) e uma equipe de assistentes sociais e de psicólogas. A ideia era que esse espaço pudesse ser um lugar seguro para que as mulheres realizassem as queixas-crimes ou denúncias, bem como tecnicamente preparado para que os procedimentos legais necessários fossem adotados em uma perspectiva garantidora dos direitos das mulheres. Elas eram uma forma de profissionalizar os atendimentos que, até então, eram realizados pelas organizações feministas de modo autônomo e voluntário (IZUMINO, 2004).

Apesar das DEAMs significarem uma inovação institucional importante e um marco importante no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher no Brasil, vários problemas impediam que seus objetivos iniciais fossem cumpridos. Elas eram numericamente insuficientes (307 Delegacias Especializadas em todo o Brasil em 2002), sendo a maioria alocada na região sudeste do país e todas funcionando de modo precário em termos de serviços prestados, recursos materiais e falta de preparo do seu quadro de funcionário.

Nos anos 1990, muitos órgãos de governo e conselhos foram extintos ou passaram a realizar suas atividades em condições cada vez mais precárias (inclusive o

⁸⁵ Em 30 de abril de 1988 foi criada em São Paulo o Geledés – Instituto da Mulher Negra que, desde essa época, tem sido uma das principais ONGs do movimento de mulheres e do movimento negro a tematizar a discriminação racial no Brasil, em especial os vários aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Inicialmente, o Geledés tem desenvolvido ações e programas sob os eixos: direitos humanos, saúde, comunicação e educação. O Instituto foi o primeiro grupo de mulheres negras no Brasil a desenvolver atividades no campo da saúde reprodutiva e prevenção de AIDS, acabando por influenciar diversos outros grupos a assumirem a temática da saúde em suas agendas. A ONG também participou ativamente das Conferências realizadas pela ONU desde a década de 1990.

próprio CNDM), isolados dos movimentos sociais e desprestigiados por outras esferas do governo.

Sonia Alvarez, analisando os problemas relativos às institucionalidades estatais criadas nos anos 1980 e 1990, entende que esse período foi marcado por uma “absorção seletiva” por parte do Estado daqueles conteúdos mais palatáveis dos discursos e agendas feministas. Cecília MacDowell Santos⁸⁶ (2010, p. 158), partindo, da leitura de Alvarez e dos diagnósticos sobre o (mau) funcionamento e a (baixa) eficácia das DDMs - o que ela chama de primeiro momento institucional⁸⁷ de combate à violência doméstica contra mulheres – afirma que houve uma *absorção restrita e tradução/traição* das demandas feministas por parte do Estado, uma vez que houve a incorporação do enfrentamento à violência doméstica nas políticas estatais, contudo de modo a reduzi-lo à *criminalização* da violência:

O processo de negociação mostra que o Estado de fato absorveu parcialmente as propostas feministas e traduziu-as em um serviço policial que se tornou o centro das políticas públicas de combate à violência doméstica em todo o país. Mas esta tradução também significou uma traição, na medida em que restringiu a abordagem feminista à criminalização e não permitiu a institucionalização da capacitação das funcionárias das DDM a partir de uma perspectiva feminista.

Em setembro de 1995, foram criados os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, por meio da Lei 9.099/95, como meio de solução rápida e eficiente para conflito, permitindo a sua composição sem a interferência punitiva do Estado e reforçando a possibilidade de aplicação de penas alternativas à prisão (compensações pecuniárias, serviços comunitários e conciliações) naqueles casos envolvendo infrações penais de menor potencial ofensivo. Os Juizados Especiais não foram idealizados para lidarem com casos de violência doméstica contra mulheres, mas trouxeram diversas

⁸⁶ A autora toma como pressuposto a análise feita por Sonia Alvarez (1998) dos problemas relativos às institucionalidades estatais criadas nos anos 1980 e 1990: esse período foi marcado por uma “absorção seletiva” por parte do Estado daqueles conteúdos mais palatáveis dos discursos e agendas feministas. Era necessário, então, que as feministas realizassem uma espécie de interpretação da legislação criada no período em face de um uso que contrariava o seu escopo original.

⁸⁷ São três os momentos de institucionalidades analisados por ela: o primeiro é o momento da criação das delegacias da mulher, em 1985; o segundo caracteriza-se pelo surgimento dos Juizados Especiais Criminais, em 1995 e o terceiro é relativo ao advento da LMP. Estes três momentos não são independentes entre si, nem “decorrem de um fator exclusivo ou de um processo linear de desenvolvimento: em torno deles convergem e divergem diversas forças sociais e políticas, sinalizando ondas e quebras de fluxos e refluxos de políticas públicas e lutas feministas. A análise destes três momentos revela diferentes formas de absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. Indica, também, que discursos feministas sobre violência doméstica ganham visibilidade no processo de formulação e implementação de políticas públicas” (SANTOS, 2010, p. 155).

consequências ao funcionamento das DEAMs e ao enfrentamento da violência doméstica contra a mulher via instituições estatais, em especial os Juizados Especiais Criminais.

Os crimes de menor potencial ofensivo são aqueles em que a pena para o delito, prevista no Código Penal não é superior a dois anos. Por essa conceituação, o crime de lesão corporal de natureza leve, tipificado no Código Penal, no artigo 129 caput, e o crime de ameaça, previsto no artigo 147, com penas que não ultrapassam dois anos, passaram a ser considerados crimes de menor poder ofensivo. O crime de lesão corporal foi transformado em crime de ação pública condicionada à representação da vítima, o que significava que a ação penal só teria início a partir de denúncia da própria vítima contra o acusado. Pela Lei 9.099/95, as Delegacias de Polícia devem preencher somente o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), sem realizar, necessariamente, o inquérito policial. A mesma lei ainda previu a possibilidade de conciliação entre vítima e agressor que, uma vez realizada, interrompe o procedimento judicial. Ao autor de um crime de menor potencial ofensivo é imputado um dos tipos de pena alternativa à prisão, sendo que ele continua sendo réu primário e a sua identificação criminal fica proibida.

Ela significou um grande avanço para muitas vertentes teóricas do Direito Penal. Todavia, ela acabou por banalizar a violência doméstica contra as mulheres e reproduzir a cultura impunidade dos agressores. Até a edição da Lei Maria da Penha, estimava-se que 70% dos casos dos JECRIMs eram relativos às situações de violência doméstica. Desses, quase 90% terminava em arquivamento produzido em audiências de conciliação que pouco (ou nada) consideravam as relações desiguais de poder baseadas em gênero que marcam esse tipo de violência.

De acordo com Leila Barsted (2011), os JECrims acabaram por produzir um padrão de “quase ‘descriminalização’ dos crimes praticados contra as mulheres no âmbito das relações familiares”. Mas isso não significa que a criminalização desse tipo de violência tenha sido o objetivo das feministas ou das próprias usuárias dos serviços do JECrim ou das DEAMs. Guita Grin Debert (2006), por exemplo, considera que os JECrims acabam por promover uma judicialização da família combinada com uma despolitização da justiça. Além disso, enquanto as DDMs, ainda que não atuassem em uma perspectiva feminista, incorporaram a noção da mulher como “sujeito de direitos”, os JECrims, em suas funções conciliadoras, acabavam por realizar a defesa da família e, por consequência, a invisibilização da mulher como sujeito de direitos. Ainda, a autora faz uma crítica àquelas organizações não-governamentais de direitos humanos, as quais

consideravam que a agenda feminista em relação ao sistema de justiça traduzia-se em um desejo de vingança e punição. Ela ilustra seu argumento citando algumas experiências de coletivos e ONGs feministas de atuação com mulheres em situação de violência que pautavam suas intervenções em modelos de abordagem terapêuticas, não criminais e na perspectiva da saúde pública.

Na análise proposta por Cecília Santos (2010, p. 155), os JECrims se caracterizam, então, por serem “uma onda de retradução/ressignificação da criminalização, com a trivialização da violência” em razão dos efeitos produzidos sobre as DDMs e no padrão de resposta oferecido pelo sistema de justiça aos casos de violência doméstica.

Para impulsionar políticas de enfrentamento à violência contra a mulher que pudessem modificar esse sistema acima descrito, considerado insatisfatório para amplos segmentos sociais, dentre os quais os movimentos de mulheres, é que um novo ciclo de mobilização feminista terá início no fim dos anos 1990 e que ensejará a Campanha pela Lei Maria da Penha.

No final dos anos 1990, os movimentos feministas tinham passado por mudanças importantes, que organizo a partir dos seguintes eixos: a) a conquista da autonomia em relação a outros movimentos e organizações sociais, aos partidos políticos e ao Estado, com a possibilidade de construção de agendas e estratégias políticas próprias; b) a ampliação e diversificação das vozes no feminismo (especialmente, a partir dos feminismos populares ligados a lutas urbanas pela reforma agrária, trabalhistas, contra o racismo, contra a homofobia e contra a violência estatal), c) a transnacionalização e articulação das estratégias em redes de movimentos; d) formas mais complexas de interação dos feminismos com os poderes públicos resultantes da articulação entre as experiências de resistência e crítica ao Estado com as experiências de participação formal em espaços públicos, de pressão política e de influência em políticas públicas; e) a proliferação de organizações feministas e de grupos de mulheres centradas no trabalho de base e na promoção da crítica sobre os sistemas de exploração-subordinação da mulher na sociedade brasileira; f) a convergência, dentre os vários feminismos, das suas agendas de mobilização junto à esfera pública, em torno da problemática da violência doméstica contra as mulheres.

Para Sonia Alvarez houve, a partir da década de 1990, uma maior articulação e transnacionalização das organizações, agendas e estratégias feministas no Brasil e em toda a América Latina. Além disso, outras identidades feministas ganharam visibilidade

e espaço na esfera pública (feminismo negro, indígena, lésbico, popular, acadêmico, ecofeminismo, assessorias governamentais, ONGs, católicas, sindicalistas - mulheres feministas que não limitam sua atividade às organizações do feminismo autônomo), o que garantiu ao movimento uma reconfiguração de sua identidade (caráter plural, multicultural e pluriétnico). A aproximação com os poderes públicos, especialmente o Executivo e o Legislativo, apesar de tensões e ambiguidades aí presentes, também se intensificou, materializando-se na criação de organismos voltados às políticas para mulheres e na aprovação de várias leis antidiscriminatórias e com temáticas ligadas a direitos humanos das mulheres. As entidades sociais clássicas (sindicatos e partidos políticos) e vários movimentos sociais (movimentos de luta por reforma agrária e reforma urbana, ecologistas etc.) também passam a incorporar agendas feministas. Por fim, a progressiva profissionalização, especialização e trabalho em rede de importantes segmentos dos movimentos feministas.

As campanhas públicas passam a ser estratégias importantes para garantir o debate no espaço público sobre o *status* das mulheres na sociedade brasileira e sobre seus direitos, bem como para pressionar os poderes públicos a realizarem reformas legais e criarem políticas públicas de defesa das mulheres. Muitas delas são relacionadas à temática da violência doméstica contra as mulheres, dos assassinatos de mulheres por parte de seus cônjuges, dos direitos sexuais e reprodutivos e pela descriminalização do aborto.

Essas campanhas eram feitas de modo articulado com outras estratégias de mobilização política por parte das ONGs feministas, entre elas, a elaboração de relatórios alternativos⁸⁸ para os órgãos internacionais de direitos humanos como forma de pressionar o Estado brasileiro a cumprir os tratados de direitos humanos das mulheres que ratificavam.

Em 1998, o CEJIL-Brasil (Centro para a Justiça e o Direito Internacional), juntamente com o CLADEM-Brasil (seção nacional do Comitê Latino-americano do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher), enviaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 1998, petição contra o Estado brasileiro sobre o caso de Maria da Penha. Em abril de 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) reconheceu a violação dos direitos de Maria da Penha, especialmente aqueles relativos

⁸⁸ Em 2002, as ONGs CLADEM e AGENDE entraram na Campanha Mundial *Os direitos das mulheres não são facultativos* e elaboraram um relatório alternativo, envolvendo a participação de centenas de entidades, no contexto em que o Brasil ratificava o Protocolo Facultativo da CEDAW e apresentava seu primeiro relatório oficial com a descrição das suas ações nos últimos 20 anos.

ao devido processo judicial. A CIDH também entendeu que tal violação traduzia-se em um padrão de discriminação contra as mulheres, materializado pela tolerância da violência contra as mulheres no Brasil naqueles casos que foram remetidos ao sistema de justiça. Uma das principais recomendações da Comissão ao Estado brasileiro foi a adoção de medidas no âmbito nacional visando à eliminação da tolerância dos agentes do Estado à violência contra as mulheres.

O Brasil, que havia ratificado a CEDAW em 1984, quase dez anos depois, também ratificou a Convenção de Belém do Pará (em 1995). A adoção dessas normas, combinada com as mudanças legislativas internas decorrentes da Constituição de 1988, ensejaram as mobilizações jurídicas de caráter transnacional por parte das ONGs de direitos humanos e as ONGs feministas. Em 2002, o Brasil enviou pela primeira vez um Relatório ao Comitê CEDAW, em razão da adesão ao Protocolo Facultativo da CEDAW e, na sequência, as ONGs feministas também conseguiram se articular fortemente para entregarem um Relatório alternativo ao Comitê. Em 2003, o Comitê CEDAW, após apreciação dos relatórios, fez recomendações ao Estado brasileiro para que adotasse rapidamente uma lei temática sobre violência doméstica e buscasse criar mecanismos de acompanhamento da implementação de tal lei.

Também em 2002, por uma articulação envolvendo, em sua maioria, juristas feministas de diversas ONGs e instituições, foi criado o Consórcio de ONGs com o objetivo de elaborar uma proposta de lei de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres, seguindo os marcos dos direitos humanos das mulheres.

No início de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) com *status* ministerial e com o objetivo de formular e promover políticas públicas para as mulheres. A violência doméstica foi, desde o início, uma das suas prioridades. A interação do governo federal com os movimentos feministas que, desde o início dos anos 1990 havia perdido vigor com o sucateamento do CNDM, é retomada em outros moldes. A SPM foi então responsável por coordenar os trabalhos de elaboração de um projeto de lei sobre mecanismos de combate e prevenção à violência doméstica, convidando o Consórcio das ONGs feministas para participar de tal atividade.

Desse esforço amplo e articulado de agentes do poder público, de movimentos de mulheres e de ONGs feministas, é que foi elaborado o projeto de lei que, em 7 de

agosto de 2006 se converteu na Lei Federal n. 11.340, logo batizada de Lei Maria da Penha⁸⁹ que, segundo seu caput:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

A aprovação da Lei teve ampla repercussão nacional e internacional. Ela é considerada um dos marcos legislativos mais inovadores e avançados em todo o mundo para o enfrentamento da violência contra a mulher. É também uma das leis nacionais mais conhecidas pela população brasileira. Ela tem sido um marco importante para o reconhecimento de que a violência de gênero tem caráter social e relacional, ou seja, é um fenômeno social produzido em meio a relações sociais desiguais de poder, tecidas em meio a outras dimensões de poder como classe social e raça-etnia. Da mesma forma, tem sido parâmetro para a formulação de respostas que não envolvam, apenas, a punição do agressor, mas a alteração na posição de subordinação das mulheres em uma sociedade marcadamente desigual em termos de gênero, raça e classe social.

O texto da LMP traz evidências desse amplo campo de articulação que a ensinou. Vou tratar mais disso no próximo capítulo, mas apenas como exemplos que são comumente negligenciados na leitura da lei: a atenção integral às mulheres, preconizada pela Lei, toma de empréstimo os sentidos já conhecidos do SUS e dos movimentos sociais de defesa da saúde no Brasil. O uso da expressão *mulher em situação de violência*, ao invés de *mulher vítima de violência* é um dos legados mais importantes do movimento feminista à gramática da Lei: essa diferença terminológica abre espaço para uma abordagem mais complexa sobre a violência contra as mulheres, para que, na formulação das respostas às demandas encaminhadas ao sistema de justiça, as consequências injustas para as mulheres fossem o objetivo mais importante a ser alcançado, de modo a se garantir, nesse processo, a capacidade de ação ou agência da mulheres.

Assim, seguindo a categorização proposta por Cecília Santos, a Lei Maria da Penha reflete o terceiro momento de interação entre Estado e demandas feministas,

⁸⁹ As feministas Deise Leopoldi, Maria Amélia de Almeida Teles e Terezinha de Oliveira Gonzaga contam, no livro: *Do silêncio ao grito contra a impunidade: o caso Márcia Leopoldi* (2007), o caso da luta da União de Mulheres de São Paulo contra a impunidade relativa ao caso de Márcia Leopoldi, assassinada em 1984 pelo seu companheiro que só foi condenado em 2005.

marcado por um amplo e complexo “processo de passagem de indiferença do Estado à absorção ampla das demandas feministas no âmbito da formulação de uma política nacional para o enfrentamento da violência doméstica” (SANTOS, 2010, p. 155).

Apesar do êxito das mobilizações em torno da criação da Lei, os debates em torno da sua implementação têm trazido renovados desafios para os movimentos de mulheres, a academia e as instituições públicas. Enquanto as organizações de mulheres, ao longo de quase 20 anos, foram construindo, no seu fazer militante e profissional, respostas complexas às tensões entre direito/Estado e feminismo/mulheres, alguns segmentos, que seguiram apartados dessas dinâmicas, enquadraram a discussão sobre a Lei e seus usos no dilema entre direito e feminismo nos termos em que eram formulados nos anos 1970, desconsiderando (muitas vezes, completamente) todos os processos que, sucintamente, tentei apresentar até aqui.

No campo do direito, a Lei logo gerou controvérsias entre as pessoas responsáveis pela sua aplicação que, pela grande repercussão na esfera pública, ensejaram duas ações no Supremo Tribunal Federal: a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 19 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4424. A primeira foi ajuizada pela Presidência da República para confirmar a legalidade ou a aplicabilidade de dispositivos inseridos pela Lei Maria da Penha, especialmente no que diz respeito à vedação da Lei 9.099/95. A ação foi concluída em 2011 com os votos em unanimidade dos ministros pela procedência do pedido, declarando constitucionais os artigos 1º, 33 e 41 da Lei. A Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4424 foi ajuizada pela Procuradoria Geral da República (PGR), questionando a constitucionalidade dos artigos 12, inciso I; 16; e 41 da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). Por maioria de votos, vencido o presidente, na época o Ministro Cezar Peluso, a ação foi julgada procedente. Com as duas ações finalizadas, estabeleceu-se que não se aplica a Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais) aos crimes da Lei Maria da Penha e que, nos crimes de lesão corporal praticados contra a mulher no ambiente doméstico, mesmo sendo de caráter leve, atua-se mediante ação penal pública incondicionada.

O debate sobre os seus efeitos penais também foi objeto das mais conhecidas controvérsias sobre a Lei na academia jurídica. A intelectualidade crítica do direito brasileiro gastou muita tinta em torno da polêmica sobre o uso dos dispositivos penais

para fins feministas. O quadro analítico que, nos anos 1990, tinha dado origem à categoria “esquerda punitiva”⁹⁰ serviu bem para a formulação do “feminismo punitivo”.

Com relação aos resultados de sua implementação, vários estudos e diagnósticos realizados durante os quase dez anos de vigência da Lei Maria da Penha têm apontado inúmeras resistências e limites, no âmbito do sistema de justiça, para a efetivação do direito das mulheres a uma vida livre de violências. Para alguns dos serviços, além da enorme dificuldade que enfrentam para a atuação em uma temática tão complexa quanto a violência de gênero, é importante considerarmos os problemas adicionais, tanto técnicos, como políticos, para uma compreensão que incorpore a gramática dos direitos humanos das mulheres. Já citei alguns deles aqui e não será nosso foco sistematizar aqui a revisão deles.

O que gostaria de apontar é que os problemas para a efetivação da Lei não têm conduzido os movimentos de mulheres, necessariamente, a uma fuga ou abandono do direito ou das instituições políticas estatais para o enfrentamento à violência contra a mulher, mas à construção de uma agenda propositiva de mudanças democratizantes em tais campos. Ao mesmo tempo, ainda que esses movimentos tenham intensificado as formas de interação com as instituições públicas, eles não parecem ter abandonado as disputas culturais e na esfera pública.

É difícil hoje diferenciar claramente as diversas vertentes, posições ou estratégias existentes no campo feminista. Algumas irão privilegiar a interação com esferas de poder do Estado, outros a participação em espaços políticos e movimentos sociais ou as disputas culturais (na academia, no campo religioso ou em contextos populares e comunitários). Cada uma das escolhas assumirá distintas escalas entre o local e o global a partir de marcadores identitários variados (negras, lésbicas, indígenas, jovens, trans, trabalhadoras rurais), temas diversos (saúde, violência, maternidade, direitos humanos, moradia, reforma agrária) e estratégias diferenciadas (educação, mobilização, protestos ou atos públicos, monitoramento social, *advocacy*, assessoria jurídica popular, autogestão e organização comunitárias, representação política, grupos reflexivos, produção teórica).

Mas, pelos dados e análises que tenho produzido em atividades de pesquisa e extensão populares, nestes últimos anos, sobre vários aspectos da interação entre movimentos feministas e sistema de justiça, entendo que não apenas tem havido uma

⁹⁰ A expressão é celebre no campo da criminologia crítica e foi cunhada por Maria Lúcia Karam. Nesse sentido, ver as críticas de Maria Filomena Gregori e Guita Debert a tais leituras (2008).

ampla e complexa disputa feita pelas feministas, pela *interpretação* ou *tradução* da LMP, mas também uma apropriação da gramática trazida pela LMP para uma espécie de ampliação do projeto jurídico feminista que tem sido construído, especialmente, desde o processo constituinte dos anos 1980.

Para apreendermos essas duas dinâmicas, é preciso, ainda, explicitar algumas características da fase mais recente dos feminismos brasileiros – e latino-americanos –, chamada por Marlise Matos & Clarisse Paradis de quarta onda do feminismo ou, por Sonia Alvarez, de fase de horizontalização dos discursos e práticas dos feminismos. As duas autoras procuram substituir a ideia de movimento feminista por campo feminista composto por “forças heterogêneas, diversificadas, plurais, policêntricas” de várias organizações de mulheres que atuam em redes articuladas que, há muito tempo, extrapolaram as formas de organização nacional e estratégicas tradicionais de comunicação (MATOS & PARADIS, 2014, p. 95)

As características principais da quarta onda do feminismo são organizadas pelas autoras em torno de 6 eixos: 1. “O alargamento, adensamento e aprofundamento da concepção de direitos humanos”, a partir do reconhecimento dos diversos rostos da humanidade e não de um sujeito universal; 2. “A ampliação e diversificação da base das mobilizações sociais e políticas, sobretudo dentro de um novo enquadramento ou moldura transnacional, global, além de uma moldura resignificada nacionalmente” (o exemplo utilizado pelas autoras é da Marcha Mundial das Mulheres); 3. A ênfase em perspectivas pautadas no princípio da igualdade e não-discriminação (com base em gênero, raça, etnia, geração, nacionalidade, classe ou religião); 4. O foco nas novas formas de relação do Estado e das feministas, especialmente nas dinâmicas de construção “de ações transversais, interseccionais e intersetoriais de despatriarcalização das instituições estatais”; 5. Outros modos de construção do saber teórico – transversal e interseccional – para a compreensão dos fenômenos de raça, gênero, sexualidade, classe e geração, a partir das epistemologias pós-coloniais e decoloniais; e 6. “Uma renovada retomada e aproximação entre pensamento, a teoria e os movimentos feministas, marcada pela produção de fluxos horizontais (MATOS & PARADIS, 2014, pp. 95-96).

O campo feminista tem assumido, mais recentemente, a necessidade de levar a sério a perspectiva interseccional para se comprometer com agendas compartilhadas de reivindicação em que gênero, raça e classe aparecem como categorias imbricadas. Isso tem ensejado, no campo do direito internacional dos direitos humanos e do direito interno, outros modos de compreensão das desigualdades, articulando os tratados

internacionais entre si e entre as leis internas dos países signatários relativas a direitos humanos. Também tem demandado a construção de políticas e estratégias de escalas variadas, porém articuladas, integradas, transversais e intersetoriais, construídas na interação entre Estado e sociedade civil.

A partir desse novo cenário, é que os conceitos como intersectorialidade, interdisciplinaridade, transversalidade de gênero e de raça, atendimento integral e organização em rede têm sido mobilizados, recentemente, com maior frequência nos processos institucionais e sociopolíticos voltados para a efetivação da Lei Maria da Penha do que aqueles relativos às “vertentes punitivistas” da lei. Da mesma forma, apesar do reconhecimento da gravidade e prevalência da violência doméstica, muitas organizações feministas, sobretudo as feministas negras, indígenas e camponesas, têm acentuado a necessidade de as estratégias para seu enfrentamento articularem esse tipo a outras de violência contra as mulheres e problematizarem, em maior profundidade e com o uso das perspectivas interseccionais, os efeitos indesejáveis da LMP que recaem sobre categorias subalternas.

O combate ao racismo e ao sexismo aparece, então, como elemento estruturante na definição do projeto de sociedade justa e igualitária brasileiros. O documento síntese que apresenta os termos desse projeto é a Carta das Mulheres Negras, produzido em 2015 pelos movimentos de mulheres negras em ocasião da *Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo bem viver como nova Utopia*⁹¹. Esse documento expressa a ampliação, o aprofundamento e radicalização do projeto jurídico feminista que teve seu primeiro contorno expresso na Carta das mulheres aos constituintes de 1988.

A Carta é estruturada em preâmbulo e um conjunto de reivindicações que estão subdivididas em 10 eixos temáticos: direito à vida e à liberdade, promoção da igualdade racial; direito ao trabalho, ao emprego e à proteção das trabalhadoras negras em todas as atividades; direito à terra, território e moradia/direito à cidade; justiça ambiental, defesa dos bens comuns e a não-mercantilização da vida; direito à seguridade social (saúde, assistência social e previdência social); direito à educação; direito à justiça; direito à cultura, informação e à comunicação; segurança pública.

No preâmbulo, as mulheres, em suas pluralidades, em marcha fazem um chamado, uma convocação à sociedade brasileira a construir um novo pacto civilizatório

⁹¹ A 1ª Marcha das Mulheres Negras aconteceu em novembro de 2015, com seu ato final em Brasília, em protesto contra o racismo e a desigualdade social e de gênero no país.

baseado no direito à vida plena em condições iguais de direitos e oportunidades e no compromisso real com o enfrentamento ao racismo patriarcal e heteronormativo da sociedade brasileira:

Nós, mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha. Inspiradas em nossa ancestralidade somos portadoras de um legado que afirma um novo pacto civilizatório.

Somos meninas, adolescentes, jovens, adultas, idosas, heterossexuais, lésbicas, transexuais, transgêneros, quilombolas, rurais, mulheres negras das florestas e das águas, moradoras das favelas, dos bairros periféricos, das palafitas, sem teto, em situação de rua.

Somos trabalhadoras domésticas, prostitutas/profissionais do sexo, artistas, profissionais liberais, trabalhadoras rurais, extrativistas do campo e da floresta, marisqueiras, pescadoras, ribeirinhas, empreendedoras, culinárias, intelectuais, artesãs, catadoras de materiais recicláveis, yalorixás, pastoras, agentes de pastorais, estudantes, comunicadoras, ativistas, parlamentares, professoras, gestoras e muitas mais.

A sabedoria milenar que herdamos de nossas ancestrais se traduz na concepção do Bem Viver, que funda e constitui as novas concepções de gestão do coletivo e do individual; da natureza, política e da cultura, que estabelecem sentido e valor à nossa existência, calcados na utópica de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os).

Na condição de protagonistas oferecemos ao Estado e a Sociedade brasileiros nossas experiências como forma de construirmos coletivamente uma outra dinâmica de vida e ação política, que só é possível por meio da superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de discriminação, responsáveis pela negação da humanidade de mulheres e homens negros.

Declaramos que a construção desse processo se inicia aqui e agora.

Por tudo isso, nós Mulheres Negras estamos em Marcha para exigir o fim do racismo e da violência que se manifestam no genocídio dos jovens negros; na saúde, onde a mortalidade materna entre mulheres negras está relacionada à dificuldade do acesso a esses serviços, à baixa qualidade do atendimento aliada à falta de ações e de capacitação de profissionais de saúde voltadas especificamente para os riscos a que as mulheres negras estão expostas; da segurança pública cujos operadores e operadoras decidem quem deve viver e quem deve morrer mediante a omissão do Estado e da sociedade para com as nossas vidas negras.

Marchamos pelo direito à vida, pelo direito à humanidade, pelo direito a ter direitos e pelo reconhecimento e valorização das diferenças. Marchamos por justiça, equidade, solidariedade e bem-estar que são valores inegociáveis, diante da pluralidade de vozes que coabitam o planeta e reivindicam o Bem Viver.

Convocamos a sociedade brasileira para a construção deste novo pacto civilizatório, para uma sociedade onde todas e todos possam viver plenamente a igualdade de direitos e oportunidades.

Para a consolidação desse Pacto de consenso, é necessário que Estado e Sociedade acolham as seguintes reivindicações:

Nos eixos de reivindicações, há um rol extenso de demandas que, em muitos aspectos reportam-se àquelas elencadas na Carta de 1987, agora ressignificadas pelo novo campo feminista brasileiro, enegrecido e horizontalizado.

Os resultados em termos de mudanças institucionais, desde o processo constituinte, foram desiguais ao longo de todo o período. Alguns direitos demoraram em ser afirmados e/ou implementados, como os direitos sociais e previdenciários das empregadas domésticas e das trabalhadoras rurais, em plena igualdade. As mulheres beneficiaram-se de forma diferenciada por raça e classe social das garantias advindas da Constituição de 1988. Enquanto tivemos uma ascensão das mulheres brancas e de camadas médias em termos de acesso a direitos nunca experimentada antes na história do país, as mulheres negras, quilombolas, indígenas, trans, moradoras das periferias urbanas pobres, trabalhadoras do sexo e camponesas têm experimentado uma escalada da violência estatal contra si e seus familiares, homens e mulheres.

Não há, portanto, um eixo específico de reivindicação ligada à violência doméstica. O seu caráter subversivo está, exatamente, na negação de quaisquer fronteiras entre público e privado ou de toda delimitação feita em nome de um sujeito de direito universal. São violências fundadas na persistência do racismo na sociedade brasileira e produzem os impactos mais brutais na vida das mulheres negras. Elas estão relacionadas às dificuldades do acesso aos serviços, aos direitos e à segurança pública. O *bem viver*, categoria que tem sido bastante mobilizada na América Latina em meio aos novos ciclos constituintes, expressa esse *ethos* de subversão às dicotomias ou divisões arbitrárias entre ser humano-natureza, direitos de 1ª; 2ª ou 3ª geração; posse-propriedade, produção-reprodução.

Além das formas de violência simbólicas e reais realizadas pelos poderes públicos e privados, a Carta também expressa um compromisso com as reivindicações dos povos rurais, quilombolas, indígenas, de periferias urbanas relativas ao direito de moradia e de permanência em seus territórios - espaços físicos, sociais e simbólicos de produção de vida. Por isso, os temas ligados à direito à moradia, terra e território, à cidade, à memória, à defesa dos bens comuns e à não mercantilização da vida e dos recursos naturais, à religiosidade, à cultura, à democratização da mídia são apresentados na Carta.

Em termos de demandas direcionadas às instituições públicas formais, se nos anos 1980 e 1990, o foco estava direcionado aos poderes legislativos e judiciários, chegou a vez de exigir as contas dos sistemas de justiça e de segurança pública. É preciso urgentemente, despatriacalizar as instituições públicas; combater o racismo institucional em todas as instâncias do sistema de justiça e de segurança pública; assegurar a realização de uma abordagem contextual e interseccional nas análises de operadores e operadoras do direito para a realização da justiça; enfrentar o genocídio da juventude negra, da qual a violência estatal é duplamente responsável; garantir serviços em quantidade e qualidade adequadas de atenção integral às mulheres negras em situação de violência doméstica e vítimas de violência sexual e de crimes raciais.

A Carta, portanto, condensa as diretrizes gerais do que estou chamando de projeto jurídico feminista. Os seus principais eixos dizem respeito: a) à reformulação da categoria abstrata de sujeito de direitos humanos, reconhecendo a humanidade em seus diversos rostos e os efeitos brutais dos processos normalização dos corpos com base em raça, gênero, sexualidade e classe social; b) à crítica a todo tipo de binarismo; c), à redefinição radical da relação público-privado, em nome do *ethos* do Bem Viver; e d) o foco no enfrentamento à violência estatal (considerando o enquadramento transnacional dessa formulação) e na construção de redes de apoio social e econômico capazes de incidir diretamente nas relações assimétricas de poder social e político que delimitam uma maior exposição aos danos, à violência e à morte grupos sociais subalternizados.

Nesse novo referencial, os termos *criminalização* e *punção* (do agressor) no enfrentamento à violência doméstica perdem ênfase em face das categorias horizontalidade, autonomia, interseccionalidade e integralidade. O direito é compreendido em uma acepção ampla, capaz de abarcar não apenas aquelas normas que, no nosso “ensimesmado mundo jurídico”, chamamos de jurídicas - decorrentes de textos legais formalmente promulgadas -, mas todo o tipo de normalização legitimada pelo Estado e que regula os corpos de modo a definir as condições de representação de alguns grupos sociais e de precarização de outros.

4 O PROJETO JURÍDICO E O PODER DO CAMPO FEMINISTAS

Neste último capítulo, pretendo tomar a análise do tratamento legal da violência doméstica como apoio, procurando algumas transformações - políticas públicas, legislação, desenho institucional do sistema de justiça e segurança e de judicialização – que possam fortalecer a tese de que, sem resolver os paradoxos entre direito e mulheres, o campo feminista brasileiro tem desafiado o poder do direito de definir as mulheres (em termos de raça, gênero e sexualidade), de desqualificar suas experiências e, ainda, de expor diferencialmente algumas populações-alvo a condições de exploração e perigo de vidas que são consideradas destrutíveis e não passíveis de luto.

Vou utilizar aqui os dados de entrevistas realizadas com três profissionais do direito (1 magistrada, 1 defensora pública estadual e 1 advogada popular⁹²). Vou analisá-las com base nos marcos teóricos até aqui formulados, em conjunto com outros dados produzidos em pesquisas anteriores - decisões de tribunais, mudanças institucionais e práticas de ONGs feministas e normas internacionais de direitos humanos das mulheres - já finalizadas e que, aqui, aparecerão novamente de modo articulado aos objetivos deste trabalho.

Tentarei apresentar alguns elementos, portanto, organizados sob os eixos: a) a construção de uma dogmática jurídica feminista e dos usos sociais do direito e b) a ênfase em processos de democratização do sistema de justiça. Esses eixos serão explorados abaixo, de modo transversal aos subtítulos aqui organizados.

Para compreender o dilema ligado ao uso do direito pelas feministas brasileiras e latino-americanas, é fundamental partir de uma compreensão sobre o direito que não o reduza ao fenômeno legal. Vou propor aqui o início de um mapeamento das estratégias

⁹² As entrevistas semiestruturadas foram realizadas durante o período de junho a novembro de 2016. O roteiro utilizado encontra-se nos anexos deste trabalho. As entrevistas foram realizadas em razão de uma pesquisa mais ampla que está ainda em curso no Grupo de Pesquisa que coordeno sobre democratização do sistema de justiça em uma perspectiva interseccional, com apoio da FAPESP. Elas seguiram as exigências éticas sobre pesquisas envolvendo seres humanos, em especial, a necessidade de termo de consentimento assinado por mim e pelas entrevistadas, com todas as informações sobre a pesquisa. Os nomes reais e qualquer outro dado que pudesse garantir a quebra do anonimato foram suprimidas. É importante considerar, no entanto, que se trata de servidoras públicas e profissionais que são conhecidas publicamente pela atuação. Assim, é possível que, pelo conteúdo dos relatos seja possível que alguma pessoa leitora possa associar os dados às pessoas entrevistadas. Por isso, mesmo com a garantia do anonimato, fiz essa advertência antes do início das entrevistas e todas concordaram em realizar a entrevista. Com a versão deste trabalho finalizada, enviei cópias virtuais a elas, como forma de garantir um primeiro retorno da pesquisa.

de intervenção e transformação que as feministas têm buscado produzir, considerando os vários componentes do direito: o formal-normativo (pressionando reformas legislativas e buscando monitorar sua aplicação); o estrutural (pressionando os poderes públicos, especialmente o sistema de justiça, a criar grupos de trabalho ou núcleos temáticos em gênero e raça; e quando eles existirem, buscando incidir em suas decisões e desenhos institucionais; oferecendo modelos e protocolos de análise das leis criadas em maior medida; e construindo dogmática jurídica e estudos sociojurídicos) e o político cultural (capacitação de profissionais do direito que atuam mais diretamente com a lei; formação de lideranças feministas populares; participação em seminários de universidades, de órgãos profissionais e centros de produção acadêmica; produção de relatórios e diagnósticos sobre a situação das mulheres e seus direitos; criação de tecnologias virtuais; e difusão de conhecimento).

4.1 Direitos humanos das mulheres e dogmática jurídica feminista

A academia jurídica – cursos de direito, produção teórico-dogmática, cursos e materiais bibliográficos de capacitação profissional em direito – não foi, até meados de 2000, um campo disputado pelas feministas. As poucas juristas feministas que participaram do processo de mobilização legal pela LMP, com algumas exceções, atuavam mais diretamente em ONGs feministas e núcleos de estudos vinculados a cursos de outras áreas do conhecimento (ciências sociais, humanas e da saúde). A produção teórica produzida por elas e por outras acadêmicas e militantes que estavam envolvidas nessas mobilizações tinha como foco a construção de subsídios para as atividades de *advocacy* por elas desenvolvidas e não a formação de profissionais de direito em perspectiva de gênero ou interseccional.

A criação da LMP, somada ao recente aparecimento de novos quadros na academia jurídica⁹³ e novos formatos de organizações feministas, tem ensejado, mais proximamente, o diálogo com os referenciais jurídico-feministas produzidos em outras regiões do mundo e a elaboração de discussões dogmáticas e sociojurídicas sobre

⁹³ Na última década, houve uma expansão do ensino superior no país, em especial nas universidades federais, provocada por projetos do Governo Federal (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) (REUNI). Ampliaram-se os cursos superiores (graduação e pós-graduação) nas várias áreas do conhecimento, entre eles, o direito. Em trabalho anterior, fiz uma análise dessa ampliação de projetos de extensão universitárias no formato de assessorias jurídicas populares no Brasil desde a década de 1960 (SEVERI, Cartografia social e análise das experiências de assessorias jurídicas universitárias populares brasileiras: Relatório de pesquisa, 2014).

direitos humanos das mulheres. Não é meu objetivo aqui entender todos os fatores que poderiam estar associados a essa mudança. Quero apenas sinalizar a correlação entre a LMP e a incidência/produção de estudos jurídicos feministas no campo jurídico brasileiro. O único livro publicado em editora comercial no Brasil que traz, no título, uma associação direta entre direito e feminismo, como já mencionei, é a obra organizada por Carmen Campos sobre a LMP. As demais obras que articulam direito e gênero, direito e mulheres ou direito e violência referem-se, em sua maioria, a aspectos da mesma Lei.

É difícil avaliar todos os efeitos dessa recente literatura no campo do direito. Um deles pode ser na educação e na cultura jurídicas em termos de crítica aos processos de socialização na carreira, marcadamente sexistas e racistas (SEVERI, 2016). O artigo 8º da LMP traz uma série de dispositivos que enfatizam os deveres do Estado em processos formativos e de produção do conhecimento sobre as temáticas da violência e direitos humanos das mulheres:

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes: (...)

II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;(...)

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Discutir o direito em uma perspectiva de gênero ou interseccional enseja espaço para um aprendizado em termos de análise de nossas próprias visões de mundo, de nossas experiências e de nossas relações pessoais. Tal fato pode ampliar as condições de agência dos sujeitos em alguns espaços, entre os quais, a sala de aula.

Será que a construção de uma dogmática jurídica feminista, que consiga “corrigir” os traços sexistas e racistas do direito – internacional e interno – é capaz de corrigir as práticas jurídicas na mesma direção? De acordo com Smart (1989), uma lei, por mais bem intencionada que seja, pode ter seus objetivos frustrados em razão das práticas de quem as interpreta, isso se tais agentes não entendem o porquê e como tal comportamento proibido contribui para a subordinação de gênero e racial.

A autora não está sugerindo, com isso, a escolha entre uma ou outra das alternativas, mas a atenção duplicada ao se enfatizar o uso do direito para lidar com situações de subordinação das mulheres. É preciso atribuir pouca ênfase em teorias gerais e abstratas e se voltar a um foco maior na análise da realidade das vidas das mulheres, buscando, assim, compreender as inconsistências e contradições da regulação jurídico-legal. Isso porque, o direito não é um bloco unitário todo destinado a oprimir as mulheres ou todos os grupos de mulheres de modo homogêneo e trazer vantagens aos homens. É preciso, então, apoiar, sempre, a ação no nível da micropolítica.

Crenshaw (2002), na sua proposta de protocolo interseccional para a análise dos documentos e normas de direitos humanos, afirma que, apesar das interpretações dos tratados internacionais de direitos humanos, com frequência, apreenderem somente a discriminação que ocorre ao longo de um único eixo de poder, o fato mais grave é que tais interpretações desconsideram as possibilidades explícitas nas convenções, leis e declarações que têm como objetivo proteger os indivíduos da negação de direitos baseada em gênero e raça. Ela enfatiza, portanto, a importância de se desenvolver protocolos interpretativos dos tratados internacionais, a fim de que seja possível romper com os limites das interpretações e práticas mais hegemônicas que, em regra, reduzem os direitos das vítimas de subordinação interseccional.

A disparidade entre o conteúdo dos tratados e leis e as práticas estabelecidas para a sua análise e aplicação gera o que a autora chama de vulnerabilidade

interseccional. A compreensão dos problemas ligados à interseccionalidade passam por “um ponto de inflexão que vai de sua presente invisibilidade até a conscientização dos membros de órgãos revisores dos tratados internacionais, dos formuladores de políticas públicas, de ativistas de ONGs e de tantos outros atores”. Por isso, é importante se evitar as análises que são estruturadas em categorias únicas (ou de cima para baixo) e focalizar, principalmente, em análises contextuais (ou de baixo para cima), “começando com o questionamento da maneira como as mulheres vivem suas vidas” (CRENSHAW, 2002, p. 157)⁹⁴. A partir do foco centrado no sujeito e suas experiências concretas de subordinação, “a análise pode crescer, dando conta das várias influências que moldam a vida e as oportunidades das mulheres marginalizadas”. É especialmente importante, nesse percurso, “descobrir como as políticas e outras práticas podem moldar suas vidas diferentemente de como modelam as vidas daquelas mulheres que não estão expostas à mesma combinação de fatores enfrentados pelas mulheres marginalizadas” (CRENSHAW, 2002, p. 182).

A proposta, então, é de um centramento na experiência das pessoas concretas e suas realidades e um descentramento das categorias e teorias abstratas do direito na análise das demandas envolvendo direitos humanos das mulheres. Isso não quer dizer que a própria realidade fale por si, bastando apenas perguntar a uma pessoa de determinado grupo subalterno o que ela quer ou precisa e, com isso, identificar quais os dispositivos legais a serem aplicados. A preferência pelo ponto de vista da pessoa ou grupo subalterno permite-nos colocar em evidência algumas verdades, até então, invisibilizadas pela visão dominante no direito ou na sociedade. Todavia essa perspectiva não nos oferece uma verdade absoluta, além de guardar o risco de ensejar essencialismos. É preciso superar a indiferença do direito (e dos ritos processuais) em relação à vulnerabilidade dos grupos subalternos e abrir espaço para que essa realidade entre em conflito com várias outras realidades, além daquela que governa os operadores e operadoras do direito. Isso significa, sim, que é preciso evitar a falsa imparcialidade, respondendo à complexidade das situações de discriminação e violência. Para o sistema de justiça, esse exercício é fundamental, pois atos da administração da justiça são atos que simbolizam e dão forma à própria sociedade.

Esses modelos parecem violar a neutralidade daquela pessoa que está fazendo

⁹⁴ A LMP, em seu artigo 4º, dispõe que: “na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar”.

uso dele. Todavia, o que as perspectivas feministas do *standpoint* argumentam é que, com frequência, nós nos esquecemos da parcialidade de nosso próprio ponto de vista, que as categorizações que utilizamos no direito são simplificações e que nossas crenças e conjunto de verdades são, sempre, decorrentes de influências externas. De acordo com Martha Minow (1990), a suposição daquelas pessoas responsáveis por tomar decisão (judiciais, legais ou administrativas) de que o mundo coincide com o seu próprio ponto de vista é apenas um dos seus privilégios de classe social, raça, etnia, gênero, sexualidade ou nacionalidade. O outro é o de poder perguntar (inquirir) e ouvir respostas sem precisar questionar a si próprio ou seu próprio ponto de vista.

Vários organismos internacionais e internos, em articulação com ONGs e organização de mulheres, têm buscado construir modelos de protocolos com o objetivo de diminuir a distância entre o texto normativo e a prática jurídica de operadores e operadoras do direito. Esses protocolos são, na maioria dos casos, guias ou metodologias práticas de como analisar o direito a partir de perspectivas de gênero e interseccional ou analisar determinado texto normativo que diz respeito aos direitos das mulheres e à temática da violência contra elas. Vou exemplificar com documentos desse tipo produzidos em diferentes escalas (estadual, nacional e regional).

Na América Ibérica, criou-se o *Protocolo Regional para la investigación con perspectiva de género de los delitos contra las mujeres cometidos en el ámbito intrafamiliar*, cujo objetivo é impulsionar a incorporação da perspectiva de gênero na investigação dos delitos praticados contra as mulheres, concedendo, aos Ministérios Públicos, princípios de atuação, instrumentos e procedimentos necessários para lutar eficazmente contra a impunidade para a violência baseada no gênero e garantir a proteção e reparação adequadas para as vítimas.

A feminista costa-riquenha Alda Facio tem atuado, há décadas, como militante feminista no campo do direito e como especialista na temática de gênero no sistema internacional de direitos humanos. Como acadêmica e militante feminista, realizou vários cursos de capacitação direcionados a juízes e juízas de cortes de justiça em inúmeros países da América Latina e Caribe. Algumas das juízas e juízes participantes do curso apoiaram ou realizaram protocolos nacionais, em seus países de origem, para a adoção da perspectiva de gênero na aplicação do direito. Esse é o caso, por exemplo, da Corte Superior de Justiça do México⁹⁵. O *Protocolo para Juzgar con Perspectiva de*

⁹⁵ O Poder Judiciário do México, por exemplo, criou a Unidade de Igualdade de Gênero em 2013, com os objetivos principais de: sensibilizar e promover a capacitação para a análise de gênero do Direito de modo

Gênero tem por objetivo auxiliar aqueles que julgam a cumprir com sua obrigação constitucional e convencional para promoção, respeito, proteção e garantia do direito à igualdade e a não discriminação, respeitando os princípios da universalidade, interdependência, indivisibilidade e progressividade.

No Brasil, há experiências de formulação de protocolos e diretrizes com objetivos semelhantes, construídos a partir da articulação entre os órgãos governamentais, os núcleos especializados ligados às agentes do sistema de justiça (Ministério Público, Defensoria Pública e Judiciário) e as organizações feministas (em muitas situações, são ainda algumas daquelas que participaram do Consórcio que deu origem à LMP).

A *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*, elaborada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), dispõe sobre conceitos e fundamentos políticos no enfrentamento à violência contra as mulheres para, a partir da análise da situação fática dessas vítimas, criar e executar políticas públicas para prevenir, combater e enfrentar essa questão. Esse documento não é direcionado aos agentes do sistema de justiça apenas, mas também traz elementos que servem a eles e a qualquer outro órgão de gestão de política pública.

As *Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (feminicídios)* são resultantes do processo de adaptação do Modelo de Protocolo latino-americano para investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero (femicídio/feminicídio) à realidade social, cultural, política e jurídica no Brasil. Ele tem como principal objetivo:

[...] proporcionar orientações e linhas de atuação para melhorar a prática do(a)s operadore(a)s de justiça, especialistas forenses ou qualquer pessoal especializado – que intervenham na cena do crime, no laboratório forense, no interrogatório de testemunhas e supostos responsáveis, na análise do caso, na formulação da acusação, ou ante os tribunais de justiça (MODELO DE PROTOCOLO, §11, 2014, p. 9).

O *Roteiro de Boas Práticas para Promotores de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*⁹⁶ foi criado para colaborar na atuação do Ministério Público

a se buscar melhorar o acesso à justiça das pessoas e fomentar ambientes de trabalho livre de violências e discriminação.

⁹⁶ O Roteiro de Boas Práticas para Promotores de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher⁹⁶ foi aprovado em uma oficina de trabalho realizada pela ESMPU, com os integrantes do MPDFT.

do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) na defesa dos direitos humanos das mulheres.

Outro aspecto importante ainda a ser considerado neste subitem é o forte diálogo que a produção teórico-dogmática feminista tem buscado realizar com o campo dos chamados direitos humanos das mulheres. Ela busca explorar as consequências do controle de convencionalidade ou da relação entre direitos humanos das mulheres e legislação interna. No caso da violência doméstica, foi o seu reconhecimento como uma espécie de violação de direitos humanos que garantiu, nos anos 1990, que as feministas de diversos países e regiões do mundo pudessem exigir dos Estados vinculados à Organização das Nações Unidas (ONU) a realização de modificações internas capazes de garantir o efetivo acesso à justiça às mulheres e o enfrentamento adequado da violência doméstica.

A afirmação dos direitos humanos e dos direitos humanos das mulheres não foi feita sem gerar diversas controvérsias. A mais frequente diz respeito à importância em se defender o desenvolvimento do conceito de direitos humanos das mulheres. Ao defendermos a criação de um ramo especializado dos direitos humanos, não estaríamos criando também novos lugares para a opressão sutil da mulher? De acordo com Christine Chinkin y Hilary Charlesworth (CHINKIN & CHARLESWORTH, 1997), o desenvolvimento dos direitos humanos das mulheres, além de ser necessária para enfrentar os traços sexistas dos direitos humanos e para garantir mecanismos institucionais e recursos apropriados para seu enfrentamento no âmbito internacional, tem potencial de transformar os direitos humanos em geral.

Assim, várias perspectivas dogmáticas jurídicas feministas, no contexto do direito internacional dos direitos humanos, enfatizam a necessidade de se transformar o caráter androcêntrico do direito que faz passar por humano o parâmetro do masculino (e branco, heterossexual, de camadas médias e altas) e, a partir daí, buscar construir formas de proteção jurídica internacional contra todas as formas de subordinação baseadas em gênero (e em raça)⁹⁷.

Há muita produção acadêmica e dos próprios organismos internacionais de direitos humanos que fazem um amplo esforço de mapeamento dos padrões normativos principais dos direitos humanos das mulheres. Vou aqui apenas destacar dois eixos desse campo amplo que tem sido mobilizados com frequência pelas

⁹⁷ Nesse sentido, ver os trabalhos de Francesca Gargallo (2012) e Nicole Lacrampette & Cláudio Nash (1995).

estratégias políticas e jurídicas feministas para o enfrentamento da violência contra as mulheres e, no caso do Brasil, tem sido importantes para a ampliação e aprofundamento do projeto jurídico feminista e da gramática da LMP: a) o princípio da igualdade e não discriminação e b) o direito de acesso à justiça e a uma devida prestação jurisdicional⁹⁸.

a) *Igualdade e não discriminação*

A igualdade de condições no acesso, gozo e exercício de direitos entre homens e mulheres sem qualquer tipo de discriminação é o principal compromisso assumido pelo Estado brasileiro mediante a ratificação da Convenção pela Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW)⁹⁹ e da Convenção de Belém do Pará¹⁰⁰. Na perspectiva dos direitos humanos, a igualdade é considerada um direito (*de jure* e *de facto*) e um valor estruturante de toda atividade do Estado e das relações sociais.

De acordo com Facio (2014), os sistemas internacionais e regionais de proteção dos direitos humanos têm consolidado o conceito de igualdade substantiva, conformada por dois princípios: o *princípio da não discriminação* e o *princípio da responsabilidade estatal*¹⁰¹. O *princípio da não discriminação*, em suas formas múltiplas e interseccionais, tem seu fundamento normativo previsto na CEDAW¹⁰², no artigo 9º da Convenção de Belém do Pará, e é reforçado pelas definições de discriminação previstas na Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial¹⁰³ e na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência¹⁰⁴.

⁹⁸ A discussão apresentada sobre esses dois eixos retoma conteúdos que foram, inicialmente, apresentados em uma publicação recente (SEVERI, Justiça em uma perspectiva de gênero: elementos teóricos, normativos e metodológicos, 2016).

⁹⁹ Adotada pela Resolução n. 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 18 de dezembro de 1979 e ratificada pelo Brasil em 1º de fevereiro de 1984.

¹⁰⁰ Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e erradicar a violência contra a mulher, adotada em 9 de junho de 1994 e ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995.

¹⁰¹ A CEDAW traz um conjunto bastante detalhado de obrigações aos Estados partes, entre os artigos 2º e 16.

¹⁰² O Comitê CEDAW, em sua Recomendação Geral n. 28, afirma a interseccionalidade como um conceito básico para compreender o alcance das obrigações gerais dos Estados partes em virtude do artigo 2º da CEDAW.

¹⁰³ De acordo com seu artigo 1º, discriminação racial significa “qualquer distinção, exclusão restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de vida pública”.

¹⁰⁴ Pelo artigo 1º de tal Convenção, a discriminação por motivo de deficiência significa “qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável”. Além disso, o seu artigo 6º estabelece que: “Os Estados Partes reconhecem que as

O Comitê CEDAW tem enfatizado a necessidade de se interpretar o conteúdo e o alcance dos direitos humanos das mulheres e dos tipos de medidas a serem tomadas por parte do Estado, buscando explicitar as formas de *discriminação múltiplas e interseccionais* que as mulheres sofrem por pertencerem a grupos discriminados por outras razões (raça, etnia, idade, deficiência etc.) ou em razão de fatores econômicos, geográficos, culturais e simbólicos, tais como: privação de liberdade, criminalização da prostituição, analfabetismo, tráfico de mulheres, conflito armado, busca de asilo, migração, criminalização de liderança de organizações ou movimentos sociais de defesa de direitos humanos, chefia de família por mulheres, trabalho forçado, matrimônio forçado, moradia em ocupações urbanas, gestação ou maternidade, políticas econômicas neoliberais, afastamento geográfico e mulheres com HIV.

Em termos de responsabilidade estatal, o sistema internacional tem enfatizado o dever dos Estados partes em tomarem todas as medidas apropriadas para acelerar a conquista da igualdade entre os sexos e/ou gêneros e para a eliminação da discriminação contra as mulheres em todas as esferas (política, social, econômica, cultural, entre outras), inclusive de caráter temporário ou especial (ações afirmativas). Entre tais medidas, encontram-se várias relacionadas à garantia de acesso à justiça e de devida diligência, por parte dos órgãos e entidades do sistema de justiça, na tutela jurisdicional dos direitos das mulheres.

b) o direito de acesso à justiça e a uma devida prestação jurisdicional (ou dever de devida diligência de devido processo)

Tanto a CEDAW quanto a Convenção de Belém do Pará estabelecem uma relação entre a discriminação/violência contra as mulheres e o acesso à justiça: este último é um direito que gera a obrigação dos Estados de adotarem medidas para fazê-lo efetivo, além de ser um meio essencial para a realização de todos os demais direitos protegidos em virtude das duas Convenções.

Pela CEDAW, os Estados partes ficam obrigados a: a) garantir, por meio de tribunais nacionais competentes e outras instituições públicas, a proteção efetiva dos direitos das mulheres e se abster de incorrer em ato ou prática discriminatória contra as mulheres, velando para que as autoridades e instituições públicas atuem em

mulheres e meninas com deficiência estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação e, portanto, tomarão medidas para assegurar às mulheres e meninas com deficiência o pleno e igual exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais” e “Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar o pleno desenvolvimento, o avanço e o empoderamento das mulheres, a fim de garantir-lhes o exercício e o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais estabelecidos na presente Convenção”.

conformidade com esta obrigação; b) tomar todas as medidas apropriadas para modificar padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres, com o objetivo de alcançar a eliminação dos prejuízos e das práticas que estejam baseadas na ideia de inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos e/ou gêneros ou em funções estereotipadas de homens e mulheres; e c) dispensar um tratamento igualitário a homens e mulheres em todas as etapas do procedimento nas cortes e nos tribunais de justiça.

A Convenção de Belém do Pará traz alguns desses conteúdos de forma bastante similar, além de estabelecer a obrigação imediata dos Estados partes de agirem com a devida diligência na prevenção, investigação, punição e reparação de todos os atos de violência contra as mulheres, cometidos tanto por atores estatais, quanto não estatais (artigo 7º). O dever de devida diligência impõe aos Estados que incorporem, nos casos envolvendo violações de direitos das mulheres, as especificidades necessárias para que a proteção seja realmente eficaz. O Comitê CEDAW, na sua Recomendação geral n. 19, entendeu que os Estados podem ser responsáveis por atos privados caso não adotem as medidas com a devida diligência para impedir a violação de direitos ou para investigar e punir os atos de violência e indenizar as vítimas.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) tem emitido diversos pronunciamentos que destacam a relação entre discriminação, violência contra as mulheres e o dever dos Estados partes em atuarem com a devida diligência para prevenir, investigar, sancionar e reparar tais atos. Um dos casos paradigmáticos, nesse sentido, foi o *Caso Maria da Penha Maia Fernandes*¹⁰⁵.

O dever de devida diligência também compreende o direito das mulheres de serem julgadas por um tribunal imparcial. Isso significa que as partes devem gozar das mesmas oportunidades e serem tratadas sem qualquer tipo de discriminação. Tais garantias devem ser aplicadas de modo que se sancione a interferência de prejuízos, incluindo os de gênero, que permeiam a administração da justiça e geram discriminação quanto ao direito ao devido processo legal.

Todos os obstáculos e restrições que impedem as mulheres de realizarem o seu direito de acesso à justiça em todas as suas dimensões e em condições de igualdade com relação aos homens constituem violação de direitos humanos. Alguns deles já destacados pelo sistema interamericano de direitos humano são: o desconhecimento, por parte das próprias autoridades que atuam no sistema de justiça, dos marcos normativos

¹⁰⁵ Caso Maria da Penha Vs. Brasil. Corte IDH. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Relatório n. 54/01

dos direitos humanos das mulheres ou sobre o que é e em que implica a adoção de uma perspectiva de gênero na análise de demandas judiciais; a falsa percepção de que a adoção de uma perspectiva de gênero resultaria na violação do princípio da igualdade; o apego ao conceito de igualdade formal, em detrimento da adoção do princípio da igualdade substantiva e da não discriminação; a prevalência de estereótipos sobre as mulheres que resultam em prejuízos à garantia de seus direitos; e a falta de clareza, por parte das próprias autoridades judiciais, sobre a capacidade da função jurisdicional para transformar os padrões de conduta que favorecem a desigualdade e a discriminação (MESECVI, 2015).

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2007), em informe sobre acesso à justiça para mulheres vítimas de violência, ressaltou a necessidade de busca de modificações substanciais na cultura judicial para que as mulheres possam obter acesso de direito e de fato à justiça, pois os padrões socioculturais discriminatórios têm influenciado, de forma decisiva, na atuação de profissionais do sistema de justiça. Entre tais modificações, é citada a necessidade de que as atividades jurisdicionais incorporem, em sua fundamentação, os parâmetros normativos internacionais e regionais de direitos humanos das mulheres.

A Recomendação Geral n. 33 do Comitê CEDAW¹⁰⁶ trata, especificamente, sobre o tema do acesso à justiça às mulheres, definindo-o e prevendo mecanismos para que os Estados partes possam eliminar os obstáculos que as mulheres ainda enfrentam no acesso a todos os serviços do sistema de justiça. De acordo com seu texto, o direito das mulheres de acesso à justiça, sem discriminação, é multidimensional e compreende seis elementos, de aplicação imediata:

- a) *Justiciabilidade* requer o acesso irrestrito das mulheres à justiça, bem como a capacidade e o empoderamento para reivindicar seus direitos estabelecidos na Convenção enquanto titulares desses direitos;
- b) *Disponibilidade* exige o estabelecimento de tribunais, órgãos quase judiciais ou outros por todo o Estado parte, em áreas urbanas, rurais e remotas, bem como sua manutenção e financiamento;
- c) *Acessibilidade* requer que todos os sistemas de justiça, tanto formais como quase judiciais, sejam seguros, econômica e fisicamente acessíveis às mulheres, e sejam adaptados e apropriados às suas necessidades, incluindo as mulheres que enfrentam formas interseccionais ou compostas de discriminação;
- d) *Boa qualidade* dos sistemas de justiça requer que todos os componentes do sistema se ajustem aos padrões internacionais de competência, eficiência,

¹⁰⁶ Essa Recomendação foi elaborada durante o período de exercício do mandato da jurista brasileira Silvia Pimentel no Comitê CEDAW. Ela também participou da elaboração da Carta das Mulheres aos Constituintes, em 1987, e é autora ou coautora das principais obras sociojurídicas sobre temáticas de direitos das mulheres produzidas no Brasil desde os anos 1980.

independência e imparcialidade¹⁰⁷ e proporcionem, em tempo oportuno, remédios apropriados e efetivos que levem à resolução de disputas de modo sustentável e sensível a gênero para todas as mulheres. Requer também que os sistemas de justiça sejam contextualizados, dinâmicos, participativos, abertos a medidas práticas inovadoras, sensíveis a gênero, e levem em consideração as crescentes demandas por justiça pelas mulheres;

e) *Provisão de remédios* requer que os sistemas de justiça ofereçam às mulheres proteção viável e reparação significativa por quaisquer danos que elas possam sofrer (ver artigo 2 da Convenção); e

f) *Prestação de contas* dos sistemas de justiça é assegurada através do monitoramento para garantir que funcionem em conformidade com os princípios de justiciabilidade, disponibilidade, acessibilidade, boa qualidade e provisão de remédios. A prestação de contas dos sistemas de justiça também se refere ao monitoramento das ações dos profissionais do sistema de justiça e de sua responsabilidade jurídica nos casos em que eles violam a lei.

A construção conceitual sobre acesso à justiça presente nesta Recomendação é marco importante para a ampliação das dimensões jurídicas sobre o direito de acesso à justiça das mulheres e de qualquer outro grupo vulnerável/subalternizado. É, também, eixo importante a partir da qual novas agendas relativas à democratização do sistema de justiça podem ser elaboradas.

Voltando à análise do dilema sobre o uso do direito para benefício feminista, a forma como esse dilema é, por vezes, estruturado sugere que: a) a alternativa de disputa no campo cultural ou de regulação fora do direito não tem, também, suas contradições; e b) as feministas latino-americanas, ao enfatizarem as disputas legais e, nas esferas de poder do Estado, abandonaram as disputas em outros campos. No uso do primeiro argumento, é comum a literatura brasileira, para validar a opção pela interação com o direito, reportar-se ao relativo fracasso de experiências auto-organizadas de enfrentamento da violência contra a mulher dos anos 1980, entre elas, a do SOS-Mulheres de São Paulo¹⁰⁸. O que as proposições de a) e b) parecem desconsiderar é que o campo feminista tem inventado e recriado formas de disputa cultural, organização social e autogestão comunitária - nomeadamente feministas ou não - o tempo todo, mesmo dentre as experiências de ONGs feministas “especializadas”. Nesse aspecto, a LMP também tem sido um referencial importante para essas experiências sociais.

No plano das mudanças culturais, é importante também destacar o papel nominativo da lei. Como a violência doméstica é um fenômeno naturalizado socialmente, é preciso que as mulheres, antes, enquadrem as situações vividas em outros termos. Nesse sentido, a LMP oferece subsídios importantes para a nomeação das

¹⁰⁷ Ver os Princípios Básicos sobre a Independência do Judiciário, endossado pela Assembleia Geral em sua Resolução 40/32.

¹⁰⁸ O estudo sobre essa experiência foi feito por Maria Filomena Gregori (1993).

vivências de sofrimento como violência. Nem sempre será necessário, depois disso, buscar apoio junto ao sistema de justiça para que possam romper com a relação violenta. Em muitas circunstâncias, ele poderá renegociar a relação familiar ou afetiva com o próprio agressor ou com a ajuda de pessoas dos seus círculos familiares e de amizade. A Maria da Penha, mais do que uma Lei, é quase que uma “entidade” protetora que é acionada no discurso de mulheres em risco de violência como forma de dissuadir o agressor e reinscrever seu poder na relação em questão.

A nomeação dos tipos de violência contra as mulheres e outras terminologias nela presentes (redes de atenção, rede de enfrentamento, atenção integral, gênero, medidas protetivas) são acionadas recorrentemente não apenas pelas mulheres em situação de violência doméstica para renegociarem seus papéis e posições nas relações familiares e afetivas, mas também para que outras relações fora do âmbito doméstico ou familiar sejam reinterpretadas como tipos de violência.

A LMP e sua gramática capilarizaram-se de modo a ensejar a produção de novas experiências de organização comunitária, em articulação com as feministas especializadas (ONGs). Em 2014, por exemplo, o Geledés Instituto da Mulher Negra e a Themis Gênero e Justiça venceram o I Desafio de Impacto Social Google com um projeto para a criação da Plataforma PLP 2.0 de enfrentamento à violência contra mulher. Ela foi criada para fortalecer a rede de proteção para mulheres em situação de violência. A Plataforma compreende dois aplicativos: o *PLP 2.0*, que conecta mulheres em situação de violência com medidas protetivas expedida pela justiça, oferecendo a elas um rápido atendimento em caso de urgência; e o *Juntas*, que conecta 3 três pessoas de confiança das mulheres para serem acessados em caso de urgência.

A sigla PLP faz referência a outra experiência de educação e organização popular em direitos, os *Cursos Promotoras Legais Populares* que, atualmente, são realizados por diversas ONGs feministas e grupos universitários de extensão popular, em parceria ou não com agentes do sistema de justiça. Os primeiros projetos de Promotoras legais Populares no Brasil foram gestados pela Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero e pela União de Mulheres de São Paulo propondo ser um espaço para a formação de lideranças feministas e de organização comunitária. A proposta consiste na realização de oficinas com vistas à formação de determinado grupo de mulheres como agentes sociais capazes de multiplicar os saberes e experiências produzidos ali em outros contextos e de atuarem em espaços públicos como defensoras

de direitos das mulheres¹⁰⁹. Um dos objetivos, por exemplo, do Projeto de PLP organizado pela Themis, é ampliar o sentido de Justiça para além dos limites da atuação do sistema de justiça, como valor construído em práticas sociais cotidianas (DORA, Themis e acesso à justiça, 1998).

Dois conjuntos de dispositivos da LMP ensejam uma interação entre instituições públicas e organizações coletivas de mulheres, intensificando as disputas e os usos sociais da lei: a) a preconização do atendimento integral e b) a participação de entidades na defesa dos direitos coletivos decorrentes da lei ou em convênios com os poderes públicos.

Com relação ao atendimento integral mediante serviços especializados, a LMP previu, em seu artigo 8º, que as políticas públicas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher deverão ser realizadas “por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não governamentais”, seguindo algumas diretrizes, entre as quais: “a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação”. Seguindo esse dispositivo, a *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*, introduziu o conceito de *enfrentamento* para se referir “à implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões”, o que significa o conjunto de ações “dos diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros)”, organizadas sob quatro eixos: *o combate à violência*¹¹⁰, *a prevenção*¹¹¹, *a assistência*¹¹² às mulheres e *o acesso e a garantia de*

¹⁰⁹ O programa de formação de Promotoras Legais Populares (PLPs) da THEMIS, por exemplo, foi criado em 1993, no contexto da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, que afirmou pela primeira vez o enunciado: "Os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos". Ele tem inspiração nas experiências de educação em direitos humanos desenvolvidas pelo CLADEM - Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos das Mulheres e em iniciativas semelhantes na África do Sul, Filipinas e Caribe.

¹¹⁰ O combate à violência, nos termos da Política Nacional, “compreende o estabelecimento e cumprimento de normas penais que garantam a punição e a responsabilização dos agressores/atores de violência contra as mulheres. No âmbito do combate, a Política Nacional prevê ações que garantem a implementação da Lei Maria da Penha, em especial nos seus aspectos processuais/penais e no que tange à criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A Política também busca fortalecer ações de combate ao tráfico de mulheres e à exploração comercial de mulheres adolescentes/jovens”.

¹¹¹ Na dimensão preventiva, a Política Nacional prevê “o desenvolvimento de ações que desconstruam os mitos e estereótipos de gênero e que modifiquem os padrões sexistas, perpetuadores das desigualdades de poder entre homens e mulheres e da violência contra as mulheres. A prevenção inclui não somente ações educativas, mas também culturais que disseminem atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades de gênero, raça/etnia, geracionais e de valorização da paz. As ações preventivas incluirão campanhas que visibilizem as diferentes expressões de violência de gênero sofridas pelas

*direitos*¹¹³ (BRASIL, Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011, p. 25).

Para a consecução dos objetivos previstos nesses quatro eixos, a Política ainda preconiza o *monitoramento* das ações com a “avaliação sistemática e o acompanhamento de todas as iniciativas desenvolvidas nas áreas de prevenção, combate à violência contra as mulheres; a assistência; e garantia de direitos” (BRASIL, Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011, p. 27).

A LMP também prevê a implementação de atendimento policial especializado” (artigo 8º, inciso IV), a criação de equipes de atendimento multidisciplinar a serem integradas por “profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde” com a função de subsidiar as práticas realizadas pelos diversos agentes do sistema de justiça; e a criação, pelos diversos entes da Federação e nos limites de suas competências (art. 34) de: “delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar”, “programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar” e “convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher” (art. 35).

Essas previsões têm ensejado a criação de diversas instituições públicas, sobretudo no âmbito do sistema de justiça e, por consequência, a intensificação da interação entre movimentos e organizações coletivas feministas e os sistemas de justiça e de segurança pública. Além das delegacias especializadas que foram multiplicadas no Brasil após a entrada em vigor da LMP, o Judiciário, o Ministério Público e as

mulheres e que rompem com a tolerância da sociedade frente ao fenômeno. No tocante à violência doméstica, a prevenção deverá focar a mudança de valores, em especial no que tange à cultura do silêncio quanto à violência contra as mulheres no espaço doméstico e à banalização do problema pela sociedade”.

¹¹² Com relação à assistência às mulheres em situação de violência, a Política Nacional preconiza “o atendimento humanizado e qualificado àquelas em situação de violência por meio da formação continuada de agentes públicos e comunitários; da criação de serviços especializados (Casas-Abrigo, Centros de Referência, Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias da Mulher); e da constituição/fortalecimento da Rede de Atendimento (articulação dos governos Federal, Estadual/Distrital, Municipal e da sociedade civil para o estabelecimento de uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência contra as mulheres, no sentido de garantir a integralidade do atendimento)”.

¹¹³ Quanto à garantia dos direitos humanos das mulheres, a Política estabelece o dever de cumprimento das “recomendações previstas nos tratados internacionais na área de violência contra as mulheres (em especial aquelas contidas na Convenção de Belém do Pará e na CEDAW)”, além da implementação “de iniciativas que promovam o empoderamento das mulheres, o acesso à justiça e a o resgate das mulheres como sujeito de direitos”.

Defensorias Públicas criaram núcleos especializados em violência contra as mulheres, com finalidades voltadas não apenas para a realização dos serviços de atendimento, mas como mecanismos viabilizadores do trabalho em rede com outros serviços e agentes, da formação/capacitação de seus quadros, da elaboração de políticas e diretrizes próprias para cada um dos entes e da definição de parâmetros interpretativos e protocolos para a aplicação da LMP.

Os espaços criados estão se configurando em uma arena importante para que as feministas disputem a construção dos sentidos da lei e do projeto jurídico feminista e, algo muito importante, as mudanças na visão de mundo e do seu papel como agente público e como pessoa, ao menos daqueles profissionais integrantes desses núcleos, coordenadorias ou grupos de trabalho¹¹⁴. Em artigo anterior que discuto dados de uma pesquisa que realizei acompanhando o trabalho de algumas coordenadorias de enfrentamento à violência contra as mulheres ligadas aos tribunais de justiça estaduais (SEVERI, 2016), sugeri que, por vezes, a proximidade das magistradas com movimentos feministas, academia e outras profissionais do sistema de justiça têm contribuído para que elas assumam posicionamentos que, individualmente, com todas as restrições a que estão sujeitas, não poderiam fazer sem serem acusadas de ativismo judicial ou de parcialidade. Essas experiências de núcleos/grupos/coordenadorias voltadas à temática da violência estão se ampliando para outras áreas, sob pressão de movimentos sociais¹¹⁵. Na Carta das Mulheres Negras, há algumas reivindicações relativas à criação de serviços e núcleos especializados em discriminação racial, sobretudo nas Defensorias Públicas estaduais.

Essas foram algumas amostras dos vários tipos de uso social da LMP que, em alguma medida, têm desafiado o poder do direito e potencializado, em algumas situações, a capacidade de agência das mulheres em face de alguns tipos de subordinação. A LMP, portanto, além de ter seu êxito garantido por uma estrutura de oportunidades políticas, como dito acima, as disputas pelos seus sentidos têm resultado na construção, também, de um campo de oportunidades políticas mais amplas. No próximo e último subitem deste trabalho, quero retomar a discussão de Eleni Varikas

¹¹⁴ Os núcleos/coordenadorias/grupos de trabalho têm realizado, com frequência, seminários e encontros temáticos, a fim de estabelecer parâmetros de atuação na temática de violência contra as mulheres, em diálogo com o campo feminista. Ver, nesse sentido, a Carta da IX Jornada da Lei Maria da Penha - São Paulo – Agosto de 2015 que consta no Anexo 3 deste trabalho

¹¹⁵ A criação dos serviços especializados no sistema de justiça é uma tendência dos anos 1990, com os primeiros estatutos temáticos aprovados na época. As divisões clássicas dos serviços baseadas nas áreas do direito (público e privado) perdem, assim, cada vez mais terreno para as reorganizações dos serviços pautada em problemas ou temas específicos.

sobre o poder subversivo do feminismo e apontar para as transformações no campo da democratização do sistema de sistema de justiça.

Para isso, vou apresentar os dados referentes a 3 entrevistas realizadas com profissionais do direito, duas atuantes na área de violência doméstica (em serviços especializados) e uma na área penal (não exclusivamente), mas com pouca experiência na atuação específica em violência doméstica (serviço não especializado). A entrevista seguiu um roteiro semiestruturado¹¹⁶ de questões e temáticas, organizadas em dois eixos: trajetória profissional e percepções sobre o sistema de justiça brasileiro em uma perspectiva interseccional. Para a apresentação dos dados, seguirei a sequência com que as perguntas foram realizadas, cruzando as informações dadas pelas três. Para garantir o anonimato das entrevistadas, vou me referir a elas com adjetivos das profissões que realizam: Advogada (A), Defensora (D) e Juíza (J).

4.2 A democratização do sistema de justiça

Juíza: branca, mulher cisgênero e heterossexual, idade entre 49 e 60 anos, casada e tem filhos. Defensora: branca, mulher cisgênero e heterossexual, idade entre 29 e 40 anos, vivem em união estável, não tem filhos. Advogada: negra, cisgênero e bissexual, idade entre 29 e 40 anos, vive em união estável, tem filhos, deficiente visual (ceratocone). A Juíza e a Defensora atuam profissionalmente na região sul-sudeste do país e a Advogada no Norte-Nordeste. As três fizeram graduação em direito em faculdades católicas (PUCs). As três entendem-se próximas ou parte integrante do campo feminista brasileiro, mas chegaram até ele por meio de trajetórias bem variadas¹¹⁷.

A Juíza tem sua trajetória profissional marcada pela atuação em temas de direitos humanos e, apesar de ter resgatado, durante a entrevista, vários episódios de luta pela igualdade entre homens e mulheres na carreira da Magistratura das quais participou, afirma que só começou a se aproximar (mais) de temáticas feministas mais recentemente (na última década), em razão do especial tipo de apoio que ela tem

¹¹⁶ As entrevistas semiestruturadas são caracterizadas pela presença de um roteiro de perguntas ordenadas, mas com respostas livres ou abertas. Elas foram gravadas e depois transcritas de modo literal. Fiz algumas modificações necessárias para adaptar a linguagem oral à escrita e garantir fluidez à leitura dos registros. O parêntesis com três pontos (...) serve de indicador de supressão de parte da fala. O parêntesis com algum termo em seu interior refere-se à alterações que fiz para garantir o anonimato. Nestes casos, trouxe algum indicador sobre o conteúdo. Por exemplo: quando elas citavam o nome de uma cidade, substitui o nome por: (cidade). As gravações originais foram destruídas logo ao final da transcrição.

¹¹⁷ Todos esses dados foram obtidos por autodeclaração das participantes.

recebido de vários movimentos e organizações de mulheres nos últimos anos. Na sua graduação, não teve nenhum tipo de contato ou formação envolvendo temáticas de gênero, raça ou feminismo: “na época da faculdade não... eu também sou antiga, eu sei que hoje na faculdade tem aulas de direitos humanos, mas, não minha época, eu nunca tinha ouvido falar nem a palavra direitos humanos, nada!”.

Ela conta, também, que teve dificuldades em decidir se iria prestar o concurso para a magistratura, porque, na época, não havia referências feministas na profissão:

na época da Faculdade eu comecei a pensar, mas bem no finalzinho, de eventualmente prestar concurso pra Magistratura. Acho que faltava referência pra mulheres de outras mulheres nessa posição, nesse fazer. E acho que só veio à tona pra mim porque houve um acórdão que era de uma desembargadora de um outro Estado. (...) Meu professor de Direito Civil toda semana mandava a gente fazer pesquisa e nessas pesquisas eu sempre vi, acho que até o quinto ano da Faculdade, acho que tudo que eu olhava era só de homens. E aí, de repente, em uma dessas pesquisas apareceu o nome de uma mulher, uma Desembargadora, eu acho que isso foi uma coisa que foi importante porque, naquele período, na frequência ao Fórum, você não via mulheres; a gente não tinha referência de mulheres aqui (Estado), era uma coisa completamente masculina.

Foram alguns concursos prestados até que conseguisse ingressar. Mas, sempre, achou que “a questão da mulher” era um problema para a Magistratura, que fica evidente, para ela, no próprio procedimento para o ingresso na carreira, apesar de saber que é difícil provar isso “por A mais B”:

tem um monte de mulher que fez faculdade de direito, que presta o concurso e não entra. Então eu acho que é isso que mostrava que tinha um problema para o ingresso das mulheres. (...) muito tempo depois que eu já era juíza, teve um concurso que eles não quiseram deixar mulheres que não estavam de saia participar da prova. (...) E aí eu lembro que foi uma loucura (...) A sorte é que naquela época estava na moda uma coisa chamada “camisão” que vinha até o joelho. Você usava com calça, mas a mulherada começou, algumas, a tirar a calça e ficar só com o camisão, coisas assim que você fala “meu Deus, como isso é ridículo, como tudo isso é ridículo! (...) Foi muito triste. É triste porque como é que você vai ser barrada por uma vestimenta que não pode se dizer que é desrespeitosa, não é nada disso. (...) o ruim de concurso naquele período também, e hoje é proibido, eram as entrevistas privadas. (...) na minha época, feito o exame oral, as portas fechavam, o público saía, e cada candidato era chamado individualmente e a banca fazia as perguntas que entendesse devidas. E aí você vê que são questões que não tem razão de ser perguntadas para você ser aprovada ou não em um concurso como esse. Então era com mulher casada, “ah, como vai fazer com seu marido”? Porque estão perguntando o que eu vou fazer com meu marido, se ele vai ou não vai, isso é uma coisa muito da intimidade de cada pessoa, como vai encaminhar. Se eu pretendo ter filhos... O que isso diz respeito ao concurso de ingresso em um cargo público? Então eu me senti incomodada. (...) tem vários relatos. Por isso que eu digo, você precisa resistir pra você mudar as coisas.

Suas formas de resistência na carreira, desde o seu ingresso, foram construídas, inicialmente, em aliança com outros juízes e juízas de vertentes mais progressistas da magistratura¹¹⁸. Os problemas que enfrentou na carreira, pela questão de ser mulher, não foram poucos. Ela conta alguns episódios ocorridos em uma das primeiras comarcas onde atuou, por ter sido a primeira juíza ali:

Eu era a novidade daquele momento, e era mulher. (...) as pessoas vinham mesmo para me conhecer. Eu me senti meio um bicho em uma jaula: “nossa, existe uma mulher que é juíza agora!”. (...) Eu fui junto com um colega (no fórum em que ia atuar) e aconteceu uma coisa muito gozada porque o Juiz que nos recebeu falava com esse meu amigo e não falava comigo. Se reportava a ele e nada comigo. Aí eu comecei a ficar incomodada, e eu falei “então, eu sou a (nome), que vem pra cá!”. Ele quase caiu para trás. (...) E ele falou “Não! Um homem que vem pra cá!”. E eu falei “Não! Eu sou mulher...”. “Não, saiu Dr. (no Diário oficial)”. Ele foi, pegou o Diário Oficial, mostrou pra mim. Aí eu falei “olha, eu nem me atentei que saiu doutor, eu nem vi essa publicação, mas esse sou eu”. Aí ele falou “o (outro juiz) vai ter um troço hora que souber que é uma mulher que vem pra cá! (...). Na minha despedida à Comarca, ele falou “olha, eu tenho que dizer que eu era contra as mulheres entrarem na Magistratura, mas a senhora me fez mudar de ideia”. (...) Ele falava que era contra porque a gente se reunia sempre, o grupo de juízes, e eu era a única mulher, todos os outros eram homens, e ele dizia assim: “Não, o juiz só pode ser homem. Deus é homem!” (...). “Vocês conseguem imaginar, entre um despacho saneador”, eu nunca esqueço dessa expressão dele, “uma mamada?”. Então eu olhei assim e não falava nada. E depois eu lembro que eu contei para um amigo meu que fazia parte desse grupo de juízes, era substituto também, e eu fiquei grávida mais para frente, e eu falei pra ele “(nome do amigo), adivinha? Entre um despacho saneador e outro, uma mamada!” (risos).

Durante o período da entrevista, em que me trouxe dados e me contou parte de sua trajetória profissional, é possível perceber seu esforço em olhar para o passado e ressignificar os acontecimentos que geraram, na época, incômodo e indignação como discriminações baseadas em gênero.

A Defensora considerou importante iniciar a conversa demarcando de onde vem sua formação em termos de classe social (família de funcionários públicos, de classe média), local de origem (de uma cidade bem pequena da região Centro do país) e perfil de educação escolar que recebeu (uma educação bastante machista e autoritária). Assim que começou a estudar direito, disse que sentiu forte afinidade com a área de direitos humanos, “mas um pouco, acho que voltado nesse viés assistencialista” e a opção pela

¹¹⁸ Nos anos 90, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, foram criadas associações civis por iniciativa de membros das carreiras públicas do sistema de justiça.

Defensoria, apesar de não ter sido sua primeira escolha, foi uma espécie encontro com sua verdadeira vocação:

Nunca fui de coletivo, movimento, participação política, nem no colégio, nem faculdade, nada. Mas tinha o “Ah! Quero trabalhar com garantia de direitos”. Fui estagiária da Procuradoria, quando fazia assistência. Achei aquilo horrível, e falei “não quero ser isso”. E aí então eu decidi “Ah! Quero ser juíza”. Porque Ministério Público também não era muito minha praia. E aí, quando da criação da Defensoria, eu já tinha me formado, estudava para concurso, e veio esse movimento. E foi um amor mesmo assim, uma paixão. A ideia de atuar nas questões de gênero nem passava... Sempre, desde a faculdade, eu queria trabalhar com infância. E aí, com infância, com a parte infracional mesmo. E aí, passei na Defensoria (...) todo aquele primeiro momento que era assim “Ah! Você é inteligente, você deveria continuar estudando. Presta outra coisa”, que você ouvia de Juiz e Promotor não me atingia. Porque é o que eu quero, independente do quanto eu vou receber ou não. Porque eu tenho essa disposição. Vou fazer isso, vou fazer o que eu planejei, eu pude escolher, eu tive esse privilégio.

Ela considera que o seu concurso de ingresso foi bastante respeitoso e imparcial. O Exame de arguição oral é público, não há nenhuma obrigatoriedade quanto à roupa etc. O seu primeiro contato com as discussões sobre direitos das mulheres e perspectivas de gênero e raça aconteceu quando começou a atuar, voluntariamente, em um Centro de Referência voltado para mulheres:

É uma atividade extra, então é gratificado. Eu me inscrevi e fui atuar na (...). E aí caí de paraquedas e aí nunca mais saí. Porque aí você começa a se envolver e aí eu fui tomada. E aí eu convivi com a (nome de militante feminista), convivi com aquelas mulheres que construíram uma política, ou uma ideia de uma política, aí eu fui me afinando com essa temática. Então meu movimento de atuar na área de gênero veio muito mais pela militância, que me pegou primeiro, do que o Jurídico. O Jurídico veio porque eu precisei estudar para me dar subsídio para atuar em uma área que eu decidi atuar. E aí, nesse período eu comecei a atuar lá, e depois fui para outros equipamentos, até porque você fica um ano e depois é um sorteio. E aí eu fui para o Núcleo (especializado, da Defensoria) (...). E aí a partir daí eu comecei a falar “Não, espera aí! É isso mesmo!”. E o quanto as violações são muito mais graves do que aquilo que eu via ali no dia a dia, que é uma coisa estrutural, e o quanto essa violação é... o quanto eu sou vítima dela também... Porque antes eu me.. A minha visão era “Ah! Sou uma pessoa sensível aos direitos humanos, eu sou solidária, eu sou uma boa Defensora porque eu me propus a ser e faço o máximo”. Mas é o outro, e não eu, né?... Apesar de sempre tentar exercer a empatia. E aí eu comecei a perceber isso, que essas violências, eu sofro nas minhas relações, que eu sofri na minha infância, que meu pai é um agressor com relação à minha mãe. E isso mexeu muito com a minha forma de me relacionar com o mundo e com as pessoas, e isso me fez perder amigos e ganhar amigos. E a forma como eu atuo no meu dia a dia, na Defensoria. Eu me relaciono com os meus colegas.. Que é uma forma bastante difícil. Um pouco pela, né.. Pelo que.. Talvez uma falta de habilidade política minha e pelo que eu decidi fazer, a área que eu atuo e tudo isso.

A Advogada é a única das três que, desde antes do ingresso na faculdade, já era militante no combate ao racismo e à intolerância religiosa. Participou de vários protestos e movimentos sociais, desde a adolescência, lutando por direitos sociais:

Desde o processo no final da faculdade eu já trabalhava com direito social, que agora utilizam outra terminologia, que é direito antidiscriminatório, mas eu vou continuar falando direito social, porque parece que... enfim. Mas eu sempre trabalhei com combate ao racismo, combate à violência contra a mulher, LGBTfobia, eu sempre trabalhei nessa perspectiva de direitos sociais. Então, antes da faculdade eu já era militante de movimento social, de movimento estudantil secundarista, eu sempre trabalhei nessa perspectiva de movimento social. Agora eu faço parte de uma organização, que se chama (nome), que é uma organização que nasceu atuando com assessoria jurídica gratuita para mulheres vítimas de violência e hoje a gente faz uma assessoria multidisciplinar. Então a gente presta tanto assessoria jurídica tanto acompanhamento social, a gente realiza acompanhamento psicológico e com assistente social. Então é uma movimentação social que a gente atua, que atua em (nome da cidade), mas a gente tem voluntárias em várias partes do Brasil, que estão oferecendo o mesmo trabalho que a gente, não na mesma intensidade, óbvio, que a sede é em (nome da cidade), mas tem feito esse trabalho em várias partes do Brasil. (...) já trabalhei em duas ONGs (...) de combate ao racismo e intolerância religiosa, (...) trabalhei com direito social, trabalhava de júri, de casos de intolerância religiosa, atuava em ações criminais, ações cíveis, processos de regularização fundiária, regularização de quilombos, alguns quilombos em Salvador, e outro trabalho com direito administrativo que focava muito em licitações, enfim, com lei de transparência. (...) não tínhamos essa perspectiva de atuar especificamente com direito das mulheres. Então esse ano eu comecei a atuar e agora eu só atuo nessa perspectiva. Tem sido essencialmente uma atuação feminista. Eu não tenho atuado em espécie alguma com clientes homens em que a mulher seja o polo passivo. Então assim, eu só tenho atuado nisso. (Tenho) participado de audiências públicas, nesse processo de incidência política mesmo, formação junto a grupos de mulheres (...), no diálogo de audiências públicas sobre a implementação de DEAMs, tenho feito o acompanhamento a partir da incidência política para garantir a defesa dos direitos das mulheres.

O seu conhecimento sociojurídico para trabalhar com a temática da violência foi construído na militância, porque durante a sua graduação - a LMP entrou em vigor durante o período em que ela estava no início do seu curso – na faculdade, ela não ouviu falar sobre nenhum dos temas em que hoje atua:

Eu digo que, pra mim é assustador porque eu entrei na faculdade em 2004.2 e a LMP é em 2006, eu saí em 2010 e é assustador porque quando eu saí da faculdade, no final de 2009 a única coisa que eu ouvi sobre a LMP era que a LMP era inconstitucional. O questionamento que era feito na faculdade era esse: não se pode tratar iguais de forma diferente. Tinha uma discussão sobre equidade, enfim. Só tinha discussão sobre isso. Agora sobre raça, LGBT, nenhuma. (...) E assim, até hoje a gente tem estagiárias voluntárias de Direito

e que não tem ouvido absolutamente nada sobre isso, nada. Formação de gênero, nada. Tem sido até pior e tende a ser ainda mais.

O trabalho realizado pela Advogada em relação às mulheres em situação de violência é em caráter gratuito. A sede em que atua é emprestada (cessão gratuita). Ela e as demais profissionais que atuam com ela no mesmo grupo mantêm uma remuneração com alguns casos particulares em que atuam e com o recurso que, por vezes, conseguem com a aprovação de editais para projetos de educação em direitos. São projetos, em geral, para a realização de cursos capacitação de lideranças comunitárias sobre direitos das mulheres e de mutirões para tirar dúvidas jurídicas em alguns grupos comunitários. Segundo ela, é pouco recurso, muito trabalho e muito amor que caracteriza sua atuação!

Aproximarei os três relatos a fim de ilustrarmos, pelas experiências subjetivas compartilhadas, as tensões e as afinidades eletivas que compõem o campo feminista e sua interação com o sistema de justiça: a Juíza, pela aproximação recente com os movimentos de mulheres, ressignifica sua trajetória profissional sob novas lentes; a Defensora narra uma espécie de conversão, de transformação radical, em todas as esferas da vida, a partir de sua aproximação com o feminismo. A Advogada, feminista negra desde cedo, oferece muitas provas do racismo patriarcal e heteronormativo estruturante do sistema de justiça brasileiro e do seu repertório vasto de estratégias para, mesmo assim, continuar disputando seus desenhos institucionais e seus agentes, ao mesmo tempo em que se defende dele. No caso das duas servidoras, o encontro com o campo feminista só foi possível após alguma dimensão de ruptura com elementos de seu passado ou com (falsas) lealdades. Quem as interpela e, ao mesmo tempo, convida-as a entrar, a partir do feminismo negro, é a Advogada.

A Juíza olha seu passado e entende que os casos de discriminação baseados em gênero vividas no início da sua carreira são, hoje, quase anedóticos. Foi só ao longo do tempo, conforme foi acontecendo sua progressão na carreira (hoje atuando como juíza no segundo grau em um tribunal de justiça estadual) e que seu protagonismo na magistratura foi ganhando visibilidade, é que o “fator gênero” foi fazendo toda a diferença.

Na área do direito em que permaneceu por mais tempo (esfera penal), não chega a ter 10% de mulheres. A simples presença de uma mulher nos tribunais de justiça estaduais (em geral, compostos por homens predominantemente) e, na área penal (nicho quase exclusivo dos homens), já incomodava muita gente, segundo ela. Uma mulher

juíza e com uma atuação considerada progressista por vários setores da sociedade organizada e infiel às (falsas) lealdades que estruturam as relações nesse campo, certamente, deixa de ser um incômodo apenas, converte-se em um mal a ser eliminado:

Eu senti isso (discriminação baseada em gênero) mais na segunda instância. Na primeira eu nunca senti nada, para ser muito sincera. (...) Agora, no crime a resistência foi enorme. (...) teve um outro (juiz na mesma posição da carreira em que ela se encontra atualmente) que, pelas posições, ele também teve lá suas agruras, mas acho que com a mulher é diferente. (...) Não é assim dizer qual é o episódio, não é um fato, entendeu? Não é uma palavra, é um conjunto. É um conjunto durante seção, é uma forma de dizer, é uma coisa muito mais sutil às vezes do que a gente pode dizer, nunca ninguém levantou dedo para mim, nem faria, mas, sabe, existem outras formas de pressão e aí a pressão é pelo jurisdicional. E aí eu acho que existe essa expectativa, se fosse uma mulher subserviente, que repete o que eles acham que deve ser uma mulher, ok. Não estou dizendo a profissional, estou dizendo a mulher. Então eu chego lá e não faço parte da imagem e aí cria dificuldades para eles, né? Mais para eles do que para mim.

(...) Há um incômodo profundo de ter uma mulher que diz não, sabe? (...) “- Eu não posso aceitar alguém que é mulher e que venha me dizer não. Eu é que mando aqui, o processo tem que ser decidido como eu quero. E não venha me dar trabalho, porque você está me fazendo ter trabalho”. Eles chegaram a propor para mim, e logo quando eu entrei, no começo eu não tinha entendido muito bem a proposta, foi assim, logo nas primeiras sessões: “- ah, mas você não poderia, tudo gentilmente assim, você não poderia é... ressaltar a sua posição? E fazer um voto e ressaltar a sua posição, porque vai ser minoria, não é, então... encaminharemos melhor, seria mais célere, etc.”. Falei: “- olha, não sei, não estou entendendo, como ficaria o voto... a parte, vai prejudicar o recurso da parte? Não entendi muito bem isso”. Aí ele não quis verbalizar que a parte ia perder o recurso: “Ah... mas a gente pode fazer, porque, veja, não vai adiantar, e depois é um recurso a menos”. Falei: “- é, não posso fazer uma coisa que traga prejuízo para a parte. Não posso abrir mão de uma coisa que não é minha, né?” Então, eu não farei... eu não farei.

A Juíza nos narrou episódios de sua carreira em que, junto com as associações que faz parte, conseguiu mudar o modelo de concurso para a magistratura dos anos 1990, tornando-o mais igualitário em termos de gênero. Também tem defendido, por meio dessa associação e com apoio de vários movimentos sociais, a implementação da Resolução do Conselho Nacional de Justiça sobre cotas raciais nos concursos para ingresso na carreira. Ajudou na construção dos primeiros cursos com temas de direito e gênero (violência doméstica e encarceramento feminino) pela associação profissional. Destaca algumas sentenças que proferiu com temáticas de gênero e que considera ter conseguido avançar em alguns aspectos no entendimento sobre igualdade de gênero. Narra que acompanhou (sem participação direta) os debates públicos que os

movimentos de mulheres fizeram com os tribunais de justiça e Legislativo para a criação das DDMs e, depois, das varas especializadas em violência doméstica. Mas é na área penal, especificamente na execução criminal, que sua disputa tem sido mais vigorosa.

Em regra, ela é voto vencido nas câmaras em que atua. Mantém suas divergências em relação ao restante da Câmara, por meio de um esforço argumentativo redobrado, pois para divergir, é preciso argumentar com competência. Para convergir, nada é necessário, pois todo o *status quo* já está a seu favor. O exercício cotidiano da Juíza é fazer oposição ao padrão de voto proferido em sua Câmara. Nesse percurso, quanto mais ela se afastava de seus colegas (dos votos), mais ela se aproximava de grupos e setores que estão fora do Judiciário: grupos de direitos humanos, pastorais carcerárias, movimento negro, institutos de pesquisa em criminologia e, mais recentemente, os movimentos feministas. Ela vai forjando, com isso, um novo e mais amplo conjunto de alianças, para além da carreira da magistratura (associações) e do próprio sistema de justiça:

tudo o que a gente conseguiu dar mais visibilidade social para o problema é o que tem mais chance de ter algum avanço democrático. (...) O grande elemento que acho que favorece é a transparência do debate dos temas, isso é uma coisa que faz uma diferença. (...) Não tanto das questões judiciais, mas eu digo nas políticas institucionais. Por exemplo (ela cita um caso em que atuou em defesa de uma política de execução criminal que contrariava o padrão vigente no tribunal que atuava), foram todas feitas com muita articulação com outras, com outros atores (ela cita várias entidades) e várias outras organizações também participaram, como uma frente, eu acho que isso ajuda.

A Juíza vai forjando sua lealdade, cotidianamente, com setores sociais vulnerabilizados pela atuação desse mesmo Judiciário do qual ela faz parte. O sentido de independência judicial é construído por ela, a partir dessa referência, de compromisso com a Constituição e com valores democráticos:

a independência não tem nenhuma vinculação com o juiz decidir da própria cabeça. Significa ele poder decidir de acordo com a Constituição e não ser pressionado a decidir de uma forma diversa dessa. Não sofrer nenhum tipo de pressão, seja do próprio, do próprio Tribunal, seus órgãos ou seus membros, ou seja a pressão externa. É um exercício que eu acho que o juiz tem obrigação de fazer, de garantir e exigir que seja respeitada a sua independência judicial, dentro de qualquer julgamento, dentro de qualquer postura, é um preço ainda alto, viu? É um preço alto. Agora eu acho que a gente também tem muita resistência, por ser mulher. (...) o tribunal tem, em na área penal, um pensamento extremamente conservador. E eu não estou falando isso da boca para fora, estou falando com dados (nesse momento ela vira-se para seu computador e seleciona vários textos que, ao final da entrevista, me entrega impressos, com dados estatísticos sobre o perfil de

decisões criminais nos tribunais de justiça – passa a comentar vários desses estudos) eu estou afirmando isso, pensando nesses dados, vamos dizer assim. E eu não me incluo nesse grupo (em alusão aos grupos apontados pelas pesquisas, com votos conservadores). E aí é o seguinte, vai para o Tribunal, uma pessoa que é da área criminal, é uma mulher, tem posições, não quer abrir mão das suas posições e tem que conviver no meio disso. Então, não é fácil, não é fácil.

não está tranquilo, não está fácil, não está tranquilo... olha, é uma luta viu. Porque nenhum dos direitos nossos estão conquistados plenamente, e nenhum está a salvo de um retrocesso, e a independência judicial é um marco para a democracia e para a conquista dos outros direitos. Se você não tiver um juiz que respeite a independência e se você não tiver uma instituição que faça valer esse princípio, é muito difícil um juiz que possa garantir direitos de qualquer pessoa e de enfrentar qualquer processo, seja ele qual for. Você tem alguns processos que têm um impacto maior, outros que não têm esse impacto numérico maior, mas impactam sim todas as outras relações. E eu acho que a gente precisa aprimorar esse sistema de proteção desse princípio.

Ela reconhece o preço alto que lhe é cobrado em razão do “fator gênero” e por negar o lugar subalterno que lhe é exigido o tempo todo. Mas também, considera que há sinais de algumas mudanças no âmbito da magistratura, sobretudo em termos de autoconsciência das magistradas mais novas na carreira sobre as opressões. Ela cita alguns exemplos de páginas virtuais criadas por colegas delas mais novas que funcionam como grupos de reflexão feministas virtuais. Ela também tem sentido uma presença maior do apoio de movimentos de mulheres, jovens estudantes de direito e coletivos feministas, algo que, segundo ela, é novo em sua trajetória. Não só isso tem sido um apoio importante, como também é uma experiência que a faz pensar sobre a importância da representação (composição em termos de gênero e raça) na magistratura, sobre o valor da sororidade feminista e sobre a importância e dimensão das lutas dos movimentos de mulheres:

Têm muitas alunas do direito que me procuram (é aquilo que eu senti falta quando eu me formei, de não ter, de não ter desembargadora, não ter juíza, não existia isso, né?) me escrevem e falam assim: “ - ai que bom, você no direito, uma referência! ”. Então, assim, isso é uma coisa mais recente dessa minha sensação. Porque, poxa vida, eu lá atrás... Nunca que ia imaginar uma coisa dessas, mas que é importante a gente ter, conquistar esses espaços e dentro desses espaços, agir como tal. Então, passar da questão do físico, físico-biológico para outra questão que vai muito além da questão física e biológica. Então acho que as meninas poderem seguir isso também me deixa feliz. Acho que não sei se foi por causa do que aconteceu (episódio narrado durante a entrevista), mas acabou chegando isso de palavras das meninas, então, isso também me faz olhar para minha própria vida dentro da magistratura, de ter enfrentado o que fosse necessário, de ter sempre... É uma coisa que eu nunca tinha percebido, sabe? Isso é uma coisa estranha também, porque quando eu estava defendendo uma posição jurídica em algum

processo, nunca me passou que isso estava sendo uma construção coletiva. Não tinha muito isso, eu estava defendendo o que eu achava que tinha que defender. Mas isso sendo visto pelas pessoas como uma coisa positiva. “- Ah não, você é uma mulher de coragem, você defendeu etc. e tal o que você pensou”. (...) Então hoje que eu começo me dar conta, acho que por causa desses movimentos, porque teve muita solidariedade de mulheres, eu achei que isso foi uma coisa que eu senti agora. Uma coisa que realmente não passava pela minha cabeça. Mas, esse grau de solidariedade é uma coisa muito bonita, é uma coisa muito bacana de você viver. Foi muito bom. Foi o lado bom de toda essa história, você vê que nossa, quantas mulheres estão nisso, quantas estão vendo se isso tem a ver com você ser juíza e você estar lá e elas estão gostando que você estar aí na luta e não está abrindo mão. E eu não vou abrir mão. Não vou, pode fazer o que quiserem. Podem me mandar embora, mas eu saio de cabeça erguida e com a consciência tranquila.

A Defensora oferece, em seu relato, diversos exemplos de discriminações e violências, todas elas sutis, vividas no ambiente de trabalho. Mesmo sendo a Defensoria um órgão recém-criado, com um desenho institucional mais permeável às demandas democratizantes formuladas pelos diversos movimentos sociais brasileiros, mesmo sendo composta por um quadro de funcionários que, majoritariamente, declara-se progressista em muitos aspectos, ainda assim, são várias as situações em que o fator gênero mostra sua força. São *micro-machismos*, *micro-violências* cotidianas que convertem as relações cotidianas no trabalho (na Defensoria, entre seus pares, e também nos outros espaços do sistema de justiça) em vivências de sofrimento e tortura:

É essa fala do “olha, ninguém gosta de você, do que você representa, mas eu estou te protegendo”. Sempre é isso assim. Eu não reivindico alguma demanda, algum direito, para mim como Defensora, mas para o espaço que eu represento. “-Ah, mas ninguém gosta dessa demanda, mas eu vou fazer o meu máximo!”. Daí: “Você me deve isso”. Ou então “Ah! Você é muito competente”, logo depois fala: “Ah, você só conseguiu isso porque eu te ajudei”. É essa fala de que você sempre precisa de alguém “e esse alguém sou eu”, e de pessoas diferentes para corroborar ou assinar embaixo disso que você está falando para que isso que você está falando seja levado a sério. (...) Essa pessoa normalmente é de algum homem. E ele fala assim: “mas não é porque você é mulher”... Entendeu? “É..”. Ainda tem, essa: “Ai, você acha que tudo é gênero, tudo é machista”. E aí ele leva para essa questão do “você não tem essa habilidade (política); você é muito radical, você não sabe lidar com política, fazer política”. (...) Isso sempre foi assim. Talvez eu não tivesse essa consciência que isso era uma dinâmica que vem dessa ideia de desigualdade, mas sempre foi assim, de você achar que “Ah! Você é muito radical, é muito combativa, você é exagerada!”, ou “você é fora da curva”, entendeu? Da curva do aceitável. Isso com pessoas do sistema de Justiça que você se relaciona no dia a dia e com meus pares também, dentro da Instituição. (...) A mulher, ela é sempre questionada da sua capacidade mental ou capacidade de trabalho. (...) Você vê que são pequenas coisas que não estão tipificadas ou descritas numa norma, mas que você vê no dia a dia. (...) Então é isso, e

sempre com essa “Ah! A gente é uma carreira democrática, vocês estão inventando, isso não existe. Vocês são exageradas”, “a louca que esbraveja”. Geralmente é “ah! O (nome do núcleo especializado), deixa elas lá. Elas são as loucas que brigam com todo mundo”. É isso. É meio pitoresco. “Deixa elas lá, as feminista”. E o quanto isso ainda não vai para além de quem está mais junto dessa discussão de gênero. Tem as outras Defensoras que sofrem isso também reiteradamente e não percebem.

Essa percepção sobre as discriminações vividas no contexto das relações que se dão no sistema de justiça tem sido construída, recentemente, em razão de sua experiência de atuação no serviço especializado da defensoria em violência doméstica e, mais ainda, a partir de uma rica interação sua com o campo feminista. E essa interação, construída nos últimos anos, é hoje marcada pelo pertencimento. Nos diálogos e partilhas produzidos nesse campo é que ela consegue sentir apoio para moldar sua independência dentro da Defensoria (e do sistema de justiça) e para realizar uma atuação combativa em defesa dos direitos das mulheres. Quando ela assumiu a função que hoje realiza, não tinha nenhuma experiência prévia em direitos das mulheres, tampouco tinha uma história de militância feminista que fosse publicamente reconhecida. Foi uma relação de confiança construída, e da qual ela sente orgulho atualmente:

Eu tenho muito orgulho de reconhecer em mim mesma cumpridora do meu dever. Quando a gente entrou no Núcleo, a gente sofreu uma moção de repúdio, o Núcleo da Mulher. Para mim isso foi muito dolorido, porque eu sou muito caretona assim, sabe, tipo, meu! Não importa se sou feminista ou se não sou, vou fazer meu trabalho. E depois... (pensei). Hoje eu dou até razão pra elas, entendeu? E ouvir hoje, delas, das pessoas que eu sei que foram quem articularam a moção e foram lá assinar, que “ - nossa, hoje a gente reconhece o trabalho de vocês, o quanto vocês amadureceram, o quanto vocês mudaram, o quanto hoje pra gente vocês são parceiras, que a gente pode contar, estão abertas! ”. Isso pra mim dá muito orgulho, assim, muito! Que é, parece que é tão difícil as pessoas acreditarem em uma fala sincera de que você está ali para fazer o seu trabalho bem feito que alguém reconhecer isso já é muito positivo. Então você pode se frustrar em todas as pretensões que você tem, e claro que a gente tem. É vaidosa, a gente quer ganhar, a gente quer conquistar sempre, mas que o que vale mesmo é a luta ali do dia-a-dia, sabe? De ter esse prazer de ir lá, ralar, apesar de tudo. Eu perco dinheiro estando no Núcleo, eu perco tempo, eu ganho mais desgaste político, isso influencia minha vida pessoal, meu relacionamento na minha casa com meu companheiro, mas que é o que eu me propus. (...) Eu estou aqui e estou conseguindo apesar de tudo, então assim, e foi isso que me fez querer (estar no) Núcleo. (...) pra mim, é o momento desse reconhecimento que para mim foi o mais gratificante. E assim, foi uma coisa inesperada e não é para isso que a gente continua trabalhando. Mas saber que você está no caminho certo, que você está indo adiante, então para mim, isso foi o mais importante!

Há mais mulheres, atualmente, nas Defensorias do que homens. Mas ela associa isso não a uma conquista em termos de igualdade de gênero, mas ao reforço que comumente é feito por vários segmentos sociais entre o papel da Defensoria e as atividades de assistencialismo e cuidado. Além disso, há o fator salarial: comparando essa carreira com as demais do sistema de justiça, a Defensoria ainda é a “irmã pobre”. Quando ela considera a categoria raça na análise da carreira e dos serviços prestados pela Defensoria, os problemas ganham ainda maior complexidade: há pouquíssimos negros e negras na carreira. A discussão sobre cotas, mesmo na Defensoria que é um órgão que tem sua atuação voltada para as categorias vulneráveis, ainda é marcada por argumentos que questionam a legitimidade das cotas raciais em face das cotas sociais. Também, de algum modo, parece haver uma resistência de seus colegas em descobrirem qual a raça-cor de sua clientela:

A gente teve algumas discussões sobre as cotas, sobre a inserção, no prontuário de aplicação, quando você vai visitar presos provisórios, do critério raça e cor para a pessoa presa. (...) E o que se vê é que é um tabu, aquelas ideias bastante pré-concebidas e preconceituosas de que cota deveria então ser para pobre e não para negro. (...) Eu acho que se for para comparar, as discussões de gênero estão até mais avançadas, porque por mais que sejam machistas e repudiem (que até excluam as que chamam de feministas... dos grupinhos de WhatsApp), a questão de raça é tão arraigada que eles têm até medo.... Sabe quando é tabu? Você nem fala disso. É evitado, tocar nesse assunto, discutir esse assunto. (...) E é isso por uma falta de, primeiro de admitir que a gente não sabe nada, que a gente não tem nem moral para falar disso, então vamos chamar, vamos ouvir... (...) A gente não tem essa experiência de uma pessoa que vivencia toda essa violência de gênero institucional e que também está associada à raça. (Ela conta sobre um evento que ocorreu em que chamaram mulheres negras para discutirem com as defensoras...) A gente está disputando direitos, e elas (as feministas negras): “gente, vocês estão falando de direitos à medida protetiva, mas a gente que ter o direito de viver, sabe? De sobreviver quando a gente sai de casa”. Isso muda um pouco as perspectivas, né? Então hoje essas atuações que a gente tem, essa questão do boletim de ocorrência vem muito dessa fala, da periferia, desse genocídio que a juventude negra tem sofrido, e essas mães que vivenciam essa violência institucional, essa violência de um sistema que está ali... A preocupação dela é se o filho vai voltar vivo para a casa. Então você vai exigir que uma mulher dessa separe e não sei o que, e se empodere... É tão... Isso faz com que você mude a forma de atuar e tente buscar olhar as pessoas que procuram a gente de uma forma diferente, menos julgadora né?

Da mesma forma que a Juíza, a construção do sentido para a independência na atuação como Defensora está diretamente relacionada com sua experiência de interação com esse campo:

Para mim é ser muito honesta com o que eu acho que é o meu dever e aí eu pauto isso muito, as pessoas para quem eu trabalho, que são as mulheres.

Então, hoje eu trabalho para as mulheres, então são elas que definem o que eu tenho que fazer, então, do ponto de vista coletivo ao plano de atuação, as demandas que eu recebo, no plano individual que elas falam para mim o que elas querem, e eu não posso em nenhum momento negociar isso sem que elas me autorizem. Então a minha independência é isso. É falar “olha, eu aqui sou só um instrumento e tudo o que vier em um sentido de interferir nessa minha disponibilidade em garantir isso e esses direitos ou cumprir esses deveres eu não posso aceitar. (...) Eu posso negociar o meu direito, mas o delas não. E é um direito delas. A reivindicação delas. Não é minha. E então para mim é isso. O direito de poder defendê-las.

A Advogada constrói seu relato apoiada em um repertório bem amplo de casos de violências múltiplas e interseccionais que ela extrai do seu próprio cotidiano de relações profissionais e de defesa dos direitos das mulheres no sistema de justiça:

Primeiro que eu sou negra e não me visto como o padrão de advogada determina. Eu boto um vestido, uma sapatilha e vou pra audiência. Às vezes minhas assistidas se vestem melhor do que eu. Às vezes é muito hilário, assim, porque eu não uso aquela carteirinha da OAB que tem um Chip, eu uso a brochura, porque ninguém vai questionar. Teve uma vez, eu estava grávida, que eu ia pegar um ofício para uma cliente, porque o cara era da Marinha, eu ia pegar o ofício para levar para a Marinha para começara a descontar (pensão alimentícia). Eu fui pegar o ofício e o cara (do fórum) falou: hoje não é atendimento de parte não. Eu disse assim: então querido, eu estou grávida, mas eu tenho comida em casa. Eu estou buscando alimentos de outra pessoa, então ele ficou sem graça, e quando mostrei a carteirinha ele ficou mais sem graça ainda. Isso acontece muito em (cidade), ainda mais que tem muito preto em (...), a discriminação racial acontece muito e é muito perverso, muito perverso. E isso rola assim, a gente tem duas advogadas pretas, pretas mesmo. E uma inclusive é rastafári e todas as vezes que ela vai para audiência alguém pergunta: cadê a advogada? Enfim, a gente sofre muito e por atuar com mulher vítima de violência a gente sofre muito, por atuar com esse povo (do sistema de justiça), porque eles falam que é excesso da justiça, enfim, é muito assim.

Se a discriminação de gênero vivida pelas duas outras entrevistadas é sutil, a discriminação de raça-gênero é mais explícita e impacta de maneira distinta no seu fazer profissional: ela não tem que comprovar que é competente. Tem que, antes, comprovar que é profissional com habilitação, ou que tem direito de ingressar nos prédios do sistema de justiça, porque o racismo patriarcal heteronormativo, imperante nas instituições públicas da justiça, confunde-a com as suas assistidas, ambas vidas precárias. Ela conta, com detalhes, um caso que acompanhou como advogada e que considera emblemático para, não apenas falar sobre as discriminações que ela sofre no exercício de sua profissão, mas sobre as barreiras que as mulheres negras e pobres enfrentam, em regra, para acessarem a justiça:

Teve uma audiência assim que me marcou muito, assim. Que a gente acompanhou a mulher na medida protetiva e aí, na semana seguinte tinha uma

audiência na vara de família para resolver a questão de divórcio, guarda, alimentos e separação de bens. Só que ela tem medida protetiva, então, na verdade, o que o Judiciário tem que se preparar é para observar isso. Por exemplo, lá em (cidade), quando vai fazer o exame de corpo de delito e o cara é preso, os dois vão juntos no IML. Mas lá tem uma sala separada no IML que é só para a mulher vítima de violência ficar. Porque ali, naquele espaço do IML em que ela olha o agressor, ela continua naquele processo de ameaça para que ele olhe e retire a queixa. Existe uma sala e todos os espaços têm que ser espaços que acolham. E aí eu cheguei na Vara de família, com a medida protetiva dela na mão e falei para a menina do cartório que eu precisava de um espaço para ela ficar, ou ela vai ficar dentro do cartório, em algum espaço que fosse seguro para ela. Ela disse o seguinte: “ - olha, eu sinto muito, mas não tem”. A audiência atrasou muito, enfim, quando a gente chegou na audiência, eu cheguei já com a medida protetiva na mão e eu falei para o juiz: “ - olha, vamos tentar fazer essa audiência mais rápido porque ela está neste espaço com ele e ele, enfim, é muito violento, então eu preciso que essa audiência seja rápida. Essa mulher, em específico, ela sofreu uma violência específica” porque ela teve câncer e nesses casos a autoestima fica muito baixa e algumas mulheres tem que fazer a mastectomia e neste caso ela sofreu uma violência, um estupro, neste processo. Então assim, ela tem problemas sérios, por causa da lesão, porque ela foi duplamente violentada, tanto em relação à doença quanto em relação ao estupro. Enfim, ele praticou alienação parental com o menino e a gente conseguiu medida protetiva para o menino. Era um juiz, homem branco. A promotora era mulher, a estagiária era mulher também e a advogada do agressor também era mulher. Ele pegou meu papel, da medida protetiva e disse: palhaçada isso aqui. Isso é excesso da justiça. Tem mulher que até inventa que apanhou para conseguir medida protetiva. Já virou graça. Aí já começou a audiência mal. Daí eu disse o seguinte: liga para a doutora (nome da juíza que deferiu a liminar), que é juíza, que recebe o mesmo salário que você e diz a ela que o que ela faz não tem validade. Que só o que você faz tem validade, porque é isso que o senhor está dizendo, e a promotora me convencendo a ficar calma e a advogada dele ameaçando, com o olhar, a minha assistida. Enfim, foi uma patifaria, uma confusão da zorra. E aí ele decidiu aguarda para o menino (pai). Eu disse que não aceitava, porque tinha uma medida protetiva em relação ao menino, porque ele praticou alienação parental. E eu batendo boca com ele. Daí ele levantou (aquela ideia assim de macho alfa, né?). Então assim, essa audiência foi muito trash, me marcou muito porque eu acompanhei ela desde a delegacia, era um caso muito marcante, eu saí da audiência passando muito mal e a gente perdeu, porque ele deu parte da guarda para o menino (pai), ele não tinha direito à visitação. Até que a partilha de bens não ficou tão ruim, mas, ao final da audiência, ele bateu no ombro do cara e disse assim: poxa, você parece ser um homem tão bom, eu acho que tudo o que ela tá falando aí é invenção e quando você for encontrar com ela você leve uma testemunha viu, porque ela pode inventar e você vai precisar de uma testemunha para te defender. Ele terminou a audiência assim, né? Enfim, foi muito ruim isso, muito ruim. O único momento em que a promotora foi solidária foi nesse momento, que ela disse: nossa, ele é tão bom que passou 30 dias preso, né? Isso tudo foi pra mostrar o quanto é (difícil) acompanhar uma mulher nesse processo de vítima de violência, sabe?

Para a Advogada, nem sempre uma mulher nos serviços especializados da justiça em violência doméstica, necessariamente, trará uma perspectiva de gênero ou raça para a análise do caso:

Eu acho que o componente raça influencia muito, é pior ainda. Se tiver o elemento raça, o tratamento vai ser diferenciado. A gente já teve um caso de uma defensora tratar mal uma mulher porque ela estava com o cabelo desarrumado. Quando é uma mulher negra, com certeza vai ser muito mais difícil, muito pior. Algumas mulheres têm sido orientadas, na Defensoria, a não saírem da casa (elas tão apanhando) porque, se não, vão perder os imóveis por abandono de lar. Existe uma nova lei, de usucapião, que fala que quando o cônjuge sai da casa, e o outro permanece na casa por dois anos, de forma mansa e pacífica, ele ganha a casa. Mas a gente tem que entender que a mulher vítima de violência não sai de forma pacífica, ela sai para viver. E a Defensoria tem dito a ela: se você sair você vai perder a casa. Enfim, a gente tem todo esse processo de sistema que não tem sido imparcial, tem sido muito perverso com a vida das mulheres e se forem mulheres negras de forma muito pior, muito pior.

Não é suficiente, portanto, ter uma mulher nesses serviços, especialmente porque a questão da raça, na maioria das situações de violência doméstica, é preponderante: “nem todas as mulheres são bacanas e pensam da mesma forma”. Todavia, é mais difícil esperar que um homem juiz quebre o laço de fidelidade masculina, ainda que, na situação em específico, haja uma diferença de raça entre eles. A Advogada conta outro episódio em que é possível ver a diferença no atendimento feito por agentes que atuam na rede de enfrentamento à violência doméstica considerando o perfil dos usuários e das usuárias em termos de raça e gênero:

Lá em (cidade), nas varas de família, a gente tem tido muitos casos de homens juízes e, historicamente isso nunca aconteceu. Eles são por eles. Independentemente do que aconteça, eles vão julgar por eles. Na DEAM tem agente que é homem, a maior parte de das delegadas são mulheres, mas há também os delegados plantonistas, que você não escolhe o sexo, coloca um delegado plantonista. Teve um caso de uma menina que a gente assiste, que ela é branca e casou com um africano que batia nela, tentou matar ela várias vezes. Assim, e numa das tentativas de feminicídio que ele praticou, o filho dela foi quem salvou ela porque ele gritou, ele se assustou e parou. Quando ela chegou na delegacia, ela já tinha medida protetiva, ele descumpriu essa medida protetiva e veio matar ela. Quando ela chegou na delegacia para fazer a queixa (ela é muito branquinha), o delegado falou: “ - você, hein, branquinha assim, você xonou na piroca do negão, não foi? ” Ela disse que ela não sabia se ela chorava, se ela avançava nele, porque a fala dele foi exatamente essa: “xonou na piroca do negão”. Ela disse meu deus, esse espaço deveria me acolher, me amparar, cuidar de mim. Homens sempre vão tratar de forma muito diferente, mesmo em espaços que deveriam ser espaços acolhedores para as mulheres, como DEAM, etc.

Quando é uma mulher a profissional nesse serviço, mesmo que ela não tenha formação para abordar os casos em uma perspectiva interseccional, ainda assim é possível que ela ouça o relato da mulher em situação de violência de uma forma diferente. Ter servidoras negras nos serviços da justiça, também pode não garantir um resultado melhor em termos de garantia de direitos às mulheres. Mas, nesse caso, além da aposta na escuta um pouco mais qualificada, existe um componente da representação, o qual a Juíza entrevistada também se referiu:

Não acho que por ter mulher vai ser suficiente, mas ter mulher faz diferença, porque, por exemplo, quando você tá numa vara de violência e uma mulher, vítima de violência, passa a relatar para uma juíza, por mais que ela não tenha a possibilidade nenhuma de ser feminista, não dá pra esperar empatia, sororidade e feminismo de juízas, é algo que não dá, tem que ser natural das pessoas, por mais que elas não tenham, ouvir a história de uma mulher que foi agredida toca nelas e toca de uma forma diferente porque ela é mulher, então ela vai imaginar que tudo aquilo que aconteceu pode acontecer com ela. Por mais que ela não queira imaginar, isso pode acontecer e vai mexer com ela. Então assim, não é esperar que seja diferenciado, mas o trato e a empatia vai ser diferente, você vai conseguir se colocar no lugar de uma mulher. (...) E a gente tem mulheres negras que sofrem violência de gênero e raça e não podem ir com uma psicóloga branca, porque uma psicóloga branca até entende e tal, mas uma psicóloga preta, faz toda a diferença para ela. E a gente teve um caso muito engraçado assim, que ela foi, eu disse a ela, vá, a seção vai ser hoje ali no apoio, mas ela nunca tinha visto a psicóloga. Quando ela chegou, ela olhou para a psicóloga e viu que era uma preta igual a ela, ela disse: você é preta, ela não acreditou, que a psicóloga que ia cuidar dela era preta. Ela saiu encantada, ela disse “(nome da Advogada), meu deus, ela é maravilhosa”. Ela podia não falar nada, mas a representatividade, para ela, importava muito. Mas eu acho que para as mulheres, estarem em espaços que elas vejam representatividade de si tornam com que os espaços se pareçam mais seguros. Eles não são, né, efetivamente não são, mas parecem mais seguros pra elas e eu acho que é mais acolhedor pra elas e eu acho que isso é bom.

Ainda que os espaços do sistema de justiça sejam hostis, discriminatórios e violentos, os relatos da Advogada explicitam sua capacidade de agência e seu esforço para a negociação das relações de gênero e raça o tempo todo. Mesmo que não se espere muito das juízas, defensoras, delegadas e policiais mulheres, elas mantêm, em cada audiência, um repertório de estratégias à mão para mobilizar, na relação com tais agentes, aspectos que permitam a eles, no mínimo, realizarem uma escuta ativa.

Esse repertório se estende, também, para as disputas mais amplas junto aos agentes da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. A Advogada traz exemplos de disputas no que se refere ao desenho das instituições e dos fluxos de atendimento na rede e à formação de quadros de servidoras mais leais às demandas interseccionais das mulheres em situação de violência. Ao ser questionada sobre como

percebe a relação do sistema de justiça com as entidades de defesa de direitos das mulheres, a Advogada afirma:

De uma forma complicada, porque não dá pra ser brother, segurar na mão e dizer que tá tudo lindo, porque não tá. Mas assim, sempre que possível há diálogo, assim, por exemplo, hoje, com a DEAM, a gente quebra o pau com a DEAM, porque atende mal e tal, né? Mas assim, toda vez que eu mando mensagem para a delegada ela me responde. Chegou lá uma menina que ela não queria atender, eu mandei a mensagem e falei: você não vai atender, por quê? Daí ela mandou a menina subir. Na tora, no QI, toda relação tem se construído a partir disso, porque, enfim, em toda entrevista que dou ela funciona mal, a secretaria, enfim, não funciona bem, mas a culpa não é da delegada. A delegacia não funciona 24h e a culpa não é da delegada. A gente tem que entender que aquilo não é prioridade e não tem orçamento pra isso, enfim, a gente tem que entender que toda estrutura é assim. O MP em específico, o grupo que atua com direito da mulher a gente tem uma relação muito bacana. Sempre que a gente precisa, a gente grita, a gente consegue. Assim, eu fui duas vezes na DEAM e não tinha papel higiênico. Eu levava na bolsa e toda vez que eu ia não tinha. Daí eu dei um grito e falei “tem pãozinho com pêra na sala da perita e não tem papel higiênico pra limpar a (...)?” Agora minha filha, toda vez que eu vou tem papel higiênico. O meu grito valeu. Mas, funciona na tora, porque é muito absurdo eu ter que questionar que na DEAM não tem papel higiênico. Tem mulher o dia inteiro e não tem papel higiênico? São coisas que são muito bestas, mas assim, que não funcionam. E o diálogo, com a justiça em si tem sido com todas as entidades, sabe? No final das contas a gente briga muito e o diálogo com o sistema de justiça se torna muito complicado, porque a gente tem que gritar muito pra ser ouvida, fica parecendo que a gente é um bando de mulher maluca, gritando sem a necessidade nenhuma, então às vezes eu acho que a gente tem que gritar demais pra ser ouvida, então acaba que o diálogo fica cheio de burburinho.

Além de ter que gritar muito para ser ouvida, o diálogo com o sistema de justiça, por vezes, é marcado por jogo complicado entre se fazer ouvida em suas demandas e “não ferir o ego” dos agentes que compõem a rede. Qualquer “pisada em falso” é suficiente para um novo distanciamento da parte deles:

A gente tem tentado atuar com a rede de enfrentamento à violência, mas assim, é sempre muito difícil. Existe muito ego, existe muita dificuldade de diálogo e todas as vezes que a gente tece crítica parece que a gente tá criticando maluquice. Assim, igual lá em (cidade), a defensoria pública não funciona, as DEAMs tratam mal, o Ministério Público não denuncia da forma que deveria denunciar, as casas-abrigos são péssimas, (...) esses espaços ao invés de acolherem nossa fala e entenderem uma crítica construtiva, não!

A relação das três entrevistadas com o campo feminista e com o sistema de justiça não tem nada de automático ou dado de antemão por uma experiência qualquer. Ainda que a Advogada esteja no campo feminista desde muito cedo e, também, como forma de enfrentamento às várias violências que ela também sente, não são todas as suas colegas de trabalho (também negras e de camadas populares) e todas as suas

clientes que, segundo ela, conseguem enxergar a violência (doméstica e estatal) em suas vidas. A Juíza, ainda que esteja em um campo progressista desde muito cedo, também tem tomado consciência, mais recentemente, de que o machismo e o racismo não são males exclusivos da direita. A Defensora relata sua frustração com relação às tentativas de viabilizar, no serviço especializado em que atua, o fortalecimento da abordagem associando raça e gênero, todas fracassadas porque a defensoria tem se recusado a levar a sério o debate sobre a cor de sua clientela.

Assim, cada uma realizou um percurso intencional, político, que é constantemente renovado e frequentemente conflituoso, mas que as transformam em sujeitos políticos que realizam, cada uma, sua contribuição única e variável. Seus relatos também reforçam o caráter subversivo do projeto jurídico do campo feminista: ao advogarem pelo *centramento* do sistema de justiça na escuta das mulheres e grupos subalternos, estão reivindicando descentramento com relação ao Judiciário, ao sistema de justiça ou de qualquer das instâncias que têm atuado de modo a exacerbar a condição de maior precariedade de algumas (muitas) vidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) é expressão do compromisso assumido pelo Brasil em tratados internacionais em reconhecer a violência de gênero como uma violação de direitos humanos e traz os principais contornos sobre a forma como deve acontecer a intervenção da segurança pública, da saúde, da assistência social e do sistema de justiça para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher: por meio de ações articuladas, integrando os diversos agentes e órgãos especializados dos três Poderes, em todas as esferas, e a sociedade civil. Isso é algo muito além das ações de justiça criminal direcionadas aos agressores.

Desde a sua promulgação, estamos avançando no reconhecimento formal de que a violência de gênero tem caráter social e relacional, ou seja, é um fenômeno social produzido em meio a relações sociais desiguais de poder, tecidas em meio a outras dimensões de poder como classe social e raça-etnia. Da mesma forma, avançamos na compreensão de que as relações interpessoais vividas no âmbito doméstico e familiar são contextos favorecedores da ocorrência e potencialização da violência de gênero, os quais reforçam uma matriz hegemônica de gênero de dimensão macroestrutural.

Apesar de significativas conquistas, diversos estudos e diagnósticos realizados durante os quase dez anos de vigência da Lei Maria da Penha têm apontado inúmeras resistências e limites, no âmbito do sistema de justiça, para a efetivação dos direitos humanos das mulheres, em especial o direito a uma vida livre de violências. Para alguns dos serviços, além da enorme dificuldade que enfrentam para a atuação em uma temática tão complexa quanto à violência de gênero, é importante considerarmos os problemas adicionais, tanto técnicos, como políticos, para uma compreensão que incorpore a gramática dos direitos humanos das mulheres.

Nesse sentido, discutimos alguns dos desafios do sistema de justiça em romper com inúmeras resistências e limites, muitos deles já apresentados por diversas pesquisas recentes, a partir dos seguintes elementos: o desenho e perfil institucional e a cultura jurídica nele predominante. Ao considerar que a violência doméstica contra as mulheres é sustentada em desigualdades de gênero que se entrelaçam e se potencializam com outras desigualdades (de classe e étnico-raciais, por exemplo), as respostas efetivas a ela passam a depender, também, de mudanças mais profundas do sistema de justiça brasileiro.

Uma primeira proposta, então, foi argumentar que a violência doméstica contra as mulheres é um caso interessante de análise, no que diz respeito à relação entre direito/Estado e mulheres/feminismos. Há uma produção teórica bem vasta sobre essa temática que, com maior frequência, serve-se da ideia de paradoxos ou dilemas como forma de apreender as tensões constitutivas – e não elimináveis - dessa relação.

Muitas feministas argumentaram, desde os anos 1970, sobre os problemas relativos ao uso do direito, um instrumento discriminatório, para enfrentar e alterar padrões sociais de discriminação. Elegi a perspectiva de Carol Smart para apresentar esse debate, não apenas pelo impacto que suas ideias têm produzido nos estudos sociojurídicos feministas, inclusive latino-americanos e brasileiros, mas também porque entendo que, à luz de nossas experiências mais recentes de mobilização legal no contexto brasileiro, é possível revisitarmos seus argumentos para, ao menos, colocar em evidência algumas das suas formulações.

Meu propósito não foi o de fazer uma crítica às posições críticas a respeito da Lei Maria da Penha, mas construir uma leitura sobre a lei que a legitime dentro de um contexto social, político e histórico específico – as lutas feministas e antirracistas pela igualdade e não discriminação que ganharam visibilidade e têm se fortalecido no espaço público e estatal, especialmente após o processo de redemocratização, ainda que tal percurso tenha sido marcado por ritmos variados (com retrocessos e avanços não lineares historicamente). Entendo, portanto, que a integral implementação ou efetivação da lei não pode se furtar das propostas analíticas que buscam compreender esses processos.

A proposta feita por Smart aos feminismos de desafiar o poder do direito é bastante válida e que pode ganhar maior densidade analítica ao se aproximar das formulações advindas de um campo feminista mais amplo que articule gênero com raça e colonialidade, por exemplo. Essa pode ser uma tarefa para outras pesquisas.

A outra proposta do trabalho, talvez mais visível apenas ao seu final, foi aproximar as discussões acerca dos desafios para a efetivação das políticas públicas relativas à violência contra as mulheres aos debates sobre a democratização do sistema de justiça brasileiro. Isso foi sugerido ao mobilizarmos os marcos teóricos feministas que buscavam apontar para o caráter subversivo da proposta feminista de negar a dicotomia entre público e privado.

Nesse momento final, gostaria de sugerir, com apoio no projeto jurídico do campo feminista brasileiro – com todos os aportes que a experiência com LMP lhe

garantiu -, alguns eixos que podem compor a agenda de reforma do sistema de justiça democratizante, comprometido com um sentido de independência que é construído a partir de um compromisso com os grupos subalternos. Quando falo em reformas, não estou, apenas, referindo-me às mudanças que se dão via emendas constitucionais, da mesma forma que a alteração realizada nos anos 1990. No capítulo 4 deste trabalho, tentei reunir vários elementos que ilustram a variedade de estratégias presentes no campo feminista com efeitos democratizantes do sistema de justiça que, não necessariamente, foram viabilizadas por reformas legais.

Assim, em cada um dos eixos, é possível visualizar um conjunto amplo de medidas, tendentes a transformar o fazer jurisdicional em uma atividade de significativa e real importância no enfrentamento a fatores estruturais que impedem sua realização. Vamos a eles:

I) *Controle de convencionalidade ou adoção dos marcos jurídicos dos direitos humanos na análise do direito e na produção de decisões judiciais.* Nesse eixo, a preocupação diz respeito à qualidade das decisões tomadas pelo sistema de justiça, e o compromisso com a não reprodução de estereótipos tendentes a reforçar desigualdades com adoção dos parâmetros normativos dos direitos humanos é essencial. Nesse sentido, as disputas no campo da formação e capacitação de agentes do sistema de justiça, de formação inicial (graduação) ou continuada (escolas das carreiras jurídicas,) são fundamentais.

II) *Devida diligência na prevenção, investigação, punição e reparação de todos os casos de discriminação ou violência contra as mulheres.* É necessário multiplicarmos as práticas de elaboração de protocolos, metodologias e parâmetros para enfrentamento de toda forma de violência estatal, em diálogo com o campo feminista e outros campos de mobilização social. Também é necessário fortalecer procedimentos de carreira capazes de coibir agentes do sistema de justiça a adotarem decisões e práticas institucionais com efeitos discriminatórios.

III) *Garantia de uma composição democrática dos quadros de servidores, sobretudo da magistratura,* considerando-se os diversos ramos de sua carreira. As mulheres negras são minoria na composição do Poder Judiciário brasileiro, todavia, são elas as principais vítimas de violência e de feminicídio no Brasil, sendo que o índice de vitimização da população negra cresceu acentuadamente nos últimos anos. Nesse sentido, a definição das cotas raciais para os concursos de ingresso na Magistratura foi uma política recente bastante importante adotada pelo CNJ.

IV) *Transparência e participação popular*. Essas são duas premissas fundamentais para viabilizar a atuação descentrada do sistema de justiça, guardadas as dimensões da autonomia e da independência judicial. Alguns compromissos relacionados com o eixo da transparência e da participação popular são: elaborar estatísticas, indicadores e estratégias institucionais que contribuam para a análise da efetividade das decisões judiciais no enfrentamento à violência e para o aprimoramento dos serviços prestados; construir, em diálogo com outros agentes públicos e da sociedade civil, estratégias e metas de acesso à justiça e de democratização de sua gestão em termos de gênero e raça; criar instrumentos e procedimentos que favoreçam o diálogo com outros agentes públicos e privados na tomada de decisões ainda nas primeiras instâncias, como audiências públicas, *amicus curiae*, fóruns de debate, grupos de estudos e análise de casos; e valorizar experiências e iniciativas populares e comunitárias de educação em direitos humanos.

Esses quatro eixos apresentados reúnem parâmetros e propostas para uma agenda ainda em construção de diversos grupos de pesquisa, de defesa dos direitos humanos, de feministas e de educação popular, bem como de vários órgãos e agentes.

A falta dessas políticas não apenas enfraquece as condições de efetivação da Lei Maria da Penha e da cidadania das mulheres, como também mantém o sistema de justiça refém da reprodução acrítica da violência estatal contra grupos subalternos ou dependente da atuação com caráter quase messiânico das juízas e juízes que assumem o desafio de manter uma atuação emancipatória.

REFERÊNCIAS

- ALEIXO, M.; BELTRÃO, J. Violência & Gênero entre indígenas e quilombolas: o desafio de fugir da matriz urbana e ocidental. In: DOMINGUÉZ, E.; CASTRO, S. **Memorias y movilizaciones de género em América Latina**. Gotemburgo: Serie Haina /Anales N E /School of Global Studies, 2015.
- ALVAREZ, S. A globalização dos feminismos latinoamericanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; (ORGS.), A. E. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- ALVAREZ, S. Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais: movimentos feministas e de mulheres na América Latina e/ou contra o desenvolvimento. **Feminismos**, v. 2, n. 1, p. 57-77, 2014.
- ALVAREZ, S. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 13-56, 2014.
- ANTONIETTO, A. L. G.; SEVERI, F. C. Reprodução institucional da desigualdade: a indução federal e a distribuição desigual de Conselhos de Políticas Públicas nos municípios brasileiros. **Revista Digital de Direito Administrativo**, p. 558-573, 2016.
- ARDAILLON, D.; DEBERT, G. **quando a vítima é mulher: análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídios**. Brasília: CNDM/CEDAC, 1987.
- AUGUSTO, C. B. **Violências contra a Mulher e as Práticas Institucionais**. “Projeto Pensando o Direito” (IPEA), vol. 52, Brasília, 2015. Disponível em: <http://pensando.mj.gov.br/publicacoes/violencia-contra-a-mulher-e-as-praticas-institucionais/>. Acessado em 10 de novembro de 2016.
- ÁVILA, M. B.; PORTELLA, A. P.; FERREIRA, V. **Novas legalidades e democratização da vida social: Família, sexualidade e aborto**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- AVRITZER et. al., L. **Para uma nova cartografia da justiça no Brasil**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.
- BACCI, C.; FERNÁNDEZ, L.; OBERTEI, A. De injusticias distributivas y políticas identitárias. Una intervención en el debate Butler-Fraser. **Gênero**, v. 4, n. 1, p. 101-114, 2005.
- BAIROS, L. **A participação das mulheres negras nos espaços de poder**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2010. Disponível em: <http://www.portaldainigualdade.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes-afirmativas/a-participacao-das-mulheres-negras-nos-espacos-de-poder>. Acessado em: 11/11/2016.
- BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.
- BARTHES, R. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BARSTED, L. L. **Violência contra a mulher e cidadania: uma avaliação das políticas públicas**. Rio de Janeiro: Cadernos CEPIA, v. 1, 1994.

BARSTED, L. L. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. In: CAMPOS, C. H. **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BARTLETT, K. T. Feminist Legal Scholarship: A History Through the Lens of the California Law Review. **California Law Review**, v. 100, p. 381-430. 2012.

BIDASECA, K. **Perturbando el texto colonial. Los estudios (pos) coloniales en América Latina**. Buenos Aires: SB, 2010.

BIDASECA, K. Voces y luchas contemporáneas del feminismo negro. Corpolíticas de la violencia sexual racializada. In: UNIDAS, O. D. N. **Afrodescendencia. Aproximaciones contemporáneas de América latina y el Caribe. Colección de ensayos del Centro de Información de las Naciones Unidas para México, Cuba y Rca. Dominicana, en el marco del Año Internacional de los Afrodescendientes**. Mexico: ONU, 2012.

BIRGIN, H. Pólogo. In: BIRGIN, H. **Las trampas del poder punitivo**. Buenos Aires: Biblos, 2000.

BIROLLI, F. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. Vinhedo: Horizonte, 2013.

BOVINO, A.; COURTIS, C. Por una dogmática conscientemente política. In: COURTIS(COMP.), C. **Desde otra mirada. Textos de Teoría Crítica del Derecho**. Buenos Aires: Eudeba, 2001.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres/Secretaria de Políticas para as Mulheres/, 2011.

BRASIL. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil - Ano de 2012**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), 2012.

BRAZÃO, A.; OLIVEIRA, G. C. D. **Violência contra as mulheres: Uma história contada em décadas de lutas**. Brasília: CFEMEA, 2010.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Vida precaria: el poder de la violencia y el duelo**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

BUTLER, J. **Marcos de guerra: las vidas lloradas**. Buenos Aires: Paidós, 2010.

CAMPOS, C. H. D. (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CARDOSO, C. P. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-137, 2003.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

- CAROSIO, A. Feminismo latinoamericano: imperativo ético para la emancipación. In: GIRÓN, A. **Género y globalización**. Buenos Aires: CLACSO, 2009.
- CASALEIRO, P. O poder do direito e o poder do feminismo: revisão crítica da proposta teórica de Carol Smart. **Ex aequo**, n. 29, p. 39-53, 2014.
- CHAMALLAS, M. **Introduction to Feminist Legal Theory**. New York: Wolters Kluwer Law, 2013.
- CHINKIN, C.; CHARLESWORTH, H. ¿Que son los derechos humanos de las mujeres? In: COOK, R. **Derechos humanos de la mujer**. Perspectivas nacionales e Internacionales. Bogotá: Profamilia, 1997.
- COLLINS, P. H. **Words of fire: an anthology of African-american Feminist Thought**. New York: Beverly Guy-Sheftall, 1995.
- COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Acceso a la Justicia para las Mujeres Víctimas de Violencia en las Américas**. OEA. Washington. 2007.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **O Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha**. Brasília. 2013.
- CORRÊA, M. **Os crimes da paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CORRÊA, M. **Morte em Família**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CORRÊA, M. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CORRÊA, M. **Gênero e cidadania**. Campinas: Encontros, 2001.
- COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005.
- COSTA, M. El Pensamiento Jurídico feminista en América Latina. Escenarios, contenidos y dilemas. **Gênero e Direito**, v. 2, n. 2, 2014.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas**, v. 3, n. 10, p. 171-188, 2002.
- CUNHA, R. S.; PINTO, R. B. **Violência doméstica. Lei Maria da Penha**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- DEBERT, G. G. As delegacias de defesa da mulher: judicialização das relações sociais ou politização da justiça? In: CORRÊA, M.; SOUZA, É. R. D. **Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre "crimes de honra"**. Campinas: PAGU, 2006.
- DORA, D. **Feminino Masculino: igualdade de diferença na Justiça**. Porto Alegre: 1995.
- DORA, D. Themis e acesso à justiça. In: FONSECA, C. **Direitos humanos: acesso à justiça**. Porto Alegre: Themis, 1998.
- ESPINOSA-MIÑOSO, Y. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El cotidiano**, n. 184, p. 7-12, 2014.
- FACIO, A. Hacia otra teoría crítica del Derecho. In: HERRERA, G. **Las fisuras del patriarcado. Reflexiones sobre Feminismo y Derecho**. Ecuador: FLACSO, 2000.

- FACIO, A. Metodología para el análisis de género del fenómeno legal. In: SANTAMARÍA, R. Á.; SALGADO, J.; VALLADARES, L. **El género en el Derecho. Ensaio críticos**. Ecuador: UNIFEM, 2009.
- FACIO, A.; JIMÉNEZ, R. **La igualdad de género en la modernización de la administración de Justicia**. Whashington: banco Interamericano de Desarrollo, 2007.
- FLAUZINA, A. L. P. lei Maria da Penha: entre os anseios da resistência e as posturas de militância. In: FLAUZINA, A., et al. **Discursos Negros: legislação penal, política criminal e racismo**. Brasília: Brado Negro, 2015.
- FPA/SESC. **Mulheres Brasileiras nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.
- FRASER, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, v. 5, n. 2, p. 291-308, 2007.
- FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.
- FRIES, L. Los derechos humanos de las mujeres: aportes y desafíos. In: HERRERA, G. **Las fisuras del patriarcado. Reflexiones sobre Feminismo y Derecho**. Ecuador: FLACSO, 1999.
- GARCÍA, H. A.; SIERRA, I. C. J. **El análisis distributivo como alternativa crítica al legalismo liberal**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2012.
- GARGALLO, F. **Tan derechas y tan humanas. Manual ético de los derechos humanos de las mujeres**. México: AMDH, 2012.
- GREGORI, M. F. **Cenas e Queixas. Um estudo sobre mulheres, erlações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro. 1993.
- GREGORI, M. F.; DEBERT, G. Violência e Gênero: Novas propostas, velhos dilemas, n. 23, p. 165-185, 2008.
- GUSTIN, M. Efetividade da governança social em comunidades periféricas e de exclusão: algumas questões de fundo. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 97, p. 383-405, 2008.
- HERMANN, J.; BARSTED, L. L. **O Judiciário e a violência contra a mulher: a ordem legal e a (Des)ordem familiar**. Rio de Janeiro: CEPIA, 1995.
- HOOKS, B. **Feminism is for Everybody: passionate politics**. London: Pluto Press, 2000.
- IZUMINO, W. P. **Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero**. São Paulo: Annablume, 2004.
- IZUMINO, W. P. **Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero**. São Paulo: Annablume, 2004.
- KOHEN, B. El feminismo jurídico en los países anglosajones: el debate actual. In: BIRGIN, H. **El derecho en el género y el género en el derecho**. Buenos Aires: Biblos, 2000. p. 73-106.
- LACRAMPETTE, N.; NASH, C. **Derechos Humanos y mujeres: teoría y práctica**. Chile: Universidad de Chile/Centro de Derechos Humanos, 1995.

- LEITE, J. C. **Mulheres em luta: o processo sociopolítico de construção do direito à assistência humanizada da mulher durante o pré-parto, parto e pós parto**. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito). Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.
- LEMES, M. B. **discurso da meritocracia e a democratização das instituições de ensino superior público no Brasil: percepções de secundaristas de uma escola pública estadual em Ribeirão Preto – SP sobre vestibular, ações afirmativas, universidade pública e direito à educação**. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito). Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.
- LEOPOLDI, D.; TELES, M. A. D. A.; GONZAGA, T. D. O. **Do silêncio ao grito contra a impunidade: caso Márcia Leopoldi**. São Paulo: União de Mulheres de São Paulo, 2007.
- LIBARDONI, M. Fundamentos teóricos e visão estratégica da advocacy. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 207-221, 2000.
- LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008.
- MACHADO, L. Z. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2000.
- MACIEL, D. A.; PRATA, P. D. S. B. Mivilización por nuevos derechos y cambio legal: la campaña por la Ley da Penha. **Revista Política**, v. 49, n. 1, p. 139-170, 2011.
- MARCONDES, B. O. **O conceito jurídico de pessoa com deficiência: uma análise da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência a partir das reflexões de Martha Minow e Iris Young**. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito). Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.
- MARCONDES, M. M. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.
- MARONE, M. C. **Acesso à qual justiça? A construção da cidadania brasileira para além da concepção liberal**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2013.
- MATOS, M. MOVIMENTO E TEORIA FEMINISTA: É POSSÍVEL RECONSTRUIR A TEORIA FEMINISTA A PARTIR DO SUL GLOBAL? **Revista de Sociologia Política**, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.
- MATOS, M.; PARADIS, C. Los feminismos latinoamericanos y su compleja relación con el Estado: debates actuales. **Íconos**, n. 45, p. 91-107, septiembre 2013.
- MATOS, M.; PARADIS, C. G. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 57-118, 2014.
- MATTIO, E. Vulnerabilidad, normas de género y violencia estatal: ontología social y política sexual en la última Judith Butler. **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 7, p. 159-172, 2010.
- ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Segundo informe de Seguimiento a la implementación de las Recomendaciones del Comité de Expertas del MESECVI**. Washington: OEA (MESECVI), 2015.

MIÑOSO, Y. E.; CASTELLI, R. Colonialidad y dependencia en los estudios de género y sexualidad en América Latina: el caso de Argentina, Brasil, Uruguay y Chile. In: BIDASECA, K.; LABA, V. V. **Feminismos y Poscolonialidad. Descolonizando el feminismo desde y en América Latina**. Buenos Aires: Godot, 2011.

MINOW, M. **Making all the difference. Inclusion, exclusion, and American Law**. New York: Cornell University, 1990.

MOLYNEAUX, M. Mobilization without Emancipation? Women's Interests, the State, and Revolution in Nicaragua. **Feminist Studies**, v. 11, n. 2, p. 227-254, 1985.

MORAES, M. L. Q. D. Prefácio. In: WOLLSTONECRAFT, M. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 7-16.

MOUFFE, C. Feminismo, ciudadanía y política democrática radical. **Debate Feminista**, v. 7, n. 4, p. 3-22, 1993.

NASCIMENTO, F. P. **A possibilidade de aplicação das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha por analogia in bonam partem às vítimas hipossuficientes ou em situação de vulnerabilidade em uma relação doméstica, intrafamiliar ou íntima de afeto**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (Direito). Faculdade Municipal de Franca, Franca. 2016.

NAZARIO, D. N. **Voto feminino e feminismo: um ano de feminismo entre nós**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

NOGUEIRA, B. C. **Violência obstétrica: análise das decisões proferidas pelos tribunais de justiça da região sudeste do país**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (Direito), Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. 2015.

ORGANIZACION MUNDIAL DE LA SALUD. **Estudio multipaíses de la OMS sobre salud de la mujer y violencia doméstica contra la mujer: resumen del informe**. Ginebra. 2005.

PANDJIARJIAN, V. Balanço de 25 anos da legislação sobre a violência contra as mulheres no Brasil. In: DINIZ, C. S.; SILVEIRA, L.; MIRIAN, L. A. **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005): alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

PARADIS, C. G. **Entre o Estado Patriarcal e o feminismo estatal: o caso dos mecanismos institucionais de mulheres na América Latina**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2013.

PASINATO, W. Oito anos de Lei Maria da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533-545, 2015.

PASINATO, W. et al. **Violência Contra a Mulher e Acesso à Justiça. Estudo comparativo sobre a aplicação da Lei Maria da Penha em cinco capitais. Relatório Final**. Brasília. 2013.

PATEMAN, C. **Críticas feministas a la dicotomía público/privado**. Barcelona: Paidós, 1996.

PIMENTA, F. F. **Políticas feministas e os feminismos na política: O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005)**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

- PIMENTEL, S. **Evolução dos direitos da mulher**: norma, fato, valor. São Paulo: RT, 1978.
- PIMENTEL, S. **A mulher e a Constituinte**. São Paulo: Cortez, 1987.
- PIMENTEL, S.; GIORGI, B. D.; PIOVESAN, F. **A figura/personagem mulher em processos de família**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1993.
- PIMENTEL, S.; PANDJIARJIAN, V. **Percepções das mulheres em relação ao direito e à justiça**. Porto Alegre: Fabris, 1996.
- PIMENTEL, S.; PANDJIARJIAN, V.; BELLOQUE, J. Legítima defesa da Honra, ilegítima impunidade de assassinos. Um estudo crítico da legislação e jurisprudência da América Latina. In: CORRÊA, M.; SOUZA, É. R. D. **Vida em família**: uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero/Center for Gender Studies, 2006.
- PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PORTO, P. R. D. F. **Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, p. 446-457, 1995.
- RIPOLL, J. L. **El derecho como conjuro**: fetichismo legal, violencia y movimientos sociales. Bogotá: Siglo del hombre, 2009.
- RODRIGUEZ, J. R. Para uma pedagogia da incerteza: a dogmática jurídica como experimento e como imaginação. In: RODRIGUEZ, J. R.; PÜSCHELL, F. P.; MACHADO, M. R. D. A. **Dogmática é conflito**: uma visão crítica da racionalidade jurídica. São Paulo: Saraiva, 2012.
- RODRIGUEZ, J. R. “Utopias” institucionais antidiscriminação. As ambiguidades do direito e da política no debate feminista brasileiro. **Cadernos Pagu**, n. 45, p. 297-329, 2015.
- RODRIGUEZ, J. R. Luta por direitos, rebeliões e democracia no século XXI: algumas tarefas para a pesquisa em direito. In: STRECK, L.; ROCHA, L.; ENGELMANN, W. **Constituição, sistemas sociais e hermenêutica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.
- RODRIGUEZ, J. R. **Direito contra Direito: direito, democracia e conflito social no mundo contemporâneo**. Mimeo. [s.l.], p. 23. 2016.
- RODRIGUEZ, J. R. Perversão do direito (e da democracia): seis casos. **Direito e Práxis**, v. 7, n. 4, p. 261-294, 2016.
- ROMIO, J. A. F. A vitimização de mulheres por agressão física, segundo raça/cor no Brasil. In: MARCONDES, M. M. **Dossiê Mulheres Negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013.
- RUBIO, A. C. **Aportaciones iusfeministas a la revisión crítica del Derecho y a la experiencia jurídica**. Mujeres y Derecho: Psado y presente. I Congreso multidisciplinar de la Sección de Bizkaia de la Facultad de Derecho. País Vasco: Universidad del País Vasco. 2008.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.

SANTOS, A. C. M. **Movimentos populares de luta pormoradia e judicialização dos conflitos fundiários: o caso da favela João Pessoa de Ribeirão Preto na busca por acesso à Justiça**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Direito. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

SANTOS, C. M. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 89, p. 153-170, 2010.

SANTOS, C. M. Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo. **Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 577-600, 2015.

SCOTT, J. O enigma da igualdade. **Revista de Estudos feministas**, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

SCOTT, J. O enigma da igualdade. **Revista de Estudos feministas**, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

SEGATO, R. L. Genero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces**, n. 18, p. 106-131, 2012.

SEGATO, R. L. La norma y el sexo. Frente estatal, patriarcado, desposesión, colonialidad. In: BIDAISECA, K. **Genealogías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente**. Buenos Aires: IDAES, 2016. p. 31-64.

SEVERI, F. C. **Cartografia social e análise das experiências de assessorias jurídicas universitárias populares brasileiras: Relatório de pesquisa**. Ribeirão Preto: FDRP, 2014.

SEVERI, F. C. Justiça em uma perspectiva de gênero: elementos teóricos, normativos e metodológicos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 3, n. 3, p. 574-601, 2016.

SEVERI, F. C. O gênero da Justiça e a problemática da efetivação dos direitos das mulheres. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 81-115, 2016.

SIEGEL, R. B. Regulando a violencia marital. In: GARGARELLA, R. **Derecho y grupos desaventajados**. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 67-102.

SILVA, F. G.; MACHADO, M. R. D. A.; MELO, R. A esfera pública e as proteções legais anti-racismo no Brasil. **Cadernos de Filosofia Alemã**, n. 16, p. 95-116, 2010.

SILVA, J. D. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980. In: SILVA, J. D.; PEREIRA, A. M. **O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014. p. 13-39.

SMART, C. **Feminism and the power of law**. London: Routledge, 1989.

SMART, C. The Woman of Legal Discourse. **Social & Legal Studies**, v. 1, n. 29, p. 29-44, 1992.

SOUSA-JUNIOR, J. G. **Introdução crítica ao direito das mulheres**. Brasília: CEAD-FUB, 2011.

- SPM-PR. **Balanço 2014 do Ligue 180 - Central de Atendimento à mulher**. Brasília. 2015.
- TABAK, F. **A nova ordem legal: mulheres na Constituinte**. Rio de Janeiro: PUC, 1989.
- TAQUETTE, S. **Mulher Adolescente/Jovem em Situação de violência**. Brasília. 2007.
- TELES, M. A. D. A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- TELES, M. A. D. A. **Os cursos de direito e a perspectiva de gênero**. Porto Alegre: Fabris, 2006.
- TELLES, E. E. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- VARGAS, R. A. Acceso a la justicia para las mujeres...el laberinto androcéntrico del derecho. **Revista IIDH**, nº. 53, p. 35-62, 2011.
- VARIKAS, E. "O pessoal é político": desventuras de uma promessa subversiva. **Tempo**, v. 2, n. 3, p. 59-80, 1996.
- VERUCCI, F. **A mulher e o direito**. São Paulo: Nobel, 1987.
- WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: FLACSO/ONU-Mulheres/OPAS/OMS/SPM, 2015.
- WALBY, S. **Theorizing Patriarchy**. Oxford: Blackwell, 1990.
- WALBY, S. Beyond the politics of location: the power of argument in a global era. **Feminist Theory**, v. 1, n. 2, p. 189-206, 2000.
- WERNECK, J. **Racismo Institucional: uma abordagem conceitual**. Brasília. 2013.
- WERNECK, J.; IRACI, N. **A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações**. São Paulo: Criola-Geledés, 2016.
- ZABALA, M. L. Descolonizar la descolonización, desde los feminismos. In: MUJER, C. D. L. **Mujeres em diálogo: Avanzando hacia la despatriarcalización**. Bolivia: Presencia, 2012. p. 165-179.

ANEXOS

ANEXO 1

Carta das Mulheres aos Constituintes (1987)

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em novembro de 1985, lançou a Campanha MULHER E CONSTITUINTE. Desde então, o CNDM percorreu o país, ouviu as mulheres brasileiras e ampliou os canais de comunicação entre o movimento social e os mecanismos de decisão política, buscando fontes de inspiração para a nova legalidade que se quer agora. Nessa campanha, uma certeza consolidou-se: CONSTITUINTE PRÁ VALER TEM QUE TER PALAVRA DE MULHER.

Para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim, o direito à representação, à voz, e à vez na vida pública, mas implica ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar; o direito à educação, à saúde, à vivência familiar sem traumas. O voto das mulheres traz consigo essa dupla exigência: um sistema político igualitário e uma vida civil não autoritária.

Nós, mulheres, estamos conscientes que esse país só será verdadeiramente democrático e seus cidadãos e cidadãs verdadeiramente livres quando, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, orientação sexual, credo político ou religioso, condição física ou idade, for garantido igual tratamento e igual oportunidade de acesso às ruas, palanques, oficinas, fábricas, escritórios, assembleias e palácios.

Nesse importante momento, em que toda a sociedade se mobiliza para uma reconstituição de seus ordenamentos, gostaríamos de lembrar, para que não se repita o que mulheres já disseram no passado:

"Se não for dada a devida atenção às mulheres, estamos decididas a fomentar uma rebelião, e não nos sentiremos obrigadas a cumprir as leis para as quais não tivemos voz nem representação" (Abigail Adams, 1776).

Hoje, dois séculos após estas palavras, no momento em que a sociedade brasileira se volta para a elaboração de uma nova Constituição, nós mulheres, maioria ainda discriminada, exigimos tratamento especial à causa que defendemos.

Confiamos que os constituintes brasileiros, mulheres e homens, sobre os quais pesa a grande responsabilidade de refletir as aspirações de um povo sofrido e ansioso por melhores condições de vida, incorporem as propostas desta histórica campanha do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Eis o que nós, mulheres, reunidas em Encontro Nacional, no dia 26 de agosto de 1986, queremos:

I - Princípios Gerais

Para a efetivação dos princípios de igualdade é fundamental que a futura Constituição Brasileira:

1. Estabeleça preceito que revogue automaticamente todas as disposições legais que impliquem em classificações discriminatórias;

2. Determine que a afronta ao princípio da igualdade constituirá crime inafiançável;

3. Acate, sem reservas, as convenções e tratados internacionais de que o país é signatário, no que diz respeito à eliminação de todas as formas de discriminação;

4. Reconheça a titularidade do direito de ação aos movimentos sociais organizados, sindicatos, associações e entidades da sociedade civil, na defesa dos interesses coletivos.

Leis complementares e demais normas deverão garantir a aplicabilidade desse princípio.

II - Reivindicações Específicas

Família

A nova Constituição deverá inspirar diversas mudanças na legislação civil, estabelecendo:

1. A plena igualdade entre os cônjuges no que diz respeito aos direitos e deveres quanto à direção da sociedade conjugal, à administração dos bens do casal, à responsabilidade em relação aos filhos, à fixação do domicílio da família, ao pátrio poder.

2. A plena igualdade entre o casal no que concerne ao registro de filhos.

3. A plena igualdade entre os filhos, não importando o vínculo matrimonial existente entre os pais.

4. A proteção da família, seja ela instituída civil ou naturalmente.

5. Acesso da mulher rural à titularidade de terras em planos de Reforma Agrária, qualquer que seja seu estado civil.

6. A maternidade e a paternidade constituem valores sociais fundamentais, devendo o Estado assegurar os mecanismos do seu desempenho.

7. A lei coibirá a violência na constância das relações familiares, bem como o abandono dos filhos menores.

Trabalho

A legislação trabalhista, usando por base o princípio constitucional de isonomia, deve garantir:

1. Salário igual para trabalho igual;

2. Igualdade no acesso ao mercado de trabalho e na ascensão profissional;

3. Extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários, de forma plena, às empregadas domésticas e às trabalhadoras rurais;

4. Igualdade de tratamento previdenciário entre homens e mulheres, devendo ser princípio orientador da legislação trabalhista a proteção à maternidade e ao aleitamento através de medidas como: à garantia do direito à mulher gestante; extensão do direito à creche no local do trabalho e moradia para as crianças de 0 a 6 anos, filhos de mulheres e homens trabalhadores;

5. Estabilidade para a mulher gestante;

6. Licença ao pai nos períodos natal e pós-natal;

7. Licença especial às pessoas no momento da adoção, sem prejuízo do emprego e do salário, independentemente da idade do adotado;
8. Proteção à velhice com integralidade salarial em casos de aposentadoria ou pensão por morte;
9. Eliminação do limite de idade para prestação de concursos públicos;
10. Direito do marido ou companheiro a usufruir dos benefícios previdenciários decorrentes da contribuição da esposa ou companheira;
11. Extensão dos direitos previdenciários dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais, homens e mulheres;
12. Direito de aposentadoria especial aos trabalhadores rurais: 50 anos de idade para as mulheres e 55 anos para os homens, bem como aposentadoria por tempo de serviço aos 25 anos para as mulheres e 30 anos para os homens, com salário integral;
13. Direito de sindicalização para os funcionários públicos;
14. Salário-família compatível com a realidade, extensivo aos menores de 18 anos.

Saúde

1. O princípio 'a saúde é um direito de todos e dever do Estado' na especificidade 'mulher', deve garantir que as ações de saúde prestadas à população sejam entendidas como atos de coparticipação entre todos e o Estado, envolvendo direitos e deveres de ambos.

1.1 Criação de um Sistema Único de Saúde constituído a partir de uma nova política nacional de saúde e implementado por serviços públicos de saúde coletiva e assistência médica integrados; submetendo-se os serviços privados às diretrizes e controle do Estado.

1.2 O Sistema Único de Saúde deve ser gerido e fiscalizado pela população organizada que, através de Conselhos Comunitários, deverá participar das decisões sobre Programas e Financiamentos.

2. Garantia de assistência integral à Saúde da Mulher em todas as fases de sua vida, independentemente de sua condição biológica de procriadora, através de programas governamentais discutidos, implementados e controlados com a participação das mulheres.

3. Proibição de toda e qualquer experimentação com mulheres e homens, de substâncias, drogas, meios anticoncepcionais, que atentem contra a saúde e não sejam de pleno conhecimento dos usuários nem fiscalizados pelo poder público e a população.

3.1 Fiscalização da produção, venda, distribuição e comercialização de meios químicos e hormonais de contracepção, proibindo a comercialização de drogas em fase de experimentação, por empresas nacionais ou multinacionais.

4. Garantia a todos os cidadãos, homens e mulheres, contribuintes ou sujeitos de direito, da igualdade de tratamento em todas as ações da Previdência Social.

5. Será vedada ao Estado e a entidades nacionais e estrangeiras toda e qualquer ação impositiva que interfira no exercício da sexualidade. Da mesma forma, será vedado ao Estado e a entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, promover o controle da natalidade.

6. Será garantido à mulher o direito de conhecer e decidir sobre o seu próprio corpo.

7. Será garantido à mulher o direito de amamentar seus filhos ao seio.

8. O Estado reconhecerá à maternidade e à paternidade relevante função social, garantindo aos pais os meios necessários à educação, creche, saúde, alimentação e segurança de seus filhos.

9. Garantia de livre opção pela maternidade, compreendendo-se tanto a assistência ao pré-natal, parto e pós-parto, como o direito de evitar ou interromper a gravidez sem prejuízo para a saúde da mulher.

10. É dever do Estado oferecer condições de acesso gratuito aos métodos anticoncepcionais, usando metodologia educativa para esclarecer os resultados, indicações, contra-indicações, vantagens e desvantagens, alargando a possibilidade de escolha adequada à individualidade de cada mulher e ao momento específico de sua história de vida.

Educação e Cultura

1. A educação, direito de todos e dever do Estado, visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, dentro dos ideais de defesa da democracia, do aprimoramento dos direitos humanos, da liberdade e da convivência solidária.

1.1 A educação dará ênfase à igualdade dos sexos, à luta contra o racismo e todas as formas de discriminação, afirmando as características multiculturais do povo brasileiro.

1.2 O ensino da história da África e da cultura afro-brasileira deverá ser obrigatório desde a educação básica.

2. A educação é prioridade nacional e cabe ao Estado responsabilizar-se para que seja universal, pública, gratuita, em todos os níveis e períodos, desde o primeiro ano da criança.

2.1 É dever do Estado combater o analfabetismo.

3. Os recursos públicos deverão destinar-se exclusivamente à escola pública objetivando a qualidade do ensino, sua expansão e manutenção.

3.1 Cabe ao Estado atenção especial à formação dos agentes da educação e às condições em que exercem o seu trabalho, visando a qualidade do ensino.

4. O Estado deverá dar atenção especial aos alunos portadores de deficiências físicas ou mentais.

5. Caberá ao Estado garantir o acesso da mulher, rural e urbana, a cursos de formação, reciclagem e atualização profissional.

6. É dever do Estado zelar para que a educação e os meios de comunicação estejam a serviço de uma cultura igualitária.

6.1 O Estado garantirá perante a sociedade a imagem social da mulher, como trabalhadora, mãe e cidadã responsável pelos destinos da nação, em igualdade de condições com o homem, independentemente da origem étnico-racial.

7. O Estado assegurará a liberdade de pensamento e expressão; a liberdade de produção, distribuição e divulgação do produto cultural pelos meios de comunicação social, desde que não veiculem preconceitos e estereótipos discriminatórios.

8. Deverão ser incorporados aos estudos e estatísticas oficiais dados relativos a sexo, raça e cor.

Violência

1. Criminalização de quaisquer atos que envolvam agressões físicas, psicológicas ou sexuais à mulher, fora e dentro do lar.

2. Consideração do crime sexual como "crime contra a pessoa" e não como "crime contra os costumes", independentemente de sexo, orientação sexual, raça, idade, credo religioso, ocupação, condição física ou mental ou convicção política.

3. Considerar como estupro qualquer ato ou relação sexual forçada, independente do relacionamento do agressor com a vítima, de ser essa última virgem ou não, ou do local em que ocorra.

4. A lei não dará tratamento nem preverá penalidade diferenciados aos crimes de estupro e atentado violento ao pudor.

5. Será eliminada da lei a expressão "mulher honesta".

6. Será garantida pelo Estado a assistência médica, jurídica, social e psicológica a todas as vítimas de violência.

7. Será punido o explorador ou a exploradora sexual da mulher e todo aquele que a induzir à prostituição.

8. Será retirado da lei o crime de adultério.

9. Será responsabilidade do Estado a criação e manutenção de albergues para mulheres ameaçadas de morte, bem como o auxílio à sua subsistência e de seus filhos.

10. A comprovação de conjunção carnal em caso de estupro poderá se realizar mediante laudo emitido por qualquer médico da rede pública ou privada.

11. A mulher terá plena autonomia para registrar queixas, independentemente da autorização do marido.

12. Criação de delegacias especializadas no atendimento à mulher em todos os municípios do país, mesmo naqueles nos quais não se disponha de uma delegada mulher.

Questões nacionais e internacionais

1. Garantia de integração, ao texto constitucional, dos Tratados e Convenções internacionais dos quais o Brasil é subscritor, que consagrem os direitos fundamentais, humanos e sociais, entre os quais os que proíbem tratamento discriminatório, com exigibilidade do seu cumprimento.

2. Reforma agrária com a distribuição de terras aos que nela trabalham, com a garantia de assistência técnica e crédito necessários.

3. Soberania na negociação da dívida externa, resguardando os interesses nacionais e do povo brasileiro.

4. Reforma tributária de forma a beneficiar os municípios.

5. Liberdade e autonomia sindicais.

6. Direito de greve extensivo a todas as categorias profissionais.

7. Política responsável de proteção ao meio ambiente.

8. Política de desenvolvimento tecnológico com a preservação do meio ambiente e da soberania nacional

9. Definição de uma política que mantenha a integridade das populações indígenas, impedindo o genocídio a que vêm sendo submetidas.

10. Democratização do Estado e das instituições, mediante revogação da Lei de Segurança Nacional e de toda a legislação repressiva.

11. Acesso às fichas de informação individual mantidas pelos órgãos de informação do governo.

12. Paz nas relações internacionais, apoio às manifestações contra a corrida armamentista e impedimento à experimentação nuclear no Brasil.

13. Política externa baseada no princípio de auto-determinação dos povos e de não-ingerência, vedada qualquer participação em agressões externas, salvo para a defesa do território nacional.

14. Respeito ao princípio de independência entre os três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, buscando-se o princípio de que todo o poder emana do povo.

15. Política de não-relacionamento de qualquer espécie com países que praticam o preconceito racial.

CONSTITUINTE PRA VALER TEM QUE TER DIREITOS DAS MULHERES

ANEXO 2

Carta das Mulheres Negras 2015

Nós, mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha. Inspiradas em nossa ancestralidade somos portadoras de um legado que afirma um novo pacto civilizatório.

Somos meninas, adolescentes, jovens, adultas, idosas, heterossexuais, lésbicas, transexuais, transgêneros, quilombolas, rurais, mulheres negras das florestas e das águas, moradoras das favelas, dos bairros periféricos, das palafitas, sem teto, em situação de rua.

Somos trabalhadoras domésticas, prostitutas/profissionais do sexo, artistas, profissionais liberais, trabalhadoras rurais, extrativistas do campo e da floresta, marisqueiras, pescadoras, ribeirinhas, empreendedoras, culinárias, intelectuais, artesãs, catadoras de materiais recicláveis, yalorixás, pastoras, agentes de pastorais, estudantes, comunicadoras, ativistas, parlamentares, professoras, gestoras e muitas mais.

A sabedoria milenar que herdamos de nossas ancestrais se traduz na concepção do Bem Viver, que funda e constitui as novas concepções de gestão do coletivo e do individual; da natureza, política e da cultura, que estabelecem sentido e valor à nossa existência, calcados na utópica de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os).

Na condição de protagonistas oferecemos ao Estado e a Sociedade brasileiros nossas experiências como forma de construirmos coletivamente uma outra dinâmica de vida e ação política, que só é possível por meio da superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de discriminação, responsáveis pela negação da humanidade de mulheres e homens negros.

Declaramos que a construção desse processo se inicia aqui e agora.

Por tudo isso, nós Mulheres Negras estamos em Marcha para exigir o fim do racismo e da violência que se manifestam no genocídio dos jovens negros; na saúde, onde a mortalidade materna entre mulheres negras está relacionada à dificuldade do acesso a esses serviços, à baixa qualidade do atendimento aliada à falta de ações e de capacitação de profissionais de saúde voltadas especificamente para os riscos a que as mulheres negras estão expostas; da segurança pública cujos operadores e operadoras decidem quem deve viver e quem deve morrer mediante a omissão do Estado e da sociedade para com as nossas vidas negras.

Marchamos pelo direito à vida, pelo direito à humanidade, pelo direito a ter direitos e pelo reconhecimento e valorização das diferenças. Marchamos por justiça, equidade, solidariedade e bem-estar que são valores inegociáveis, diante da pluralidade de vozes que coabitam o planeta e reivindicam o Bem Viver.

Convocamos a sociedade brasileira para a construção deste novo pacto civilizatório, para uma sociedade onde todas e todos possam viver plenamente a igualdade de direitos e oportunidades.

Para a consolidação desse Pacto de consenso, é necessário que Estado e Sociedade acolham as seguintes reivindicações:

DIREITO À VIDA E À LIBERDADE

Garantir o direito à vida da população negra, em geral, e da mulher negra, em particular, como um direito fundamental que não pode ser violado sob nenhuma hipótese. Tal garantia deve ser acompanhada de condições sociais, políticas, econômicas, ambientais culturais, civis e políticas, para que possamos viver com dignidade, liberdade, livres do racismo patriarcal e de todas as formas de discriminação;

Assegurar o direito à liberdade garantindo o direito de ir e vir, de emitir opinião, de se expressar, de criar vínculos associativos sem a interpelação do Estado, tomando como referência os princípios éticos e dos Direitos Humanos preconizados em nossa Constituição;

- Garantir a laicidade do Estado face a quaisquer fundamentalismos religiosos;

Erradicar as desigualdades, considerando que possuem severo fundamento nas discriminações raciais e de gênero, tomando como parâmetro essencial a promoção de políticas públicas que possam garantir a dignidade das mulheres negras;

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

- Garantir o acesso às riquezas, aos bens comuns de forma igualitária, sustentável e coletiva, resguardando o ambiente da exploração predatória;
- Reconhecimento e visibilidade da trajetória coletiva e das nossas múltiplas realidades, que permanecem ocultas sob o peso de narrativas que nos associam à carência, ao atraso e à incapacidade intelectual e política.
- Fomentar a participação na política nos espaços de decisão e nos órgãos públicos, garantindo a paridade e as condições materiais e simbólicas para o empoderamento e o fortalecimento da participação das mulheres negras nas quadras do poder;
- Promover a reforma do sistema político brasileiro visando a constituição de novos parâmetros para a democracia brasileira, para o exercício do poder, suscitando a participação dos grupos excluídos do processo de decisão e reorganizando as formas de representação e de expressão dos interesses dos diferentes grupos e do controle social do Estado;
- Ratificar e assegurar o cumprimento das deliberações dos protocolos, pactos, declarações, convenções, planos de ações regionais (OEA) e internacionais (ONU), ratificando e referendando esses compromissos. Tomar como parâmetros indicadores nacionais e internacionais para o monitoramento do cumprimento dessas medidas, que

também poderão levar em conta outros indicadores tais como, o bem-estar psicológico, a saúde, o uso do tempo, a vitalidade comunitária, a educação, a cultura, o meio ambiente, a governança e o padrão de vida. Implantar as políticas preconizadas no Estatuto da Igualdade racial (Lei no. 12288 de 20/07/2010), bem como o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), incentivando a organização do Sistema nas esferas estaduais e municipais, a partir de suporte financeiro e técnico; Exigir do poder público, nas três esferas de governo, orçamento adequado para a implementação das políticas de promoção da igualdade racial contra o racismo, a violência e pelo bem viver;

DIREITO AO TRABALHO, AO EMPREGO E À PROTEÇÃO DAS TRABALHADORAS NEGRAS EM TODAS AS ATIVIDADES

- Garantir a oportunidade e acesso a postos de trabalho e emprego, com remuneração justa e adequada, tendo como parâmetro a equidade racial, étnica, de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, geração, deficiências, de condição física e mental para o acesso e permanência nos postos de trabalho. Deve-se também assegurar legalmente a participação em atividades comunitárias e de organização sindical;
- Assegurar o exercício do trabalho em condições plenas de segurança, assentado na proteção à saúde das(os) trabalhadoras(es) e nos direitos previdenciários previstos em lei, no campo e na cidade;
- Erradicar definitivamente o trabalho análogo ao trabalho escravo e infantil em todo território nacional, garantindo a proteção e o desenvolvimento da(o) trabalhador(a) na área rural;
- Oferecer trabalho decente para migrantes negros oriundos de países latino-americanos e africanos;
- Demandar ao poder público o cumprimento da Lei Complementar no 150 de 01/06/15 que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico que garante a seguridade social e todos os direitos trabalhistas para todas as trabalhadoras domésticas;
- Promover a valorização do trabalho das mulheres negras, coibindo práticas discriminatórias no mercado de trabalho, tais como salários desiguais para funções e cargos iguais, entre outras;
- Garantir o exercício do trabalho em condições de segurança com proteção à saúde das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis, assegurando também todos os direitos trabalhistas e de seguridades social;
- Implementar políticas de ações afirmativas para o enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho (nas administrações centralizadas, autarquias, fundações, empresas públicas, privadas, nacionais, multinacionais e cooperativas);
- Assegurar o cumprimento pleno das Convenções 100, 111 e da agenda do Trabalho Descendente da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

DIREITO À TERRA, TERRITÓRIO E MORADIA/DIREITO À CIDADE

- Garantir a preservação, proteção, demarcação, homologação e registro incondicional das terras quilombolas, indígenas e de outros povos tradicionais. Necessário se faz também assegurar recursos orçamentários da União para a titulação das terras e para o desenvolvimento de políticas sociais econômicas voltados para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, com participação das(os) interessadas(os) nos processos de decisão;
- Criar condições para permanência e retorno da população negra ao campo, especialmente a juventude e promoção de políticas e leis que protejam, preservem e recuperem as sementes nativas e crioulas. Deve-se salientar que os mecanismos governamentais de compra e distribuição de sementes devem respeitar as formas tradicionais de organização local da agricultura familiar, camponesa e dos povos tradicionais e estimular a formação de estoques de sementes;
- Implementar a reforma agrária e oferecer recursos para o dinamismo da agroecologia;
- Apoiar, com recursos financeiros e técnicos, as práticas tradicionais de troca, seleção e venda pelas(os) agricultoras(es) familiares e pelas comunidades tradicionais;
- • Exigir o reconhecimento e a garantia dos direitos de trabalhadoras(es) do campo, valorizando a remuneração justa e equitativa e o fim da violência e da discriminação contra as mulheres.
- Garantir o Direito a Cidade por meio do reconhecimento da função social da propriedade, para assegurar moradias e acesso a serviços na cidade; contribuindo assim para o fortalecimento dos interesses coletivos sociais, culturais e ambientais em detrimento dos interesses individuais e econômicos.
- Assegurar as mulheres negras o acesso à serviços sociais básicos, referentes à mobilidade, ao esporte e lazer, ao patrimônio natural e cultural;
- Assegurar moradia digna para todas(os), priorizando a segurança da posse e impedindo os despejos forçados, remoções e o monopólio sobre a terra;
- Promover a urbanização de favelas e prevenção de riscos, priorizando a segurança da posse e o respeito de todos os direitos humanos.

JUSTIÇA AMBIENTAL, DEFESA DOS BENS COMUNS E A NÃO-MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA

- Erradicar o racismo ambiental, promovendo políticas ambientais que:
 1. (a) Impeçam a remoção e a desocupação para a extração do patrimônio ambiental e de outras riquezas, o uso de agrotóxicos e outros venenos na agricultura e nas outras culturas de criação de animais e o despejo de detritos e lixo em áreas onde a população negra habita;
 2. (b) Destroem o ambiente e a cultura das comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas;

- Promover fontes alternativas de energia limpa, bem como a democratização, descentralização e gestão pública da energia de maneira a garantir o direito das comunidades tradicionais e das populações do meio rural ao seu acesso;
- Reparar e indenizar as populações, especialmente das mulheres negras, afetadas por megaprojetos e processos industriais e de mineração atingidos por barragens e por desastres naturais;
- Ampliar o acesso universal a água potável, limpeza urbana e ao saneamento básico;
- Promover a soberania alimentar e o acesso a alimentação saudável, adequada e com qualidade, livre de agrotóxicos e não transgênicos.

DIREITO À SEGURIDADE SOCIAL (SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL)

- Assegurar às mulheres negras as políticas de seguridade social, por meio do acesso a serviços essenciais de saúde, assistência e previdência social;
- Erradicar o racismo institucional nas organizações públicas e privadas e em suas diferentes políticas, planos e programas de ação;
- Implantar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Sistema Único de Saúde;
- Ampliar a Política Nacional de Atenção Integral à pessoa com Doença Falciforme para todo o território nacional, a partir de um conjunto de medidas, como o fomento a pesquisas e técnicas de atenção e assistência;
- Descriminalizar o aborto e garantir o atendimento ao aborto legal na rede pública, bem como os procedimentos de profilaxia às mulheres em situação de violência, incluindo também o acesso a pílula do dia seguinte;
- Assegurar a estruturação e o aparelhamento dos equipamentos de saúde da rede pública, especialmente daqueles voltados para o atendimento à saúde da mulher, incluindo recursos humanos especializados e outros insumos necessários;
- Erradicar a mortalidade materna de mulheres negras, aprimorando as políticas em curso e incluindo o quesito cor na avaliação de risco;
- Implantar políticas de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos nas áreas da educação, da saúde e da segurança, garantindo o respeito à livre orientação sexual, as identidades de gênero, a autonomia do corpo da mulher o direito ao aborto, bem como promover ações voltadas para a saúde sexual e saúde reprodutiva.

DIREITO À EDUCAÇÃO

- Demandar ao Ministério da Educação (MEC) e das Universidades a efetivação e ampliação dos programas e das políticas de assistência voltados para a permanência dos alunos que ingressaram nas universidades por meio do sistema de cotas e de outras políticas de inclusão;
- Garantir a efetivação de mecanismo de implantação das diretrizes curriculares sobre a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena previstas no artigo

(26.A da LDB, Leis 10.639 e 11.645), com aprimoramento dos currículos formação continuada, bem como elaborar e difundir materiais didáticos, paradidáticos e pedagógicos sobre a temática, direcionados aos profissionais da educação;

- Fortalecer políticas públicas voltadas para a redução da evasão escolar, defasagem idade-série dos alunos pertencentes aos grupos étnicos e raciais discriminados.

DIREITO À JUSTIÇA

- Promover a proteção contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata assegurando que todas as pessoas tenham acesso aos remédios eficazes e usufruam do direito ao acesso ao sistema de justiça e de outras instituições para solicitarem reparação ou satisfação justas e adequadas pelos danos ocasionados por tais formas de discriminação.
- Adotar as medidas necessárias, como previsto na legislação nacional, para assegurarem o direito das vítimas em obterem reparação e satisfação justas e adequadas relativas aos atos de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e a formularem medidas efetivas para prevenção da repetição de tais atos;
- Promover políticas de enfrentamento à violência contra a população negra, em especial, aquela que acomete as mulheres negras, visando assegurar a vida, a segurança e a paz;
- Erradicar o racismo institucional em todas as instâncias do sistema de justiça.
- Assegurar políticas de prevenção e enfrentamento ao encarceramento da população negra, em especial das mulheres negras;
- Assegurar ações de enfrentamento às violações do direito de culto e crença, com vistas a combater a discriminação contra as religiões de matriz africana;
- Retirar de todos os órgãos do sistema de justiça símbolos de qualquer religião, considerando a laicidade do estado brasileiro;
- Apoiar a criação de varas especializadas para tratar as questões raciais no poder judiciário;
- Incentivar a criação de um núcleo de atendimento de questões raciais na defensoria pública;
- Incentivar a geração de dados sobre o sistema de justiça para que possa ser criada jurisprudência em casos de racismo;
- Promover campanhas contra a violência e os homicídios que ceifam a vida da juventude negra, bem como promover ações de reparação dos danos causados às famílias.

DIREITO À CULTURA, INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO

- Ampliar e efetivar ações afirmativas para as culturas negras nas políticas e programas de incentivo à produção cultural em todos os níveis.
- Implementar e consolidar as ações para inventariar, restaurar e proteger o patrimônio cultural material e imaterial das culturas afro-brasileiras, especialmente das

comunidades quilombolas e de matrizes africanas, promovendo a valorização dos conhecimentos e culturas destes segmentos;

- Garantir e promover ações de enfrentamento à intolerância às religiões de matriz africana que afetam os terreiros e os adeptos dessas religiões.
- Promover campanhas que eliminem a veiculação de estereótipos de gênero, raça/etnia, geracional, orientação sexual nos meios de comunicação (públicos e privados) e nas produções, conteúdos, programas e materiais didáticos;
- Criar novos/outros regimes de visibilidade da população negra, em particular das mulheres negras, apoiado em outro imaginário capaz de romper com os códigos racistas e sexistas que compõem os discursos circulantes;
- Estimular maior participação de profissionais negros, especialmente das mulheres negras, na estrutura ocupacional da mídia e dos sistemas de entretenimento;
- Inserir nas discussões relativas à democratização da mídia no Brasil, o tópico da pluralidade com vistas a contemplar as múltiplas vozes, estéticas e perspectivas dos grupos etnicorraciais que compõem a nação brasileira;
- Fortalecer as mídias populares e comunitárias; garantir participação e a representatividade da mulher negra nos meios; proibir o repasse de verbas públicas para veículos de comunicação que induzem ao racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia.
- Garantir a todas as pessoas, independentemente da condição socioeconômica ou da localidade, acesso a um serviço de banda larga de qualidade, barato e rápido.
- Exigimos o fim dos oligopólios e monopólios de mídia, a transparência nas concessões de canais de rádio e televisão, o fortalecimento da comunicação pública e comunitária, e a diversidade e a pluralidade de conteúdo nos meios de comunicação do Brasil.

SEGURANÇA PÚBLICA

- Erradicar o racismo institucional das políticas de segurança, coibindo o uso da violência racial que produz altos índices de homicídios contra a população negra, por meio de políticas de segurança pública, baseadas em Direitos Humanos;
- Promover a participação, o delineamento e o controle social das políticas de segurança pública, considerando, fundamentalmente, a participação da população negra nos conselhos deliberativos dessas políticas;
- Promover ações de enfrentamento ao genocídio da juventude negra, com a participação ativa dos grupos envolvidos;
- Promover campanhas articuladas entre os órgãos públicos e privados contra a violência racial, levando as demandas da população negra, em especial, das mulheres negras;
- Ampliar o número de serviços para a atenção às mulheres negras vítimas de violência sexual e intrafamiliar, bem como, para os crimes raciais.

Brasília, 18 de novembro de 2015. Marcha de Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e o Bem Viver.

ANEXO 3

Carta da IX Jornada da Lei Maria da Penha São Paulo – Agosto de 2015

Nós, participantes da IX Jornada da Lei Maria da Penha, realizada nos dias 10 e 11 de agosto de 2015, assumimos o compromisso de promover a aplicabilidade da Lei Maria da Penha em nossas regiões e órgãos e encaminhamos ao Egrégio Conselho Nacional de Justiça, por meio desta Carta, as sugestões aqui aprovadas:

I - A criação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Domestica e Familiar contra a Mulher objetivando a implementação das seguintes políticas públicas:

- a. Criação de um sistema informatizado que tenha capacidade para o fornecimento de dados estatísticos do judiciário nacional sobre o perfil das vítimas dentre outras informações que possam subsidiar com maior eficiência políticas públicas de prevenção.
- b. Proposição de Termo de Parceria com o Poder Executivo com o objetivo de incorporar aos currículos de escolas e faculdades matérias e programas que abordem a temática da Lei Maria da Penha e da Cultura da Não Violência.
- c. Fomentar a constante comunicação entre as instituições (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB, Delegacias da Mulher, Secretaria de Segurança Pública, etc.), com a utilização de mecanismos eletrônicos e digitais (WhatsApp, e-mail, grupos temáticos, etc.), visando melhor implementação das ações desenvolvidas.
- d. Criação de Casas especializadas para acolhimento, tratamento assistencial e psicológico, educação, profissionalização e apoio ao desenvolvimento da auto estima e independência financeira das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.
- e. Recomendação aos Tribunais para criação dos núcleos de atendimento aos agressores domésticos, incentivando, em especial, a implementação de centros de tratamentos aos agressores e às crianças e adolescentes de seu núcleo familiar envolvidos à violência.
- f. Comprometimento institucional dos tribunais de justiça a fim de evitar que a cada mudança de gestão haja uma desmobilização do apoio e acompanhamento dos trabalhos de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.
- g. Estabelecimento de parcerias com as Instituições de Ensino Superior para colaboração com as Coordenadorias Estaduais objetivando a prestação de serviços de apoio técnico especializado.
- h. Incentivo aos Tribunais de Justiça para cumprimento da Resolução 128 do Conselho Nacional de Justiça que prevê a criação de Varas exclusivas, especializadas, nas capitais e no interior, com juízes titulares, para a prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

i. Desenvolvimento de cursos e treinamentos, pelas escolas da magistratura objetivando uma maior sensibilização dos juízes e servidores para o tema relacionado à Lei Maria da Penha.

II - O estabelecemos das seguintes metas de trabalho:

1. Fomentar a priorização, nas Varas não especializadas, do trâmite e do julgamento dos processos que abordem a temática da Violência Doméstica e Familiar;

2. Compromisso com o acompanhamento legislativo de projetos relacionados aos Direitos da Mulher.

3. Desenvolver as diretrizes de investigação nos moldes dos padrões internacionais de direitos humanos.

5. Promoção de programas de encorajamento de denúncias contra a violência doméstica e familiar contra a mulher.

6. Fomentar a efetividade, acompanhamento e fiscalização do cumprimento de medidas protetivas, por meio de monitoramento eletrônico ou outro recurso que possibilite uma resposta rápida ao desrespeito destas medidas.

7. Fomentar a adoção da Recomendação CEDAW 33, cujo Comitê insta o Estado viabilizar o acesso à justiça, especificamente: a) Tomar medidas para reduzir o número de mulheres em conflito com a lei, inclusive com a oferta de programas específicos de prevenção destinados a combater as causas da criminalidade das mulheres; b) Tratar a situação das mulheres e meninas em situação prisional, por meio do desenvolvimento de políticas, estratégias e programas abrangentes, destinados a facilitar o seu acesso à justiça e garantir um julgamento justo, em especial para as mulheres indígenas, e proporcionar educação, programas de reabilitação e reassentamento para as mulheres e meninas, e c) Melhorar as condições das instalações das mulheres em situação prisional, de acordo com os padrões internacionais, para resolver problemas de superlotação nas prisões, garantir celas e casa de albergados separadas para homens e mulheres presos e assegurar serviços de saúde adequados, em especial para as mulheres grávidas.

Fica estabelecido, em continuidade ao trabalho desenvolvido nas Jornadas sobre a Lei Maria da Penha, que este encontro continuará a se realizar anualmente, com o objetivo de avaliar o cumprimento da referida Lei.

ANEXO 4

Produção bibliográfica no campo do direito associada à temáticas sobre mulher(es), feminismo, gênero, racismo

Ano	Autoria	Título do trabalho	Editora
1911	Alberto Sarmiento	Tráfico de mulheres: lenocínio	Rothschild e Companhia Revista dos Tribunais
1929	Honorio Fernanes Monteiro	Da Mulher Casada Comerciante Manual Prático de Direito da Mulheres: estudo da condição da mulher do direito civil, industrial, comercial e no direito publico	A. Coelho Branco Filho
1932	Francisco de Paula de Oliveira Francisco José Viveiros de Castro	Os Delictos Contra a Honra da Mulher	Freitas Bastos
1941	Ilnah Pacheco Secundino	A Mulher do Divorcio	O Guaíra
1951	Rosah Russomano de Mendonça Lima	A Mulher, o Lar e o Direito	Globo
1959	Salvador de Maio	O Poder da Mulher e a Deliquencia	Ipiranga Imprensa Universitária Ceará
1962	João Batista Cascudo Rodrigues	A Mulher Brasileira: Direitos Políticos e Civis	Reper
1967	Humberto Grande	Educação Cívica das Mulheres	LEUD
1971	Alfredo Farhat	A Mulher Perante o Direito	Juriscredi
1972	Vicente Sabino Junior	A emancipação sócio-jurídica da mulher	São José
1973	Nelson Carneiro	Abc da Mulher e do Divórcio	José Konfino
1975	Hernani Estrella	Direitos da Mulher	
1976	Divaldo Montenegro	O uso pela Mulher do Sobrenome do Companheiro	Ed. Rio
1977	Rosita Martins de Lacerda	Direitos da Mulher Casada Interpretados Pelos Tribunais	Ed. Rio
1978	Silvia Pimentel	Evolução dos direitos da mulher: norma, fato, valor	Revista dos Tribunais
1978	Orlando Soares	A Evolução do Status Jurídico-social da Mulher	Ed. Rio
1980	Elizabeth Marie (org)	Aborto: Um direito da mulher sobre seu próprio corpo	Proposta Editorial
1980	Helina de Moura Luz Rocha	Os Direitos da Mulher Casada Jurisprudencia dos Direitos da Mulher	Tecnoprint Revista dos Tribunais
1980	Rubens Limongi França	Casada	
1980	Branca Moreira Alves	Ideologia e feminismo : a luta da mulher pelo voto no Brasil	Vozes
1981	Elba Siqueira de Sá Barreto, Esmeraldo Vailati Negrão, Fernando Correa Barone, Fúlvia Rosemberg, Madalena Sofia Mitiko Wada, Maria Machado Malta Campos, Maria Lúcia de Barros Mott e Regina Pahim Pinto	Mulher Brasileira - Bibliografia Anotada 2	Fundação Carlos Chagas; Brasiliense

1983	Mariza Corrêa	Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais	Graal
1983	Vera Tolkunova	O direito das mulheres ao trabalho na URSS	Progresso
1983	Carlos Roberto de Siqueira Castro	O Princípio da Isonomia e a Igualdade da Mulher no Direito Constitucional	Forense
1984	Maria Lucia Davila Pizzolante Valdeana Vieira Casas	Guia dos Direito da Mulher	Nordica
1985	Ferreira	A Mulher Casada no Direito Civil Brasileiro	Forense
1986	Irede Cardoso e José Eduardo Martins Cardoso	O Direito da Mulher na Nova Constituição	Global
1986	Therezinha C. Santos Prado	Direito da Mulher Trabalhadora	São Paulo
1986	Mário Prunes Lourenço	Homens e mulheres sozinhos: situação jurídica ativa e passiva	Max Limonad Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
1987	Danielle Ardaillon e Guita Grin Debert	Quando a vítima é mulher: análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídios	
1987	Silvia Pimentel	A mulher e a Constituinte: uma contribuição ao debate	Educ
1987	Florisia Verucci	A mulher e o direito	Nobel
1987	RIBEIRO, Ivete (org.)	Família e valores	Loyola
1987	Maria Tereza Verardo	Aborto: um direito ou um crime?	Moderna
1988	José Aristodemo Pinotti e Anibal Faundes	A Mulher e seu Direito a Saúde: por uma política de saúde no Brasil	Manole Núcleo de Estudos sobre a Mulher (PUC do Rio de Janeiro)
1989	Fanny Tabak	A nova ordem legal: mulheres na Constituinte	
1989	Maria Angela Berloff e Norma Kyriakos (org)	A mulher advogada: lutas e conquistas: anais do 1. Congresso da Mulher Advogada	OAB
1989	Nisia Floresta Brasileira Augusta	Direitos das mulheres, injustiças dos homens.	Cortez
1990	Robertto Salles Cunha	Os Novos Direitos da Mulher: de acordo com a nova constituição	Atlas
1991	Silvia Pimentel e Rebecca Cook	Leis e políticas sobre o aborto - desafio e oportunidades	Dag Gráfica Editorial
1991	Andre Carvalho e Alberto Barroca	Direitos da mulher	Lê
1992	Silvia Pimentel (org)	Mulher e direitos humanos na América Latina	Cladem
1992	Cloves Luiz Pereira Oliveira	A luta por um lugar: gênero, raça e classe: eleições municipais de Salvador-Bahia	UFBa
1993	Silvia Pimentel e Denise Dora	As mulheres e a construção dos direitos humanos	CLADEM
1993	Silvia Pimentel, Beatriz de Giorgi e Flávia Piovesan	A figura/personagem mulher em processos de família	Fabris Fundação Calouste Gulbenkian
1993	Tove Stang Dahl	O direito das mulheres: uma introdução à teoria do direito feminista	
1994	Maria Almeida Azevedo e Viviane Nogueira de Azevedo Guerra (Orgs.)	Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento	Cortez

1994	Leila Linhares Barsted	Violência contra a mulher e cidadania: uma avaliação das políticas públicas	CEPIA Rosa dos Tempos
1994	CEFEMEA	Guia dos Direitos da Mulher	
1995	Denise Dora (org.)	Feminino Masculino: igualdade e diferença na Justiça	Sulina
1995	Jacqueline Hermann; Leila Linhares Barsted	O Judiciário e a violência contra a mulher: a ordem legal e a (Des)ordem familiar	CEPIA
1995	Alice Monteiro de Barros	A Mulher e o Direito do Trabalho	LTr
1995	Gabriella Bonacchi e Angela Groppi (org)	O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres	Unesp
1996	Silvia Pimentel e Valeria Pandjarian	Percepções das mulheres em relação ao direito e à justiça	Fabris
1996	Sônia Aparecida Costa Nascimento	O Trabalho da Mulher: das Proibições para o Direito Promocional	LTr
1996	Iáris Ramalho Cortês	Guia dos Direitos da Mulher	CFEMEA
1996	Sergio Pinto Martins	Práticas Discriminatórias Contra a Mulher e Outros Estudos	LTr
1997	Carmen Heim Campos	Da Guerra à Paz: os direitos humanos das mulheres	Themis
1997	Leila Linhares Barsted, Jacqueline Hermann e Ruth Mesquita (org)	Mulher, Saúde e Cidadania: cuide da sua saúde e conheça seus direitos	CEPIA
1997	Sidnei Maximo João	O trabalho e o direito da mulher	Lumen Juris
1997	Ana Lucia Schritzmeyer, Silvia Pimentel e Valéria Pandjarian		
1998		Estupro: crime ou cortesia?	Fabris
1998	Denise Dora e Domingos da Silveira (org)	Direitos humanos, ética e direitos reprodutivos	Themis
1998	Wilson de Oliveira	A Mulher Em Face do Direito ao Alcance de Todos	Del Rey
1999	Lucelia Braghini	Cenas repetitivas de violência doméstica: um impasse entre Eros e Tanatos	UNICAMP
1999	Leila Linhares Barsted e Jacqueline Hermann (org)	As mulheres e os direitos civis (coleção traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero)	CEPIA
1999	Leila Linhares Barsted e Jacqueline Hermann (org)	As Mulheres e os Direitos Humanos	CEPIA
1999	Floriza Verucci	O Direito da Mulher Em Mutação: os desafios da igualdade	Del Rey
1999	Elida Séguin	O Direito da Mulher	Lumen Juris
1999	Carmen Heim Campos	Criminologia e Feminismo	Sulina
1999	Marcos Bahena	Alimentos: direitos iguais entre homem e mulher. Concubinato : união estável à luz da nova lei : Lei n. 9.278, de 10 de maio de 1996	LED
1999	Sylvia Maria Von Atzingen	Mulher - Cinco Séculos de Desenvolvimento na América	CREZ
1999	Loren Galvão e Juan Díaz (orgs.)	Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil: dilemas e desafios	HUCITEC

1999	Manuela Silva	A igualdade de gênero: caminhos e atalhos para uma sociedade inclusiva	CIDM
1999	Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos	Cairo-Brasil: 5 anos de experiências relevantes em saúde, direitos reprodutivos e sexuais	SOS CORPO - Gênero e Cidadania
1999	Florisia Verucci	A mulher no direito de família brasileira : uma história que não acabou	Instituto Teotônio Vilela
1999	Maruza Bastos	Cárcere de mulheres	Diadorim Adesa
1999	Mireya Suarez e Lourdes Bandeira (orgs)	Violência, gênero e crime no Distrito Federal	UNB
1999	Luiza Nagb Eluf	Crimes contra os costumes e de assédio sexual	Jurídica Brasileira
2.000	várias	Cadernos Themis - Gênero e Direito Ano 1 Nº 1	Sulina
2000	Tamayo Leon Giulia	Questão de Vida - Balanço regional e desafios sobre o direito das mulheres a uma vida livre de violência	CLADEM
2000	Ângela Maria Proença	As Margaridas uma Coletânea Sobre os Direitos da Mulher	Saae Mg
2000	Maria Rita D Angelo Seixas e Maria Luiza Dias	Violência Doméstica e a Cultura da Paz	Roca
2000	Lea Elisa Silingowschi Calil	História do direito do trabalho da mulher	LTr
2000	Maisa Mendonça, Jurema Werneck, Evelyn C. White	O livro da saúde das mulheres negras : nossos passos vêm de longe	Pallas
2001	Mariza Corrêa (org)	Gênero e cidadania	UNICAMP
2001	Leila Linhares Barsted, Jacqueline Hermann e Maria Elvira Vieira de Mello	As Mulheres e a Legislação Contra o Racismo	CEPIA
2001	Leila Linhares Barsted e Jacqueline Hermann	Instrumentos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos	CEPIA Católicas pelo Direito de Decidir
2001	Hunt Mary R.	Sexo bom - sexo justo: catolicismo feminista e direitos humanos	
2001	Luiz Carlos Azevedo	Estudo histórico sobre a condição jurídica da mulher no direito luso-brasileiro: desde os anos mil até o terceiro milênio	Revista dos Tribunais
2001	Silmara Juny de A. Chinelato e Almeida	Do Nome da Mulher Casada: Direito de Família e Direitos da Personalidade	Saraiva
2001	Naele Ochoa Piazzeta	O princípio da igualdade no direito penal brasileiro : uma abordagem de gênero	Livraria do Advogado
2001	Katia Elenise Oliveira da Silva	O papel do direito penal no enfrentamento da discriminação	Livraria do Advogado
2002	Maria Isabel Baltar da Rocha e Liège Rocha (coord)	Controle social : uma questão de cidadania : saúde é assunto para mulher	Rede Feminista de Saúde
2002	Maria Lygia Quartim de Moraes e Rubens Naves (org)	Advocacia Pro Bono Em Defesa da Mulher Vítima de Violência	UNICAMP
2002	Eva Alterman Blay (Org.)	Igualdade de oportunidades para as Mulheres: um caminho em construção	Humanitas

2002	Marilise Kostelnaki Bau, Elsita Collor Elesbao, Naele Ochoa Piazzeta, Amélia Balduino Sturmer, Maria de Lourdes Isaíá Pinheiro, Telma Sirlei Ferreira Favaretto, Adriana Mendes Oliveira de Castro	Pessoa, Gênero e Família - uma Visão Integrada do Direito	Livraria do Advogado
2002	Agende Ações Em Gênero Cidadania e Desenvolvimento	Direito Humanos das Mulheres Em Outras Palavras	Brasília
2002	Leila de Andrade Barsted e Jacqueline Herman	O Judiciário e a violência contra a mulher: a ordem legal e a (des)ordem familiar.	CEPIA
2002	Cadernos Themis	Direitos Sexuais	Themis
2002	Elisabete Aparecida Pinto	Ventres Livres - O Aborto Numa Perspectiva Étnica e de Gênero	Terceira Margem
2002	Samantha Buglione (org.); Rebecca J. Cook [et al.].	Reprodução e sexualidade: uma questão de justiça	Fabris
2002	Carmen Diana Deere; Magdalena León	O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina	UFRGS
2002	Carmen Heim Campos	Justiça consensual e violência doméstica	Themis
2002	Silvia Pimentel	Diagnóstico Nacional e Balanço Regional: Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos	CLADEM
2002	Valéria Pandjarian	Os estereótipos de gênero nos processos judiciais e a violência contra a mulher na legislação	UNICAMP
2002	Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos	Saúde e direitos da mulher	Rede Feminista de Saúde
2003	Letícia Franco de Araújo	Violência contra a mulher: ineficácia da justiça penal consensual	Lex
2003	Maria Amélia de Almeida Teles e Monica de Melo	O que é violência contra a mulher	Brasiliense
2003	Maria Alice Rodrigues	A Mulher no Espaço Privado: da Incapacidade à Igualdade de Direitos	Renovar
2003	Letícia Franco de Araújo	Violência Contra a Mulher: a ineficácia da justiça penal consensual	Lexmagister Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG)
2003	Ministérios das Relações Exteriores	A Defesa da Mulher. Instrumentos Internacionais	
2003	Geraldo Tadeu Moreira Monteiro	Construção Jurídica das Relações de Gênero: o processo de codificação civil na instauração da ordem liberal conservadora no Brasil	Renovar
2003	Álvaro Ricardo de Souza Cruz	O direito à diferença: as ações afirmativas como mecanismo de inclusão social de mulheres, negros, homossexuais e pessoas portadoras de deficiência	Del Rey
2004	Wania Pasinato Izumino	Justiça e Violência contra a Mulher: o papel do Sistema Judiciário na Solução dos Conflitos de Gênero	Annablume

2004	Leda Maria Hermann	Violência Doméstica e os Juizados Especiais Criminais	Servanda
2004	Rosilda Baron Martins e Marisa Marques Ribeiro	Violência doméstica contra a criança e o adolescente	Juruá
2004	Karina Melissa Cabral	Direito da Mulher - de Acordo Com o Novo Código Civil	De Direito
2004	Sonia Liane Reichert Rovinski	Dano psíquico em mulheres vítimas de violência	Lumenjuris
2004	Ações Em Gênero Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE)	10 Anos da Adoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher	AGENDE Livraria do Advogado
2004	Maria Berenice Dias	Conversando sobre a mulher e seus direitos	
2005	Magda Tomàs Ribes	Os Direitos Humanos das Mulheres nas Religiões no século XXI	Loyola
2005	Maria Betânia Ávila, Ana Paula Portella e Verônica Ferreira (orgs)	Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto	Garamond
2005	Vários (editora Senado Federal)	A Mulher e as Leis: Perguntas e Respostas para o Brasil do Século XXI	Senado Federal Católicas pelo Direito a Decidir
2005	Regina Soares Jurkewicz	Desvelando a Política do Silêncio: Abuso Sexual de Mulheres por Padres	
2005	Denise Passelo Valente Novais	Discriminação da mulher e o direito do trabalho	LTr
2005	Debora Diniz	Estudos sobre a violência sexual contra a mulher	UNB
2006	Maria Amélia de Almeida Teles	O que são Direitos Humanos da Mulher	Brasiliense
2006	Maria Amélia de Almeida Teles	Os cursos de direito e a perspectiva de gênero	Fabris Assembleia Legislativa do RS
2006	Raul Carrion	Lei Maria da Penha: na Luta pelo Fim da Violência Contra a Mulher no Brasil	
2006	Elise Nascimento e Kátia Soares Braga	Bibliografia Maria Da Penha - Violência Contra A Mulher No Brasil	Letras Livres; UNB Católicas pelo Direito de Decidir
2006	Raquel Martinez e Carmen Riquelme	Violência contra as mulheres: conversando a gente se entende	Yendis
2006	Annecy Tojeiro Giordani	Violências contra a mulher	Summus
2006	Caroline Howard (org)	Direitos humanos e mulheres encarceradas	
2006	Laís de Oliveira Penido (coord)	A igualdade dos gêneros nas relações de trabalho	Esmpu Núcleo de Estudos de Gênero - PAGU - UNICAMP
2006	Mariza Correa e Érica Renata de Souza	Vida Em Família: Uma Perspectiva Comparativa Sobre "Crimes de Honra"	

		Direitos Humanos das Mulheres: Doutrina, Prática, Jurisprudência, Modelos, Direitos Comparado, Estatísticas, Estudos de Casos, Comentários à Lei 11.349/06 (Lei Maria da Penha), Legislação Internacional e Coletânea de Norma	Juruá
2007	Amini Haddad Campos e Lindinalva Rodrigues Correa		
2007	Suely Souza de Almeida (org)	Violência de Gênero e Políticas Públicas	UFRJ
2007	Maria Claudia Crespo Brauner	Biodireito e Gênero	UNIJUI
2007	Leda Maria Hermann	Maria da Penha - lei com nome de mulher - violência doméstica e família	Servanda
2007	Sérgio Ricardo de Souza	Comentários à lei de combate à violência contra a mulher: Lei Maria da Penha 11.340/2006	Juruá
2007	Pedro Rui da Fontoura Porto	Violência Doméstica e familiar contra a mulher - Lei 11.340/06: Análise crítica e sistêmica	Livraria do Advogado
2007	André Guilheres Tavares de Freitas	Novas leis da violência doméstica contra a mulher e de tóxicos (lei 11.340/06 e 11.343/06)	Lumen Juris
2007	Altamiro de Araujo Lima Filho	Lei Maria da Penha Comentada	Mundo Jurídico
2007	Deise Leopoldi, Maria Amélia de Almeida Teles e Terezinha de Oliveira Gonzaga	Do silêncio ao grito contra a impunidade: o Caso Marcia Leopoldi	Fundo Nacional de Cultura - Ministério da Cultura
2007	Sandra Regina Viau	Guia de direitos para mulheres: a Lei Maria da Penha e o direito de família	Ceca
2007	Amini Haddad Campos e Lindinalva Rodrigues Correa	Direitos Humanos das Mulheres	Juruá
2007	Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal	Mulher e Direito Penal	Forense
2007	Arthur Pinto Lemos Júnior, Camilo Pileggi e Cesar Dario Mariano da Silva	Lei Maria da Penha, Lei de Drogas e Temas Variados	Espm
2007	Eleonora Zicari Costa de Brito	Justiça e Gênero: uma História da Justiça de Menores Em Brasília	UNB
2007	Paula Oliveira Cantelli	O trabalho feminino no divã: dominação e discriminação	LTr UNIFEM Brasil e Países do Cone Sul/Cotidiano Mulher
2007	Lia Zanotta Machado	Desafios Institucionais do Combate à Violência contra as Mulheres na América Latina e Caribe	
2008	Flávia Piovesan e Douglas Martins de Souza	Ordem jurídica e igualdade étnico-racial	Lumenjuris
2008	Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto	Violência Doméstica: Lei Maria da Penha Comentada artigo por artigo	Revista dos Tribunais
2008	Stela Valéria Soares de Fari Cavalcanti	Violência Doméstica: análise da Lei 11.340/06	JusPodivm
2008	Vitor Frederico Kumpel e Luiz Antonio de Souza	Violência doméstica e familiar contra a mulher	Método

2008	Adriana Ramos de Mello	Comentários à Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	Lumen Juris
2008	Ricardo Rodrigues Gama e Ana Cecília Parodi	Lei Maria da Penha: comentários à Lei nº 11.340/2006	Russell
2008	André Arruda	Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e Legislação Correlata - livro de bolso	Roma Victor
2008	Josefina Maria de Santana Dias	A Mulher e o Direito	Lex Magister
2008	João Baptista Herkenhoff	Mulheres no Banco dos Réus: o universo feminino sob o olhar de um juiz	Forense
2008	Francisco Pereira Costa	Lei Maria da Penha: aplicação e eficácia no combate à violência de gênero	Ufac
2008	Decio Luiz Jose Rodrigues Ivanilda Matias Gentle, Maria de Nazaré Tavares Zenaide e Valéria Maria Gomes	Comentários À Nova Lei de Tóxicos e Lei " Maria da Penha " (Violência Doméstica)	Imperium
2008	Guimarães	Gênero, diversidade sexual e educação: Conceituação e Práticas de Direito e de Políticas Públicas	UFPB
2008	Ana Flauzina	Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro	Contraponto
2008	Mônica Bara Maia (org)	Direito de decidir: múltiplos olhares sobre o aborto	Autentica Núcleo de Estudos de Gênero - PAGU- UNICAMP
2008	Guita Grin Debert, Maria Filomena Gregori, Marcella Beraldo de Oliveira (org)	Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Juri	Letra da Lei
2009	Elida Seguin	Direito, Relações de Gênero e Orientação Sexual	7 letras
2009	Bila Sorj e Aparecida Fonseca Moraes (org)	Gênero, Violência e Direitos na Sociedade	Edufal
2009	George Jerre Vieira Sarmento e Stela Cavalcanti	Violência Doméstica e Assédio Moral contra as Mulheres	Russel
2009	Ana Cecília Parodi e Ricardo Rodrigues Gama	Lei Maria da Penha: comentários à Lei n. 11.340/2006	Atlas
2009	Paulo Marco Ferreira Lima	Violência contra a mulher: o homicídio privilegiado e a violência doméstica	Lumen Juris
2009	Fausto Rodrigues de Lima e Claudiene Santos	Violência Doméstica: vulnerabilidade e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar	Imprensa Oficial do Estado SP
2009	Diva Nolf Nazario	Voto Feminino & Feminismo	Cfemea
2009	Soraya Fleischer (org.)	Vozes latino-americanas pela legalização do aborto - 20 anos de cidadania e feminismo	LTr
2009	Georgenor de Souza Franco Filho	Trabalho da mulher: homenagem a Alice Monteiro de Barros	Millennium
2009	Wilson Lavorenti	Violência e discriminação contra a mulher: tratados internacionais de proteção e o direito penal brasileiro	

2009	Yury Puello Orozco (org) Centro Latino-Americano em Sexualidade e direitos humanos	Religiões Em Diálogo: Violência Contra as Mulheres	Católicas pelo Direito de Decidir
2009		Gênero e diversidade na escola	CEPESC; SPM
2009	Márcia Neves	A violência contra a mulher no mercado de trabalho	E-papers
2009	José Ricardo Cunha (org)	Direitos humanos e poder judiciário no Brasil : federalização, Lei Maria da Penha e juizados especiais federais	FGV; CJUS
2009	Josefina Maria de Santana Dias (coord)	A mulher e a justiça	Aduaneiras
2009	Alessandra Campos Morato Ana Claudia Pompeu Torezan Andreucci e Patricia Tuma Martins Bertolin	Análise da relação sistema de justiça criminal e violência doméstica contra a mulher: a perspectiva de mulheres em situação de violência e dos profissionais responsáveis por seu acompanhamento	ESMPU
2010	(organizadoras)	Mulher, Sociedade e Direitos Humanos	Rideel
2010	Ísis Aparecida Conceição	Racismo Estrutural no Brasil e Penas Alternativas - Os Limites dos Direitos Humanos Acríticos	Juruá
2010	Isaac Sabba Guimarães e Romulo de Andrade Moreira	Lei Maria da Penha: aspectos criminológicos, de política criminal e do procedimento penal	Juruá
2010	Edson Luz Knippel e Maria Carolina de Assis	Violência Doméstica: a Lei Maria da Penha e as Normas de Direitos Humanos no Plano Internacional	Fabris
2010	Rosângela Lemos da silva	Direito à Justiça e a Lei Maria da Penha: uma análise na visão da isonomia material e formal	CRV
2010	Isabel Freitas	A seguridade social é um direito das mulheres : vamos à luta!	CFemea
2010	Tatiana Merlino e Igor Ojeda	Luta, Substantivo Feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura	Caros Amigos
2010	Carmem Miranda Gonçalves de Lacerda e Sidney Francisco Reis dos Santos	Debate Interdisciplinar Sobre os Direitos Humanos das Mulheres	Insular
2010	Lúcia Helena Cardoso	Violência doméstica e gênero: um recorte no universo feminino santa-cruzense	EDUNISC
2010	Damásio de Jesus	Violência contra a mulher: aspectos criminais da lei n. 11. 340/06	Saraiva Armazém da cultura
2011	Tião Simpatia	A Lei Maria da Penha em Cordel	
2011	Carmen Hein de Campos (org)	Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista	Lumenjuris
2011	Diversos autores	Direitos das Mulheres - Coleção Seus Direitos	melhoramentos

2011	Regina Soares Jurkewicz (org.)	Quem controla as mulheres: direitos reprodutivos e fundamentalismos religiosos na América Latina	Católicas pelo direito de decidir
2012	Maria Alves de Toledo Bruns e Célia Regina Vieira Souza-Leite	Gênero, Diversidades e Direitos Sexuais nos Laços da Inclusão	CRV
2012	Maria Berenice Dias	A Lei Maria da Penha na Justiça	RT
2012	Ivonete Granjeiro	Agressão conjugal mútua: justiça restaurativa e Lei Maria da Penha	Juruá
2012	Margareth Arbués (org.)	Gênero, violência e direitos humanos	Kelps
2012	Alcir de Matos Gomes	Discurso jurídico, mulher e ideologia: uma análise da Lei Maria da Penha	Cristal Indústria gráfica
	Patricia Rangel de Moraes, Ettiene A Duarte Ferro Oliveira, André Eduardo de Carvalho Zacarias e Débora Fernanda C. Z. Alarcon		
2012	Fernandes	Maria da Penha: comentários à lei 11.340-06 biológicos, criminais, históricos e psicológicos	Anhanguera
2012	Débora Bithiah de Azevedo e Marcio Nuno Rabat	Palavra de Mulher: Oito Décadas do Direito de Voto	Edições Câmara dos Deputados
2012	Ivonete Granjeiro	Agressão Conjugal Mútua: Justiça Restaurativa e Lei Maria da Penha	Juruá
2012	Candy Florencio Thome	O Princípio da Igualdade de Gênero e a Participação das Mulheres nas organizações sindicais de trabalhadores	LTr
2012	Gildanny Luiz	A Sociedade do Macho e a Violência contra a Mulher: violência machista, as leis e a sociedade brasileira	Clube de editores
2012	Patrícia Maria Figueredo	Assédio moral contra mulheres nas organizações	Cortez
2012	Regina Célia Lima Caleiro e Claudia de Jesus Maia	Mulheres, violência e justiça no norte de Minas	Annablume
2013	Eliane Rose Maio e Crishna Mirella de Andrade	Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: trajetórias escolares	EDUEM
2013	Lúcia Gonçalves de Freitas e Veralucia Pinheiro	Violência de Gênero, Linguagem e Direito: Análise de Discurso Crítica em processos na Lei Maria da Penha	Paco editorial
2013	Tamara Amoroso Gonçalves	Direitos Humanos das Mulheres e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos	Saraiva
2013	Felipe da Veiga Dias e Marli Marlene Moraes da Costa	Sistema Punitivo e Gênero: Uma Abordagem Alternativa a Partir dos Direitos Humanos	Lumenjuris
2013	Alice Bianchini	Lei Maria da Penha - Lei n. 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da Violência de Gênero	Saraiva
2013	Marcio Henrique Pereira Ponzilacqua (ORG).	Violência Doméstica, Agressão Sexual e Direito	CRV
2013	Sergio Ricardo de Souza	Lei Maria da Penha Comentada sob a nova perspectiva dos direitos humanos	Juruá

2013	Soraia da Rosa Mendes	Da carta das mulheres aos dias atuais: 25 anos de luta pela garantia dos direitos fundamentais das mulheres	IBDP
2013	George Salomão Leite, Glauber Salomão Leite e Carolina Valença Ferraz	Manual dos Direitos da Mulher	Saraiva
2013	Debora Cristina Thomaz Evangelista e Carolina Salbego Lisowski	Direito da mulher: desafios contemporâneos	Palmarinca
2013	Dominique de Paula Ribeiro	Violência contra a mulher	Gazeta Jurídica
2013	Paulo César Corrêa Borges (org.)	Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual: prostituição e trabalho sexual escravo	Cultura acadêmica
2013	Conselho Nacional de Justiça	O poder judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha	CNJ
2013	Tatiana Barreira Bastos	Violência Doméstica e familiar contra a mulher: análise da Lei Maria da Penha - Lei nº 11.040/2006	Verbo Jurídico
2014	Andréa de Sousa Gama	Trabalho, Família e Gênero: impactos dos Direitos do Trabalho e da Educação Infantil	Cortez
2014	Alessandra de Saldanha da Gama	Lei Maria da Penha esquematizada	Ferreira
2014	Janaina Rosa Brostolin	Lei Maria da Penha: comentários à Lei 11.340/2006 e à Política Pública para as Mulheres	Lumenjuris
2014	Marcelo José Rodrigues de Barros Holanda	A aplicabilidade da Lei Maria da penha para casais homoafetivos masculinos	Kiron
2014	Nadia Gerhard	Patrulha Maria da Penha: o impacto da ação da Polícia Militar no enfrentamento da violência doméstica	EdiPUCRS
2014	Elaine de Souza Cordeiro	Violência Contra a Mulher é Crime! - A Lei Maria da Penha e um Trabalho de Grupo com Agressores	Juruá
2014	Eliseu Antônio da Silva Belo	Artigo 41 da Lei Maria da Penha Frente ao Princípio da Proporcionalidade	Verbo Jurídico
2014	Cristiane Leal de Moraes e Silva Ferraz	As Políticas Públicas Em Goiás na Efetivação da Lei Maria da Penha	PUC Goiás
2014	Maria Olivia Beserra Macedo	Mulheres Brasileiras - do 1º Voto Às Conquistas Atuais	Expressão Gráfica
2014	Luis Felipe Miguel e Flavia Biroli	Feminismo e política	Boitempo
2014	Soraia da Rosa Mendes	Criminologia Feminista: novos paradigmas	Saraiva
2014	Adriana Ferreira Serafim de Oliveira	Convenções Islâmicas sobre direitos humanos e a tutela dos direitos fundamentais das mulheres muçulmanas	Liber Ars
2014	Christopher Kaczor	A ética do aborto - Direitos das mulheres, vida humana e a questão da justiça	Loyola
2014	Sintia Soares Helpes	Vidas em jogo : um estudo sobre mulheres envolvidas com o tráfico de drogas	IBCCRim
2015	Olivia Maria Cardoso Gomes	Violência Doméstica e Migrações	Juruá

2015	Maria Berenice Dias	A Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher	RT
2015	Valéria Diez Scarance Fernandes	Lei Maria da Penha: O Processo Penal no Caminho da Efetividade	Atlas
2015	Marília Montenegro	Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica	Revan Altadena/OAB- RJ
2015	Marcos Luiz de Souza (coord)	As mulheres do direito brasileiro	
2015	Gunter Axt (org.)	Histórias de Vida: mulheres do Direito, mulheres no Ministério Público VADE MECUM - DIREITO DAS MULHERES	CEAF
2015	Fernanda Marinela		Saraiva
2015	Sandro Marcos Godoy	A Mulher e o Direito do Trabalho	Boreal
2015	Homero Batista Mateus Da Silva	Curso De Direito Do Trabalho Aplicado: Segurança e Medicina Do Trabalho, Trabalho Da Mulher E Do Menor	RT
2015	Elisa Girotti Celmer	Feminismos, discurso criminológico e demanda punitiva: uma análise do discurso de integrantes de organizações não governamentais feministas sobre a Lei 11.340/06	CRV
2015	Andrea de Sousa Gama Lília Blima Schraiber , Ana Flávia Pires Lucas D'Oliveira , Marcia Thereza Couto Falcão , Wagner dos Santos	Trabalho, família e gênero - impactos dos direitos do trabalho e da Educação Infantil	Cortez
2015	Figueiredo	Violência dói e não é direito	Unesp
2015	Milena Gordon Baker	A tutela da mulher no direito penal brasileiro	Lumenjuris
2015	Ana Flauzina, Felipe Freitas, Hector Vieira, Thula Pires	Discursos Negros: legislação penal, política criminal e racismo	Brado Negro
2015	Mary Wollstonecraft	Reivindicação dos direitos da mulher	Edipro Associação de Magistrados do DF
2016	Theresa Karina de Figueiredo Gaudêncio Barbosa (Org).	A Mulher e a Justiça: a violência doméstica sob a ótica dos direitos humanos	
2016	Ana Cláudia Ruy Cardia Crishna Mirella de Andrade Correa e Eliane Rose Maio	Empresas, Direitos Humanos e Gênero: desafios e perspectivas na proteção e no empoderamento da mulher pelas empresas transnacionais	Buqui
2016	(org)	Observatório de Violência de Gênero: entre Políticas Públicas e Práticas Pedagógicas	CRV
2016	Josanne Ferreira Façanha	Lei Maria da Penha e Poder Judiciário: entendimento jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	Barra Livros
2016	Marcelo Ribeiro Uchôa	Mulher e Mercado de Trabalho no Brasil: um estudo sobre igualdade efetiva : baseado no modelo normativo Espanhol	LTR

2016	Jurema Werneck e Nilza Iraci Anna Candida da Cunha Ferraz, Marcia Cristina de Souza Alvim e Margareth Anne Leister	A situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil: violências e violações	Geledés/Criola
2016		Evolução dos Direitos da Mulher no Brasil: a Lei Maria da Penha	Edifício
2016	Mayara Alice Souza Pegorer	Os Direitos Sexuais e Reprodutivos da Mulher: Das políticas públicas de gênero à diferença múltipla	Lumenjuris
2016	Thula Pires Eduardo Henrique Alferes, Eron Veríssimo Gimenes e Priscila Bianchini de Assunção Alferes	Criminalização do racismo: entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social sobre os negros	Brado Negro
2016		Lei Maria Da Penha Explicada: Lei Nº 11.340, De 7 De Agosto De 2006: Doutrina E Prática	Edipro
2016	Igor Spock	Publicidade e Gênero: Análise Constitucional À Luz do Direito Fundamental à Imagem-Atributo	Juruá
2016	Carolina Viana de Barros	Direitos da mulher nos meios de comunicação de massa	Scortessi
2016	Adriana Ramos de Mello	Feminicídio - uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil	GZ Editora
2016	Cecilia M Sardenberg e Marcia S. Tavares	Violência de gênero contra as mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento	Edufba
2016	Catiuce Ribas Barin	Violência Doméstica Contra a Mulher - Programas de Intervenção com Agressores e sua Eficácia como Resposta Penal Tirania no próprio ninho. Violência doméstica e direitos humanos da mulher: motivos da violência de gênero, deveres do Estado e propostas para o enfrentamento efetivo	Juruá
2016	Márcia Michele Garcia Duarte		Essere nel mondo
2016	Marcelo Maciel Ramos, Pedro Augusto Gravatá Nicoli e Paula Rocha Gouvêa Brener (orgs.)	Gênero, sexualidade e direito: uma introdução	Initiavia
2016	Mary Wollstonecraft	Reivindicação dos direitos da mulher	Boitempo
2016	Lígia Ziggotti de Oliveira	Olhares Feministas sobre o Direito das Famílias Contemporâneo	Lumenjuris
2016	Soraia da Rosa Mendes	Processo Penal e violência doméstica	Saraiva
2016	Isabella Miranda	Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher?	Lumenjuris
2016	Luanna Thomaz de Souza	Da expectativa à realidade: a aplicação das sanções na Lei Maria da penha	Lumenjuris
2017	Denise Auad e Bruno Batista da Costa de Oliveira	Direitos Humanos, democracia e justiça social: uma homenagem à professora Eunice Prudente - da militância à academia	Letras Jurídicas

2017	Vanessa Dorneles Schinke	A violência de gênero nos espaços do direito: narrativas sobre ensino e aplicação do direito em uma sociedade machista	Lumenjuris
------	--------------------------	--	------------

Fonte: Autora (2017)

ANEXO 5

Eventos associados à interação entre instituições públicas e o campo feminista

Tabela A – Criação de ONGs feministas

Ano de Criação	Nome	Objetivo	Tipo de atuação	Áreas de atuação	Público alvo	Integra o consórcio?
1963	Sempreviva organização feminista	Coordenação de atividades educativas de mulheres rurais e urbanas, negras, indígenas e jovens, lideranças e ativistas de base, técnicas e técnicos de ONG's e órgãos públicos.	Assessoria, formação, educação popular.	Direitos humanos de mulheres	Mulheres	Sim
1980	A Casa da Mulher do Nordeste	Contribuir para a autonomia econômica e política das mulheres com base no feminismo.	Formação econômica, comunicação, articulação política, assessoria técnica e social e auxílio no acesso a recursos financeiros e na auto-organização política das mulheres.	Questões econômicas relativas à mudança das relações das mulheres com a produção e ampliação da representação política.	Mulheres urbanas e rurais do Nordeste, especialmente em Pernambuco.	-
1980	Rede Mulher de Educação	Promover e facilitar a interconexão entre grupos de mulheres em todo o Brasil, constituindo uma rede de serviços em educação popular feminista.	Educação popular, formação, pesquisa, comunicação e articulação.	Educação, direitos humanos das mulheres, meio ambiente	Mulheres e homens (urbanos e rurais) e grupos e instituições mistas.	-
1981	SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia	Emancipação das mulheres e construção de uma sociedade democrática e igualitária com justiça socioambiental.	Formação, pesquisa, comunicação e ação política .	Direitos humanos de mulheres	Mulheres	Sim
1981	União de Mulheres do Município de São Paulo	Defesa dos direitos de mulheres.	Educação popular feminista, formação e atuação política.	Direitos humanos de mulheres e educação feminista	Mulheres	-
1984	Centro das Mulheres do Cabo	Potencializar o empoderamento das mulheres para incidência política e contribuir para a garantia dos direitos e o fortalecimento do exercício da cidadania das crianças, adolescentes e jovens.	Assessoria, educação feminista, formação, comunicação, atuação política e monitoramento.	Comunicação, direitos da mulher, direitos sexuais e direitos reprodutivos, direitos da criança e do adolescente	Mulheres, crianças e adolescentes	-

Ano de Criação	Nome	Objetivo	Tipo de atuação	Áreas de atuação	Público alvo	Integra o consórcio?
1987	O Grupo Transas do Corpo - Ações Educativas em Gênero, Saúde e Sexualidade	Redução das desigualdades de gênero.	Formação, assessoria, capacitação temática, pesquisa	Direitos sexuais e saúde.	Mulheres e jovens	Sim
1987	GRUMIN/Re de de Comunicação Indígena	Promove o acesso de mulheres e homens indígenas e suas organizações, às informações, mobilizando-os e influenciando na formação de opiniões.	Educação, capacitação, articulação, elaboração de material didático e informativo e elaboração e incentivo de políticas públicas.	Educação, Saúde, Trabalho, Moradia, Questão Territorial, Cultural, Geração de renda, Gestão de Organização, Organização Estratégica, Direitos Reprodutivos e Tecnologia da Informação	Mulheres indígenas, caboclas e descendentes urbanas e aldeadas, afrodescendentes, mulheres escritoras e jornalistas racial e sexualmente discriminadas, mulheres pajés não reconhecidas, xamãs e parteiras discriminadas, mulheres indígenas urbanas viúvas ou esposas de presidiários, mulheres afro ou indígenas urbanas infratoras, empregadas domésticas, operárias e prostitutas de origem afros e indígenas, caboclos e descendentes, mulheres étnicas de toda as categorias, mulheres étnicas de opções sexuais diversas que sofrem discriminações sociais, raciais e de gênero por deslocamento interno ou nacional, por conflitos ou guerras, inclusive deslocando-se para fora do Brasil, entre outras	-
1988	Geledés - Instituto das mulheres negras	Defesa de mulheres e negros através da elaboração de projetos próprios ou em parceria com outras organizações.	Elaboração de projetos, monitoramento do debate público sobre os direitos de cidadania de mulheres e negros, formação, atuação em rede com a sociedade civil para assegurar o direito à educação e saúde e monitoramento de políticas públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal.	Direitos humanos, educação, saúde, comunicação, mercado de trabalho	Mulheres e negros	Sim

(Continuação)

Ano de Criação	Nome	Objetivo	Tipo de atuação	Áreas de atuação	Público alvo	Integra o consórcio?
1989	CFEMEA	Regulamentação de novos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988.	Sensibilização/conscientização, articulação e mobilização de grupos e advocacy.	Direitos sexuais e direitos reprodutivos e sustentabilidade do ativismo.	Mulheres	Sim
1989	Ser mulher – Centro de Estudos e Ação da Mulher Urbana e Rural	Criar consciência na sociedade sobre as desigualdades do gênero e promover mudanças em prol da cidadania e autonomia das mulheres.	Capacitação, estímulo a incidência em políticas públicas, assessoria, articulação política, produção de conhecimento, publicização.	Saúde; Bioética; Biopolíticas; Novas Tecnologias Reprodutivas e Genéticas; Cidadania; Direitos; Violência contra a Mulher; Desenvolvimento Local Sustentável; Trabalho e Condições de Vida.	Mulheres urbanas e rurais.	-
1989	CEMINA - Comunicação, Educação e Informação em Gênero	Contribuir para que a informação e a comunicação incluam adequadamente a perspectiva de gênero e dos direitos humanos.	Criação de projetos que promovem a cidadania feminina através do rádio, articulação em rede, disseminação de conteúdo radiofônico, campanhas educativas de utilidade pública em defesa da mulher, capacitação de comunicadoras populares, criação de conteúdo	Comunicação	Mulheres	-
1990	CEPIA	Ampliação e efetivação dos direitos humanos de grupos excluídos.	Estudos/pesquisa e advocacy	Saúde, direitos reprodutivos e sexuais, violência, acesso à justiça, pobreza e trabalho	Grupos excluídos	Sim
1990	Rede de Desenvolvimento Humano - REDEH	Promoção da igualdade de gênero, raça e etnia junto aos outros atores do desenvolvimento sustentável.	Formação, educação digital, pesquisa, empreendedorismo socioambiental e atuação na elaboração de políticas públicas	Direitos humanos das mulheres, racismo e justiça ambiental	Mulheres	Sim
1990	Cunha Coletivo Feminista	Promoção da igualdade de gênero, tendo como referências a defesa dos direitos humanos, o feminismo, a justiça social e a democracia.	Formação, atuação política, produção do conhecimento e comunicação	Direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento à violência contra as mulheres; fortalecimento dos movimentos de mulheres; trabalho e autonomia das mulheres	Mulheres jovens e adultas em situação de pobreza, nos contextos urbano e rural	Sim

Ano de Criação	Nome	Objetivo	Tipo de atuação	Áreas de atuação	Público alvo	Integra o consórcio?
1991	Rede Nacional Feminista de Saúde Sexuais e Direitos Reprodutivos	Discutir e difundir questões relativas à saúde das mulheres e aos direitos sexuais e direitos reprodutivos, sob uma perspectiva feminista; influenciar na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas no País; Sensibilizar profissionais de diferentes áreas, políticos e formadores de opinião para uma abordagem humanizada das questões da saúde da mulher e dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, compatível com os princípios de integralidade, equidade e justiça; reduzir materiais, impressos e eletrônicos, de informação, educação e comunicação compatíveis com a natureza, os princípios e os objetivos da Rede Feminista de Saúde.	Sensibilização/conscientização, advocacy, criação de campanhas, criação de políticas públicas, articulação política em rede e incidência política junto às diferentes instâncias públicas do país	Saúde integral, direitos sexuais e direitos reprodutivos	Geral	-
1992-1994	Instituto Brasileiro de Advocacia Pública	Colaborar para o fortalecimento da advocacia pública em nosso país, principalmente através de uma atuação voltada à defesa intransigente da moralidade administrativa e do interesse público a partir de uma atuação incisiva dos Advogados do Estado e da garantia do acesso de todos à Justiça, através do fortalecimento institucional das Defensorias Públicas.	Promoção do Congresso Brasileiro de Advocacia Pública, palestras, cursos e seminários jurídicos; grupos de estudo sobre Direito Constitucional, Direitos Humanos, Direito Ambiental, Direitos Reprodutivos, Direito do Consumidor etc.; grupos de trabalho; formação jurídica de lideranças comunitárias (Cursos de Capacitação de Promotoras Legais Populares, em conjunto com a União de Mulheres de São Paulo e, mais recentemente, também com o Movimento do Ministério Público Democrático; Curso de Formação de Lideranças Ambientalistas); reuniões temáticas periódicas; divulgação da produção doutrinária de seus associados	Geral	Geral	-
1993	Themis	Ampliação das condições de acesso à justiça de mulheres.	Formação, educação popular e advocacy	Direito a não discriminação no sistema de justiça	Mulheres	Sim
1993	O Centro Feminista 8 de Março	Fortalecimento das organizações de mulheres nos espaços sociais, em especial as trabalhadoras rurais.	Formação e assessoria	Direitos humanos de mulheres	Mulheres, comissões de mulheres dos sindicatos rurais, entidades de assessoria técnica, gerencial e organizativa que atuam no meio rural e urbano de Mossoró e região	Sim

Ano de Criação	Nome	Objetivo	Tipo de atuação	Áreas de atuação	Público alvo	Integra o consórcio?
1993	Soropositividade, Comunicação e Gênero	Defender os Direitos Humanos das pessoas soropositivas para o HIV e das populações vulneráveis às doenças sexualmente transmissíveis e ao vírus que provoca a AIDS.	Assessoria jurídica, prevenção e assistência às pessoas afetadas pelo HIV e a AIDS, educação, formação em ativismo, apoio psicológico e desenvolvimento de ações socioeducativas e político-pedagógicas junto às pessoas usuárias e às suas comunidades	Educação, Comunicação e Políticas Públicas na perspectiva da Cidadania Sexual, Equidade de Gênero e Justiça Social	Soropositivas e vulneráveis a DST	-
1995	CLADEM-IPE	Articulação e potencialização da atuação de grupos, movimentos e organizações nos países da América Latina para promoção, vigilância e proteção dos direitos humanos das mulheres.	Advocacy, monitoramento e formação	Direitos humanos de mulheres	Mulheres	Sim
1996	Coletivo Feminino Plural	Contribuir para o empoderamento das mulheres e das meninas, promovendo seus direitos humanos e sua cidadania plena, com respeito às diferenças e à justiça social.	Realiza articulações locais, regionais, nacionais e internacionais, integrando redes e campanhas, monitoramento de Convenções e Tratados Internacionais, assessoramento e consultoria sobre políticas públicas, educação e capacitação	Violência de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, direitos humanos	Mulheres, jovens e meninas	-
1997	Instituto Papai	Promover cidadania com justiça social, contribuindo para a garantia dos direitos humanos, em prol da eliminação de desigualdades e da afirmação e valorização da diversidade a partir da perspectiva feminista de gênero, atuando prioritariamente com homens e sobre masculinidades, contra todas as expressões do machismo.	Produção de conhecimentos, estabelecimento de parcerias, articulação política em rede, formação de lideranças, campanhas, revisão e criação de políticas públicas	Paternidade, direitos sexuais e reprodutivos, violência de gênero, diversidade sexual, saúde	Principalmente homens	-

(Continuação)

Ano de Criação	Nome	Objetivo	Tipo de atuação	Áreas de atuação	Público alvo	Integra o consórcio?
1998	AGENDE - Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento	Afirmar a perspectiva feminista nas agendas públicas, políticas e sociais para consolidar o direito a cidadania, democracia e desenvolvimento da igualdade.	Ações, estudos e projetos de educação e intervenção social em advocacy e monitoramento de políticas públicas, orçamento e medidas legislativas nas áreas de saúde e direitos sexuais e reprodutivos	Direitos civis e políticos, direitos das mulheres, direitos econômicos, sociais e culturais, direitos sexuais e reprodutivos, gênero, saúde, saúde sexual e reprodutiva	Mulheres	-
1999	Instituto Anis – direitos humanos e gênero	Promover a cidadania, a igualdade e os direitos humanos para mulheres e outras minorias.	Pesquisa social, atuação política, litígio estratégico e projetos de comunicação sobre violações e defesa de direitos	Direitos sexuais, direitos reprodutivos, deficiências, saúde mental, violências e sistemas penal e socioeducativo	Mulheres e outras minorias	Sim
2001	Instituto Patrícia Galvão	Dar maior amplitude à cobertura jornalística, influenciando no comportamento editorial sobre problemas, propostas e prioridades que atingem mulheres.	Pesquisas de opinião pública em nível nacional, produção de campanhas publicitárias contra a violência doméstica, monitoramento de mídia e formação	Comunicação e direitos das mulheres	Mulheres	Sim
2012	Coletivo Margarida Alves	Prestação de assessoria jurídica popular a movimentos sociais, ocupações urbanas, comunidades tradicionais, coletivos organizados, dentre vários outros grupos que politizam as relações sociais no campo e na cidade.	Educação popular, formação jurídica e política, assessoria jurídica popular	Direitos humanos, especialmente o direito à moradia, os direitos das mulheres, juventude, crianças e adolescentes, população carcerária, comunidades tradicionais, indígenas e também das populações atingidas por grandes empreendimentos	Mulheres, jovens, crianças, adolescentes, presos, indígenas e população atingida por grandes empreendimentos	Sim
2013	Coletivo autônomo feminista Leila Diniz (MAMU)	Mapeamento de coletivos, organizações, movimentos, grupos e projetos brasileiros que tem como foco as mulheres, o feminino, o feminismo, reivindicações e lugares na sociedade, a fim de valorizar e dar visibilidade a esses espaços.	Cartografia de coletivos, organizações, movimentos, grupos e projetos brasileiros; fomentação de projetos e contatos	Maternidade, arte, cultura, saúde, amamentação, parto humanizado, estudos de gênero, direitos das mulheres, violência, aborto, direitos sexuais e direitos reprodutivos, democracia, luta contra o racismo, organização das mulheres e empreendedorismo.	Mulheres	Sim

(Continuação)

Ano de Criação	Nome	Objetivo	Tipo de atuação	Áreas de atuação	Público alvo	Integra o consórcio?
2013	Artemis	Promoção da autonomia feminina e prevenção e erradicação de todas as formas de violência contra as mulheres.	Advocacy, implantação e execução de políticas e serviços, conscientização, educação e pesquisas,	Humanização do nascimento, violência obstétrica e violência contra a mulher	Mulheres	Sim
2014	Associação AzMina	Mudança na comunicação jornalística e publicitária no que se refere a discurso de gênero e representatividade.	Comunicação, formação, campanhas de conscientização, apoio psicológico e aconselhamento legal para mulheres em relações abusivas.	Violência contra a mulher e representatividade na mídia.	Mulheres	Sim

Fonte: Autora (2016)

Tabela B – Normas brasileiras relacionadas a direitos das mulheres

Ano	Norma	Objetivo	Área do Direito	Categoria (mulher)
1943	Decreto-Lei 5.452/43 (CLT)	Art. 377 - A adoção de medidas de proteção ao trabalho das mulheres é considerada de ordem pública, não justificando, em hipótese alguma, a redução de salário	Trabalho	Geral
1979	Convenção Pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW)	Estabelece aos países partes o compromisso de combaterem todas as discriminações contra as mulheres	Civil - direitos humanos das mulheres	Geral
1985	Lei 7.353/85	Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências	Civil - direitos políticos	Geral
1988	Lei 7.668/88	Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares – FCP e dá outras providências	Civil - direitos políticos	Geral
1989	Lei 7.716/89	Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor	Civil - direitos humanos	Negros
1989	Constituição Federal	Artigo 5º: estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição	Civil - direitos humanos	Geral
1989	Constituição Federal	Art. 3º, IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação	Civil - direitos humanos	Geral
1989	Constituição Federal	Art. 5º, XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei	Civil - direitos humanos	Negros
1989	Constituição Federal	Art. 5º - LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel	Civil	Geral
1989	Constituição Federal	Art. 7º - XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias	Trabalho	Geral
1989	Constituição Federal	(ADCT) Art. 10: II – fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa: (...) b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez, até cinco meses após o parto	Trabalho	Gestante
1989	Constituição Federal	Art. 7º XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei	Trabalho	Pais e mães
1989	Constituição Federal	Art. 10. § 1º Até que a lei venha a disciplinar o disposto no art. 7º, XIX da Constituição, o prazo da licença-paternidade a que se refere o inciso é de cinco dias	Trabalho	Pais e mães
1989	Constituição Federal	Art. 7º XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei	Trabalho	Geral
1989	Constituição Federal	Art. 7º XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;	Trabalho	Geral

Ano	Norma	Objetivo	Área do Direito	Categoria (mulher)
1989	Constituição Federal	Art. 7º XXIV (...) Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social	Trabalho	Geral
1989	Constituição Federal	Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição	Civil - direitos humanos	Mães
1989	Constituição Federal	Art. 183. § 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil	Civil - moradia	Geral
1989	Constituição Federal	Art. 201. II - proteção à maternidade, especialmente à gestante; V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º; § 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: I – 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher; II – sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal; § 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo	Previdência social	Geral
1989	Constituição Federal	Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão	Civil - direitos humanos	Crianças, adolescentes e Jovens
1989	Constituição Federal	Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade	Civil - educação	Geral

Ano	Norma	Objetivo	Área do Direito	Categoria (mulher)
1989	Constituição Federal	Art. 226. § 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento; § 5º - Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher; § 6º - O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos; § 8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações	Civil - família	Geral
1989	Constituição Federal	Art. 227 - § 5º - A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros	Civil - família	Geral
1990	Lei 8.009/90	Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família	Civil - família	Geral
1990	Lei 8.069/90	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências - Assegura a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.	Civil - saúde	Geral
1990	Lei 8.112/90	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais - Regulamenta a aposentadoria para os servidores públicos, de forma diferenciada em relação ao tempo e a idade de homens e mulheres	Trabalho - previdência social	Geral
1990	Lei 8.072/90	Inclui o estupro no rol dos crimes hediondos	Penal	Geral
1990	Lei 8.081/90	Estabelece os crimes e as penas aplicáveis aos atos discriminatórios ou de preconceito de raça, cor, religião, etnia ou procedência nacional, praticados pelos meios de comunicação ou por publicação de qualquer natureza	Civil - direitos humanos	Negros
1991	Lei 8.212/91	Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências - Assegura o pagamento do salário maternidade entre outros benefícios para as trabalhadoras	Previdência social	Geral
1991	Lei 8.213/91	Concede às mulheres seguradas da Previdência Social o direito ao salário-maternidade	Trabalho	Geral
1991	Lei 8.213/91	Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências - Garante aposentadoria diferenciada para homens e para mulheres e concede às mulheres rurais o direito à aposentadoria	Previdência social	Geral
1992	Lei 8.560/92	Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências	Civil - família	Mães

Ano	Norma	Objetivo	Área do Direito	Categoria (mulher)
1992	Lei 8.408/92	Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 - Estabelece o prazo para a separação judicial e determina que a mulher, ao separar-se, volte a usar o nome de solteira, a menos que a alteração do nome acarrete sérios prejuízos	Civil - família	Cônjuge
1993	Lei 8.629/93	Regulamenta dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, estabelecendo que o direito ao título de domínio e à concessão de uso da terra é conferido tanto ao homem quanto à mulher ou a ambos, independente do estado civil.	Habitação e desenvolvimento	Trabalhadoras rurais
1994	Lei 8.952/94	Altera dispositivos do Código de Processo Civil sobre o processo de conhecimento e o processo cautelar - Regulamenta a participação dos cônjuges na proposição de ações que versem sobre direitos reais imobiliários - necessidade ou não da participação	Civil - negócio jurídico	Cônjuge
1994	Lei 5.952/94	Dispõe sobre a aplicação dos arts. 37, incisos XI e XII, e 39, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências - Altera o Código de Processo Civil sobre consentimento de cônjuges em negócios da família	Civil - negócio jurídico	Cônjuge
1994	Lei 8.921/94	Dá nova redação ao inciso II do art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho - retira da CLT a expressão “aborto criminoso” em referência a redução dos dias de férias motivada pelo licenciamento compulsório da trabalhadora por motivo de aborto	Trabalho	Geral
1994	Lei 8.861/94	Dá nova redação aos arts. 387 e 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), altera os arts. 12 e 25 da Lei nº 8.212, de 24 julho de 1991, e os arts 39, 71, 73 e 106 da Lei nº 8.213, de 24 julho de 1991 - Garante a licença-gestante às trabalhadoras urbanas, rurais e domésticas e o salário maternidade às pequenas produtoras rurais e às trabalhadoras avulsas	Trabalho	Geral
1994	Decreto Legislativo 26/94	Determina a suspensão das reservas interpostas pelo governo brasileiro à assinatura da Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher	Civil - direitos humanos das mulheres	Geral
1994	Convenção Interamericana pra Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará)	Define o conceito de violência contra mulher e aponta os direitos a serem protegidos, os deveres dos Estados e os mecanismos interamericanos de proteção a mulher	Civil - direitos humanos das mulheres	Geral
1994	Lei 8.930/94	Nova redação ao art. 1º da Lei 8.072/1990 - Inclui o estupro entre os crimes hediondos que são considerados inafiançáveis	Penal	Geral
1994	Lei 8.971/94	Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão	Civil - família	Geral

Ano	Norma	Objetivo	Área do Direito	Categoria (mulher)
1995	Lei 8.974/95	Regulamenta os incisos II e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas para o uso das técnicas de engenharia genética, e dá outras providências - estabelece normas para o uso das técnicas de engenharia genética (inclusive fertilização in vitro e “barriga de aluguel”) e liberação no meio-ambiente de organismos geneticamente modificados	Civil - saúde	Geral
1995	Lei 9.029/95	Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências	Trabalho	Geral
1995	Lei 8.978/95	Dispõe sobre a construção de creches e estabelecimentos de pré-escola	Civil - educação	Geral
1995	Lei 9.100/95	Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências - Introduz o sistema de cotas, estabelecendo a cota mínima de 20% das vagas de cada partido ou coligação para a candidatura de mulheres	Civil - direitos políticos	Geral
1995	Decreto Legislativo 63/95	Aprova o texto da Convenção sobre Cooperação Internacional e Proteção de Criança e Adolescente em matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993	Civil - direitos humanos	Geral
1995	Decreto Legislativo 107/95	Aprova o texto da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher assinada em Belém-Pará em 09.06.94.	Civil - direitos humanos das mulheres	Geral
1995	Lei 9.046/95	Acrescenta parágrafos ao art. 83 da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal) - § 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam amamentar seus filhos	Penal	Encarceradas
1996	Lei 9.278/66	Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal direito dos companheiros a alimentos e à sucessão	Civil - família	Cônjuge
1996	Lei 9.263/96	Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências - Vetados os artigos 10, 11, § único do art. 14 e art. 15, que regulamentavam a esterilização voluntária Vetos derrubados em 13/08/97, publicado no Diário Oficial de 20/08/97	Civil - direitos sexuais	Geral
1996	Lei 9.263/96	Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências	Civil - família	Geral
1996	Lei 9.313/96	Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS	Civil - saúde	Geral
1996	Lei 9.394/96	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - Determina que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de, entre outros, o atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade	Civil - educação	Geral

Ano	Norma	Objetivo	Área do Direito	Categoria (mulher)
1996	Lei 9.281/96	Revoga os parágrafos únicos dos arts. 213 - Ficam revogados os parag. únicos dos arts 213 e 214 do CP, que haviam diminuído a pena para crimes praticados contra pessoa não maior de 14 anos	Penal	Geral
1996	Lei 9.318/96	Altera dispositivo do Código Penal - Inclui entre as circunstâncias que agravam a pena, crime praticado contra criança, idoso, enfermo ou mulher grávida	Penal	Gestante
1997	Lei 9.504/97	Estabelece normas para as eleições - Revê a determinação das cotas, dispondo que cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo	Civil - direitos políticos	Geral
1997	Lei 9.455/97	Define os crimes de tortura e dá outras providências -	Direitos humanos	Geral
1997	Lei 9.459/ 97	Altera artigos das leis 7.716/1989 e 8.081/1990, incluindo os quesitos “etnia, religião ou procedência nacional”, além de aumentar a pena para o delito	Civil - direitos humanos	Geral
1997	Lei 9.520/97	Revoga dispositivos do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, referentes ao exercício do direito de queixa pela mulher	Penal	Geral
1998	Lei 9.601/98	Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado	Trabalho	Geral
1998	Emenda Constitucional nº 20	Estabelece o Regime Geral da Previdência Social - Dispõe sobre o Regime Geral da Previdência Social, alterando entre muitas outras coisas, os direitos das mulheres à aposentadoria	Trabalho	Geral
1998	Lei 9.713/98	Altera dispositivo da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, e dá outras providências - Determina a unificação dos quadros de policiais militares masculinos e femininos	Trabalho	Geral
1998	Lei 9.709/98	Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal - Regulamenta a Constituição Federal no que diz respeito ao exercício da soberania popular mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular	Civil - direitos políticos	Geral
1999	Lei 9.797/99	Dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer	Civil - saúde	Geral
1999	Lei 9.876/99	Inclui o direito ao salário maternidade para a trabalhadora rural	Trabalho	Trabalhadoras rurais
1999	Lei 9.799/99	Inserir na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências	Trabalho	Geral

Ano	Norma	Objetivo	Área do Direito	Categoria (mulher)
2000	Emenda Constitucional nº 29	Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 168 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao ato das Disposições Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde	Civil - saúde	Geral
2000	Lei 9.975/00	Acrescenta artigo a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o estatuto da Criança e do Adolescente	Direitos humanos	Geral
2000	Lei 10.048/00	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências - gestantes, lactantes e pessoas portadoras de crianças de colo em repartições e logradouros públicas, empresas e transportes coletivos	Civil - assistência social	Gestantes, mães
2001	Lei 10.223/01	Estende a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer aos planos e seguros privados de assistência à saúde	Civil - saúde	Geral
2001	Lei 10.208/01	Acresce dispositivos à Lei no 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao seguro-desemprego	Trabalho	Geral
2001	Lei 10.244/01	Revoga o art. 376 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para permitir a realização de horas-extras por mulheres	Trabalho	Geral
2001	Lei 10.257/01 (Estatuto da Cidade)	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências - Estabelece que o título de domínio será conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil	Civil - moradia	Geral
2001	Lei 10.317/01	Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, para conceder a gratuidade do exame de DNA, nos casos que especifica que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade. (alterando a Lei 1.060/1950)	Civil - família	Geral
2001	Lei 10.224/01	Dispõe sobre o crime de assédio sexual e sua inclusão no Código Penal (art. 216-A)	Penal	Geral
2002	Lei 10.445/02	Modifica o parágrafo único do art. 69 da Lei n.º 9.099/95, possibilitando, em caso de violência doméstica, o afastamento do lar, como medida de cautela, do agressor	Penal	Geral
2002	Lei 10.421/02	Estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho	Trabalho	Mães

Ano	Norma	Objetivo	Área do Direito	Categoria (mulher)
2002	Decreto 4.228/02	Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas e dá outras providências - garante a realização de metas percentuais de participação de afrodescendentes, mulheres e pessoas portadoras de deficiência	Civil - direitos políticos	Geral
2002	Lei 10.455/02	Modifica o parágrafo único do art. 69 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995 - Com a modificação pode ser exigida fiança e impõe a prisão em flagrante do agressor/a nos casos de violência doméstica	Penal	Geral
2002	Lei 10.406/02 (CC)	Estabelece a igualdade de direitos na sociedade em família	Civil - direitos humanos	Geral
2002	Lei 10.406/02 (CC)	Art. 1.240. § 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil	Civil - moradia	Geral
2002	Lei 10.406/02 (CC)	Art. 1.565. Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família. § 1º Qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescentar ao seu o sobrenome do outro	Civil - família	Cônjuge
2002	Lei 10.406/02 (CC)	Art. 1.578 do Código Civil – Dispõe sobre alteração de nome do cônjuge.	Civil - família	Cônjuge
2003	Lei 10.651/03	Dispõe sobre o controle do uso da talidomida - estabelece regras rígidas para sua utilização e determina que o Poder Público efetue campanhas de esclarecimento sobre a medicação, ofereça todos os métodos contraceptivos às mulheres em idade fértil que utilizam a droga e informe sobre o direito à concessão de pensão especial aos portadores da síndrome proveniente do seu uso	Civil - saúde	Geral
2003	Lei 10.710/03	Altera a Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, para restabelecer o pagamento, pela empresa, do salário-maternidade devido à segurada empregada gestante	Trabalho	Gestante
2003	Lei 10.683/03	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências - Transfere a Secretaria de Mulheres do Ministério da Justiça para a Presidência da República e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher do MJ para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres já vinculada à Presidência da República	Civil - direitos políticos	Geral

Ano	Norma	Objetivo	Área do Direito	Categoria (mulher)
2003	Decreto 4.773/03	Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, e dá outras providências	Civil - direitos políticos	Geral
2003	Decreto 4.625/03 - REVOGADO	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão integrante da Presidência da República, e dá outras providências	Civil - direitos políticos	Geral
2003	Lei 10.714/03	Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher	Penal	Geral
2003	Lei 10.639/03	Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências	Civil - direitos humanos	Negros
2003	Lei 10.778/03	Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados	Civil - saúde	Geral
2003	Lei 10.678/03	Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República	Civil - direitos políticos	Negras
2003	Lei 10.745/03	Prevê a divulgação e comemoração do Ano da Mulher mediante programas e atividades, com envolvimento da sociedade civil, visando estabelecer condições de igualdade e justiça na inserção da mulher na sociedade	Civil	Geral
2004	Lei 10.886/04	Acrescenta parágrafos ao art. 129 do Código Penal, criando o tipo especial denominado "Violência Doméstica" entre outras disposições	Penal	Geral
2004	Lei 10.836/04	Cria o Programa Bolsa Família e concede um benefício variável a unidades familiares em situação de pobreza e extrema pobreza que tenham gestantes, nutrízes, crianças e adolescentes	Civil - habitação e desenvolvimento	Gestantes, mães
2005	Lei 11.112/05	Altera o art. 1.121 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores	Civil - família	Cônjuge
2005	Lei 11.108/05	Garante às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS	Civil - saúde	Gestantes
2005	Lei 11.105/05	Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados, etc.	civil - família	Gestantes
2005	Lei 11.114/05	Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade	Civil - educação	Geral

Ano	Norma	Objetivo	Área do Direito	Categoria (mulher)
2005	Lei 11.106/05	Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Código Penal e dá outras providências - Revoga tipos penais antiquados como “a sedução”, “o rapto de mulher para fins libidinosos e de casamento” e “o adultério”	Penal	Geral
2005	Emenda Constitucional nº 47	Altera o artigo 201 da Constituição Federal nele inserindo o parágrafo 12, que determina a criação de um sistema especial de inclusão previdenciária garantindo acesso a benefícios de um salário mínimo para trabalhadoras e trabalhadores de baixa renda	Previdência social	Geral
2006	Lei 11.340/06	Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências	Direitos humanos das mulheres	Geral
2006	Lei 11.304/06	Altera dispositivos das Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei no 605, de 5 de janeiro de 1949 - Ampliação dos direitos dos empregados domésticos	Trabalho	Geral
2009	Lei 12.034/09	Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral - Minirreforma eleitoral	Civil - direitos políticos	Geral
2010	Lei 12.218/10	Institui o Estatuto da Igualdade Racial “destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades; a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”	Civil - direitos humanos	Negros
2013	Lei 12.845/13	Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual	Civil	Geral
2013	Emenda Constitucional nº 72	Estabelece a igualdade de direitos trabalhistas entre empregados e empregadas domésticas e as demais categorias do trabalho urbano e rural	Trabalho	Geral

Fonte: Autora (2016) e CFEMEA (Página eletrônica - 2016)

Tabela C – Mobilizações feministas

Ano	Nome	Tipo	Âmbito	Local
1979	1º Encontro Nacional Feminista	Encontro	Nacional	Fortaleza (CE), Brasil
1980	2º Encontro Nacional Feminista	Encontro	Nacional	Rio de Janeiro (RJ), Brasil
1981	3º Encontro Nacional Feminista	Encontro	Nacional	Salvador (BA), Brasil
1981	1º Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho	Encontro	Transnacional	Bogotá, Colômbia
1982	4º Encontro Nacional Feminista	Encontro	Nacional	Campinas (SP), Brasília
1983	5º Encontro Nacional Feminista	Encontro	Nacional	Brasília (DF), Brasil
1983	2º Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho	Encontro	Transnacional	Bosque, Peru
1984	6º Encontro Nacional Feminista	Encontro	Nacional	São Paulo (SP), Brasil
1985	7º Encontro Nacional Feminista	Encontro	Nacional	Belo Horizonte (MG), Brasil
1985	3º Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho	Encontro	Transnacional	Bertioga, Brasil
1986	8º Encontro Nacional Feminista	Encontro	Nacional	Nogueira (RJ), Brasil
1986	1º Encontro Nacional de trabalhadoras rurais	Encontro	Nacional	Barueri (SP), Brasil
1987	9º Encontro Nacional Feminista	Encontro	Nacional	Garanhuns (PE), Brasil
1987	4º Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho	Encontro	Transnacional	Taxco, México
1987	Movimento de mulheres no lobby do Batom	Lobby	Nacional	Brasília
1987	1º Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe	Encontro	Transnacional	Cuernavaca, México
1988	1º Encontro nacional de mulheres negras	Encontro	Nacional	Valença (RJ), Brasil
1988	2º Encontro Nacional das Trabalhadoras Rurais	Encontro	Nacional	Barueri (SP), Brasil
1989	10º Encontro Nacional Feminista	Encontro	Nacional	Bertioga (SP), Brasil
1990	5º Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho	Encontro	Transnacional	San Bernardo, Argentina
1990	2º Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe	Encontro	Transnacional	Costa Rica
1991	11º Encontro Nacional Feminista	Encontro	Nacional	Caldas Novas (GO), Brasil
1991	Rede Nacional Feminista de saúde, direitos sexuais e reprodutivos	Articulação em rede	Nacional	-
1991	2º Encontro Nacional de Mulheres Negras	Encontro	Nacional	Salvador (BA), Brasil

(continuação)

Ano	Nome	Tipo	Âmbito	Local
1992	I Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe	Encontro	Transnacional	Santo Domingo, República Dominicana
1992	I Encontro da Rede Feminista Latino-americana e do Caribe contra a Violência Doméstica e Sexual	Encontro	Transnacional	Olinda (BA), Brasil
1993	6º Encontro Feminista Latino-americano e Caribenhos	Encontro	Transnacional	Costa del Sol, El Salvador
1994	Articulação de mulheres brasileiras (AMB)	Articulação em rede	Nacional	Rio de Janeiro (RJ), Brasil
1995	1º Encontro Nacional da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras rurais	Encontro	Nacional	Jundiá (SP), Brasil
1996	1º Encontro Latino-americano e do Caribe da mulher trabalhadora rural	Encontro	Transnacional	Fortaleza (CE), Brasil
1996	7º Encontro Feminista da América Latina e do Caribe	Encontro	Transnacional	Cartágena, Chile
1996	2º Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe	Encontro	Transnacional	São José, Costa Rica
1996	1º Seminário Nacional de Lésbicas	Encontro	Nacional	Rio de Janeiro (RJ), Brasil
1996	1º Encontro Latino-americano e do Caribe das Mulheres Trabalhadoras Rurais	Encontro	Transnacional	Fortaleza (CE), Brasil
1997	12º Encontro Nacional Feminista	Encontro	Nacional	Salvador (BA), Brasil
1997	2º Seminário Nacional de Lésbicas	Encontro	Nacional	Salvador (BA), Brasil
1997	1º Encontro Internacional de Parteiras da Floresta	Encontro	Transnacional	Macapá (AP), Brasil
1998	1º Encontro Internacional de Mulheres da Floresta Amazônica	Encontro	Transnacional	Rio Branco (AC), Brasil
1998	3º Seminário Nacional de Lésbicas	Encontro	Transnacional	Betim (MG), Brasil
1999	5º Encontro de lésbicas feministas da América Latina e do Caribe	Encontro	Transnacional	Rio de Janeiro (RJ), Brasil
1999	4º Encontro da Articulação Nacional de mulheres trabalhadoras rurais	Encontro	Nacional	Goiânia (GO), Brasil
1999	4º Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais	Encontro	Nacional	Goiânia (GO), Brasil
1999	8º Encontro Feminista da América Latina e do Caribe	Encontro	Nacional	Juan Dolio, República Dominicana
1999	5º Encuentro de Lesbianas Feministas Latinoamericano y del Caribe	Encontro	Nacional	Rio de Janeiro (RJ), Brasil

(continuação)

Ano	Nome	Tipo	Âmbito	Local
2000	13º Encontro Nacional Feminista	Encontro	Nacional	João Pessoa, Paraíba
2000	Marcha das Margaridas	Ato político	Nacional	Brasília (BSB), Brasil
2000	13º Encontro Nacional Feminista	Encontro	Nacional	João Pessoa (PB), Brasil
2000	Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras	Articulação em rede	Nacional	-
2001	1º Fórum Social Mundial	Encontro	Transnacional	Porto Alegre (RS), Brasil
2001	3º Encontro Nacional de Mulheres Negras	Encontro	Nacional	Belo Horizonte (MG), Brasil
2001	3º Encontro Nacional de Mulheres Negras	Encontro	Nacional	Belo Horizonte (MG), Brasil
2001	3º Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe	Encontro	Transnacional	Bogotá, Colombia
2001	9º Seminário Nacional de Lésbicas	Encontro	Nacional	Porto de Dunas (CE), Brasil
2002	Plataforma Política Feminista	Articulação em rede	Nacional	Brasília (BSB), Brasil
2002	2º Fórum Social Mundial	Encontro	Transnacional	Porto Alegre (RS), Brasil
2002	9º Encontro Feminista da América Latina e do Caribe	Encontro	Transnacional	Playa Tambor, Costa Rica
2003	3º Fórum Social Mundial	Encontro	Transnacional	Porto Alegre (RS), Brasil
2004	14º Encontro Nacional Feminista	Encontro	Nacional	Porto Alegre (RS), Brasil
2004	Jornadas pelo direito ao aborto legal e seguro	Articulação em rede	Nacional	Brasília (BSB), Brasil
2008	Frente Nacional pelo Fim da criminalização das mulheres e pela legalização do aborto	Articulação em rede, protesto	Nacional	São Paulo (SP), Brasil
2009	9º Fórum Social Mundial	Encontro	Transnacional	Belém (PA), Brasil
2011	Marcha das Vadias	Protesto	Nacional	São Paulo (SP), Brasil
2013	Jornadas de Junho	Protesto	Nacional	Várias cidades
2013	Fora Feliciano	Protesto	Nacional	Várias cidades

Fonte: Autora (2016) e CFEMEA (Página eletrônica - 2016)

Tabela D – Mudanças Institucionais

Ano	Nome	Poder	Objetivo	Função	Situação
1983	Primeiros Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher (SP e MG)	Executivo	Constituir um canal de interlocução com os movimentos de mulheres, além da formulação e monitoramento das políticas	Elaboração de políticas públicas	Inativo
1983	Programa de Assistência Integral à saúde da mulher	Executivo	Inicialmente, apenas redução da mortalidade materna e infantil; depois, reconhecimento e efetivação dos direitos reprodutivos das mulheres	Desenvolvimento de ações prioritárias a partir das necessidades da população feminina, rompendo com o modelo de atenção materno-infantil até então desenvolvido; prestação de assistência clínico ginecológica no campo da reprodução (planejamento reprodutivo, gestação, parto e puerpério) e nos casos de doenças crônicas ou agudas	Inativo
1985	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (SP e RE)	Executivo	Atendimento especializado a mulheres em situação de violência	Investigação; função simbólica de lidar com a complexidade da violência contra mulheres prestando atendimento exemplar; conexão com os outros serviços que hoje compõem a rede de assistência a mulheres e adolescentes vítimas de violência doméstica e sexual	Ativo
1985	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Executivo	Promover em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país	Desenvolvimento de projetos, realização de campanhas, coordenação de trabalhos da Delegação Brasileira e apoio a SPM em suas articulações com as instituições governamentais e com a sociedade civil	Ativo
1987	Lobby do Batom	Legislativo	Articulação entre o Movimento Feminista e as deputadas federais no processo constituinte para que a CF/88 contemplasse as reivindicações das mulheres brasileiras	Criação e coleta de assinaturas para as emendas populares, apresentação de sugestões populares nas subcomissões e comissões temáticas, estabelecimento de redes de colaboração, desenvolvimento de campanhas na mídia e divulgação de spots e mensagens sobre a violência doméstica, sobre a maternidade com um direito e uma opção e sobre a necessidade de equilibrar a balança do poder entre homens e mulheres	Inativo

(Continuação)

Ano	Nome	Poder	Objetivo	Função	Situação
1987	Núcleo de Defesa da Mulher - Minas Gerais	Judiciário	-	-	Ativo
1996	1ª Conferência Nacional de Direitos Humanos	Executivo	Elaboração da minuta para o 1º Programa Nacional de Direitos Humanos (1º PNDH) e, conseqüentemente, criação do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, integrado por organizações da sociedade civil	-	Ativo
1997	Núcleo de Defesa da Mulher - Rio de Janeiro	Judiciário	-	-	Ativo
1998	Norma Técnica do Ministério de Saúde - Regulamenta atenção a vítimas de violência sexual	Executivo	Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes, com medidas para o atendimento integral e multidisciplinar	Garantir à vítima o direito de receber a informação necessária e ter acesso a exames e ações curativas, preventivas e de profilaxia adequadas, incluindo atendimento psicossocial, prevenção de DSTs e Aids e acesso à anticoncepção de emergência e ao aborto; em caso de gravidez decorrente de estupro, a norma possibilita que a vítima tenha acesso ao abortamento sem necessidade de autorização judicial	Ativo
2000	Instrução Normativa nº 25 de 2000 do INSS	Executivo	Garante a concessão de benefícios previdenciários (pensão por morte e auxílio reclusão) a serem pagos ao companheiro ou companheira homossexual, a partir de comprovação da União Estável e dependência econômica	-	Inativo - revogada pela Instrução Normativa nº N° 45 de 06/08/10
2001	1ª Conferência Nacional de Racismo e Intolerância	Executivo	Evento preparatório para a 3ª Conferência Mundial sobre Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em Durban (África do Sul); e debater, junto com a representação governamental e com base em documentos especialmente produzidos, estratégias para superar o racismo e todas as formas de intolerância	-	Inativo

Ano	Nome	Poder	Objetivo	Função	Situação
2002	Secretaria do Estado dos Direitos da Mulher	Executivo	Viabilizar políticas públicas que considerem a questão de gênero, garantindo às mulheres programas especiais para a promoção da igualdade de oportunidades com vistas ao seu pleno desenvolvimento social, econômico, político e cultural	-	Inativo - transformação em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
2003	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres	Executivo	Promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente	Elaboração e monitoramento do Plano de Políticas para as Mulheres, assessoria direta a Presidência da República na formulação e no desenvolvimento dessas políticas e paralelamente, desenvolve campanhas educativas de caráter nacional, projetos e programas de cooperação com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas	Inativo - transformação em Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (MMIRDH)
2003	Secretaria Especial de Políticas de Promoção e Igualdade Racial	Executivo	Reduzir as desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra	Assessorar a Presidência da República na formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial e proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnicos, com ênfase na população negra; promover e monitorar a transversalidade do tema nas políticas ministeriais; promover e monitorar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais que trabalhem neste campo; administrar o Programa Nacional de Ações Afirmativas e a promoção e cumprimento das leis de ação afirmativa e dos acordos assinados pelo Brasil referentes à promoção da igualdade e combate à discriminação racial-étnica	Inativo - transformação em Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (MMIRDH)
2004	Bolsa Família	Executivo	Promover o alívio imediato da pobreza, reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas da educação, da saúde e da assistência social e incrementar programas auxiliares que objetivam o desenvolvimento das famílias	-	Ativo

Ano	Nome	Poder	Objetivo	Função	Situação
2004	Programa Universidade Para Todos - PROUNI	Executivo	Concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos	-	Ativo
2004	Programa Brasil sem Homofobia	Executivo	Promover a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e minorias sexuais de modo geral, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação	Capacitação em direitos humanos para policiais assumirem um atendimento e investigação de caráter não-discriminatório; inclusão do tema nos currículos das Polícias e Guardas Municipais; capacitação de professores da rede de ensino; estratégias de sensibilização dos operadores de Direito, assessorias legislativas e gestores de políticas públicas sobre os direitos LGBT e incentivo à sistematização de casos de crimes de homofobia para possibilitar uma literatura criminal sobre o tema; capacitação para representantes do movimento LGBT que atuam na disseminação de informações sobre direitos, na promoção da autoestima LGBT e no incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos	Ativo
2004	1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	Executivo	Apresentar diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres	Elaboração de documento que especifica a responsabilidade do Estado em enfrentar as desigualdades pela transformação das relações de poder e considerar transversalmente as especificidades de gênero, racial-étnicas e aquelas oriundas do direito à livre orientação sexual, além de considerar diferenças regionais, geracionais e necessidades específicas das pessoas com deficiência	Ativo

(Continuação)

Ano	Nome	Poder	Objetivo	Função	Situação
2004	Núcleo de Defesa da Mulher - Piauí	Judiciário	-	-	Ativo
2004	Núcleo de Defesa da Mulher - Ceará	Judiciário	-	-	Ativo
2005	1º Plano Nacional de Políticas para Mulheres	Executivo	Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres apartir de uma perspectiva de gênero e de uma visão integral destefenômeno	Ampliar e aperfeiçoar a Rede de Prevenção e Atendimento às mulheres em situação de violência; garantir a implementação da Lei Maria da Penha e demais normas jurídicas nacionais e internacionais; promover ações de prevenção a todas as formas de violência contra as mulheres nos espaços público e privado; promover a atenção à saúde das mulheres em situação de violência com atendimento qualificado ou específico; produzir e sistematizar dados e informações sobre a violência contra as mulheres (prevenção e assistência), garantir o enfrentamento da violência contra as mulheres, jovens e meninas vítimas do tráfico e da exploração sexual e que exercem a atividade da prostituição	Ativo
2005	Comissão Tripartite elabora proposta de lei descriminalizando o aborto	Legislativo	Estudar e propor um anteprojeto de lei pela descriminalização do aborto, em resposta a uma demanda aprovada na 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres de 2004	-	Inativo (rejeitado e arquivado em 2008)
2005	Novas normas para atendimento ao aborto	Executivo	Ampliação e atualização da Norma Técnica “Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes”, de 1998 ; eliminação da exigência de Boletim de Ocorrência para a realização do aborto em vítimas de violência sexual	-	Ativo, porém já há uma 3ª edição desta Norma Técnica, editada em 2012

Ano	Nome	Poder	Objetivo	Função	Situação
2005	Delegacia de Defesa e Proteção dos Direitos Humanos e Repressão às Condutas Discriminatórias do Estado do Piauí	Judiciário	atuar na prevenção e na repressão aos crimes contra os direitos humanos e às condutas discriminatórias em geral, bem como adotar todas as providências cabíveis, incluindo a instauração de inquérito policial, visando à apuração de crimes, como discriminação racial e tortura, além de outros capazes de ferir a dignidade da pessoa humana	Função se confunde com objetivo	Ativo
2006	Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância no Estado de São Paulo	Judiciário	reprimir e analisar os delitos de intolerância definidos por infrações originariamente motivadas pelo posicionamento intransigente e divergente de uma pessoa ou de um grupo, em relação a outra pessoa ou grupo, e caracterizados por convicções ideológicas, religiosas, raciais, culturais, étnicas e esportivas, visando à exclusão social; manter um banco de dados atualizado, com informações originárias de inquéritos policiais, processos judiciais e quaisquer outros meios de informação, inclusive colhidas junto à comunidade ou por meio de denúncias anônimas	Função se confunde com objetivo	Ativo

Ano	Nome	Poder	Objetivo	Função	Situação
2007	2º Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres	Executivo	Validação das diretrizes e prioridades definidas na 1ª Conferência e sistematização de novas demandas ao Estado brasileiro, visando qualificar as ações e enfatizar aquelas voltadas para segmentos de mulheres em situação de vulnerabilidade	Debates sobre a participação das mulheres nos espaços de poder como desafio para a efetivação da democracia, além de um balanço e reflexões sobre a conjuntura social, econômica, política e cultural brasileira e os caminhos para a conquista da igualdade especificamente foram discutidas questões como desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta; direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano; cultura, comunicação e mídia não-discriminatórias; enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia e enfrentamento às desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas.	ativo
2007	Pacto Nacional pelo Enfrentamento à violência contra a mulher	Executivo	Consolidar a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a implementação da Lei Maria da Penha	reforma e compra de equipamentos pelos serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência e pelos estabelecimentos prisionais femininos, capacitação de pessoal e ampliação da capacidade da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), projetos de geração de renda para as mulheres em situação de prisão, ações de prevenção da violência nas áreas da educação e cultura e estímulo à participação das mulheres como agentes promotoras de uma cultura de paz (projeto Mulheres da Paz) no âmbito do Pronas (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania)	Ativo

Ano	Nome	Poder	Objetivo	Função	Situação
2007	Núcleo de Proteção aos direitos humanos do Pará (defensoria pública)	Judiciário	prestar assistência jurídica personalizada, de forma integral e gratuita aos seguimentos sociais vítimas de violência e discriminação no Estado do Pará, sobretudo, na conscientização, defesa ou violação dos direitos humanos	-	Ativo
2008	1ª Conferência Nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais	Executivo	Discussão do tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”	-	Ativo
2008	2º Plano Nacional de Políticas para as mulheres	Executivo	Debater/promover a autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social; educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar; direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias; enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas; gestão e monitoramento do plano	-	Ativo
2008	Núcleo de Defesa da Mulher - Rio Grande do Sul	Judiciário	-	-	Ativo
2008	Núcleo de Defesa da Mulher - São Paulo	Judiciário	-	-	Ativo

Ano	Nome	Poder	Objetivo	Função	Situação
2008	Núcleo de Defesa da Mulher - Bahia	Judiciário	-	-	Ativo
2009	Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos humanos de LGBT	Executivo	Orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas	Elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Ativo
2009	Núcleo de Defesa da Mulher - Distrito Federal	Judiciário	-	-	Ativo
2009	Núcleo de Defesa da Mulher - Sergipe	Judiciário	-	-	Ativo
2009	Núcleo de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito de São Paulo	Judiciário	garantir os direitos de grupos discriminados e vulneráveis, como as populações negra e quilombola, além de combater o racismo, a discriminação e o preconceito	atuar em âmbitos judicial e extrajudicial, dependendo do caso concreto, além de realizar palestras e capacitações sobre discriminação e direitos de grupos discriminados e vulneráveis, por meio de sua equipe, formada por defensores (as) públicos (as), psicólogo (a) e assistente social	Ativo
2010	Núcleo de Defesa da Mulher - Roraima	Judiciário	-	-	Ativo
2011	3º Conferência Nacional de Políticas para Mulheres	Executivo	Discutir e elaborar políticas públicas voltadas à construção da igualdade, tendo como perspectiva o fortalecimento da autonomia econômica, social, cultural e política das mulheres, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para o exercício pleno da cidadania das mulheres no Brasil	-	Ativo

Ano	Nome	Poder	Objetivo	Função	Situação
2011	Estratégia Rede Cegonha	Executivo	Melhorar a assistência pré-natal e obstétrica para reduzir a mortalidade materna e neonatal, garantindo acesso a serviços de qualidade, em especial para a atenção à gestação de risco	Reformula o modelo de assistência desde o pré-natal, para vincular a gestante à unidade de referência onde será atendida e garantir vaga nesta mesma unidade para internamento na hora do parto; enfatiza a realização de parto e nascimento seguros, através de “boas práticas de atenção”, assim como o direito a acompanhante no parto, de livre escolha da gestante, e o encaminhamento desta para o planejamento reprodutivo	Ativo
2011	Medida Provisória 557 - Tentativa de regulamentar Rede Cegonha	Executivo	Dar suporte legal às ações da Estratégia Rede Cegonha através da criação do “Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para a Prevenção da Mortalidade Materna”.	Regulamentar o sistema de informação da Rede Cegonha, cuja coordenação seria feita a pelo Ministério da Saúde, articulando ações federais com as da rede pública, privada e conveniada nos estados e municípios	Inativo - arquivada em 2012

Ano	Nome	Poder	Objetivo	Função	Situação
2011	Resolução Nº 128/2011 - Criação de Coordenadorias Estaduais das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar	Judiciário	Determina a criação de Coordenadorias Estaduais das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal	Elaborar sugestões para o aprimoramento da estrutura do Judiciário na área do combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres; II – dar suporte aos magistrados, aos servidores e às equipes multiprofissionais visando à melhoria da prestação jurisdicional; III – promover a articulação interna e externa do Poder Judiciário com outros órgãos governamentais e não-governamentais; IV – colaborar para a formação inicial, continuada e especializada de magistrados e servidores na área do combate/prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres; V – recepcionar, no âmbito de cada Estado, dados, sugestões e reclamações referentes aos serviços de atendimento à mulher em situação de violência, promovendo os encaminhamentos e divulgações pertinentes; VI – fornecer os dados referentes aos procedimentos que envolvam a Lei nº 11.340/2006 ao Conselho Nacional de Justiça de acordo com a parametrização das informações com as Tabelas Unificadas do Poder Judiciário, promovendo as mudanças e adaptações necessárias junto aos sistemas de controle e informação processuais existentes; VII – atuar sob as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça em sua coordenação de políticas públicas a respeito da violência doméstica e familiar contra a mulher	Ativo
2011	Núcleo de Defesa da Mulher - Maranhão	Judiciário	-	-	Ativo
2011	Núcleo de Defesa da Mulher - Pernambuco	Judiciário	-	-	Ativo
2011	Núcleo de Defesa da Mulher - Rio Grande do Norte	Judiciário	-	-	Ativo

Ano	Nome	Poder	Objetivo	Função	Situação
2012	Campanha compromisso e atitude	Executivo	Visa unir e fortalecer os esforços nos âmbitos municipal, estadual e federal para acelerar os julgamentos de violência contra as mulheres e garantir a correta aplicação da Lei Maria da Penha	Disponibilização de informações sobre a rede de serviços, notícias, legislação, biblioteca e dados estatísticos sobre o cumprimento da Lei Maria da Penha e violência contra as mulheres	Ativo
2012	Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica de São Paulo	Judiciário	-	-	Ativo
2013	3º Plano Nacional de Políticas para Mulheres	Executivo	Debater/promover a autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social; educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar; direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias; enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas; gestão e monitoramento do plano	-	Ativo

Ano	Nome	Poder	Objetivo	Função	Situação
2013	Programa “MULHER: VIVER SEM VIOLÊNCIA”	Executivo	Garantia de acesso, qualidade e humanização no atendimento multidisciplinar às vítimas de violência sexual; criação de ações de promoção da autonomia financeira das mulheres, ampliação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 e promoção de campanhas continuadas de conscientização sobre esta questão	Ampliação dos Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteiras Secas, que oferece serviços especializados de assistência aos casos de violência de gênero, tráfico de mulheres e vulnerabilidade no processo migratório; implantação de Casas da Mulher Brasileira, que são espaços com arquitetura própria, localizados em regiões metropolitanas, que centralizam os principais serviços especializados e multidisciplinares de atendimento às mulheres em situação de violência: atendimento psicossocial, alojamento temporário, orientação e direcionamento para programas de auxílio e promoção da autonomia econômica (geração de trabalho, emprego e renda), integração com a rede de assistência à saúde, salas para instalação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Juizados e Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Promotorias Públicas Especializadas da Mulher e Defensorias Públicas Especializadas da Mulher	Ativo
2014	Norma Técnica de interrupção da gravidez por anencefalia	Executivo	Garantir o direito das mulheres de decidir, subsidiar a conduta médica e hospitalar e reduzir o risco materno	-	Ativo
2014	Núcleo de Defesa da Mulher - Mato Grosso	Judiciário	-	-	Ativo
	Núcleo de Proteção aos Direitos Humanos da Bahia (defensoria pública)	Judiciário	-	-	Ativo

(Continuação)

Ano	Nome	Poder	Objetivo	Função	Situação
	Núcleo de Direitos Humanos do Piauí (defensoria pública)	Judiciário	-	-	Ativo
	Núcleo de Direitos Humanos de Minas Gerais (defensoria pública)	Judiciário	-	-	Ativo

Fonte: Autora (2016) e CFEMEA (Página eletrônica - 2016)

ANEXO 6

Roteiro das entrevistas semiestruturadas

I. Questões de caracterização pessoal

1. Nome (O seu nome será utilizado apenas para controle interno dos dados da pesquisa)
2. Nome do Grupo/ Sigla
3. Cidade/UF em que atua
4. Sexo. Orientação Sexual. Identidade de gênero.
5. Idade _____
6. Raça/cor/etnia
7. Tem filhos? Se sim, quantos?
8. Estado civil.
9. Tem algum tipo de deficiência? Se sim, indicar qual.
10. Participa ou já participou de algum grupo ou entidade de mobilização em defesa de direitos das mulheres?
11. Indicar há quantos meses ou exerce a atual profissão
12. Indique há quantos meses e/ou anos atua em defesa dos direitos das mulheres
13. Descreva as principais atividades desenvolvidas por você, judiciais e extrajudiciais, em defesa dos direitos das mulheres.
14. Quais os principais temas ligados a direitos das mulheres com que você, com maior frequência, trabalha?

II. Questões sobre percepções com relação ao sistema de justiça

15. Você já sentiu, alguma vez, durante o exercício profissional, desprestigiada, desvalorizada ou discriminada em função de seu gênero-sexualidade, sua raça-cor-etnia ou deficiência? Se sim e caso sinta-se confortável para isso, comente o ocorrido.
16. Você já sofreu algum tipo de violência ou discriminação em situação em que você buscava realizar a defesa, promoção ou garantia de direitos das mulheres? Se sim e caso sinta-se confortável para isso, comente o ocorrido.

17. Você acredita haver diferenças na forma como as pessoas cumprem suas funções na administração da justiça em função de seu gênero-sexo, raça-etnia ou condição física?
18. Você considera que suas responsabilidades no âmbito familiar impactam na carreira de alguma forma?
19. Qual sua percepção sobre cotas nas carreiras públicas vinculadas ao sistema de justiça brasileiro?
20. Você consegue identificar alguma conquista importante para o fortalecimento dos direitos humanos das mulheres que você ou a entidade-instituição do qual faz parte obtiveram recentemente? Se sim, o que mais favoreceu, na sua visão, a obtenção de tal(is) conquista(s)? Se não, o que mais tem dificultado sua atuação ou a atuação da entidade-órgão que faz parte?
21. Qual sua percepção sobre a qualidade e eficiência da resposta do sistema de justiça em relação às discriminações contra as mulheres em geral (de gênero, étnico-racial, por deficiência etc.)?
22. Comente sua percepção sobre a independência, imparcialidade e neutralidade das instituições do sistema de justiça brasileiros no enfrentamento às discriminações contra as mulheres em geral.
23. Qual sua percepção sobre a relação entre sistema de justiça e entidades ou grupos de defesa dos direitos das mulheres?
24. Que mudanças você considera serem fundamentais, no âmbito do sistema de justiça brasileiro, que possam garantir o melhor acesso à justiça para as mulheres e defesa dos direitos humanos das mulheres?
25. Que mudanças você considera serem fundamentais para a democratização do sistema de justiça?